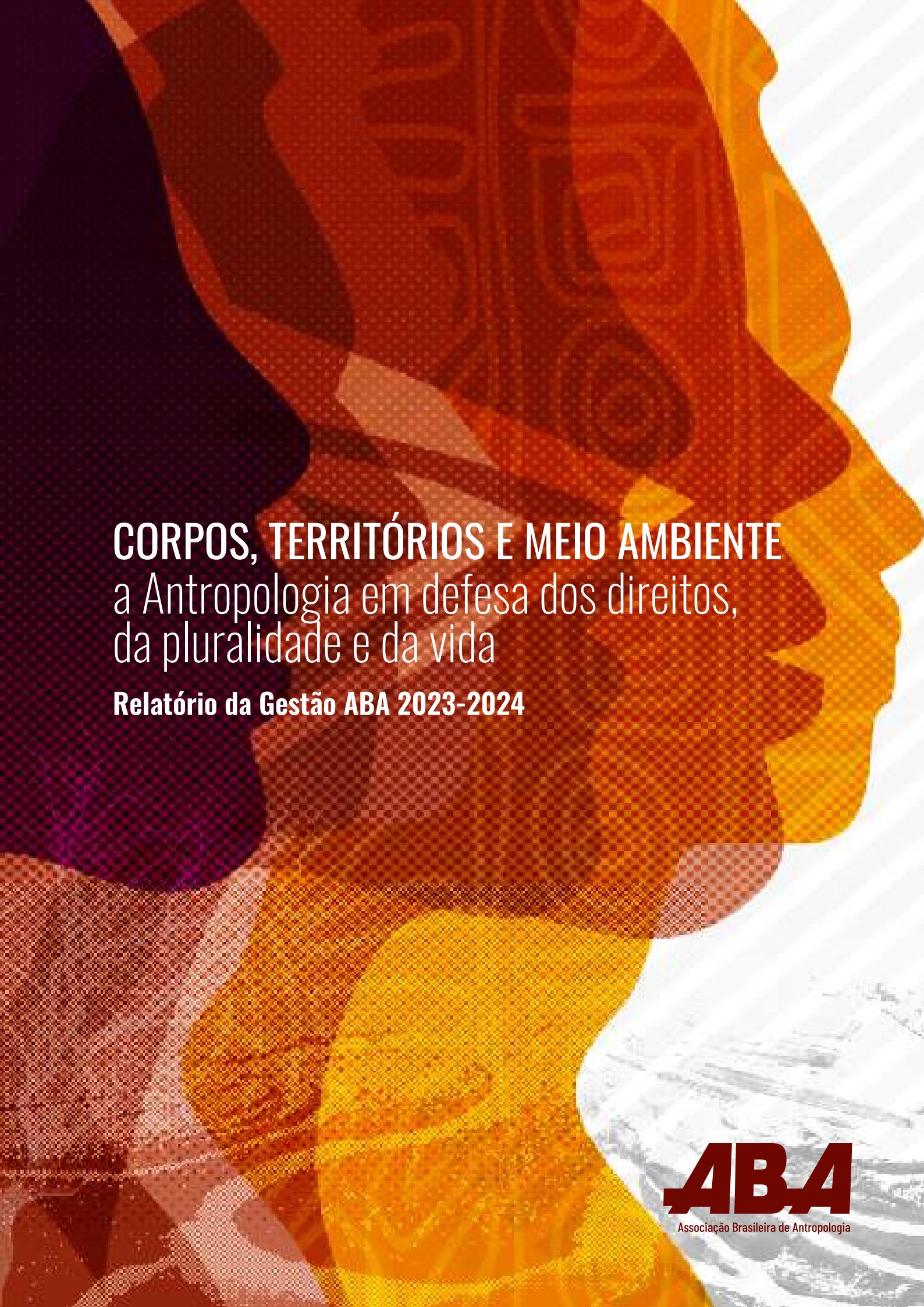




CORPOS, TERRITÓRIOS E MEIO AMBIENTE a Antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida

Relatório da Gestão ABA 2023-2024

SUMÁRIO

QUEM SOMOS	5
APRESENTAÇÃO	6
PARTE 1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES	8
I - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	9
Revisão das Normativas Internas	10
Apoio e incentivo aos Comitês e Comissões	12
Diversidade na Antropologia	13
Comunicação na Gestão 2023-2024	14
Ampliação dos benefícios	17
A ABA nos debates internacionais	18
Celebração de 70 anos das RBAs	21
II - INCIDÊNCIA PÚBLICA	24
Povos originários e tradicionais	27
Grandes projetos e desmonte ambiental	30
Violência de Estado e encarceramento	32
Marco Temporal	34
O ensino e a profissionalização da antropologia	36
III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	37
A Pós-Graduação em Antropologia e as políticas de ações afirmativas	38
Pesquisa sobre os associados: Quem somos nós?	39
A Antropologia em Educação a Distância	41
IV - 34ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	42
Políticas de Inclusão na 34ª RBA	44
Números da 34ª RBA	46

PARTE 2. DOCUMENTOS DA GESTÃO	49
I - COMUNICAÇÕES DA ABA	49
Manifestações públicas	49
Notas apoiadas pela ABA	55
Moções	59
Tv ABA e redes sociais	61
Boletins informativos	64
II - REPRESENTAÇÕES DA ABA	68
III - PESSOAS ASSOCIADAS	98
IV - EVENTOS	102
Eventos presenciais organizados pela ABA	102
Webinários da ABA	118
Eventos apoiados pela ABA	131
V - 34ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	134
Pré-eventos	134
Cerimônia de abertura	142
Conferências	142
Exposições	143
Vozes do sul	150
Estatísticas	152
VI - PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	155
VII - PUBLICAÇÕES DA ABA	162

PARTE 3. RELATÓRIOS DE COMISSÕES E COMITÊS	175
I - COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES E COMITÊS	175
II - RELATÓRIOS DAS COMISSÕES	186
Assuntos Indígenas	186
Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA)	192
Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA (CEPCA)	198
Direitos Humanos	201
Educação, Ciência e Tecnologia	205
Laicidade e Democracia	212
III - RELATÓRIOS DOS COMITÊS	219
Antropólogas/os Negras/os	219
Antropologia e Saúde	224
Antropologia Visual	226
Deficiência e Acessibilidade	252
Estudos Africanos	258
Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas	273
Gênero e Sexualidade	276
Inserção Profissional do/a Antropólogo/a	281
Laudos Antropológicos	290
Migrações e Deslocamentos	298
Patrimônios e Museus	303
Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos	310
Quilombos	337

QUEM SOMOS

DIRETORIA ABA 2023-2024

Presidente

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Vice-Presidente

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães
Santos (UFPA)

Secretária Geral

Deborah Bronz (UFF)

Secretária Adjunta

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Tesoureiro

Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Diretores/as

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)
Flavia Melo da Cunha (UFAM)
Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)
Tonico Benites (Ará-Verá/MS)

Secretaria Administrativa

Carine Lemos
Silvane Xavier
Roberto Pinheiro

Equipe do Informativo ABA

Supervisão Editorial: Denise Jardim e
Sonia Magalhães

Edição: Carine Lemos e Roberto Pinheiro

Diagramação: Roberto Pinheiro

Gestão de TI: Roberto Pinheiro

Assessoria técnica

Designer: Anderson Marques

Gestão das redes sociais:

Matheus Gonçalves França (UFG) e
Carol Parreiras (USP)

Assessoria Jurídica:

Dr. Paulo Machado Guimarães

APRESENTAÇÃO

A diretoria 2023-2024 da Associação Brasileira de Antropologia, sob a presidência de Andréa Zhouri e Sônia Magalhães, tem a satisfação de apresentar às pessoas associadas o relatório final da gestão **Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida.**

Em 2023, a ABA celebrou 70 anos desde sua primeira reunião científica, consolidando-se como uma das principais associações científicas do país. Embora oficialmente fundada em 1955, de fato suas origens remontam a 1953, quando ocorreu, no Museu Nacional, o primeiro encontro para debater e propor a criação de uma entidade representativa da Antropologia no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a Associação acompanhou e respondeu às transformações políticas, acadêmicas e sociais do país, ampliando sua atuação e consolidando um corpo associativo que, em 2022, já contava com mais de 2.000 membros.

Ao assumir a diretoria da ABA para a gestão 2023-2024, propusemos um conjunto de ações voltadas à diversidade e ao fortalecimento da Associação, buscando uma aproximação com a atualidade do universo das pessoas associadas. Reforçamos o compromisso da Antropologia com a defesa de direitos, por meio da ampliação do diálogo com a sociedade. Diante do contexto de recomposição das instituições democráticas no Brasil, que foram ameaçadas, sucateadas ou desfeitas em função do cenário político nacional recente, sobretudo durante a pandemia da COVID 19, também procuramos reafirmar a importância da ABA na articulação de debates centrais. Assim, buscamos participar e colaborar com nossas múltiplas

expertises técnicas, caracterizadas pela diversidade de áreas de atuação das pessoas associadas, com a produção e a divulgação de conhecimento, assim como incidindo sobre políticas públicas.

As propostas iniciais incluíram o fortalecimento dos Comitês da ABA, ampliando suas formas de atuação e interação; a inovação na comunicação e na divulgação técnico-científica, promovendo maior visibilidade para a Antropologia e sua relação com as questões contemporâneas; o incentivo às ações descentralizadas da associação em diferentes regiões do país; a retomada dos eventos presenciais após seis anos de distanciamento forçado pela pandemia; e a intensificação do acompanhamento das políticas que afetam povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, questões ambientais e direitos humanos. Também se destacou o compromisso com a pluralização dos espaços da ABA, incentivando maior representatividade de antropólogos/as/es em formação, de diversas formas de inserção profissional e de diferentes regiões do país.

Além disso, propusemos o fortalecimento das diretorias regionais, a defesa da atuação profissional em contextos de conflito e a ampliação da interlocução com outras áreas do conhecimento e instituições públicas. A valorização das ciências humanas, por meio de articulações com outras associações científicas, e o incentivo à produção acadêmica de pessoas negras, indígenas e de povos tradicionais estiveram no centro das diretrizes traçadas.

Essas propostas orientaram as iniciativas da gestão ao longo do biênio, buscando consolidar a atuação da ABA

como referência na defesa da Antropologia e de seus compromissos éticos, científicos e políticos.

As ações que serão aqui descritas só se tornaram possíveis graças a uma ampla rede de colaborações e ao trabalho contínuo de muitos membros da Associação, especialmente por meio de suas Comissões e Comitês. Boa parte desse esforço permanece invisível para quem acompanha apenas os resultados das iniciativas da ABA. No entanto, por trás da redação de notas e documentos técnicos, da resposta a e-mails, da mobilização de especialistas, da revisão de normativas e estatutos, da análise de processos jurídicos, da organização de eventos, seminários, webinários e de tantas outras tarefas, há um empenho coletivo fundamental para que a Associação siga atuante. Há também uma equipe de

secretaria, suporte fundamental para todas as atividades, sendo, ademais, o elo de continuidade entre diretorias que entram e que saem. Agradecemos, com afeto, a todas as pessoas que colaboraram com a gestão de 2023-2024.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2025

Diretoria 2023-2024



PARTE 1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES

Na gestão **Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida (ABA 2023-2024)**, três eixos programáticos orientaram projetos específicos, muitos deles viabilizados com apoio de instituições de fomento à pesquisa, a exemplo da Fundação Ford e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa colaboração ampliou significativamente o alcance das ações da ABA em torno dos eixos:

1. Mudanças jurídico-institucionais: projetos desenvolvimentistas na interface com povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
2. Violência armada estatal e paraestatal: encarceramento, garimpo e outras atividades ilícitas em territórios sociais;
3. Antropologia como conhecimento: defesa dos direitos étnico-raciais e da diversidade cultural.

Esta parte inicial do relatório apresenta, de forma sintética, o conjunto de atividades realizadas pela gestão, estando organizada em seções temáticas que pretendem refletir os principais debates e ações desenvolvidas ao longo do período em que se procurou colocar em prática os objetivos dos eixos

programáticos. Neste sentido, a seção **Fortalecimento Institucional** reúne ações voltadas à revisão de normativas internas, ao apoio a comitês e comissões, à celebração dos 70 anos da RBA, à promoção da diversidade na antropologia, à comunicação institucional, à ampliação de benefícios para pessoas associadas e à presença internacional da Associação. A seção **Incidência Pública** aborda as ações voltadas à defesa de direitos de povos originários e comunidades tradicionais, à crítica ao desmonte ambiental, ao enfrentamento da violência de Estado e do encarceramento, à luta contra o Marco Temporal, o debate sobre ensino e profissionalização da Antropologia, além de ações emergenciais diante da crise climática no Rio Grande do Sul. Em **Produção de Conhecimento**, são apresentados projetos de pesquisa e de levantamento de dados que visaram a ampliar o conhecimento sobre a própria ABA e o campo antropológico, com destaque para as ações afirmativas na pós-graduação e os desafios da Educação a Distância. Por fim, a seção dedicada à **34ª Reunião Brasileira de Antropologia** reúne os dados sobre a organização do evento, suas políticas de inclusão e seus principais números.

I - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

A ABA está passando por importantes mudanças internas, que refletem transformações no perfil de sua membresia, no campo da Antropologia e na sociedade em geral. Além das adaptações necessárias em função da passagem do tempo, as ações de fortalecimento institucional desenvolvidas pela ABA procuraram, entre outras coisas, atender às demandas de uma nova geração de antropólogos e antropólogas formada em cursos de pós-graduação e graduação recentemente criados nas universidades brasileiras. Ainda, visaram a aprimorar seus mecanismos de regulação interna para lidar com os desafios que se colocam à atuação profissional das pessoas antropólogas no país.

Neste sentido, o compromisso com a promoção da diversidade étnica, racial, regional, de gênero, assim como da equidade e da inclusão social, foi central na composição da diretoria, dos comitês e das comissões e na definição de prioridades da gestão. Um dos primeiros passos foi garantir uma diretoria diversificada em termos raciais, étnicos, regionais e de gênero. Esse avanço promovido por nossa gestão também se refletiu nas indicações de representantes da ABA para instituições acadêmicas, comitês de assessoramento, comissões e outras posições a que a Associação é convidada a enviar representantes.

Para a lista das principais representações da ABA, acesse: <https://portal.abant.org.br/representacoes-da-aba>



Do ponto de vista técnico, a gestão se preocupou em dar continuidade e garantir suporte adequado para as ações no âmbito da tecnologia da informação, para o funcionamento do site, do banco de dados da Associação e para a segurança de sua rede de comunicação. Foi efetuada a transferência de provedor, encaminhada pela gestão anterior. O site da ABA também passou por melhorias em segurança, garantindo a proteção de dados das pessoas associadas. A proteção da senha e detecção de tentativas de invasão foram monitoradas pela equipe de comunicação. Não obstante, ainda consideramos necessários ajustes na navegabilidade, na atualização de informações cadastrais, no acesso público ao banco de notas, notícias e publicações.



Revisão das Normativas Internas

As ações voltadas ao fortalecimento institucional da ABA incluíram a consolidação e a conclusão da revisão das normativas internas e dos principais instrumentos que regulam a atuação das pessoas associadas. Através de trâmites estatutários, realizamos uma dezena de reuniões visando qualificar o debate conduzido sobre a revisão ponto a ponto de documentos norteadores da Associação, ensejando a definição de aspectos ausentes tanto no Estatuto quanto no Código de Ética. A metodologia das reuniões organizou o exame de matérias para um tratamento de forma separada, fazendo uso da assessoria jurídica para dirimir dúvidas que surgiam nas reuniões com os conselheiros e oferecendo sínteses preliminares dos avanços do trabalho. Dada a densidade do trabalho realizado, a metodologia trouxe um maior domínio da matéria, tanto para conselheiros quanto para a diretoria, no transcorrer da intensa agenda de trabalho. Inclusive, apontando para a atualização de documentos que deveriam ser atualizados a partir do novo Estatuto.

Após uma análise minuciosa realizada por diferentes instâncias internas — incluindo os comitês, o Conselho Diretor e a Comissão de Ética –, foi aprovado um novo [Estatuto](#) durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em julho de 2024, em Belo Horizonte.

Em continuidade aos debates iniciados pelas duas gestões anteriores, foi finalizada a revisão do Código de Ética, uma demanda urgente diante das múltiplas questões que têm desafiado a Associação a refletir sobre os parâmetros éticos da atuação profissional e os impactos dessa atuação sobre interlocutores e colegas da área. Além do novo [Código de Ética](#), foi elaborada uma resolução específica (Resolução ABA nº 01/2024) para regulamentar as normas processuais e procedimentais relacionadas ao descumprimento do Estatuto e do Código de Ética da ABA.



CONHEÇA O NOVO ESTATUTO DA ABA



Principais mudanças:

- **Atualização das categorias de pessoas associadas**
- **Inclusão da categoria “pessoa associada graduada”**
- **Extinção da categoria “correspondente”**
- **Linguagem neutra de gênero.**
- **Mudança na composição da Comissão de Ética, que passa de 3 membros (ex-presidentes) para 5 membros, incluindo 2 representantes de comitês para mandato simultâneo ao da diretoria vigente.**
- **Inclusão de um título específico para tratar de condutas contrárias ao Estatuto e ao Código de Ética da ABA (título V).**

CONHEÇA O NOVO CÓDIGO DE ÉTICA DA ABA



Principais mudanças:

- Explicita o alcance do código de ética e compromissos éticos na atuação em antropologia
- Fornece um maior detalhamento dos deveres e responsabilidades da atuação de seus associados e associadas no exercício da antropologia
- Agrega um título específico sobre o descumprimento do código de ética e a responsabilidade da ABA no zelo da atuação do exercício da antropologia

Foi ainda criada uma política de incentivo ao pagamento da anuidade e uma resolução específica para regulamentar a situação de inadimplência na Associação, aspecto que constitui um obstáculo à autossuficiência financeira da ABA. Foram obtidos bons resultados em termos do aumento de adesão das pessoas associadas (23% do total de sócios/sócias ativos/ativas em janeiro de 2023 - 197 em número

absoluto) e de regularização da inadimplência (de 42% em janeiro de 2023 para 30.8% em janeiro de 2025). Todavia, a manutenção do engajamento contínuo das pessoas associadas, a implementação efetiva de políticas de inclusão e o monitoramento de seu impacto, apesar dos esforços, permanece um desafio para a ABA.



Apoio e incentivo aos Comitês e Comissões

No âmbito das ações de fortalecimento institucional, a gestão 2023-24 incentivou o engajamento dos comitês e comissões e das diretorias regionais na organização de webinários, de eventos e na produção de conteúdo para as redes sociais e para o Informativo. Houve um período de meses iniciais da gestão dedicados à instalação dos trabalhos dos comitês com a Diretoria, consolidando a interlocução com cada comitê que, ao passo que se renovava, se apropriava dos fluxos de comunicação com a diretoria, a equipe de comunicação e a secretaria administrativa.

Além disso, a diretoria promoveu um edital com o objetivo de apoiar ações voltadas para o fortalecimento da Antropologia no Brasil, diretamente apresentadas por seus comitês e comissões (Chamada Interna 001 ABA/2023). O edital, aberto a todos os comitês, sem restrições temáticas, buscava também favorecer a liberdade propositiva e as articulações entre diferentes grupos.

Para implementar tal política, contamos com recursos provenientes do projeto Democracia e Resistências Acadêmicas: As Ciências Sociais na atual conjuntura social, política e cultural brasileira, desenvolvido pela articulação Ciências Sociais Articuladas - A4, composta pelas Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Esta articulação foi uma herança das gestões anteriores da ABA, tendo sido iniciada durante o governo Bolsonaro, com o objetivo de fortalecer as ciências sociais e garantir condições institucionais para a produção e a difusão do conhecimento no país.

Uma síntese das notas, webinários e outras atividades desenvolvidas pelos Comitês e Comissões será apresentada adiante, no item produção de conhecimento.

As propostas contempladas foram:

- **“Ocupar telas, ocupar terras”: Curadoria de exposição e mesa de debates**
Comitê Antropologia Visual (CAV), Comitê de Antropologxs Indígenas, Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos
- **Mapeamento da relação dos associados da ABA com o Sistema CEP-Conep**
Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas, Comitê de Antropologia da Saúde
- **Apoio à criação de Revista Científica (sediada no PPGAS-UFBA): hospedagem no site e organização dos dois primeiros números do periódico**
Comitê Quilombos

Diversidade na Antropologia

A promoção da pluralidade no interior da ABA veio acompanhada da promoção do debate sobre a diversidade na Antropologia, que se tornou um dos eixos centrais de um conjunto amplo de ações conduzidas ao longo da gestão.

Nesse sentido, a ABA realizou um estudo sobre a implementação das ações afirmativas nas pós-graduações em Antropologia e Ciências Sociais no Brasil, com vistas a proporcionar uma análise geopolítica da diversidade étnico-racial e do acesso aos investimentos no contexto da antropologia brasileira. Com essa iniciativa, a ABA buscou criar elementos para fornecer apontamentos e proposições para contribuir com o aperfeiçoamento das ações afirmativas.

A Diretoria Nordeste encabeçou uma série de iniciativas na promoção da diversidade na Antropologia, em parceria com os Comitê de Antropólogas/os Negras/os e Comitê de Antropólogos Indígenas. Dentre elas está o lançamento da série de webinários Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação, que promoveu reflexões sobre as transformações decorrentes das políticas de ação afirmativa no ensino superior.

A presença de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados, como negros, povos indígenas, jovens oriundos das periferias urbanas, LGBTI+ tem oportunizado a revisão de currículos e pedagogias, inclusive para o ensino de antropologia. Os novos coletivos de estudantes negros que existem em todo o território nacional pressionam por uma descolonização do conhecimento e por uma revisão crítica dos cânones das ciências sociais e da antropologia em particular. Nesse sentido, o objetivo da série de webinários é refletir sobre essa nova realidade e propor novos modelos, metodologias e abordagens conceituais que reflitam as transformações apontadas.

Os webinários estão disponíveis no canal da ABA no YouTube e tiveram um número expressivo de visualizações

<https://www.youtube.com/@TVABA>.

Também foi organizado e publicado um livro como resultado desse Seminário, com o mesmo título: Descolonizando o Ensino da Antropologia (acesse a publicação clicando aqui).



Comunicação na Gestão 2023-2024



Equipe de comunicação na 34ª RBA

Entendemos que a comunicação ativa é um passo fundamental para o fortalecimento institucional, para o estreitamento dos vínculos com os associados e a sociedade, promovendo a divulgação científica e podendo contribuir para o debate público de modo significativo. O trabalho na comunicação da ABA englobou as redes sociais, a TV ABA e o Informativo e foi desenvolvido em sintonia com a diretoria e comissões da ABA, visando a qualificação da informação em temas nos quais a Antropologia tem atuação reconhecida no campo científico.

As redes se tornaram a face pública da Associação

A presença nas redes sociais se consolidou com uma identidade visual padronizada e ampliando o alcance da ABA. Esse trabalho foi possível graças à manutenção de uma equipe de comunicação que, sob a condução da diretora sul-sudeste Denise Jardim (UFRGS), atuou como suporte ou como produtora de conteúdos sob demanda da diretoria, dos comitês e comissões e de decisões do Conselho da ABA. Para a operacionalização da gestão de redes, mantivemos a contratação de um designer (Anderson Marques) que faz a identidade visual da gestão compatível com a



identidade da associação, priorizando o diálogo com a identidade visual da própria ABA em capas da TV ABA e do site. Além desse profissional, duas pessoas associadas atuantes no comitê de comunicação e divulgação científica da ABA (Matheus França e Carolina Parreiras) coordenavam as postagens, respostas inbox, bem como a segurança das redes sociais da Associação.

O informativo quinzenal manteve-se como um canal direto entre diretoria e pessoas associadas, com 47 edições publicadas ao longo do período.

As redes se tornaram a face pública da Associação, demandando um cuidado com os textos, com uso de uma linguagem inclusiva, e amplificando o ofício da antropologia a partir da atuação da ABA no debate público e em campanhas específicas da Associação.



Foram realizadas campanhas sobre temas relevantes, como o Genocídio Yanomami e o Marco Temporal, além da divulgação de eventos e publicações. Em 2023, foram 160 postagens no Instagram e, em 2024, esse número subiu para 204. O número de seguidores cresceu significativamente, alcançando 20 mil no Instagram ao longo da gestão.

A TV ABA organizou e transmitiu webinários sobre temas antropológicos de interesse público. A equipe ajustou formatos de eventos online, priorizando postagens programadas para ampliar o alcance e facilitar o acesso ao conteúdo.



As ações de comunicação buscaram equilibrar a informação para associados e a divulgação científica para um público mais amplo. A ABA consolidou sua posição entre as associações científicas com maior alcance digital, sem recorrer a impulsionamentos pagos, mantendo sua credibilidade e engajamento qualificado.



- **55 notas técnicas e manifestações publicadas, além da assinatura de outras 26 notas.**
- **47 Boletins Informativos quinzenais publicados**
- **37 webinários transmitidos ao vivo na TV ABA, com destaque para as séries Semana do Meio Ambiente, Crise sanitária em terras Yanomami e Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação**
- **20 publicações em livro - disponíveis no site**
- **05 seminários**
- **04 oficinas**

Ampliação dos benefícios

A ABA buscou ampliar o leque de benefícios oferecidos a sua membresia e isso se deu sobretudo no aumento de parcerias com editoras e livrarias como Editora Annablume, Editora Expressão Popular, Appris Editora, Papéis Selvagens Edições, Editora UFMG, Editora Malê, Editora Autonomia Literária, Editora Unifesp, Editora Mauad X, Boitempo Editora, Editora UnB, Alameda Editora, Editora Telha, Editora Mil Folhas, Editora Unicamp, Editora Bazar do Tempo, FGV Editora, Hucitec Editora, Ubu Editora, Editora Contexto, Editora Cobogó e Editora Perspectiva; além de parcerias com lojas com bases de ações populares e sociais como Camisa Crítica, Arte de Maria e Tamã. Cabe lembrar que a ABA manteve e ampliou os benefícios em descontos para as pessoas associadas nos eventos em que esteve presente, seja como realizadora ou como instituição parceira. Incentivou a diversificação do público participante de seu principal evento, a 34a RBA, implementando uma política vigorosa de isenções e descontos em inscrições para pessoas indígenas, quilombolas, negras, para estudantes e representantes de movimentos sociais.



Folheto impresso

Benefícios das pessoas associadas em dia com suas anuidades.



Carteira virtual de associado personalizada com número de cadastro e com fotografia.



Um exemplar de cada livro publicado pela ABA, disponível em estoque, a ser distribuído gratuitamente em eventos ou mediante o pagamento de taxa de envio pelos correios;

Descontos na aquisição de outros produtos da ABA;



Desconto no valor das inscrições dos eventos organizados pela ABA;



Desconto no valor das inscrições dos eventos organizados pela APA
– Associação Portuguesa de Antropologia;



Descontos em editoras e lojas conforme divulgado no
link: <http://www.portal.abant.org.br/beneficios/>;



Possibilidade de participar dos Prêmios ABA e/ou possibilitar a participação do/a orientando/a, conforme edital de cada prêmio;

Participação integrada nos Comitês e Comissões da ABA;

Oportunidade de publicação com selo da ABA;



Representação da ABA em outras instituições e conselhos, fortalecendo a influência e o diálogo em âmbito profissional;



Promoção e participação em atividades transmitidas pela TV ABA, incluindo webinários, seminários e outros eventos.

A ABA nos debates internacionais

A ABA é uma instituição científica reconhecida internacionalmente, tanto pela robustez e vivacidade da sua sistemática produção acadêmica ao longo dos anos, quanto por seu engajamento consistente com os variados temas da vida coletiva e seus constantes posicionamentos na esfera pública. Neste sentido, a gestão 2023-2024 procurou manter a tradição de presença ativa da Antropologia brasileira no meio acadêmico e público internacional.

Reiteramos a parceria com a Wenner-Gren Foundation, colaborando com a divulgação de seus editais para financiamento de pesquisas, seja por meio de webinários em 2023 e 2024, seja em oficina para elaboração de projetos oferecida

durante a 34ª RBA. A ABA também se manteve ativa nas articulações e representações na International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), na World Council of Anthropological Associations (WCAA), e na World Anthropological Union (WAU). Participou de forma efetiva na programação de seus congressos, webinários e encontros virtuais e presenciais.

Neste sentido, vale destacar a participação em uma série de reuniões de delegados da WCAA em 2023 e 2024, sendo a última ocorrida em Johannesburg, em novembro de 2024. Igualmente, durante esse congresso

da WCAA em Johannesburg, representantes da ABA, a exemplo da presidente Andréa Zhouri e da conselheira e ex-presidente Bela Feldman-Bianco, apresentaram trabalho no simpósio “Anthropology and the Sustainable Development Goals”, contribuindo com reflexões sobre temas como as mudanças climáticas e os desastres na atualidade. Uma coletânea que resultou deste simpósio está em elaboração, tendo Andréa Zhouri como uma das organizadoras (com Greg Acciaioli, Gordon Mathews e Mugsy Spiegel).

Durante a nossa gestão, Bela Feldman-Bianco,

membro eleito do Conselho da WCAA, onde representa a ABA, e membro do Conselho da WAU, onde representa a WCAA, empenhou-se em



promover diálogos, ações conjuntas e solidariedade social entre as 60 associações que fazem parte da WCAA, com o objetivo de reforçar as relações entre associações e, assim, consolidar uma comunidade global e plural de antropólogos. Nesse sentido, criou junto com Lia Ferrero (ALA) um grupo de trabalho intitulado “Associations and world anthropologies: strengthening dialogue fostering joint activities and social solidarities” (Associações e antropologias mundiais: fortalecendo diálogos, promovendo atividades conjuntas e solidariedades sociais).

Dentre as atividades realizadas no biênio 2023-2024, destacam-se: 1) reuniões online com delegados das associações membros da WCAA, com discussões temáticas sobre “As questões urgentes dos nossos tempos”, “Antropologias e Estados” e “Futuros da Antropologia”, 2) organização de painéis/mesas redondas em congressos, que incluem painel “(Un)Welcoming Migranats, Border Regimes and Social Movements” da WCAA no congresso da IUAES em New Delhi (2023), “Antropologias Mundiais: Políticas Associativas, Políticas da Etnografia (WCAA/ABA)” na 34^o RBA (BH 2024) e o painel “WCAA, its Members Associations and de Making of a Plural Community (WCAA)”, co-organizado com Mugsy Spiegel da África do Sul.

Ademais, atenção especial foi dada à divulgação internacional de notas e petições da ABA no site da WCAA incluindo envio a todas as associações que fazem parte da WCAA, especialmente às maiores, como AAA e a Easa.

Ainda na esfera acadêmica, a ABA teve presença marcante nos congressos de antropologia do continente latino-americano. Colaborou com uma programação diversificada na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), ocorrida em 2023 em Niterói, assim como no encontro da Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA), em Rosário/AR, em março de 2024. Para a direção da ALA, indicou Lia Zanotta como vocal e Jean Segata como tesoureiro, ambos eleitos naquela ocasião.

No que diz respeito à incidência da ABA na esfera pública internacional, é importante sublinhar as ações do Comitê de Relações Internacionais (CRI) em relação à Palestina. A ABA foi uma das poucas

sociedades científicas no Brasil a se manifestar publicamente sobre a guerra. As ações envolveram a elaboração de três notas em diferentes momentos do conflito.

A primeira, em outubro de 2023, foi a Nota de repúdio às tentativas de criminalização de cientistas por solidariedade ao povo palestino; na sequência, em dezembro de 2023, a segunda nota clamava para o Cessar fogo já e fim da violência, a terceira nota, em outubro de 2024, condenava o avanço bélico de Israel sobre o Líbano e em apoio à sociedade Libanesa. Além das três notas, a ABA apoiou e divulgou a nota da World Anthropological Union (WAU) Statement issued by the Steering Committee of the World Anthropological Union on the war in Gaza, lançada em maio de 2024.

Além das notas, a diretoria apoiou a realização de quatro webinários sobre o assunto. O primeiro, em novembro de 2023, realizado entre a primeira e a segunda nota, foi intitulado A antropologia face ao conflito Israel X Palestina. O segundo foi organizado em abril de 2024, para o lançamento do livro Processos de



pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes. O terceiro webinar, intitulado ABA International Dialogues: Indigeneity, Land and Colonial Settlement in Brazil and in Palestine: Intersections and Struggles, em julho de 2024, foi um pré-evento da 34a. RBA e contou com a organização de Leonardo Schiocchet (University of Vienna), tendo apresentações de Alcida Ramos (UnB) e Ruba Salih (University of Bologna). O quarto e último webinar foi realizado em novembro de 2024, tendo como título Israel, a guerra no Líbano e Escolasticídio. Com essas iniciativas, a ABA se posicionou de forma qualificada nos debates, a partir de pesquisas desenvolvidas por pessoas antropólogas associadas e interlocutoras, cumprindo papel relevante na disseminação de conhecimento para a sociedade sobre temas complexos e sensíveis.

<https://waunet.org/wcaa/statements-from/wcaa/>



Celebração de 70 anos das RBAs



As parcerias estabelecidas pela ABA com outras organizações e programas de pós-graduação no Brasil contribuíram para o fortalecimento institucional da associação. Com ênfase na proposta de descentralização da antropologia, as comemorações dos 70 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia aproximaram a diretoria dos programas de pós-graduação, sobretudo aqueles mais recentemente consolidados e fora do eixo Rio-São Paulo, por meio da

proposição de atividades conjuntas, conforme listado abaixo. Esses eventos permitiram revisitar a história da Associação e promover um amplo debate sobre a sua relevância e atualidade diante dos desafios sociais e políticos contemporâneos.

Como parte das celebrações, foram produzidos um selo comemorativo, um livro sobre a história das reuniões intitulado “70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)”, organizado por Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert, e uma série de podcasts em parceria com o curso de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (#divulgaRBA).

No início de 2024, a diretoria sul propôs o webinar Vozes do Sul para rememorar as reuniões realizadas pelas presidências dos estados do sul do Brasil, PR, SC, RS. Os depoimentos desses webinar fazem parte da publicação que celebra os 70 anos das RBAs

RBA 70 ANOS.
São Luís, 22 a 24 de
novembro de 2023.



Atividades RBA 70 ANOS

- RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais (Unimontes, 17/08/2023)
- Encontros de Antropologia em Minas Gerais (UFMG, 28/09/2023)
- Antropologia no Brasil – 70 anos de RBA (PUC-Minas e UEMG, 20/11/2023)
- O fazer antropológico e os atos de Estado em relação às comunidades e povos tradicionais (PPGCS/UFMA, 21 e 22/11/2023)
- Fazer histórias da antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures (TVABA, 02/12/2023)
- 70 anos RBA: a criação da ABA e a defesa dos direitos fundamentais (UFF, julho/2023)
- A constituição do Campo da Antropologia no estado do Pará (Museu Goeldi/UFPA, 06 e 07/12/2023)
- Antropologias, Museus & Populações Tradicionais (PPGAS/UFMT, Museu Rondon, 11/12/2023)
- Jornada dos 70 anos da Primeira Reunião de Antropologia (1953 – 2023): reflexões a partir da Antropologia da Paraíba (PPGA/UFPB, 14/12/2023)
- 70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados (UFGS/ UFSC, 10/01/2024)

RBA 70 ANOS na RAM. Niterói, agosto de 2023.





70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados.

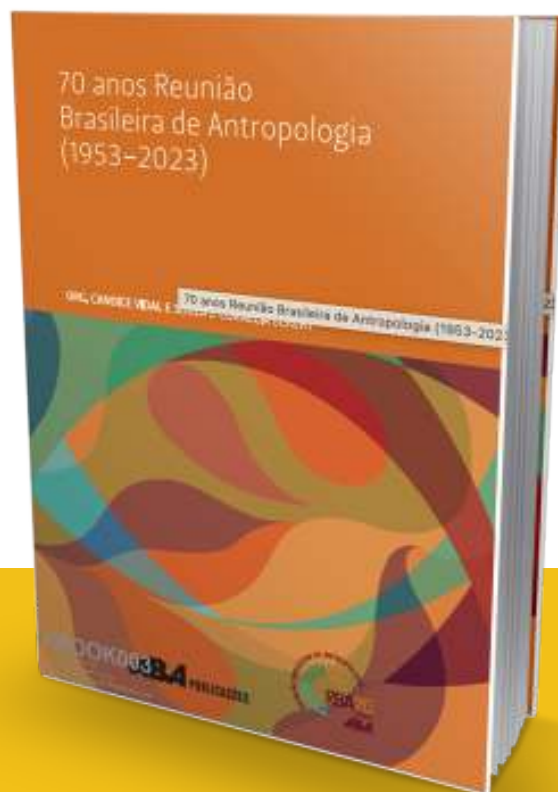
Abertura:
Andréa Zhouri (Presidência da ABA)

Painelistas:
Carmen Rial (UFSC)
João Rickli (UFPR)
Miriam Grossi (UFSC)
Ruben Oliven (UFRGS)

Mediação:
Denise Jardim (Diretoria sul da ABA)

10 JAN 2024 14h

ABA Associação Brasileira de Antropologia @tvaba



II - INCIDÊNCIA PÚBLICA

A gestão 2023-2024 consolidou a atuação da ABA no espaço público, fortalecendo sua presença em debates importantes referentes a direitos sociais e ampliando seu diálogo com diferentes segmentos da sociedade. Além do fomento à produção científica, buscamos promover um fazer antropológico com incidência pública em questões que impactam diretamente os modos de vida dos grupos com os quais interagimos em nossas práticas profissionais. Esse esforço ocorreu em um contexto de maior abertura ao diálogo por parte de instituições governamentais, do judiciário, de comunidades e movimentos sociais, possibilitando que a ABA desempenhasse um papel ativo nesta interlocução, ao qualificar o debate público, promover discussões informadas e fortalecer a presença de antropólogos, antropólogas e antropólogues nos espaços de decisão.

Mesmo com a retomada democrática, muitos desafios persistem. Logo no início da gestão, a discussão sobre o Marco Temporal e a explosão do garimpo em terras Yanomami, por exemplo, mobilizaram pessoas associadas e a assessoria jurídica da ABA. Essa mobilização resultou em notas, articulações com outras associações, reuniões no STF, webinários e na publicação de um livro (sobre a situação dos Yanomami).



SEMINÁRIO

120 DIAS DE RECONSTRUÇÃO

Logo no primeiro quadrimestre da gestão foi organizado um grande seminário presencial, intitulado Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias de reconstrução da democracia, entre os dias 3 e 4 de maio de 2023, na Fiocruz/UnB, em Brasília/DF com a presença de representantes do Governo Federal, de entidades da sociedade civil e de pesquisadores/as. O evento percorreu um amplo debate sobre a conjuntura atual, pressões e desafios que perpassam a garantia dos direitos fundamentais na sociedade brasileira. As questões foram debatidas com a presença de antropólogo/a/es, de agentes do Estado, do judiciário, de representantes de comunidades e movimentos sociais. Como resultado, além do endereçamento direto

DEMOCRACIA
DIVERSIDADE
TERRITÓRIOS
MEIO AMBIENTE
SAÚDE
EDUCAÇÃO
DIREITOS

03 e 04 maio 2023
Auditório da Fiocruz
Brasília (DF)

de questões que posteriormente se desdobraram em ações de cooperação com alguns dos presentes, também foi publicado um livro intitulado “120 Dias de Reconstrução: democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil”, organizado por Andréa Zhouri e Matheus França.





Participantes do Seminário 120 dias de reconstrução da democracia. Brasília, 3 e 4 de maio de 2023.

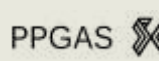


Paulo Machado Guimaraes (assessoria jurídica da ABA), Andréa Zhouri (presidente da ABA), Elaine Moreira (Comissão de Assuntos Indígenas ABA), Alexandra Barbosa (secretária adjunta da ABA) e Eloy Terena (Secretário-Executivo do MPI)

Realização:



Apoio:



Povos originários e tradicionais

Seminário e oficina sobre protocolos de Consulta e Consentimento
Livre, Prévio e Informado (CCLPI) – Unimontes, Montes
Claros/MG, 06 a 10/02/2023



Dentre as atividades desenvolvidas estiveram o Seminário e a Oficina sobre protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CCLPI), uma realização do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos em parceria com colegas da Unimontes, em Montes Claros/MG, entre 6 e 10 de fevereiro de 2023. As atividades tiveram como objetivo promover o intercâmbio de experiências entre os povos do Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas Gerais e outras regiões do Brasil, com foco na construção de alternativas para a efetivação da Consulta Prévia, Livre e Informada, prevista na Convenção 169 da OIT, especialmente para povos e comunidades tradicionais em situação de conflito.

Durante toda a gestão, a ABA seguiu no diálogo com a 6ª Câmara do MPF, endereçando questões pertinentes na interlocução com alguns de seus grupos de trabalho (povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas). Os direitos de PCTs receberam um foco de atenção especial por parte da gestão, na medida em que seus direitos ainda são difusamente reconhecidos nos instrumentos legais. Uma série de atividades foi organizada sobre essa temática.

Algo que é digno de nota, uma mudança legal foi efetivamente observada após o seminário de BSB, por meio da publicação do ENUNCIADO 6CCR nº 47, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, em 9 de fevereiro de 2024, que trouxe novos aportes e parâmetros ao debate legal sobre os processos de reconhecimento dos direitos territoriais de PCTs no Brasil.



Contando com o apoio do Comitê Quilombos, durante a gestão 2023-2024 também foi formalizado um [Acordo de Cooperação Técnico-Científica entre a ABA e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas \(CONAQ\)](#), em maio de 2024, fruto de um longo processo de construção conjunta que envolveu várias reuniões e um seminário no Maranhão. As ações da ABA no acordo incluem a promoção dos direitos socioterritoriais quilombolas, realização de pesquisas científicas, contribuição técnico-científica para processos de regularização fundiária, capacitação de lideranças quilombolas e sensibilização da sociedade civil e órgãos governamentais sobre questões referentes aos direitos dos quilombolas. O acordo firmado com a CONAQ é um importante marco do engajamento da ABA com o contexto externo, e do reconhecimento da importância do conhecimento antropológico nos processos de titulação de quilombos.

Quilombo Lapinha,
Matias Cardoso (MG).
Fevereiro de 2023
Foto: Elisa Cotta

Lançamento do projeto Aquilombar
Brasília, 16 de maio de 2024



O seminário A Antropologia e os Territórios Quilombolas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), realizado no Maranhão, reuniu pesquisadores, lideranças quilombolas e representantes do poder público para debater a realidade das comunidades quilombolas nessas regiões. O evento buscou discutir os rumos da pesquisa antropológica, ampliando o conhecimento sobre especificidades regionais e aspectos comuns das lutas quilombolas por reconhecimento étnico, titularidade das terras e políticas públicas. Também foram analisados os impactos das ações afirmativas no ensino superior, considerando a crescente presença de estudantes negros, indígenas e quilombolas, inclusive na pós-graduação.

Além de dois seminários na UFMA, também foram feitas visitas a território quilombola conduzidas pela União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim (Uniquita), oportunidade em que a ABA pode prestar solidariedade à família de uma liderança assassinada, assim como elaborarmos estratégias de interlocução com o Ministério Público e outras instâncias de apuração das violências contra quilombolas no estado.



Quilombo Lapinha,
Matias Cardoso (MG).
Fevereiro de 2023

Seminário "O fazer antropológico e atos de Estado em relação às comunidades tradicionais. Maranhão, novembro de 2023



Grandes projetos e desmonte ambiental

No campo socioambiental, como efeito do processo de “desmonte” (desmantelamento das políticas e da legislação ambiental), algumas propostas foram acompanhadas pela ABA, por meio da promoção de debates e da produção de documentos como notas, pareceres e ofícios. Duas situações importantes foram acompanhadas de perto pelos comitês da ABA, a saber: a tramitação da nova lei geral do licenciamento ambiental e os projetos para desestatização de Parques Nacionais. A ABA também acompanhou de forma sistemática casos relevantes como Belo Monte, na região do Xingu, a mineração em Minas Gerais e projetos nucleares no Ceará. A participação da ABA em reuniões com o MPF e a produção de documentos influenciaram decisões importantes, como a revisão ou paralisação de licenças ambientais.

Os projetos de mineração propostos para o município do Serro (Projetos das mineradoras Herculano e Ônix), na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, tem sido objeto de uma ação conjunta dos comitês Patrimônios e Museus, Quilombos e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, em parceria com o Fórum de Patrimônio, desde 2021. Localizado na região central da Serra do Espinhaço e cercado por colinas e cachoeiras, o município do Serro fica a 325 quilômetros da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Importante destino turístico, integra o Caminho dos Diamantes e a Estrada Real. Devido ao rico patrimônio histórico que agrega, todo o acervo urbano-paisagístico do município passou a ser protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) por meio do tombamento, em 1938.

Além de ameaças ao patrimônio e ao meio ambiente, os estudos de impacto ambiental apresentados pelas mineradoras não abordavam a existência de dezenas de comunidades tradicionais, sobretudo as comunidades quilombolas existentes no município. Em função da expertise dos diferentes comitês, a ABA estabeleceu uma interlocução com diversas instituições envolvidas no caso, tal como a Federação Quilombola N'Golo, o Ministério Público e o IPHAN. Na gestão 2023-2024, a ação conjunta dos comitês foi continuada.

A Associação respondeu às interpelações diretas, tal como o ofício da N'Golo questionando as especialidades das equipes técnicas das mineradoras em março de 2023, posicionou-se em audiências do Conselho do IPHAN, onde tem representação, assim como em audiências públicas onde os projetos foram debatidos. Ademais, elaborou a [Nota pelos direitos e proteção da Comunidade Quilombola de Queimadas \(Serro/MG\)](#) no processo de elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada em abril de 2023, e a [Nota pelos direitos e proteção da Comunidade Quilombola de Queimadas \(Serro/MG\)](#) no processo de elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada, em março de 2024.

No caso Belo Monte, a ABA deu continuidade à interlocução com o MPF/Altamira, iniciada desde a gestão 2011-2012, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento do plano básico ambiental aprovado no âmbito do licenciamento e na introdução de ações nele não previstas, como a implantação do Território Ribeirinho - para abrigar povos indígenas e comunidades



tradicionais expulsas de seus territórios - ainda em curso.

No Amazonas, por iniciativa do Ministério Público Federal/Amazonas, com a participação do Ministério Público Federal/Altamira-PA, foi articulado um grupo de pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, que desenvolvem estudos e pesquisas sobre Mineração e Violação de Direitos dos Povos Tradicionais, no Brasil, para uma reflexão interdisciplinar, que contribua para subsidiar ações políticas, administrativas e jurídicas referentes ao tema. A discussão teve como mote inicial o projeto de exploração de potássio, em Autazes/Am, cujo licenciamento conduzido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) é objeto de ação judicial (tutela antecipada antecedente, 13/05/2024). Em abril de 2024, este grupo publicou a seguinte nota: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-potassio/documentos-importantes/nota-tecnica-conjunta>.

A ABA igualmente acompanhou a interlocução dos Tembé e Turiwara, no estado do Pará, em situação de violação de direitos e de retomada territorial, no contexto da plantation de dendê.

Como desdobramentos, alguns desses casos foram objeto de debate em eventos organizados em parceria com o MPF, como o tema sobre mineração e licenciamento ambiental no Amazonas e em Minas Gerais, debatidos em maio e julho de 2024.

Outro resultado de incidência pública foi a edição de um livro sobre as transformações vivenciadas no campo socioambiental, abordando diferentes casos etnográficos tratados nas atividades promovidas pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. Intitulado Terra Arrasada. Desmonte

ambiental e violação de direitos no Brasil, 2016-2023, a obra trouxe uma reflexão ampla sobre os impactos das políticas ambientais no período e as violações de direitos enfrentadas por diversas comunidades.



Violência de Estado e encarceramento



Através de sua diretoria Norte, Comissão de Direitos Humanos e Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, a ABA abordou a violência armada e o encarceramento em diferentes territórios sociais. Foram realizadas atividades para discutir temas relacionados à violência estatal e paraestatal, nos âmbitos das prisões, das práticas de violação incidentes sobre maternidades, sobretudo aquelas associadas a indígenas, negros e territórios tradicionais. Os eventos reuniram acadêmicos e ativistas para denunciar práticas de violência e mapear formas de resistência. Entre as organizações envolvidas estavam o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o CIMI, e a Frente pelo Desencarceramento do Amazonas.

A fim de aprofundar o debate sobre práticas policiais e o encarceramento de populações historicamente vulnerabilizadas, a ABA promoveu três oficinas com a participação de pesquisadores, defensoras e defensores de direitos humanos e pessoas diretamente afetadas pela violência de Estado. Foram elas: Maternidades Destituídas, Violentadas e Violadas, Encarceramento Indígena e Quilombola, e Violência Estatal e Paraestatal em Territórios Tradicionais.

A oficina sobre encarceramento indígena e quilombola teve como ponto de partida a constatação da escassez de dados sobre a situação prisional dessas populações, o que dificulta diagnósticos e ações efetivas. Para enfrentar essa lacuna, estruturou-se uma equipe de pesquisa etnicamente diversa, formada por seis

pesquisadores e seis bolsistas. Como resultado das atividades dessa rede, foi elaborado um relatório parcial com o mapeamento das principais fontes discursivas sobre o Movimento Invasão Zero, abrangendo eventos, publicações, agentes e ações, além de propor uma cronologia e delimitação territorial de sua atuação na Amazônia Legal.

Além disso, no âmbito do Projeto ABA-Ford, foram produzidos outros três relatórios relacionados aos temas discutidos nas oficinas, abordando questões como o encarceramento de indígenas e quilombolas, violências de gênero e a violência armada estatal e paraestatal. Esses esforços buscaram ampliar a visibilidade desses temas e oferecer subsídios qualificados para o debate público e a formulação de políticas.

Colóquio formas de conflito
armado no Brasil
Julho de 2024.
Pré-evento da 34ª RBA



Marco Temporal



Na gestão 2023-2024, demos continuidade a ações no STF que haviam sido instauradas na gestão 2019-20. Através da cooperação entre o Comitê de Laudos e a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), na qualidade de Amicus Curiae, a ABA entrou no âmbito do “Recurso Extraordinário nº 1017365” (instituído no STF), relativo ao julgamento da revisão de limites da T.I. Ibirama La Klãnõ, em Santa Catarina, cujo relator é o Ministro Edson Fachin. Por suas características, tal julgamento teve decretada “repercussão geral”, considerando a validade ou não daquela que foi denominada de “tese do marco temporal”.

No quadro do julgamento, a ABA elaborou várias peças, com corpos de argumentos específicos. A primeira delas (em 2020) foi constituída por um memorial da ABA, no qual consta uma ampla análise antropológica, recusando tal tese do marco temporal como sendo equivocada no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. A partir daquele momento, as coordenações tanto do Comitê de Laudos quanto da CAI seguiram acompanhando o processo, solicitando (e obtendo) audiências com os Ministros do STF, e ficando de prontidão para a elaboração de eventual nova documentação necessária para o processo – que se estendeu por vários anos e que ainda não foi concluído.

Em 2024, a ABA teve a oportunidade de se reunir de forma virtual com o ministro Edson Fachin, e em decorrência da relevância destas questões, o Comitê de Laudos e a CAI decidiram organizar, em junho de 2024, na UnB, uma oficina específica sobre o marco temporal e os direitos territoriais indígenas em geral, e sobre a Lei 14.701/2023 em particular. Este encontro contou com a presença de convidados/as antropólogos/as e operadores do direito com alto conhecimento no tema, como os doutores Carlos Frederico Marés, Deborah Duprat, Márcio Santilli e Paulo Machado Guimarães, os professores doutores João Pacheco de Oliveira e Paulo Santilli, bem como representações da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República (dra. Ana Borges C. Santos e dra. Márcia Zollinger) e da FUNAI (Maria Janete A. de Carvalho). Como diretoria da ABA, participaram a presidenta Andréa Zhouri e a secretária adjunta Alexandra Barbosa da Silva. Pelo Comitê de Laudos, os professores Fabio Mura e Andrey Cordeiro Ferreira, sendo que pela CAI estiveram presentes as professoras Elaine Moreira e Edviges Ioris, e o prof. Estevão Palitot.

Nas conclusões da oficina foi enfatizado, de modo unânime, que a Lei 14.701/2023 é inadequada e inapropriada em sua inteireza. Concluiu-se pela importância de se promover ações que dessem

continuidade aos encaminhamentos da ABA no STF, desta vez enveredando para a impetração de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) específica sobre a própria referida Lei.

Como última ação da gestão 2023-2024, foi formado um GT na ABA visando discutir como a Associação se manifestaria a respeito do trabalho antropológico nos laudos para identificação e delimitação de terras indígenas, em audiência no STF; mais especificamente, na comissão especial de conciliação, conduzida pelo ministro Gilmar Mendes. O GT contou com a participação dos Profs. Fabio Mura e Andrey Ferreira (como coordenação do Comitê de Laudos), a Profa. Elaine Moreira, (coordenadora da CAI/ABA), as Profas. Andrea Zhouri, Sônia Magalhães e Alexandra Barbosa da Silva (pela Diretoria da ABA) e, finalmente, pelas pessoas que iriam fisicamente (além de Andréa Zhouri) participar de audiência no STF, isto é,

os professores/as Manuela Carneiro da Cunha, Paulo Santilli, Bruna Franchetto e Ruben Oliven. A audiência ocorreu no 16 de dezembro de 2024. Na ocasião, a Associação também contou com a parceria da SBPC, por meio de Fernanda Sobral, e de Mercedes Bustamante, representando a ABC.

De acordo com o rito, a ABA e as sociedades científicas parceiras tiveram a palavra por duas horas. Em seguida, ocorreram as falas e questionamentos das partes presentes e dos que estavam acompanhando de forma virtual. A ABA e sua comitiva puderam detalhar informações e dirimir dúvidas sobre a natureza e o valor científico do trabalho antropológico e sua contribuição para a sociedade, as políticas públicas e a democracia.

[\(Veja aqui a publicação da audiência no site do STF\).](#)



Oficina realizada em junho de 2024, em Brasília.

O Ensino e a profissionalização da antropologia

A atuação da Antropologia no mundo extra-acadêmico também coloca a ABA diante de um debate crucial devido ao aumento de ataques a antropólogos/as/es e debates sobre questões éticas pertinentes à nossa atuação profissional. A defesa da ciência tem sido a base para nossa atuação visando a contribuir para o fortalecimento da democracia e da justiça social. A gestão comprometeu-se, assim, a fortalecer os mecanismos de defesa da ética profissional – como os já mencionados documentos que definem as diretrizes para atuação das pessoas associadas da ABA – e a promover a autorreflexão sobre o papel e a responsabilidade social do antropólogo.

O debate sobre a profissionalização avança sobre os processos de formação dos antropólogos, sobretudo os cursos que promovem a diplomação nesta área. Entre estes, uma série de cursos de Educação a Distância, que foram inicialmente mapeados por uma pesquisa encomendada pela ABA, cujos resultados podem ser vistos no webinar “[Antropologia online: a expansão dos cursos de Antropologia na Educação à Distância no Brasil](#)” e no livro que se encontra no prelo (com lançamento previsto para maio de 2025).



05 NOV 2024
15h às 17h

Antropologia online: A expansão dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil

Apresentação:
Guillermo Vega Sanabria (UFBA)
Lucas Maroto Moreira (UFBA)

Comentários:
Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ)
Mariana Balen Fernandes (UFRB)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Mediação:
Deborah Bronz (UFF/ABA)

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

III - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O fortalecimento institucional da ABA e sua incidência no espaço público são sempre acompanhados por seu compromisso com a produção da pesquisa antropológica e da divulgação do conhecimento. Neste sentido, é importante destacar que notas técnicas **(55 próprias e 26 notas de apoio)** contaram com o conhecimento produzido e acumulado por integrantes de comitês e comissões da ABA em áreas de sua especialidade. Webinários, a exemplo daqueles referentes ao genocídio Yanomami e ao desmonte ambiental, resultaram igualmente em publicações que integram o acervo da biblioteca virtual da ABA. O mesmo pode ser dito de eventos como o seminário 120 Dias de Reconstrução da Democracia, que analisou os desafios do novo governo após quatro anos de desmonte de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, políticas de reconhecimento territorial entre outras. Ainda, estes conhecimentos são a base dos eventos que, ao celebrarem os 70 anos de realização das RBAs, também enfocaram uma diversidade temática no campo da antropologia contemporânea.

Um total de 20 livros foram publicados e outros 6 encontram-se no prelo enquanto este relatório está sendo elaborado. São pesquisas de qualidade que a ABA torna pública de forma gratuita por meio do seu portal eletrônico. A gestão também apoiou as revistas Vibrant e Novos Debates, as quais são responsáveis pela publicação regular de artigos acadêmicos apresentados de forma livre ou por meio da elaboração de dossiês temáticos.

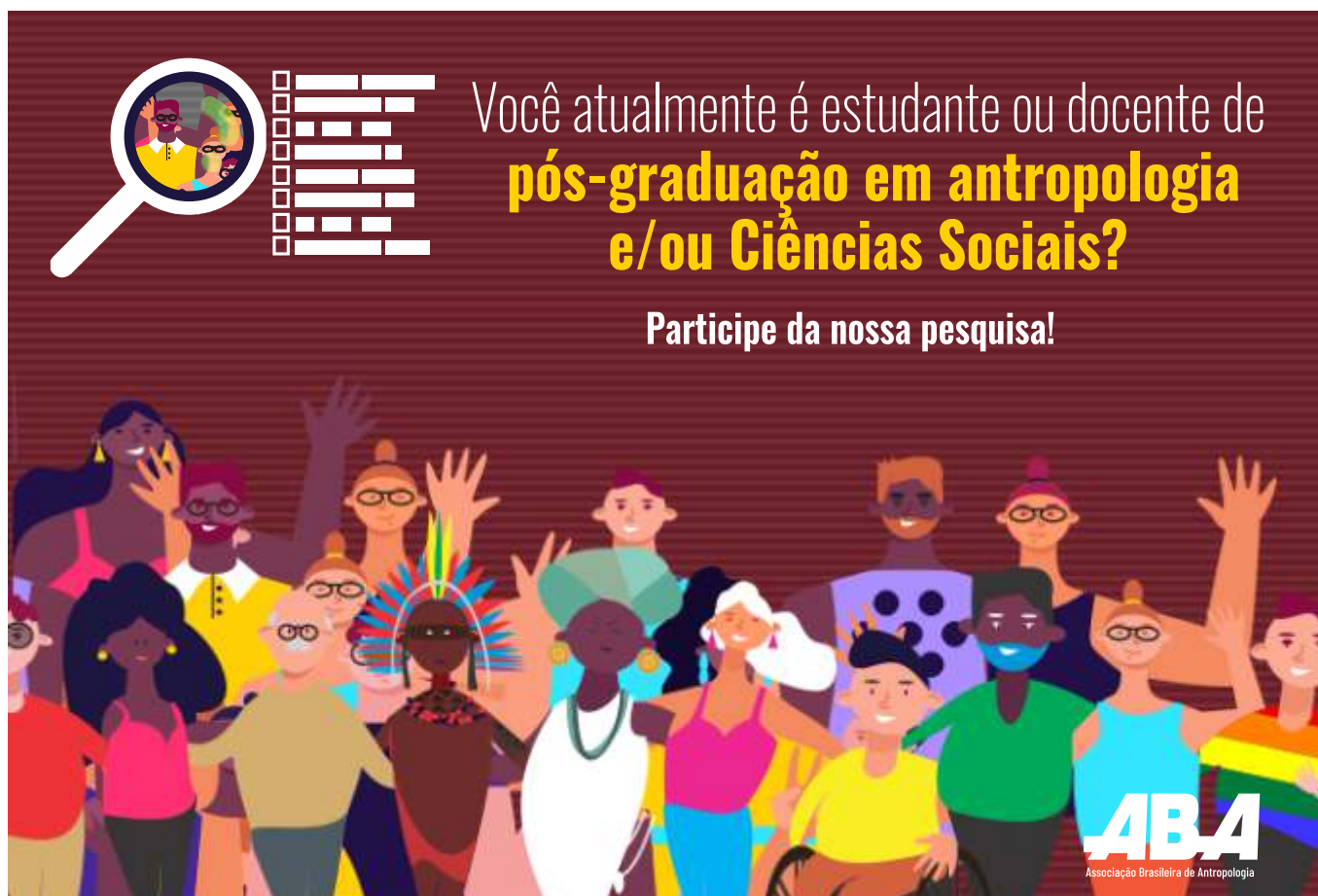
Com apoio fornecido pelos parceiros da ABA, foram realizadas três pesquisas originais, cujos resultados foram divulgados em eventos presenciais e online, bem como por meio da organização de publicações e livros.



A Pós-Graduação em Antropologia e as políticas de ações afirmativas

A ABA realizou um estudo quantitativo por meio de questionário estruturado intitulado "A Pós-Graduação em Antropologia e as Políticas de Ações Afirmativas" sobre a implementação das ações afirmativas nas pós-graduações em Antropologia e Ciências Sociais no Brasil. O objetivo foi identificar obstáculos ao acesso e à permanência de estudantes na Universidade, além de proporcionar uma análise geopolítica da diversidade étnico-racial e do acesso aos investimentos no contexto da antropologia brasileira. Com essa iniciativa, a ABA buscou criar elementos para fornecer apontamentos e proposições para contribuir com o aperfeiçoamento das ações afirmativas.

Obtivemos 281 respostas, representando uma amostra satisfatória. A maioria dos respondentes eram brasileiros (95%), com idade entre 23 e 40 anos (69,6%) e renda entre 1 e 4 salários-mínimos (51%). Em termos de gênero, 55% se declararam mulheres cisgênero e 35% homens cisgêneros. Quanto ao item raça, 30% se identificaram como pretos, 30% pardos e 30% brancos. Apenas 27% ingressaram na graduação via políticas de cotas, enquanto 41% entraram na pós-graduação por meio de cotas, principalmente raciais (36%). Os dados estão sendo analisados para um maior detalhamento do perfil dos respondentes e suas experiências.



Você atualmente é estudante ou docente de
**pós-graduação em antropologia
e/ou Ciências Sociais?**

Participe da nossa pesquisa!


Associação Brasileira de Antropologia

Pesquisa sobre os associados:

QUEM SONHOS NÓS?

No primeiro ano de gestão, realizamos uma pesquisa detalhada para entender o perfil das pessoas associadas. Recebemos 539 respostas de um total de 874 associados ativos e 1.062 inadimplentes à época. Após a limpeza do banco de dados, foram consideradas 521 respostas ao questionário. Esses dados são fundamentais para desenvolver políticas que fortaleçam o engajamento e aumentem o número de membros, assim como a arrecadação. Igualmente, a pesquisa visou compreender parcialmente as transformações pela qual a ABA vem passando através da reconfiguração do perfil de seus associados, seus engajamentos, suas demandas e necessidades. Esta é a primeira pesquisa dedicada a aspectos relativos ao perfil de pessoas associadas da ABA. Ela foi motivada pelo entendimento de que somente os dados cadastrais não poderiam suprir algumas indagações sobre o perfil e atualizações da atuação das pessoas associadas. Ao mesmo tempo, a presente pesquisa não tem a pretensão de tirar um “extrato” do cadastramento delas.

Em 2024, a ABA alcançou 70 anos de suas reuniões científicas. Muitos dos associados se vincularam à ABA apenas nessa última década. Observar a chegada dos

profissionais sob novas inquietações e egressos de um sistema universitário que implementou em sua geração as ações afirmativas se torna um bom começo para, dedicadamente, reexaminar o modo como vivemos todas as transformações introduzidas recentemente no sistema universitário brasileiro através das ações afirmativas e da ampliação do acesso a universidades públicas por meio do REUNI. Trata-se de dar sequência às coletâneas sobre o campo da antropologia que a ABA produziu anteriormente e oferecer novos contornos ao debate sobre a Antropologia brasileira que fazemos. Tais mudanças se expressam sensivelmente na incidência dos perfis institucionais da ABA e nas diferentes redes sociais nas quais a Associação está presente. O expressivo número de seguidores da ABA nas redes sociais reflete tal expansão. Assim, a pesquisa também buscou entender como, e em que medida, essas temáticas recorrentes nos fóruns virtuais se fazem presentes no cotidiano de nossos associados.

Como as pessoas associadas se engajam na ABA e através de que temas, novos temas, novas dinâmicas e qual o alcance de sua atuação? Como esse perfil



diversificado expressa uma experiência de “estar no mundo”, construir sua formação enquanto a vida acontece (maternidade, cuidado com os mais velhos, o mercado de trabalho) e orientar suas escolhas temáticas ao sabor de formações disponíveis regionalmente? Como consideramos as experiências corporais dos antropólogos e antropólogas no mundo, sua formação e o exercício profissional?

Estes amplos objetivos motivaram e delinearam este que foi um primeiro esforço da ABA para iniciar uma pauta de pesquisa visando o

autoconhecimento da própria Associação. Desse modo, através de um debate sobre os dados levantados, vislumbramos a possibilidade de gerar atualizações e sequências temporais que apontem nossas próprias transformações, buscando fomentar estratégias e debates sobre o fortalecimento da pluralidade de corpos, saberes e modos de exercer e aprender antropologia no Brasil, além de refletirmos continuamente sobre qual ABA queremos.

QUEM SOMOS NÓS?



A Antropologia em Educação a Distância

A propagação de novos cursos EAD de antropologia divulgados na mídia estimulou a constituição de um grupo de trabalho. O tema foi alvo de uma pesquisa específica, cujos resultados foram consolidados em um relatório e apresentados no webinar [“Antropologia online: a expansão dos cursos de Antropologia na Educação à Distância no Brasil”](#), acima mencionado. Os primeiros resultados motivaram o prosseguimento da pesquisa levada a cabo pelo antropólogo Guillermo Vega Sanabria, coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Estes cursos estão concentrados no nível de pós-graduação lato sensu e são oferecidos por instituições privadas de ensino, sendo objeto de registro/cadastro no MEC, o que não significa necessariamente credenciamento (avaliação) por parte do ministério. Conforme mencionado, esta é uma nova questão diretamente relacionada à profissionalização e ao próprio exercício da prática antropológica, sobretudo em contextos de conflitos e em situações de demandas de laudos e perícias antropológicas. Além de webinar acessível pela TV ABA, um livro sobre a pesquisa encontra-se no prelo, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2025.



Webinário “Antropologia online: a expansão dos curso de Antropologia na Educação à distância no Brasil



34^aRBA | 23 A 26
JULHO 2024
BHTERRITÓRIOS VIVOS,
CORPOS PLURAIS
ANTROPOLOGIA E SABERES CRÍTICOS

A 34^a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) aconteceu de 23 a 26 de julho de 2024, na UFMG, em Belo Horizonte, com o tema “Territórios vivos, corpos plurais: Antropologia e saberes críticos”. O evento teve como foco principal as lutas sociais e as resistências em defesa dos territórios e dos corpos plurais diante de crises e violências contemporâneas no Brasil e no mundo. Foi o primeiro encontro totalmente presencial da RBA após seis anos, período marcado por crises como a pandemia de Covid-19 e ameaças à democracia, ciência e meio ambiente. Foi ainda a terceira RBA realizada em território mineiro após 32 anos (sob a presidência de Roque Laraia, em 1992).

Contando com um total de 2.793 participantes, a programação incluiu 104 Grupos de Trabalho, com 1.689 trabalhos aprovados; 76 Mesas Redondas; 25 Simpósios Especiais e Rodas de Conversa; além de 6 pré-eventos. Entre os destaques, estavam as conferências de renomados pesquisadores, como Gersem Baniwa, que falou sobre saberes indígenas e lutas territoriais; Alpa Shah, que abordou o tema da justiça ambiental e o

encarceramento de intelectuais e ambientalistas na Índia; e Christen Smith, que discutiu epistemologias negras. Homenagens foram prestadas a importantes figuras da antropologia brasileira, como Bela Feldman-Bianco, Berta Ribeiro e Carlos Rodrigues Brandão.

A programação também incluiu quatro minicursos e dez oficinas, abordando temas como direitos humanos, saberes tradicionais e etnografia. Entre elas, a sessão “Protocolos Autônomos em contextos de

Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais” se destacou pela presença massiva de representantes dessas comunidades, ampliando o

diálogo entre saberes.

A programação cultural da 34^a RBA foi intensa e buscou retratar a mineiridade com danças e ritmos variados, como samba, jazz, pop, música de raiz e da cultura popular. Foram realizadas diversas mostras e exposições. Na cerimônia de abertura, ocorrida no famoso Cine Theatro Brasil, no centro de Belo Horizonte, Warley Henrique executou o hino nacional com seu cavaquinho e o Grupo Aruanda apresentou o

“**O evento teve como foco principal as lutas sociais e as resistências em defesa dos territórios e corpos plurais diante de crises e violências contemporâneas no Brasil e no mundo.**”

espetáculo de dança Encantos de Minas. Nos demais dias, apresentaram-se cantores e compositores renomados, a exemplo de Rubinho do Vale, Dóris do Samba, Pereira da Viola, Raquel Seneias, Fabinho do Terreiro, Nath Rodrigues, Luísa da lola, além da participação especial da Irmandade Os Carolinos. No baile de encerramento, o Grupo de Samba Fran Januário e o DJ Brandu animaram a festa, trazendo diversos hits, com músicas latinas e brasileiras. Nossa RBA foi repleta de musicalidade e envolvimento, demonstrando o sentimento de acolhimento a toda a diversidade.

O vídeo a seguir é um registro sintético do espírito que norteou esse memorável encontro em terras mineiras:

<https://www.youtube.com/watch?v=EfcT8Ow9jiM>



34^a RBA | BH 2024

**PROGRAMAÇÃO
ARTÍSTICO-CULTURAL**



Grupo
Aruanda

Rubinho
do Vale

Nath
Rodrigues

Fabinho do Terreiro,
Doris do Samba e
Raquel Seneias

Pereira da
Viola

Luísa da lola



Políticas de Inclusão na 34ª RBA

Ações afirmativas garantiram maior diversidade, oferecendo descontos e isenções de inscrição para grupos sub-representados, beneficiando 1.100 participantes. Como parte das iniciativas de apoio à ampliação da participação de diferentes grupos no evento, a ABA lançou editais para isenção da taxa de inscrição. Um deles foi voltado para representantes de comunidades e movimentos sociais que tiveram participação formal na RBA, seja como convidados de Simpósios Especiais e Mesas Redondas, seja como inscritos em Oficinas, Minicursos ou Grupos de Trabalho.

Durante o desastre das enchentes no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, a ABA, por meio de sua diretoria Sul-Sudeste, apoiou ações de acompanhamento às pessoas atingidas e articulou-se com instituições locais para mitigar os danos materiais. Nesse contexto, foi criada a plataforma Vozes do Sul, que possibilitou o envio de apresentações em vídeo por estudantes e antropólogas do RS, garantindo sua participação nos Grupos de Trabalho de modo virtual na página do evento. Além disso, foi lançado um edital que concedeu isenção integral da taxa de inscrição a pessoas diretamente afetadas pela catástrofe e que tivessem sido convidadas para compor mesas-redondas, simpósios ou que tivessem trabalhos aprovados para apresentação.

Além disso, a "Abinha" forneceu suporte a famílias com crianças, e as atividades culturais integraram o Festival de Inverno da UFMG, acrescentando um caráter artístico e festivo ao evento.





Apresentação cultural: Fabinho do Terreiro, Dóris do Samba e Raquel Seneias



Mesa de abertura da 34ª RBA



Área de credenciamento da 34ª RBA



Pré-evento Povos Tradicionais e Mineração



Reunião da Diretoria Aba com antropólogos do Ministério Público Federal



Gersem Baniwa

Alpa Shah

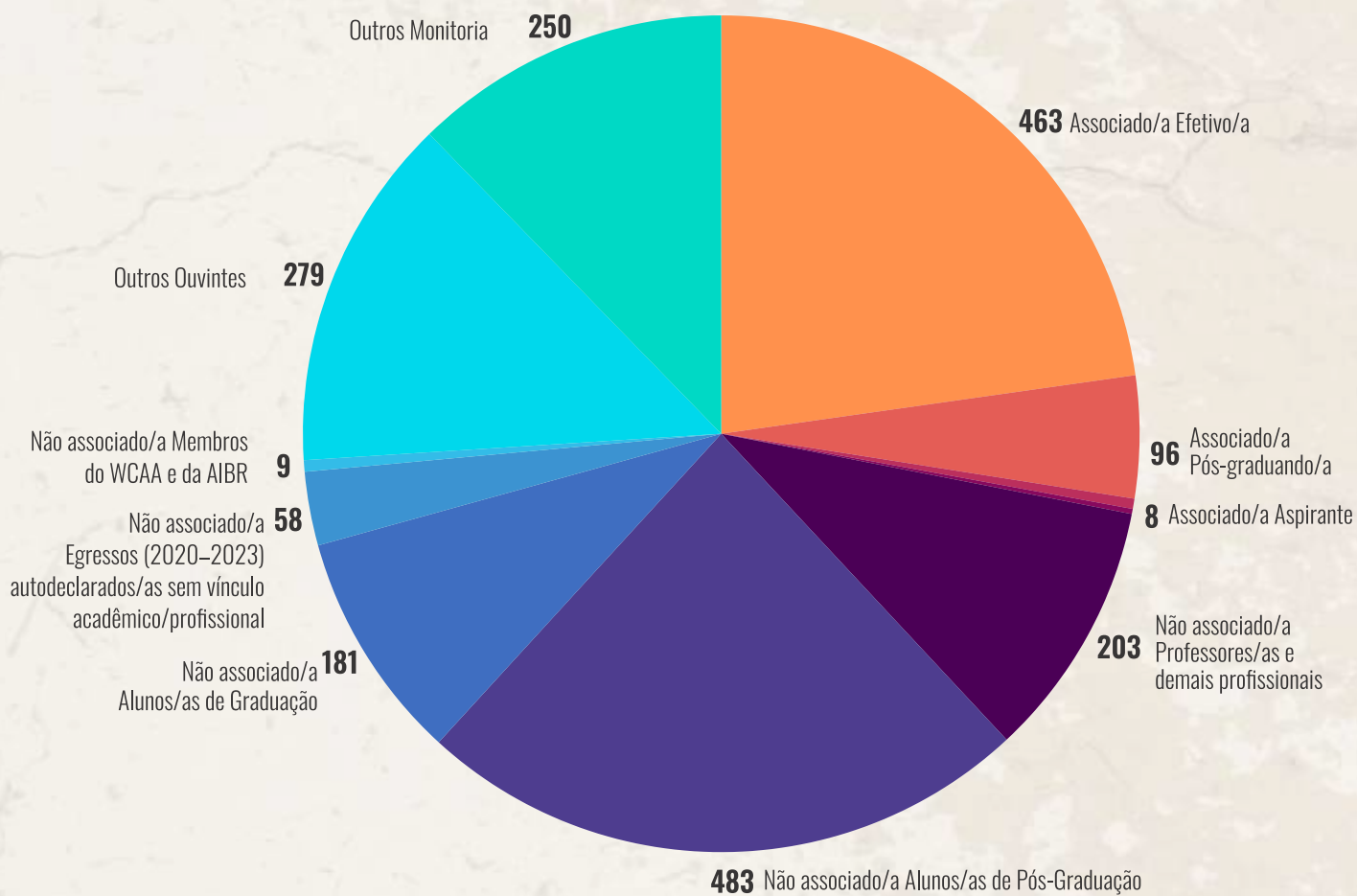
Christen Smith

34ª
RBA | **BH**
2024



PARTICIPANTES

Pessoas inscritas fora de nossas políticas de descontos para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas, trans ou pessoa com deficiência:



Total: 2.034

PARTICIPANTES

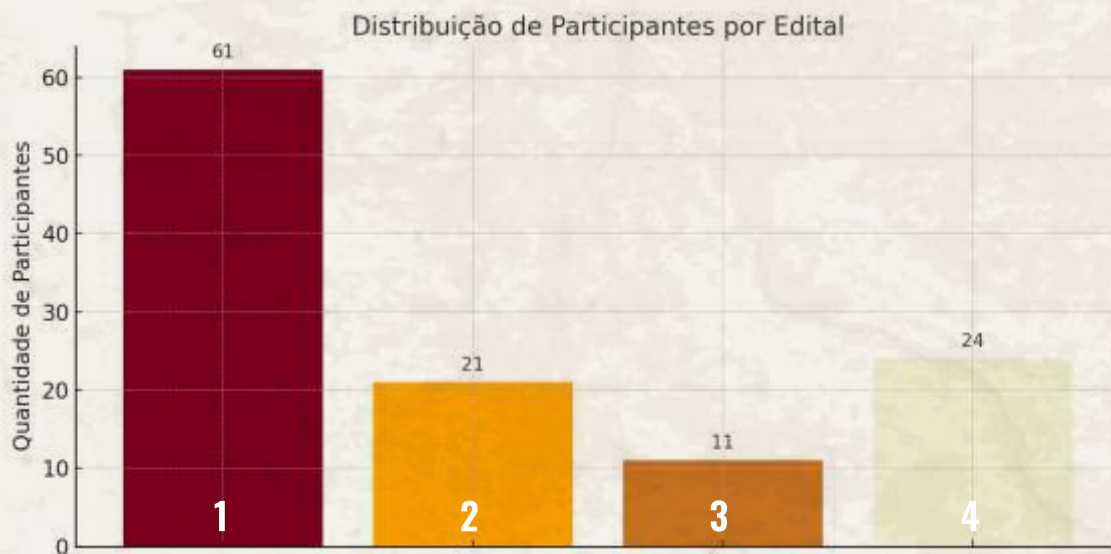
Pessoas inscritas através de nossas políticas de descontos para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas, trans ou pessoa com deficiência:



Total: 759
Total geral de pessoas participantes: 2.793

PARTICIPANTES

Pessoas contempladas pelos editais de isenções de inscrições (foram 4 editais): 117



1. Ações Afirmativas para Estudantes
2. Desastre RS - Chamada 1
3. Desastre RS - Chamada 2 (Bolsista)
4. Ações Afirmativas para Comunidades / Movimentos

ATIVIDADES

104 Grupos de Trabalho, 1689 trabalhos aprovados

76 Mesas Redondas

25 Simpósios Especiais e Rodas de Conversa

2 Mesas de Homenagem: uma à Bela-Feldman Bianco e outra à Berta Ribeiro

3 Conferências

4 Minicursos

10 Oficinas

6 Pré-eventos

6 Mostras e exposições

Lançamento de **38** livros

7 Agraciados pela medalha Roquette-Pinto

8 Premiações: Prêmio Lévi-Strauss; Prêmio Mário de Andrade, Prêmio Pierre Verger (desenho, fotografia, filmes), Prêmio Programação cultural intensa em parceria com o Festival de Inverno da UFMG, com **7** atrações.

Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio Lélia González, Prêmio de Divulgação Científica, Prêmio ABA de Ensino de Antropologia, Prêmio Heloísa Alberto Torres, por meio dos quais **49** prêmios e menções honrosas foram concedidos.

Várias Reuniões de trabalho de conselhos e comitês

PARTE 2. DOCUMENTOS DA GESTÃO

COMUNICAÇÕES DA ABA

Manifestações Públicas

1. **Nota de Repúdio e Pesar pelas execuções de Samuel do Amor Divino Pataxó e Nauí Brito Pataxó** – 20 de janeiro de 2023.
Link: http://www.abant.org.br/files/20230120_63cac67f07fa0.pdf
2. **YANOMAMI: tragédia humanitária anunciada** – 24 de janeiro de 2023.
Link em português: http://www.abant.org.br/files/20230124_63cfe9d8620d4.pdf
Link em espanhol: http://www.abant.org.br/files/20230125_63d12bbe7889d.pdf
Link em inglês: http://www.abant.org.br/files/20230126_63d273d564d74.pdf
3. **Nota de pesar do Comitê Deficiência e Acessibilidade** – 02 de fevereiro de 2023
Link: http://www.abant.org.br/files/20230202_63dbca232a197.pdf
4. **Nota da ABA em apoio aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Bacia do Rio Juruena** – 03 de fevereiro de 2023
Link: http://www.abant.org.br/files/20230203_63dd0ddc8b918.pdf
5. **Nota sobre a violência sexual e o assassinato da estudante Janaina da Silva Bezerra na UFPI** – 06 de fevereiro de 2023.
Link: http://www.abant.org.br/files/20230206_63e1669f4bdcc.pdf
6. **Nota Técnica - Prosseguem as investidas contra direitos dos Povos Tradicionais em Belo Monte** – 06 de março de 2023.
Link: http://www.abant.org.br/files/20230306_64060a70e42a0.pdf
7. **Nota Técnica em apoio à comunidade de pescadores artesanais Cova da Onça e às comunidades quilombolas da Ilha de Boipeba/Cairu – Baixo Sul da Bahia** - 22 de março de 2023
Link: http://www.abant.org.br/files/20230322_641b4e14a43a7.pdf

8. **Manifestação de repúdio contra o pronunciamento do deputado Nikolas Ferreira no dia 08 de março de 2023 – 24 de março de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230324_641da6f6a35c1.pdf
9. **Manifestação sobre a ação truculenta e violenta de reintegração de posse movida pela AGU na comunidade quilombola de Vista Alegre (Alcântara – MA) - 13 de abril de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230414_64395113e499a.pdf
10. **Nota de apoio e solidariedade à Comunidade de Quilombo Queimadas, município de Serro (MG) – 26 de abril de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230427_644a7164e7d87.pdf
11. **Nota sobre Evento público realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará, nos dias 27 e 28 de abril de 2023 – 05 de maio de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230505_64555e0099d08.pdf
12. **“Perdão Alcântara”: marco histórico necessário, mas insuficiente – 17 de maio de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230518_6466399f9c52a.pdf
13. **A “tese do marco temporal”: o destino das terras indígenas em julgamento no STF – 22 de maio de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230523_646ccb8fa0551.pdf
14. **ABA em defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida – 26 de maio de 2023**
Link em português: http://www.abant.org.br/files/20230529_6474af556c698.pdf
Link em inglês: http://www.abant.org.br/files/20230529_6474c696b378d.pdf
15. **Nota Técnica sobre o Projeto “Potássio Autazes” - 05 de junho de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230605_647dea9136c94.pdf
16. **Nota pública por memória e justiça pela chacina de Curió, em Fortaleza – CE - 23 de junho de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230626_6499a7d6c16c5.pdf
17. **Nota da CAI contra o Projeto de Lei 2903 - Não ao Marco Temporal! – 05 de julho de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230706_64a703dd7392d.pdf

- 18. O processo de licenciamento ambiental de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Rio das Mortes e afluente (MT) que afetam diretamente os povos Xavante e Bororo – 24 de julho de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230727_64c28529ec19f.pdf
- 19. Nota de Pesar – Mãe Bernadete – 18 de agosto de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230818_64dfa67feb4d2.pdf
- 20. ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS REITERAM REJEIÇÃO À TESE DO “MARCO TEMPORAL” - 30 de agosto de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230830_64efa9ac3da5f.pdf
- 21. Apoio ao Povo Xukuru do Ororubá - 05 de setembro de 2023.**
Link em português: http://www.abant.org.br/files/20230905_64f732cf295e7.pdf
- 22. Manifestação da ABA sobre decisão judicial a propósito do livro “Religião e Conflito” - 19 de setembro de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230919_650a01501d9c1.pdf
- 23. Nota de apoio aos direitos do Povo Kalankó e ao GT da FUNAI que está realizando os trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena Kalankó - 25 de setembro de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230926_6512e1526f753.pdf
- 24. Manifestação de repúdio diante da ameaça de retrocesso no reconhecimento do casamento igualitário no Brasil – 25 de setembro de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230926_6512e1722d791.pdf
- 25. NOTA PÚBLICA | COMISSÃO ARNS, APIB, CIMI, SBPC, ABA Sobre as teses jurídicas apresentadas no julgamento do Marco Temporal - 26 de setembro de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20230927_65142686f3fab.pdf
- 26. Nota em defesa do direito territorial do quilombo da Lapinha - 06 de outubro de 2023**
Link: http://www.abant.org.br/files/20231006_6520442729cd3.pdf
- 27. Nota da ABA sobre Desastre Ambiental, Barragem e Violência contra os Laklanõ- Xokleng – 10 de outubro de 2023.**
Link: http://www.abant.org.br/files/20231010_652597ae093b0.pdf

28. Nota de repúdio às tentativas de criminalização de cientistas por solidariedade ao povo palestino – 28 de outubro de 2023.

Link: http://www.abant.org.br/files/20231030_654010d70d53b.pdf

29. Manifestação de denúncia e repúdio ao assassinato da Liderança José Alberto Moreno Mendes (Doka) Comunidade Quilombola Jaibara dos Rodrigues Território Quilombola Monge Belo / Itapecuru-Mirim (MA) – 30 de outubro de 2023.

Link: http://www.abant.org.br/files/20231030_65400fa108a6d.pdf

30. ABA manifesta apoio a Exposição em Fortaleza - 08 de novembro de 2023 - Link:
https://www.abant.org.br/files/20231108_654c2cf190dd2.pdf

31. Nota conjunta: agressões a jornalistas e a indígenas em Mato Grosso do Sul precisam ser investigadas e punidas - 24 de novembro de 2023

Link: <https://cimi.org.br/2023/11/nota-agressoes-a-jornalistas-e-a-indigenas-ms-precisam-ser-investigadas-e-punidas/>

32. Cessar fogo já e fim da violência - 05 de dezembro de 2023

Link: https://www.abant.org.br/files/20231206_65707ee80ef1a.pdf

33. ABA se manifesta sobre o desastre ambiental provocado pela Mineradora Braskem em Maceió/AL – 06 de dezembro de 2023.

Link: https://www.abant.org.br/files/20231206_6570c8c584008.pdf

34. Nota de Pesar - Bom novo começo, Antônio Nego Bispo! – 07 de dezembro de 2023.

Link: https://www.abant.org.br/files/20231207_6571d657bfa9f.pdf

35. Nota de denúncia e repúdio à violência cometida contra o Povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe - 23 de janeiro de 2024

Link: https://www.abant.org.br/files/20240125_65b26e5987818.pdf

36. Nota de denúncia e repúdio à violência cometida contra o Povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe no Sul da Bahia – 25 de janeiro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240125_65b26e5987818.pdf

37. Nota de solidariedade ao Povo Kamakã-Mongoió – 06 de março de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240306_65e882b84f8e8.pdf

38. Nota de repúdio às intervenções ambientais para realização da Stock Car em Belo Horizonte– 06 de março de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240306_65e8c57e74457.pdf

39. Nota pelos direitos e proteção da Comunidade Quilombola de Queimadas (Serro/MG) no processo de elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada – 21 de março de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240321_65fc2c03e3412.pdf

40. Nota sobre violação de direitos na Aldeia Laranjeiras do Povo Akroá-Gamella - 09 de abril de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240409_661580f5dd28a.pdf

41. Nota Técnica sobre o Projeto de Lei 6007/2023 sobre Pesquisas com Seres Humanos no Brasil - 25 de abril de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240425_662a66c1e0c81.pdf

42. Nota sobre o adiamento da homologação de terras indígenas pela Presidência da República - 29 de abril de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240430_66314944a9447.pdf

43. NOTA DA CAI/ABA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO PELO CRUEL ASSASSINATO DO INDÍGENA HARIEL PALIANO – DA T.I. IBIRAMA-LAKLÃÕ - SC – 06 de maio de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240506_663900bd6e529.pdf

44. Nota em solidariedade à população do Rio Grande do Sul frente aos atuais desastres ambientais no estado – 09 de maio de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240510_663e58ed99adf.pdf

45. Nota da ABA em solidariedade ao Povo Potiguara Katu (do Rio Grande do Norte) e suas lideranças – 14 de maio de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240515_6644b5487fc80.pdf

46. Nota sobre a publicação da Nota Técnica no 8/2024 pelo Ministério da Saúde, com orientações sobre o acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na Atenção Primária à Saúde (APS) – 28 de maio de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240529_66575c2ee3a1c.pdf

47. Nota de Repúdio ao PL 1904 – 20 de junho de 2024

Link: https://www.abant.org.br/files/20240620_667472855c199.pdf

48. Nota sobre a restrição de “viajantes sem documentação adequada” pelo Ministério da Justiça – 30 de agosto de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240902_66d5d03971960.pdf

49. Violações dos direitos de povos e comunidades tradicionais, promovidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ao regulamentar a consulta e consentimento livre, prévio e informado através do Decreto 48.893 de 11 de setembro de 2024 – 18 de setembro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240918_66eb07ef8c9cc.pdf

50. Nota de denúncia e de repúdio ao ataque contra a vida na Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu: um pedido de basta ao estado de violência no Mato Grosso do Sul! – 19 de setembro de 2024.

Link em português: https://www.abant.org.br/files/20240919_66ec24a6848fa.pdf

Link em espanhol: https://www.abant.org.br/files/20240919_66ec252a1b1c7.pdf

Link em inglês: https://www.abant.org.br/files/20240919_66ec25029f164.pdf

51. Nota contra o avanço bélico de Israel sobre o Líbano e em apoio à sociedade Libanesa – 09 de outubro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20241009_6706c539373da.pdf

52. Nota pelo livre exercício da pesquisa acadêmico científica e contra critérios arbitrários da Fapesc – 11 de outubro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20241011_670978a4b1971.pdf

53. Pela permanência da atual presidência da FAPERJ – 23 de outubro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20241023_67193f7bc010a.pdf

54. Nota pela valorização da vida das mulheres e reconhecimento do feminicídio como crime hediondo – 25 de outubro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20241025_671bee139d98e.pdf

55. Manifestação de repúdio ao violento atentado contra a Comunidade Quilombola Baú, município de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha (MG)– 13 de novembro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20241113_6734eb1b787dc.pdf

Notas Apoiadas pela ABA

56. FCHSSALLA contra o terrorismo em Brasília.

Autoria: Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA)

Link: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Contra-o-terrorismo-em-BSB.pdf>

57. Restaurar o Patrimônio destruído é reafirmar o Estado Democrático de Direito.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Link: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2023/01/09/restaurar-o-patrimonio-destruido-e-reafirmar-o-estado-democratico-de-direito/>

58. SBPC REPUDIA CRIMES CONTRA A DEMOCRACIA.

Autoria: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Link: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-repudia-crimes-contr-a-democracia/>

59. Nota de solidariedade – Diego de Oliveira Souza.

Autoria: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Link: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss%E2%94%82nota-de-solidariedade-dr-diego-de-oliveira-souza-\(2\)-202302142210090630290.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss%E2%94%82nota-de-solidariedade-dr-diego-de-oliveira-souza-(2)-202302142210090630290.pdf)

60. NOTA DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS KAIOWÁ E GUARANI.

Autoria: Observatório de Protocolos Comunitários

Link: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/nota-de-solidariedade-aos-povos-kaiowa-e-guarani/>

61. Carta ao Presidente da República.

Autoria: Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Povos Tradicionais na Bahia

Link: http://www.abant.org.br/files/20230315_64121d7f4ec96.pdf

62. Carta aberta à Presidência da Capes pela abertura do Edital PAEP.

Autoria: Várias

Link: http://www.abant.org.br/files/20230323_641c78c05cf1f.pdf

63. POR UM DIA NACIONAL DE DEFESA DA DEMOCRACIA

Autoria: SBPC

Link: <https://portal.sbpnet.org.br/diadademocracia/>

64. APELO AO CONGRESSO NACIONAL EM DEFESA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Autoria: SBPC

Link: <https://sbpcacervodigital.org.br/items/eaae2e8e-ae64-4cae-905e-ac50f6ecd9bd9>

65. Nota da SBPC em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas

Autoria: SBPC

Link: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2023/05/SBPC-DEFENDE-O-MEIO-AMBIENTE-E-OS-POVOS-IND%C3%8DGENAS-3.pdf>

66. NÃO à violação dos direitos dos povos originários no Marco Temporal

Autoria: SBPC

Link: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Entidades-da-ICTP.Br-contr-a-Marco-Temporal.pdf>

67. Nota em Defesa dos Direitos da Comunidade Tradicional Carroceira

Autoria: Comunidade Tradicional Carroceira de Belo Horizonte e Região Metropolitana

Link: <https://www.cedefes.org.br/nota-em-defesa-dos-direitos-da-comunidade-tradicional-carroceira/>

68. COMUNIDADE CIENTIFICA PROTESTA CONTRA BAIXO VALOR DE INVESTIMENTOS NA CIÊNCIA

Autoria: ABC, Abruem, Andifes, Confap, Confies, Conif, Consecti, Ibrachics, SBPC.

Link: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/ictp-br-apoia-a-pec-da-ciencia/>

69. Proposições dos coletivos Intercambiantes Brasil, Terapeutas Solidários e Grupo de Profissionais/Estudantes sobre Suicídio nas e das Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Médio

Autoria: Fórum Nacional de Prevenção e Pósvenção do Suicídio nas/das Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Médio (FNPPSU)

Link: <https://abepts.org.br/wp-content/uploads/2023/06/CartaProposicoesPrevencaoPosvencaodoSuicidionasedasUniversidadesensinoFundamentaleMedio.pdf>

70. EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DA ENCOSTA HISTÓRICA DE SALVADOR

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Link: <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2023/10/12/em-defesa-da-preservacao-da-encosta-historica-de-salvador/>

71. NOTA DE REPÚDIO À TENTATIVA DE CENSURA AO ENEM 2023.

Autoria: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

Link: <https://agb.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Nota-de-repudio-a-tentativa-de-censura-ao-ENEM-2023-.pdf>

72. Nota Pública contra discriminação parental em parecer emitido pelo CNPq

Autoria: Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)

Link: <https://sbsociologia.com.br/tag/nota-publica/>

73. CARTA ABERTA ÀS PRESIDÊNCIAS DA CAPES E DO CNPq.

Autoria: Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA)

Link: <https://posletrasufac.com/2024/04/09/carta-aberta-as-presidencias-da-capes-e-do-cnpq/>

74. NOTA CONJUNTA DE INDICAÇÃO DE VETOS AO PROJETO DE LEI DE PESQUISAS CLÍNICAS (PL No 6007/2023)

Autoria: Várias

Link: <https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Nota-conjunta-de-indicacao-de-vetos-ao-Projeto-de-Lei-de-Pesquisas-Clinicas.pdf>

75. NOTA DA SBPC EM SOLIDARIEDADE AO RIO GRANDE DO SUL.

Autoria: SBPC

Link: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-divulga-nota-em-solidariedade-ao-rio-grande-do-sul/>

76. A SBPC E AS SOCIEDADES CIENTÍFICAS MANIFESTAM SEU REPÚDIO AO PL PRÓ-ESTUPRADOR.

Autoria: SBPC

Link: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-e-sociedades-cientificas-afiliadas-manifestam-repudio-ao-pl-pro-estuprador/>

77. SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Link: <https://fna.org.br/sobre-a-aprovacao-do-plano-de-preservacao-do-conjunto-urbanistico-de-brasil/#:~:text=O%20F%C3%B3rum%20de%20Entidades%20Em,C%C3%A2mara%20Legislativa%20do%20Distrito%20Federal>

78. Nota de Repúdio sobre CNE permitir abertura de pós-graduação sem autorização da Capes

Autoria: Associação Nacional de História (ANPUH).

Link: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/7827-nota-de-repudio>

79. CARTA ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo Estadual do Rio Grande do Sul.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240930_66faaac8c4fe1.pdf

80. 7 DE OUTUBRO – UM ANO que envergonha a HUMANIDADE.

Autoria: SBPC.

Link: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/mais-de-20-sociedades-subscvem-nota-em-que-a-sbpc-condena-violencia-no-orient-medio-e-cobra-acao-internacional/>

81. CONTRA A NEOCOLONIZAÇÃO E A EVASÃO DOS ACERVOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA.

Autoria: Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Link: <https://fna.org.br/contra-a-neocolonizacao-e-a-evasao-dos-acervos-brasileiros-de-arquitetura/>

Moções

Moções apresentadas, e aprovadas, durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia:

1. Reconhecendo a excelência da atuação das antropólogas e antropólogos do MPF, a ABA defende a contratação de 19 peritos em antropologia pelo Ministério Público Federal em seu próximo concurso de provimento. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
2. Pela recondução do museólogo e sócio da ABA, Mario de Souza Chagas, ao cargo de diretor do Museu da República. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
3. Moção de apoio ao povo palestino, a interrupção do genocídio em curso, em prol do cessar fogo imediato nos territórios palestinos. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
4. Moção pela liberdade de pesquisa e de cátedra e pela proteção dos antropólogos. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
5. Moção do Comitê Deficiência e Acessibilidade (CODEA) apresentada à Associação Brasileira de Antropologia – ABA durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
6. Realocação da Escola de Sargentos do Exército da APA Aldeia/Beberibe (PE). Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
7. Moção contra os diversos ataques armados coordenados contra os povos indígenas no país no mês de julho/2024. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
8. Moção contra os ataques sofridos por comunidades indígenas Kaiowa no Mato Grosso do Sul. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
9. Moção de apoio à reivindicação do povo A'uwé Xavante pelo reconhecimento de seu território tradicional às margens do Rio das Mortes (Mato Grosso) . Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
10. Moção contra a Lei 14.701 e a PEC 48/2023 – dispositivos do marco temporal para demarcação de terras indígenas no país. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
11. Moção em Defesa de Direitos Diferenciados para os Povos Indígenas em contexto urbano. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
12. Moção de Apoio ao Pré-Evento “A Antropologia Brasileira em Face da Encruzilhada Étnico-Racial: Impactos, Transformações e Desafios das Ações Afirmativas”. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
13. Moção de reconhecimento e pedido de desculpas ao Dr. Gersem Baniwa, pelos ocorrido na Cerimônia de

Abertura da 34ª RBA. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

14. Contra o desvirtuamento do direito à consulta prévia, livre e informada[1]. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
15. Moção sobre Stock Car. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
16. Moção de Apoio à Proteção dos Patrimônios Culturais, Conhecimentos, Práticas e Modos de Vida de Povos Comunidades Tradicionais e Quilombolas do Serro frente aos processos de violência do poder minerário sobre o território. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
17. Pela titulação dos Territórios Quilombolas, ações de prevenção às mudanças climáticas e pela implementação das recomendações da OIT, emitidas em 2024. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
18. Pela garantia do direito à vida, segurança e medidas protetivas adequadas aos quilombolas ameaçados nos contextos de regularização dos Territórios Quilombolas. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
19. Pela suspensão imediata da Instrução Normativa 111/2021 do INCRA e revisão da Instrução Normativa 60/2015. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
20. Moção de repúdio à ação do ICMBio de demolição do Terreiro de Jarê Peji da Pedra Branca de Oxóssi, em Lençóis, Bahia. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

TV ABA e Redes Sociais

Relatório elaborado por Carolina Parreiras (USP) e Matheus França (UFG), responsáveis pela gestão dos canais de comunicação entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, vinculados à equipe de comunicação da ABA, coordenada por Denise Jardim (UFRGS).

Introdução

Durante o biênio desta gestão, a Associação adotou diferentes estratégias voltadas à manutenção e ao fortalecimento das suas ferramentas digitais de comunicação institucional, bem como ao incentivo à divulgação científica. O uso de métricas disponibilizadas pelas próprias plataformas contribuiu para aprofundar a compreensão sobre o alcance e a efetividade dessas ações. Simultaneamente, foram implementadas melhorias nos protocolos de segurança e privacidade, tanto no site (recém-reformulado) quanto nas redes sociais da entidade.

Demos sequência ao uso do Instagram como principal canal de produção de conteúdo e divulgação de ações da ABA. Vale destacar que esse perfil foi criado em maio de 2020, originalmente para apoiar a campanha da “marcha para a Ciência”. Desde então, consolidou-se como espaço de compartilhamento de eventos, cursos, editais, debates e webinários de interesse da comunidade antropológica. Após uma pausa nas publicações entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, a retomada ocorreu em março de 2021, com a gestão contínua pela equipe de comunicação desde então. As postagens passaram a seguir uma lógica de campanhas temáticas, diferenciando-se do modelo anterior centrado em “semanas temáticas”, o que proporcionou maior aderência aos debates públicos em curso.

Com relação à TV ABA, observamos a continuidade de uma tendência de queda na audiência dos webinários — fenômeno iniciado ainda na gestão anterior e que se acentuou nos anos de 2023 e 2024. Apesar disso, avaliamos que as atividades virtuais mantiveram sua relevância, especialmente por ampliarem o acesso a conteúdos formativos e ao intercâmbio de saberes em tempo real, envolvendo participantes de diferentes regiões do país. No entanto, destacamos que a incorporação sistemática de recursos de acessibilidade (como tradução em Libras, legendas ao vivo e autodescrição) é uma urgência que precisa ser internalizada na rotina institucional e no planejamento orçamentário da Associação.

Quanto à rede X (antigo Twitter), optamos por descontinuar o uso progressivamente. Os motivos para essa decisão foram detalhados em nota oficial divulgada pelo Comitê de Comunicação e Divulgação Científica no início de 2025, quando a saída formal da ABA da plataforma foi anunciada.

O perfil no Facebook foi mantido, com reaproveitamento de conteúdo originalmente criado para o Instagram. A manutenção se justifica pela diferença no perfil etário do público usuário das plataformas,

considerando que o Facebook ainda concentra uma base expressiva de seguidores em faixas etárias superiores àquelas predominantes no Instagram (18 a 40 anos).

A seguir, apresentamos alguns dados estatísticos que ajudam a dimensionar o alcance e a importância das ações realizadas nas redes sociais e na TV ABA ao longo deste período.

TV ABA – <http://youtube.com/tvaba>

Total de visualizações de vídeos: 92.982

Tempo total de exibição (em horas): 16.157

Total de inscritos no período: 1.564

Total de impressões (quantidade de vezes que a “miniatura” dos vídeos da TV ABA foram mostradas aos espectadores): 1.116.620

Instagram - https://www.instagram.com/aba_antropologia

Cerca de 14.000 seguidores em 31/12/2022 (aumento de cerca de 8.000 seguidores entre 2023 e 2024)

Destacam-se, nos conteúdos do Instagram, as campanhas realizadas ao longo desses dois anos; tais como:

Fevereiro de 2023 – **SOS Yanomami**

Março de 2023 – **Dia Internacional das Mulheres**

Abril de 2023 – **Antropólogos/os que estão se destacando no atual governo**

Maio de 2023 – **Vídeos/reels do Seminário 120 Dias de Reconstrução**

Julho de 2023 – **Filiação e benefícios para associados/as/es**

Outubro de 2023 – **Democracia**

Novembro de 2023 – **Vídeos/reels do seminário realizado no Maranhão sobre Atos de Estado**

Março a julho de 2024 – **ênfase na divulgação da 34ª RBA**

Abri de 2024 – **Vídeos/reels do seminário “A Antropologia e os Territórios quilombolas”**

Durante todo o período, foram feitas diversas publicações concernentes à ênfase dada pela gestão às temáticas concernentes, sobretudo, ao meio ambiente e aos povos e comunidades tradicionais.

Estatísticas:

- Em média, 30% do público que acompanha o Instagram da ABA encontra-se na faixa etária entre 25 e 34 anos, 32% na faixa de 35 a 44 anos e 18% na faixa dos 45-54 anos. Em termos de gênero, cerca de 60% se declaram mulheres e 40%, homens. Em média, cerca de 10% dos acessos vêm do Rio de Janeiro, 10% de São Paulo, 4% de Belo Horizonte, 3% de Brasília e 2,5% de Salvador. 95% dos

acessos são feitos do Brasil, ainda que haja registro de acesso de outros países, como Portugal, Argentina, França e Estados Unidos (todos com menos de 1% de acesso).

Facebook – <https://www.facebook.com/ABA.antropologia> 61.330 pessoas seguiam a página em 31/12/2022

Entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024 demos continuidade na política de gestões anteriores, que direciona essa ferramenta para a divulgação de eventos e notas da ABA, divulgação de eventos e notícias relevantes sugeridas por associadas/os, assim como a divulgação dos Informativos quinzenais da ABA. Em 31 de dezembro de 2022, com 61.330, apresentando queda de cerca de 1.000 seguidores. Atribuímos essa queda a dois fatores principais, já levantados na gestão anterior: 1) à maior presença atualmente da ABA em outras redes, tais como YouTube, Instagram e Twitter; 2) a um movimento mais amplo de redução do uso do Facebook.

Boletins Informativos

Informativo n. **01/2023** | 13/01/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-01-2023-13-01-2023/>

Informativo n. **02/2023** | 03/02/2023

<https://abant.org.br/aba/informativo/2023284>

Informativo n. **03/2023** | 16/02/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-03-2023-16-02-2023/>

Informativo n. **04/2023** | 10/03/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-04-2023-10-03-2023/>

Informativo n. **05/2023** | 24/03/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-05-2023-24-03-2023/>

Informativo n. **06/2023** | 05/04/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-06-2023-05-04-2023/>

Informativo n. **07/2023** | 19/04/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-07-2023-19-04-2023/>

Informativo n. **08/2023** | 25/05/2023

<https://abant.org.br/aba/informativo/2023290>

Informativo n. **09/2023** | 02/06/2023

<https://abant.org.br/aba/informativo/2023291>

Informativo n. **10/2023** | 15/06/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-10-2023-15-06-2023/>

Informativo n. **11/2023** | 30/06/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-11-2023-30-06-2023/>

Informativo n. **12/2023** | 13/07/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-12-2023-13-07-2023/>

Informativo n. **13/2023** | 28/07/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-13-2023-28-07-2023/>

Informativo n. **14/2023** | 11/08/2023

<https://abant.org.br/aba/informativo/2023296>

Informativo n. **15/2023** | 24/08/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-15-2023-24-08-2023/>

Informativo n. **15/2023** | 25/08/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-15-2023-25-08-2023/>

Informativo n. **16/2023** | 15/09/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-16-2023-15-09-2023/>

Informativo n. **17/2023** | 29/09/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-17-2023-28-09-2023/>

Informativo n. **18/2023** | 11/10/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-18-2023-11-10-2023/>

Informativo n. **19/2023** | 27/10/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-19-2023-27-10-2023/>

Informativo n. **20/2023** | 10/11/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-20-2023-10-11-2023/>

Informativo n. **21/2023** | 28/11/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-21-2023-28-11-2023/>

Informativo n. **22/2023** | 08/12/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-22-2023-08-12-2023/>

Informativo n. **23/2023** | 21/12/2023

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-23-2023-21-12-2023/>

Informativo n. **01/2024** | 18/01/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-01-2024-18-01-2024/>

Informativo n. **02/2024** | 07/02/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-02-2024-07-02-2024/>

Informativo n. **03/2024** | 01/03/2024

<https://abant.org.br/aba/informativo/2024308>

Informativo n. **04/2024** | 15/03/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-04-2024-15-03-2024/>

Informativo n. **05/2024** | 28/03/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-05-2024-28-03-2024/>

Informativo n. **06/2024** | 11/04/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-06-2024-11-04-2024/>

Informativo n. **07/2024** | 29/04/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-07-2024-29-04-2024/>

Informativo n. **08/2024** | 09/05/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-08-2024-09-05-2024/>

Informativo n. **09/2024** | 23/05/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-09-2024-23-05-2024/>

Informativo n. **10/2024** | 07/06/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-10-2024-07-06-2024/>

Informativo n. **11/2024** | 20/06/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-11-2024-20-06-2024/>

Informativo n. **12/2024** | 05/07/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-12-2024-05-07-2024/>

Informativo n. **13/2024** | 20/07/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-13-2024-20-07-2024/>

Informativo n. **14/2024** | 13/08/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-14-2024-13-08-2024/>

Informativo n. **15/2024** | 22/08/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-15-2024-22-08-2024/>

Informativo n. **16/2024** | 05/09/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-16-2024-05-09-2024/>

Informativo n. **17/2024** | 20/09/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-17-2024-20-09-2024/>

Informativo n. **18/2024** | 27/09/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-especial-no-18-2024-27-09-2024/>

Informativo n. **19/2024** | 05/10/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-19-2024-05-10-2024/>

Informativo n. **20/2024** | 24/10/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-20-2024-24-10-2024/>

Informativo n. **21/2024** | 11/11/2024

<https://abant.org.br/aba/informativo/2024326>

Informativo n. **22/2024** | 22/11/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-22-2024-22-11-2024/>

Informativo n. **23/2024** | 05/12/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-23-2024-05-12-2024/>

Informativo n. **24/2024** | 19/12/2024

<https://portal.abant.org.br/informativo-no-24-2024-19-12-2024/>

REPRESENTAÇÕES DA ABA

CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Desde 1938, o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, consolida uma política de reconhecimento e proteção dos bens culturais nacionais. Opinando sobre os processos de tombamento e de registro junto ao Iphan, e autorizando a saída temporária de obras de arte do país, os conselheiros colaboram voluntariamente e de modo não remunerado.

Criado pela mesma lei que instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje, Iphan, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937; desde a sessão inaugural, em 10 de maio de 1938, realizada no gabinete do então Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, o Conselho Consultivo tem como base para suas deliberações as considerações de pensadores e intelectuais como Manuel Bandeira, Edgar Roquete Pinto, Afonso Arinos de Melo Franco, Augusto Carlos da Silva Telles, Paulo Santos, Aloisio Magalhães, Nestor Goulart Reis, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o presidiu por trinta anos, de 1937 a 1967, dentre outros. A marca das decisões do Conselho tem o empenho e a dedicação de grandes personalidades brasileiras que atuam, ou atuaram, na valorização e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

O mais recente marco legal sobre o Conselho Consultivo, o Decreto nº 11.670, de 30 de agosto de 2023, tornou o Conselho muito mais amplo e diverso, e manteve o Conselho como o responsável pelo exame, pela apreciação e pelas decisões relacionadas à proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, tais como o tombamento e rerratificação de tombamento de bens culturais de natureza material, o registro e reavaliação de registro de bens culturais imateriais e a autorização para a saída temporária do país de bens acautelados pela União, além de opinar sobre outras questões relevantes.

Até 2023, o Conselho era composto por 23 membros, tendo a seguinte composição: o presidente do Iphan, que também preside o colegiado, além de cinco representantes de órgãos do governo federal, quatro representantes de entidades profissionais e 13 profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas relacionadas ao Patrimônio Cultural. Com o novo Decreto (Decreto nº 11.670/2023), passou a ter 30 (trinta) conselheiros.

Os representantes de órgãos da administração federal passaram a ser nove, oriundos dos ministérios das Cidades, da Cultura, da Educação, da Igualdade Racial, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos Povos Indígenas e do Turismo, além da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O Presidente do Iphan segue presidente do Conselho. As entidades profissionais passaram a ter cinco assentos, sendo uma indicação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA),

uma da Associação Nacional de História (ANPUH), uma do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Brasil), uma do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e uma da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). E a representação da sociedade civil passou a ter um total de 15 assentos, compostos por “profissionais do campo do patrimônio cultural” e, pela primeira vez com de terminação expressa no texto do decreto, de “detentores de bens culturais” e “lideranças de povos e comunidades tradicionais”. Isso ampliou a diversidade do órgão colegiado, garantindo a presença dos variados povos e perspectivas que formam a sociedade brasileira.

Desde a ampliação do Conselho, houve quatro reuniões, todas em 2024. Apresenta-se a seguir os resultados da atuação do Conselho em 2024.

Resultados do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2024

Em 2024, os 30 Conselheiros atuaram na autorização de saída temporária de bens acautelados, decisões sobre tombamentos, registros, revalidações e candidaturas à Unesco, além de análise de pertinência ou arquivamento de solicitações de tombamento e registro; entre outros temas que são trazidos tanto pelo Presidente do Conselho quanto pelos conselheiros para discussões em grupos de trabalho.

Houve quatro reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural desde o novo Decreto:

103ª em fevereiro

104ª em maio

105ª em setembro

106ª em novembro

Dessas sessões plenárias, os resultados estão listados a seguir:

Bens tombados:

- Conjunto da Estação Júlio Prestes, em São Paulo – SP
- Terreiro Ilê Axé Icimimó Aganjú Didê, em Cachoeira – BA
- Retábulos da Catedral Senhor Bom Jesus, Cuiabá - MT
- Conjunto São Francisco (Igrejas Franciscanas). São Paulo -SP
- Casa de Vidro, São Paulo – SP (rerratificação)
- Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, Coqueiro Seco - AL
- Conjunto da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, em Balsa Nova – PR
- Forte de São José, Reduto São Teodósio e Muralhas do Forte da Entrada. Rio de Janeiro – RJ

- Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico formado pelas fortificações de Santa Cruz, Praia de Fora e Imbuhy em Niterói – RJ
- Igreja nossa Senhora de Lourdes, seu Acervo de Bens Móveis e Integrados e Poligonal de Entorno – PI
- Conjunto Desportivo Constância Vaz Guimarães – SP
- Coleção Perseverança – AL.

Bens registrados

- Choro
- Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais
- Samba de Bumbo - SP
- Marujadas – PA
- Modo de Fazer da Arte Santeira – PI

Revalidações de Registros

- Revalidação Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira
- Revalidação Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê
- Revalidação Jongo no Sudeste
- Revalidação do Samba de Roda do Recôncavo Baiano
- Revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
- Revalidação do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais.

Candidatura à UNESCO

- Candidatura do Maracatu Nação à lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Saída de bens acautelados

Em 2024, houve 20 (vinte) processos de autorização de exportação temporária de bens acautelados (tombados, arqueológicos, protegidos por alguma legislação de competência do Iphan). Pela enorme quantidade e premência dos prazos para saída do Brasil, essas deliberações são feitas remotamente, por e-mail.

Desses 20 processos, em apenas um processo o Conselho analisou e vetou a saída, em conformidade e de acordo com os pareceres técnicos do Iphan e do Ibram (obras de Bispo do Rosário). Foi a primeira vez

na história do Conselho que houve pareceres técnicos contrários à saída, e como os conselheiros acompanharam as posições técnicas, foi a primeira vez que o Conselho recusou a autorização à saída. Nos demais processos, as saídas temporárias solicitadas foram devidamente autorizadas pelo Conselho, sempre em concordância com os pareceres técnicos do Ibram e do Iphan.

Ao todo, durante 2024, o Conselho Consultivo autorizou a saída temporária de 92 (noventa e dois) bens acautelados:

- Catorze (14) obras do acervo tombado do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo/MAC-USP: "Composição VI: Distribuição rítmica sobre um sistema modulado" de Willys de Castro, "Sobre Fundo Marrom" de Milton Dacosta, "Elevação Vertical com Movimento Horizontal" de Hermelindo Fiaminghi, "Acervo 54. Concreto 129" de Judith Lauand, "Acervo 51. Desenho Concreto 128" de Judith Lauand, "Dinamização de Elementos Ortogonais" de Judith Lauand; "Metaesquema I" de Hélio Oiticica, "Metaesquema II" de Hélio Oiticica, "Concretion 5629" de Luiz Sacilotto, "Retângulo Eventual" de Luiz Sacilotto, "Formas" de Ivan Serpa, "Praça Paris" de Elisa Martins da Silveira, "Casamento" de Elisa Martins da Silveira e "Sem título [1968]" de Rubem Valentim, para a exposição "Some May Work as Symbols", a ser realizada na Galeria Raven Row, Londres, entre 29 de fevereiro de 2024 a 28 de abril de 2024.
- "Madona da Ternura" (1946-51) de Marina Nuñez del Prado, do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo/MAC USP, para a participação na Bienal de Veneza.
- Duas (2) obras de Paul Gauguin, Autorretrato e Pobre Pescador, pertencentes ao acervo tombado do MASP
- Nove (9) obras da artista brasileira Tarsila do Amaral (1886-1973), para museus de Paris, França, e Bilbao, Espanha, divididos em dois processos
- Três (3) obras pertencentes à Fundação José e Paulina Nemirovsky em comodato com a Pinacoteca do Estado de São Paulo: Carnaval em Madureira, 1924; Paisagem Antropofágica VII, 1929; Distância, 1928.
- Seis (6) obras do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo MAC-USP: Estudo de cartaz da exposição de Tarsila do Amaral em Moscou, 1931; Costureiras, 1950; A negra, 1923; Estrada de Ferro Central do Brasil, 1924; Floresta, 1929; Congonhas, Minas, 1924.
- 4 Anita Malfatti, 2 Portinari, 1 Lasar Segall e 1 Tarsila do Amaral: O homem amarelo; A estudante russa; O japonês; Retrato de Mário de Andrade (Malfatti); Retrato de Mário de Andrade (Portinari); A colona; Retrato de Mário de Andrade (Lasar Segall); Esboço para A Negra .
- Balança do Museu de Artes e Ofícios
- 2 medalhas, 1 (uma) máscara e mais 1 (um) bem do Museu Histórico Nacional
- 44 Peças arqueológicas do Cais do Valongo
- 1 obra do MASP: "O escolar", de Van Gogh.

Reuniões de Grupos de Trabalho – GT

Houve seis (6) reuniões de um GT para elaborar uma proposta de Regimento Interno, que se encontra em análise da Procuradoria Federal junto ao Iphan.

Houve duas (2) reuniões sobre a situação do patrimônio cultural na região de Serro- MG.

Houve três (3) reuniões do grupo para assuntos de arqueologia no âmbito dos procedimentos para instruções de processo de tombamentos e registros.

Reuniões da Câmara Setorial de Patrimônio Material

Houve 3 (três) reuniões da Câmara Setorial de Patrimônio Material, onde deliberou-se: pelo arquivamento do processo de tombamento de Fordlândia e Belterra; pela continuidade do processo de tombamento do conjunto de edificações representativas da Arquitetura Moderna em Florianópolis – SC; e os debates foram inconclusivos sobre os processos de tombamento da Coleção de Artilharia do Antigo Arsenal de Marinha e do Antigo Armazém Externo nº 5 da Companhia Siderúrgica Nacional, RJ. Esses serão retomados nas Reuniões da Câmara, em 2025. E uma última reunião para apreciar um projeto para restauro da Sala Villa- Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, sob análise da Superintendência do Iphan no DF.

Reuniões da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial

Houve 4 (quatro) reuniões da Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial, onde deliberou-se pela:

- Pertinência dos pedidos de registro (que seguem para instrução da Solicitação de Registro): da Viola de Buriti; das celebrações da independência do Brasil na Bahia; da Procissão do Fogaréu do Município de Goiás; Festa de Corpus Christi em Rio de Contas – BA; Pesca Artesanal de Cáceres – MT; Gameleiras Sagradas da Praça Tiradentes, Curitiba-PR.
- Adiamiento da decisão quanto à pertinência para instrução da Solicitação de Registro do Templo-Mãe do Vale do Amanhecer, Planaltina/DF, como lugar sagrado, para solicitar mais informações sobre o enquadramento do pedido, inclusive quanto à questão da transmissão intergeracional
- Apensamento das Festividades de Nossa Senhora do Rosário de Catalão ao Saberes do Rosário.
- Arquivamento das Solicitações de Registro: do Pastel de Tangará; do Bolo Moca; do Jumento; da Renda de Bilro Tramóia; do Grupo Folclórico Parafusos; Balões Juninos; Festa Nacional das Culturas Diversificadas – FENADI; Fonte das lavadeiras (Buraquinho), em Abrantes, Camaçari – BA; Associação Canelense dos Artesãos para manutenção de suas cabanas coloridas - RS.

Observações Finais

Toda essa produção foi possível graças ao comprometimento e empenho de todos(as) os(as) conselheiros(as), ao que o Iphan agradece.

As relatorias ao longo do ano de 2024 foram assim distribuídas, entre os(as) Conselheiros(as) nomeados(as) pela Portaria de Pessoal MinC nº 1.201, de 21 de novembro de 2023, da seguinte forma:

Assentos no Conselho	Distribuição de Relatorias 2024
Ministério da Cultura (MinC)	✓
Ministério das Cidades (MCID)	-
Ministério da Educação (MEC)	✓
Ministério da Igualdade Racial (MIR)	✓
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	-
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	✓
Ministério do Turismo (MTUR)	✓
Fundação Cultural Palmares	-
Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)	-
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)	-
Associação Nacional de História (ANPUH)	✓
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional	✓
Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)	✓
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)	-
Alessandra Ribeiro Martins	✓
Carlos Eduardo Dias Comas	-
Givânia Maria da Silva	✓
Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá	-
José Ricardo Oriá Fernandes	✓
Luciana Gonçalves de Carvalho	✓
Márcia Genésia de Sant'Anna	✓
Nadia Somekh	✓
Nelson Fernando Inocencio da Silva	✓
Sylvia Ficher	✓
Tânia Nunes Galvão Verri	✓
José Reginaldo Santos Gonçalves	✓
Gersem José dos Santos Luciano	-
José Jorge de Carvalho	-
Lília Schwarcz	-

A nova portaria reconduzindo e nomeando novos(as) conselheiros(as) foi encaminhada ao Ministério da Cultura e em breve será publicada no Diário Oficial da União – DOU. Durante o ano de 2025 teremos quatro novos conselheiros (que substituirão os quatro últimos da listagem acima): Cristovam Buarque, Ruth Verde Zein, Gustavo Rocha-Peixoto e Naine Terena.

FÓRUM DE ENTIDADES EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO¹

Em 2023 e 2024 a ABA teve 20 representantes no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, um coletivo criado em 2019 e organizado em núcleos estaduais desde agosto de 2020. Sócios da ABA participaram da criação do fórum, e a ABA está presente em sua composição desde o início, junto com mais de 20 entidades, constituídas como associações ou sociedades científicas e profissionais.

Desde sua criação, o fórum manteve-se ininterruptamente atuante na esfera nacional, mas suas atividades variam significativamente nos diversos estados onde foram criados núcleos. Alguns núcleos, nos quais a ABA teve representantes no biênio 2021-2022, foram desativados em 2023-2024, como ocorreu no Ceará e no Amapá, por exemplo. Em outros estados, como Goiás, há núcleos atuantes, mas não identificamos sócios(as) da ABA disponíveis para integrá-los.

Desse modo, as representações da ABA neste biênio foram indicadas apenas para a esfera nacional e os estados da Bahia, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, da Paraíba, do Paraná, de Piauí, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Para fins de organização, as representações foram agrupadas em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

No plano nacional, as atividades do fórum consistiram em reuniões mensais ordinárias e reuniões extraordinárias para tratar de assuntos específicos mediante proposição dos coordenadores ou dos representantes das entidades que o compõem. A elaboração de pareceres técnicos, notas, cartas e outros documentos em defesa do patrimônio cultural também foi uma atividade regularmente executada no fórum.

No plano estadual, o nível de mobilização e atuação dos núcleos em que a ABA teve representantes variou consideravelmente, tendo alguns deles registrado numerosas atividades, ao contrário de outros, que não informaram a realização de quaisquer atividades. Das ações relatadas, destacam-se a produção de documentos e a promoção de eventos para discussão de temas relativos ao patrimônio cultural.

Este relatório apresenta as atividades realizadas em nível nacional e nas regiões Centro- Oeste, Nordeste, Norte e Sul.

¹ Versão condensada. A versão completa do relatório pode ser acessada em:

https://www.abant.org.br/files/20250102_67769a6553054.pdf

Atividades no fórum nacional

As representantes da ABA na esfera nacional participaram das reuniões ordinárias mensais e de reuniões extraordinárias do fórum. Nelas foram debatidos diversos assuntos e elaborados documentos assinados pela ABA, listados a seguir e anexados a este relatório.

1. Manifesto referente à definição da Presidência do IPHAN e demais cargos de gestão da instituição
2. Restaurar o Patrimônio destruído é reafirmar o Estado Democrático de Direito
3. Iphan Roraima em novos rumos e o papel da sociedade
4. O Iphan Pará e as expectativas do Fórum Pará
5. Manifesto contra a destruição do Solar dos Barcelos – Município de Viamão/RS
6. Nota sobre a instalação em curso de tirolesas e áreas de apoio e acesso no Pão de Açúcar e Morro da Urca, no Rio de Janeiro
7. Em defesa dos direitos e patrimônios de povos e comunidades tradicionais
8. Em defesa da preservação da encosta histórica de Salvador
9. Recurso à Presidência do Iphan sobre restaurante em forma de Zeppelin no Bairro do Recife
10. Sobre o Quilombo Queimadas, Serro, MG
11. Sobre a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
12. Em defesa do Plano das Carreiras dos Cargos da Cultura — PCCULT

Atividades na região Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste, a representação da ABA desenvolveu atividades nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Não há informações sobre a atuação do núcleo do Distrito Federal.

Mato Grosso

As representantes da ABA no núcleo estadual de Mato Grosso participaram de diversas reuniões internas:

1. Reunião em 13 de fevereiro de 2023
Pauta: 1) Boas-vindas à representante da Arquifes, 2) Carta de princípios do Fórum, 3) Planejamento para o ano de 2023
2. Reunião em 8 de maio de 2023
Pauta: Avaliação das ações do Fórum e ações de continuidade, 2) recomposição da equipe gestora do Fórum, 3) Garimpo Sustentável
3. Reunião em 18 de agosto de 2023
Pauta: 1) Editais IPHAN e propostas de projeto, 2) Carta de Apoio a Priscila Xavier e o desmonte do NEABI – UFR, 3) Evento do Conselho Nacional de Cultura, 4) Indicação de nomes para o Icomos, 5) Contribuição do Fórum nos questionamentos sobre a participação de povos e comunidades tradicionais

nos processos de Licenciamento Ambiental (no âmbito do GT do IPHAN para revisão da IN do Licenciamento Ambiental, Portaria IPHAN 92, 10 de abril de 2023)

4. Reunião em 7 de fevereiro de 2024
Pauta: mobilização contra a Lei Estadual do Transporte Zero em Mato Grosso
5. Reunião em 11 de junho de 2024
Pauta: proposição de um manifesto em defesa do Museu do Vale do Arinos
6. Reunião em 14 de junho de 2024
Pauta: 1) Calendário de reuniões, 2) Nota de repúdio ao fechamento do Museu Vale do Arinos, 3) renovação da equipe gestora do Fórum, 4) Pesca Zero, 5) Garimpo Sustentável, 6) Proposição de ações do Fórum, 7) Inserção de novos integrantes, 8) Patrimônio arqueológico e licenciamento ambiental
7. Reunião em 19 de julho de 2024
Pauta: Consolidação do calendário de reuniões de 2024, 2) Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de MT, 3) Requerimento de registro da pesca artesanal de Cáceres como patrimônio imaterial, 4) Próxima coordenação do Fórum.

Além das reuniões, os seguintes documentos foram elaborados:

1. Carta de Princípios o Fórum MT sobre perfil para Superintendência do IPHAN- MT;
2. Nota Pública de Repúdio ao Fechamento do Museu do Vale do Arinos (MuVA), em Juara-MT.

Por fim, a representação da ABA participou de uma reunião com o IPHAN-MT sobre licenciamento ambiental, cultural, do patrimônio arqueológico, passivos arqueológicos e quebras de ritos, realizada em 23 de agosto de 2024.

Mato Grosso do Sul

O núcleo de Mato Grosso do Sul é composto por representantes de diversas entidades nacionais e regionais, tendo por coordenador o Prof. Dr. Leandro Mendonça Barbosa. Sob sua coordenação, as reuniões do Fórum ocorreram em formato remoto, considerando haver representantes de diferentes cidades do estado. Muitas das discussões foram realizadas, e decisões foram tomadas, no ambiente das redes sociais (Whatsapp), onde o Fórum mantém um grupo bastante ativo e participativo, no qual são trocados informes, discutidas e divulgadas ações e preparados documentos coletivos pautados em debates amplos e democráticos.

Durante o ano de 2024 o Fórum MS realizou duas reuniões estaduais ordinárias, via Google Meet, nas quais foram discutidas ações, encaminhamentos e participações em atividades e eventos.

1. Reunião em 6 de março de 2024 (primeira reunião ordinária anual) Pauta: vários pontos, relatados a seguir.

- Discussão do relatório apresentado pela representante Márcia Bortoli Uliana, que esteve presente na reunião nacional de 2023, em sua última edição, bem como a discussão da primeira reunião nacional de 2024.
- Proposição de ações do Fórum-MS, a partir da reunião realizada com o IPHAN e seu Superintendente, João Santos, tais como indicação de membros do Fórum para compor câmaras específicas da entidade nacional, além da elaboração de notas em apoio a pautas levantadas pelo Instituto, como a da Feira Central de Campo Grande e o sucateamento do Museu de História do Pantanal – MUHPAN, em Corumbá.
- Discussão em torno de ações mais efetivas de divulgação do Fórum-MS, sendo propostas medidas tais como a retomada das lives sobre temas relativos ao patrimônio e o uso mais frequente das redes sociais.
- No que diz respeito às lives, a primeira a ser proposta foi sobre a Feira Central de Campo Grande. Em seguida, foram propostos temas como o MUHPAN, em Corumbá, e o Castelinho, em Ponta Porã, ambos patrimônios em situação de precariedade no estado.
- A sugestão de realização de podcasts, com entrevistas de membros do Fórum e pessoas ligadas ao patrimônio não se realizou em razão da falta de pessoal disponível para a sua articulação.
- Debate em torno da ampliação do Fórum e sua abrangência institucional e política, a partir de convites a serem encaminhados a integrantes de entidades que atuam com patrimônio e cultura patrimonial em MS e que, por diferentes motivos, ainda não integram o Fórum.
- Reunião remota do Fórum MS (06/03/2024).



No mês de maio foi proposta a segunda reunião ordinária que, por indisponibilidade de agendas e fatores de ordem pessoal de alguns representantes, não pode ser realizada em formato de assembleia, tendo sido alguns dos pontos de pauta discutidos e operacionalizados no ambiente da rede social. Assim, as seguintes ações foram decididas e sucessivamente aplicadas pelo grupo:

- Aproximação e diálogo com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.
- Representação da entidade nas cerimônias de Tombamento da Comunidade Quilombola Tia Eva e da Praça do Preto Velho, ambas em Campo Grande - MS.
- Indicação de membros do Fórum MS para o Fórum Estadual de Cultura (representante Valdecir Amorim) e para o GT da Esplanada Ferroviária (Iphan-MS) (representantes Lenita Calado e Adriane Quilombola Soares).

No que diz respeito à ampliação da composição do Fórum MS, a direção iniciou contatos para que membros de Entidades constituídas no Estado, como o IBRAM, viessem a integrá-lo. Houve a sugestão de convidar e incentivar entidades ligadas às populações originárias e/ou quilombolas a comporem o Fórum-MS. Para tanto, o representante da ABA no fórum, Álvaro Banducci, indicou a artista e líder indígena Kadiwéu, Sra. Benilda Kadiwéu, que participa de associações de mulheres e tem trânsito na APIB, porém, ainda não efetivado. Da mesma forma, foi convidado representante do Museu das Culturas, que indicou representante, já empossado.

2. Reunião em 8 de agosto 2024 Pauta: vários pontos, relatados a seguir:

- a. Relatos acerca da repercussão da nota sobre a Feira de Campo Grande e seus resultados práticos.
- b. Discussão sobre o tema da retirada das lajotinhas das ruas do Centro Histórico de Corumbá, área do entorno do perímetro tombado pelo Iphan. O Fórum MS entrou em contato com o Instituto de Patrimônio para tratar do assunto e, em relação às alterações iniciadas pela Prefeitura de Corumbá no Centro expandido, foi disponibilizado o processo do IPHAN para que os membros do Fórum pudessem estudar e definir um posicionamento. Como a área de entorno em que a prefeitura promove as alterações na via pública não é tombada, as argumentações no âmbito jurídico tendem a ser frágeis, como explanado pelo Superintendente do IPHAN, João Santos.
- c. Foi discutida a possibilidade de reunião com o Deputado Federal Vander Loubet (PT), por demanda de sua assessoria, para tratar de assunto relativo ao destravamento de emendas federais para o patrimônio. O encontro presencial não se realizou, porém, ficou acertado que os/as representantes de entidades, como o Fórum MS, e seus colaboradores, poderiam elencar problemas, projetos ou ações sobre o patrimônio que julgassem importantes e merecedoras de ação com apoio parlamentar para encaminhamento e solução. A Coordenação organizou um documento, ainda a ser aprovado pelo pleno do Fórum e levado ao referido congressista.

O Fórum MS também conseguiu compor uma mesa redonda sobre patrimônio por ocasião da XVII ANPUH-MS, realizada em Campo Grande, no mês de agosto. A mesa foi composta apenas por filiados à ANPUH, que trataram de suas vivências com o patrimônio e a experiência/contribuição com o Fórum.

O Fórum MS esteve presente, com distintos representantes, em diversos eventos e atividades do estado relativos ao patrimônio, tais como audiências públicas, comitês, encontros científicos, entre outros. Da mesma forma, posicionou-se publicamente em defesa do patrimônio, seja manifestando-se em favor ações do estado, seja em apoio ao Iphan em ações pró patrimônio nacional.

Desse modo, o Fórum MS se fez presente, com diversos de seus membros, na audiência pública de Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural do Povo Negro em Campo Grande, que tratou do Tombamento da Comunidade Quilombola Tia Eva e da Praça do Preto Velho, na cidade de Campo Grande, bem como da representatividade da mulher negra e da identificação do turbante e das tranças como

Patrimônio Cultural Imaterial. A Audiência Pública foi construída com a colaboração SubSecretaria de Igualdade Racial de MS, da Superintendência Regional do Iphan, na pessoa do Sr. João Santos, e outras entidades estaduais.

O Fórum também participou, a convite da assessoria da vereadora Luiza Ribeiro (Campo Grande – MS), da Audiência Pública sobre recursos da Lei Aldir Blanc, no Município de Campo Grande (o PNAB), realizada no dia 07/05, na Comunidade Quilombola Tia Eva. O objetivo foi o de contribuir com propostas relativas às demandas da comunidade por conservação e valorização do patrimônio, bem como pelo incremento da educação em torno do patrimônio para diferentes grupos etários da comunidade Tia Eva.

Tendo em vista a reformulação do Grupo de Trabalho da Esplanada Ferroviária (Iphan-MS), a superintendência regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitou ao Fórum MS a indicação de dois membros (Titular/Suplente) para integrar o referido Grupo de Trabalho. As vagas foram preenchidas por duas de nossas representantes: Lenita Calado e Adriane Quilombola Soares.

O Fórum MS participou, também a convite, da Plenária do Plano Clima Participativo Bioma Pantanal, realizado em Campo Grande no mês de agosto. Foi uma oportunidade para levarmos demandas e propostas relativas ao patrimônio ambiental do estado, bem como ao patrimônio material e imaterial, que assim se tornaram tema de debate e reflexão do referido evento.

No que diz respeito a posicionamentos públicos em defesa do patrimônio, para além de assinaturas em documentos nacionais e regionais e da divulgação de manifestos e denúncias por meio das redes sociais, o Fórum MS publicou uma carta de apoio ao Iphan-MS, por seu posicionamento contrário ao projeto de edificação de novas instalações da Feira Central de Campo Grande em área tombada da Esplanada Ferroviária, conforme notícias da imprensa local.

Tendo em vista a polêmica em torno desse projeto que incide sobre um patrimônio nacional, descaracterizando-o, o Fórum MS se prontificou em redigir uma carta de apoio ao Iphan – MS, que foi divulgada em formato digital pelas redes sociais, tendo grande alcance e repercussão em âmbito regional. A carta foi contada com apoio de diversas entidades nacionais, inclusive da ABA.

Por fim, com destaque para as atividades mais relevantes do Fórum MS, cabe mencionar a participação na XVII ANPUH – MS: 60 anos do golpe civil-militar no Brasil, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com uma Mesa Redonda destinada à divulgação do Fórum e suas atividades no estado. A mesa contou com a participação de membros da entidade que possuem filiação à ANPUH-MS.

Atividades na região Nordeste

Na região Nordeste, o único núcleo estadual que desenvolveu atividades próprias foi o da Paraíba, no entanto, houve uma atividade conjunta reunindo representantes da Bahia e do Rio Grande do Norte. Não há informações sobre a atuação do núcleo estadual do Piauí.

Bahia e Rio Grande do Norte

Em 9 de dezembro de 2024 foi realizada a mesa-redonda “Tombamento dos quilombos- o patrimônio cultural de matriz africana em debate”, no canal do Youtube do Observatório da Diversidade do IFRN – Canguaretama.

A atividade foi organizada pelo Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Simbólicas e pelo Fórum das Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Regional Nordeste), associado ao Comitê de Patrimônios e Museus da ABA. Foi coordenada por representantes da ABA no Fórum, Thais Brito (UFRB) e Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN).

Na mesa-redonda foi debatida a implementação da Portaria nº 135 de 2023 – Tombamento dos quilombos do IPHAN, que detalha o procedimento para solicitar o tombamento de quilombos.

Houve apresentações de Tuquinha, da comunidade Chacrinha dos Pretos, Belo Vale (MG), e de Mônica Almeida Araújo Nogueira (IPHAN / PE). Os debates foram realizados por Beatriz Accioly Vaz (MPF), Mariana Balen (UFRB) e Julie Cavignac (UFRN).

O link para acesso ao evento é: <https://www.youtube.com/c/Observat%C3%B3riodaDiversidade>.

Paraíba

Em 2023, Lucas Neiva Peregrino, da ABA, foi indicado para a coordenação do núcleo do estadual do fórum na Paraíba. Ao longo desse ano, a representação da ABA participou de diversas reuniões.

1. Reunião em 24 de março de 2023 (reunião ordinária do Fórum Nacional)
Pauta: Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, a ser realizado em Ouro Preto/MG, em 04 e 05/abril, e assuntos pendentes como pedido de novos coletivos/entidades para entrada no Fórum.
2. Reunião em 6 de março de 2023 (presencial) com representantes ABA, IAB, Associação de Documentaristas e FENEA
Pauta: Informes: alargamento da orla, e proposta de um evento sobre O Patrimônio na Paraíba com participação de órgãos como IPHAEP, COPAC (municipal) e IPHAN.

3. Reunião em 24 de abril de 2023

Pauta: preparação para a reunião com o secretário estadual de cultura para discutir temas como: Política Estadual de Patrimônio (Política local e regional ao mesmo tempo da regulamentação federal); IPHAEP (Concurso público, Profissionais com capacidade técnica, 17 cidades com tombamento sem profissionais para acompanhar os tombamentos, fiscalizações e análises de projetos); Lei Canhoto da Paraíba - Lei nº 7.694 de dezembro de 2004; Nova regulamentação para o Projeto de Lei do ICMS (de 2015) segundo Lei N.º 18.030 de janeiro de 2009 (Minas Gerais); Regulamentação do patrimônio imaterial da PB (Grupo de trabalho específico para regulamentação da política, com diversidade de profissionais (história, arquitetura, geografia, antropologia, biblioteconomia, arquivologia); Representação do Fórum na SECULT-Gerência de Patrimônio (IPHAEP, FUNESC, Fundação Casa de José Américo, Sociedade Civil); Patrimônio imaterial (Remuneração na cultura popular, Carta aberta, Problemáticas das Leis de reconhecimento pela Assembleia Legislativa); Patrimônio material; Reativação da Oficina Escola (Estadual/Federal), seguindo Modelo da Espanha (Convênio Brasil e Espanha com manutenção dos professores e da infraestrutura); Ausência de fomento e mão de obra para conservação de prédios tombados e bens móveis (curso técnico para área); Natureza jurídica; Lei Rouanet; Centro Histórico de João Pessoa (Ações conjugadas do Município e do Estado, Habitação, ocupação (órgãos públicos, segurança); Evento do Patrimônio Cultural (agosto/2023, com comissão com representação da sociedade civil); Importância de apresentação do GT e das ações já realizadas.

4. Reunião em 24 de abril de 2023, presencial, com o secretário estadual de cultura Pauta: Ações para a gestão e propor ações para a Semana do Patrimônio.**5. Reunião em 3 de julho de 2023**

Pauta: preparação para reunião do Fórum PB com a Fundação de Cultura de João Pessoa (FUNJOPE) sobre o fórum municipal de patrimônio e o fórum de culturas populares.

6. Reunião em 4 de julho de 2023, presencial, com a FUNJOPE

Pauta: O fórum municipal de patrimônio e o fórum de culturas populares.

Além das reuniões, a representação da ABA no núcleo da Paraíba teve participação no I Fórum de Cultura e Arte da UFPB e ministrou a palestra “Papel da Política de Cultura na Universidade”.

Após a última reunião relatada em julho de 2023, o coordenador do núcleo estadual fez diversas tentativas de mobilização das entidades integrantes do fórum na Paraíba, em vão. Logo, não houve mais atividades. Atualmente, o grupo do Fórum PB do whatsapp conta apenas com publicação de divulgação de ações individuais.

Atividades na região Norte

Na região Norte, o único núcleo estadual ativo é do Pará, coordenado pela representante da ABA, Luciana Carvalho, até 31 de julho de 2024, quando foi substituída.

Pará

1. Reunião em 16 de junho de 2023

Pauta: atualização de membros e entidades e interiorização (proposição de apresentar o fórum em ações presenciais nas diferentes regiões do Pará onde há representantes de entidades que o compõem).

Sobre o ponto “atualização de membros e entidades”, concordamos em buscar contato com as entidades a fim de verificar se poderiam indicar representantes para fortalecer o núcleo estadual, que estava desmobilizado. Esse ponto também foi tratado na reunião do fórum nacional, na qual a coordenadora do PA participou, pois reflete um problema enfrentado em outros estados – há desde fóruns com poucas entidades representadas até fóruns inativos. Foi formado um GT de gestão do fórum nacional para fomentar a (re)organização dos estados, na medida do possível, e a coordenadora do PA fez parte desse GT. No entanto, não houve sucesso na busca por novos membros no estado.

Sobre a proposta de apresentar o fórum nas diferentes regiões do Pará, iniciaria por uma reunião híbrida Santarém, convidando os coletivos envolvidos em discussões sobre patrimônio no município para comparecer presencialmente e, virtualmente, possibilitando a participação de coletivos do baixo Amazonas. A proposta do encontro foi apresentar o fórum, ouvir demandas dos setores locais e pensar se, e como, o fórum pode encampar tais demandas.

A atividade idealizada aconteceu na Ufopa em 21 de agosto de 2023 e reuniu estudantes, pesquisadores, artistas e uma promotora do Ministério Público do Pará. Após a atividade, não houve demandas nem contatos da sociedade civil com o fórum.

Tratativas foram feitas com representantes do Fórum PA em outros municípios – que não Belém – para saber se poderiam e gostariam de fazer o mesmo, mas não houve retorno nesse sentido.

Em julho de 2024, a coordenadora Luciana Carvalho pediu desligamento da função de representação à ABA, que aquiesceu. Assim, desligou-se da coordenação do núcleo do Pará e em 12 dias de agosto de 2024 houve uma reunião com pauta única de eleição da nova coordenação do fórum, ora composta por Adriana Coimbra e Edgar Chagas.

Atividades na região Sudeste

Na região Sudeste, os núcleos estaduais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não relataram atividades no

biênio 2023-2024.

Atividades na região Sul

Na região Sul, a representante da ABA no núcleo estadual do Paraná informou que esse coletivo só se mobiliza emergencialmente, sendo que a última vez que o fez foi em 2023, por ocasião do leilão da Sociedade Treze de Maio, em Curitiba. Ela informou, ainda, que por ter passado a atuar na UFRN, não houve muitas interações no Fórum PR, pois a mobilização desse coletivo tem dependido muito de sua iniciativa. Apesar disso, ela entende que o núcleo PR não deve ser declarado totalmente inativo, pois está atuando de acordo com as demandas da comunidade.

Rio Grande do Sul

Em 2023, o Núcleo RS realizou reuniões para discutir estratégias, alinhar ações e fortalecer a atuação em defesa do patrimônio cultural. Promoveu, ainda, alguns eventos.

1. Abraço ao prédio da Smov

O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo RS, em parceria com entidades e a comunidade, promoveu o ato "Abraço ao Prédio da SMOV". O evento buscou sensibilizar as autoridades para a preservação do edifício modernista de 1970, ameaçado de demolição após seu leilão. A ação destacou o valor histórico, cultural e ambiental do prédio, reforçando que a preservação do patrimônio público e a habitação de interesse social devem coexistir como soluções sustentáveis.

2. Mesa "Patrimônio e Resistência" no IAB RS

A mesa "Patrimônio e Resistência", realizada nas Quartas no IAB, celebrou os quatro anos do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (FEDPCB). O evento reuniu especialistas para discutir a atuação do Fórum desde sua fundação em 2019, destacando sua mobilização em defesa do IPHAN e do Patrimônio Cultural Brasileiro. A atividade reforçou a importância do Fórum na resistência contra desafios à preservação cultural. Participaram do encontro o arquiteto e urbanista, coordenador geral do CBA/2019, vice-presidente do IAB-DN (Gestão 2021/2023) e Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, Rafael Passos; a arquiteta e urbanista, professora permanente no PROPUR/UFRGS e Coordenadora do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (Gestão 2021-2023), Inês Martina Lersch; a advogada especialista em direito público e coordenadora do Fórum Estadual RS (Gestão 2021-2023), Jacqueline Custódio; e o arquiteto e urbanista Nivaldo Andrade, vice-presidente da União Internacional dos Arquitetos, ex-presidente do IAB-DN e 1º Coordenador do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

3. Visita ao novo superintendente do IPHAN

Os representantes do Fórum de Entidades RS realizaram uma visita de boas-vindas ao novo

superintendente do IPHAN, Rafael Passos. Durante o encontro, foram apresentadas pautas prioritárias, incluindo os Caminhos Operários, o Cais do Porto e o imóvel histórico em São Gabriel, reforçando o compromisso do Fórum com a preservação do patrimônio cultural no estado.

4. Participação em Audiência Pública sobre o Tombamento do Memorial Luiz Carlos Prestes

O Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Brasileiro/RS, representado pela coordenadora Jacqueline Custódio, participou da audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. A audiência discutiu o tombamento do Memorial Luiz Carlos Prestes, projetado por Oscar Niemeyer, localizado em Porto Alegre, reafirmando a importância de sua preservação como patrimônio cultural. Em 2024, o Núcleo RS realizou reuniões para discutir estratégias, alinhar ações e fortalecer a atuação em defesa do patrimônio cultural. Promoveu, ainda, alguns eventos.

5. Reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Cais do Porto / Porto Alegre

O Fórum participou da reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Cais Mauá Público, presidida pela deputada Sofia Cavedon (PT). Durante o encontro, foram debatidas inconsistências e suspeitas de irregularidades relacionadas ao consórcio Pulsa RS, vencedor do leilão de concessão da área realizada pelo governo estadual. Como resultado, a Frente Parlamentar alterou uma posição de cobrança para maior transparência nas informações sobre o leilão, fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade, e a restauração imediata do Cais Mauá para ocupação com atividades culturais.

6. Reunião do Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas

A reunião, promovida pelo Departamento de Articulação, Fomento e Educação do IPHAN juntamente com o ICOMOS, integrou o Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas. Essa etapa abordou temas e demandas específicas dos principais biomas do Brasil. Mirian Rodrigues participou como representante do Bioma Pampa em nome do Fórum de Entidades do RS, contribuindo para a articulação de estratégias voltadas à preservação e sustentabilidade no contexto regional.

7. Carta Aberta em apoio à defesa do tombamento do edifício sede da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SMOV em Porto Alerge, Rio Grande do Sul

O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo Estadual do Rio Grande do Sul, em conjunto com suas entidades integrantes, elaborou e publicou uma Carta Aberta em apoio ao tombamento ou inclusão no Inventário da Arquitetura Moderna de Porto Alegre do Edifício Sede da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV).

8. Carta aos Candidatos Eleições Municipais

O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo Estadual do Rio Grande do Sul elaborou e enviou uma Carta Aberta aos candidatos às eleições municipais de 2024 em Porto Alegre. O documento destacou os destaques das enchentes de maio de 2024 no patrimônio histórico

da cidade e apresentou propostas para fortalecer as políticas de proteção e valorização da memória cultural. A carta foi enviada a todos os candidatos, com retorno positivo e comprometimento formal apenas dos partidos PSTU e PT.

9. Palestra no Conselho Estadual de Cultura

O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo RS realizou uma palestra no Conselho Estadual de Cultura, onde foram apresentadas as ações do Fórum e a Carta aos Candidatos às eleições municipais de 2024. Esteve presente Jacqueline Custódio, Paola Maia Fagundes e João de Los Santos, destacando as propostas para a preservação e valorização do patrimônio cultural no estado.

10. Constituição de Rede para Recuperação do Patrimônio no RS

Em maio de 2024, foi criada uma rede para o mapeamento e recuperação de patrimônio material e acervos museais no Rio Grande do Sul, promovida pelo MinC. A iniciativa com a participação de órgãos federais, estaduais, universidades, organismos internacionais e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, que se disponibilizou a contribuir nessa importante tarefa de preservação e manutenção da memória cultural do estado.

Conclusões e recomendações

A ABA tem participado do Fórum desde sua criação, por intermédio de representantes atuantes e comprometidos com a causa do patrimônio cultural brasileiro. Essa participação é articulada com o Comitê de Patrimônios e Museus e confere capilaridade às ações desse comitê, ampliando, por conseguinte, a presença da ABA em espaços importantes de reflexão e ação no campo do patrimônio. Diante do exposto, recomendamos que, para o biênio 2025-2026, a ABA:

- Solicite formalmente à Coordenação do Fórum em nível nacional a relação de núcleos estaduais efetivamente atuantes no momento;
- Mantenha representantes no Fórum nacional e nos núcleos estaduais em atividade;
- Procure identificar associados disponíveis para exercer essa representação nos núcleos estaduais ativos onde não temos membros atualmente;
- Reavalie junto ao Comitê de Patrimônios e Museus as melhores estratégias de engajamento e atuação no fórum.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - COPAM-SOBRAL/CE

CRONOGRAMA - REUNIÕES COMPAC - 2024

DATA: 07 de fevereiro (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Online – Videoconferência

DATA: 13 de março (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Online - Videoconferência

DATA: 03 de abril (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Casa da Cultura

DATA: 05 de junho (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Casa da Cultura

DATA: 07 de agosto (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Casa da Cultura

DATA: 02 de outubro (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Casa da Cultura

DATA: 04 de dezembro (Quarta-feira)

AÇÃO: Reunião Ordinária COMPAC

HORÁRIO: 8:30h

LOCAL: Casa da Cultura

CÂMARA TEMÁTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL (CTPCI) NO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAÉ)/SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SEDAC) DO RIO GRANDE DO SUL**Atividades desenvolvidas na CTPI/ IPHAÉ/ SEDAC RS**

As atividades da CTPI/ IPHAÉ/ SEDAC RS foram de ordem consultiva e também decisória acerca das proposições de patrimonialização realizadas tanto pelos técnicos do IPHAÉ, como por demandas de instituições externas ao Estado e de coletivos detentores dos bens patrimoniais em análise.

Com a sistemáticas de reuniões ordinárias bimensais, em que a Titular Maria Helena Sant'Ana compareceu com exceção a duas (janeiro de 2023 e julho de 2024) foram apresentadas as seguintes demandas para Registro como Patrimônio Imaterial:

- Proposta técnica de registro do **Modo de Fazer Artesanato com Palha de Butiá na Região de Torres, RS**, como patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul. Apresentado pelo Instituto Curicaca em 2022, e instruído pelo IPHAÉ com audiências junto à comunidade de mulheres artesãs detentoras bem patrimonial, ao longo de 2023.
- Parecer técnico interno do IPHAÉ, com relatório de pesquisa e mapeamento do **Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional**, cujos detentores envolvem Tekoás Guarani, determinadas comunidades quilombolas rurais e pequenos agricultores que praticam agricultura familiar com a produção da erva mate no modo tradicional. Apresentado em 2023.
- Demanda do Registro do **Modo de Fazer Queijo Artesanal Serrano**, apresentada pelos produtores rurais da região do Campos de Cima da Serra, com estudo realizado pela EMATER/RS em convênio com a UFRGS, em 2023, e Inventário realizado pelo IPHAÉ.
- Demanda de Registro do **Ritmo Musical Bugio**, apresentado por músicos do municípios de São Francisco de Paula e São Francisco de Assis, em fase de Instrução e levantamento de documentação dos municípios; em 2023.
- Demanda pelo Registro do **Bará do Mercado de Pelotas**, com dossiê entregue pelo Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas; em 2023.
- Inventário de **Bens Culturais Imateriais do Mercado Central de Porto Alegre**, realizado pela Associação dos Mercadeiros do Mercado Público Central de Porto Alegre. Apresentado em 2023, em instrução pelo IPHAÉ, a ser posto em processo comum com o do Bará do Mercado de Pelotas.
- Demanda pelo registro das **Festas de Navegantes e de Iemanjá** do Rio Grande do Sul. Processo aberto por religiosos através de ofício apresentado, em 2023.
- Festa de **Maçambique de Osório**. Processo de inventário negociado entre técnicos do IPHAÉ e a Associação Religiosa e Cultural Moçambique de Osório. Apresentado em 2023.
- **Manifestações Circenses**: demanda apresentada pela Associação de Circo do Rio Grande do Sul, com estudos e mapeamento, em 2023. Em processo no IPHAÉ.

- Solicitação de registro como **Patrimônio Cultural Imaterial dos Saberes e Modos de Fazer Cuca do Município de Rolante**. Proponentes: Prefeitura de Rolante e Associação de Amigos do Museu de Rolante, representando os detentores do bem cultural. Apresentado em 2024.

No total, foram aprovados pela CTPCI três Registros de Patrimônio Imaterial, a partir de Pareceres feitos por um dos representantes da CTPCI, aprovando ou não o Relatório apresentado:

1. Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, no Livro de Registro de Saberes - Data de Inscrição no Livro de Registro: 13/06/2023. Primeiro Bem patrimonial reconhecido pela CTPCI, com Parecer indicando aprovação escrito pela representante da ABA, Maria Helena Sant'Ana

Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-mate Tradicional, sistema originário dos saberes culinários e práticas de manejo ambiental da erva-mate de povos Guarani e mais tarde por grupos kaingang, foi registrado como primeiro Patrimônio Cultural Imaterial do estado do RS. O reconhecimento no inventário envolve preliminarmente três grupos de detentores deste bem patrimonial que em suas terras praticam os saberes tradicionais de manejo ambiental da erva-mate e seu preparo de moagem e defumação com carijo e formas específicas de circulação e consumo: aldeias Mbyá Guarani, comunidades quilombolas rurais e famílias de pequenos agricultores rurais de regiões do estado. O registro proporciona direitos e proteção aos sistemas culturais e socioambientais envolvidos, como acesso e proteção ambiental às ervateiras em risco de contaminação por uso de agrotóxicos da agricultura industrial de entorno, entre outras vulnerabilidades sociais, e promove o reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais do preparo da erva-mate como significativas das identidades sociais dos três grupos relacionados, assim com das memórias coletivas que atualizam suas formas de viver e visão de mundo.

2. Modo de Fazer Artesanato com Palha de Butiá na região de Torres, no Livro de Registro de Saberes - Data de Inscrição no Livro de Registro: 17/08/2023.

Modo de Fazer Artesanato com Palha de Butiá, tendo como referência a região de Torres, no Rio Grande do Sul, foi identificado como um bem cultural imaterial da comunidade rural que vive historicamente associada aos butiazais. Trata-se de uma prática que ocorre, no mínimo, desde a segunda metade do século XIX, reconhecidamente transmitida há seis gerações, que ainda é praticada de forma contínua ou descontínua por cerca de 30 famílias das localidades de Campo Bonito, Águas Claras, São Brás, Faxinal, Itapeva e Vila São João. Sua essência como bem cultural está nos conhecimentos da natureza, nas relações sociais, na identificação coletiva, na autonomia das mulheres e no domínio das técnicas que permitem colher de forma sustentável as folhas da palmeira, tratar suas fibras, confeccionar tranças, costurar e comercializar diferentes produtos.

3. Modo de Fazer Queijo Artesanal Serrano, no Livro de Registro de Saberes; Data de Inscrição no

Livro de Registro: 30/10/2024

A produção do queijo artesanal serrano teve início há mais de dois séculos, junto com o estabelecimento das primeiras fazendas na região dos Campos de Cima da Serra. A produção do queijo serrano surgiu concomitantemente com a atividade pecuária de corte extensiva na região, empreendida por colonos portugueses. Apesar das transformações tecnológicas do bem cultural, a rede de significados que o envolve permanece vinculada aos tropeiros e produtores de outrora, pois os produtores atuais se apropriam culturalmente do modo de fazer de maneira a remeter suas técnicas produtivas e comerciais, assim como o cerne de suas identidades, a essas figuras históricas. O simbolismo associado ao Modo de Fazer Queijo Artesanal Serrano se enraíza na mítica missioneira – tomando o vocábulo “mítico” não como uma mera estória tradicional, porém como uma narrativa estruturante das dinâmicas histórica, social e cultural do Rio Grande do Sul. Afinal, a linhagem do gado atual é associada às reses vacunas da Vacaria dos Pinhais, criada pelos jesuítas no segundo ciclo de ocupação missioneira do território do atual estado gaúcho.

Para consultar sobre os Bens Registrados:

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=79000>

As reuniões também realizaram consulta aos representantes da CTPCI dos critérios e políticas a serem orientadoras de vários dos processos em andamento e instruídos pelo IPHAE.

GESTOR DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS (CGSBM)**Reuniões do CGSBM**

- 19/12/2023 - Online - Recomposição do CGSBM e acolhida dos novos integrantes desde a recomposição do Ministério da Cultura (Manuel Lima Filho e Adriana Russi)
- 07/02/2024 - Online - Reunião não ocorreu por falta de quorum (Adriana Russi presente)
- 29/02/2024 - Online - Proposta de reestruturação do CGSBM, apresentação do Programa (Re)conexões e planejamento das ações entre elas a retomada do Fórum Nacional de Museus (Adriana Russi presente)
- 27/11/2024 - Reunião conjunta do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus com o Comitê Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM) que ocorreu presencialmente durante o 8º Fórum Nacional de Museus em Fortaleza. Contudo, não houve quorum novamente para a realização da reunião do CGSBM e apenas a reunião do CCPM ocorreu. Aprovação do novo nome do antigo Museu do Índio (FUNAI/RJ) para Museu Nacional dos Povos Indígenas.

Como essa reunião ocorreu presencialmente, durante a realização do Fórum de Museus, os representantes foram convocados oficialmente. Por incompatibilidade de agenda e questões familiares, o representante Manuel Lima Filho não pode participar do Fórum e a ABA foi representada pela suplente Adriana Russi.

Programa (Re)conexão

Atividade itinerante descentralizada que ocorreu presencialmente em diversas capitais brasileiras e remotamente envolvendo a sociedade civil, instituições e coletivos na atualização do Plano Setorial de Museus.

- 28/05/2024 - Participação presencial no Museu de Arte do Rio de Janeiro
Para essa atividade os representantes não foram convocados oficialmente, mas por ter acontecido na cidade do Rio de Janeiro, Adriana Russi esteve presente.
- 17/09/2024 - Participação online na atividade conduzida pelo ICOM Br
Igualmente para essa atividade os representantes não foram convocados oficialmente, mas por acompanhar as atividades do ICOM Br, Adriana Russi esteve presente.
- 8º Fórum Nacional de Museus



- 25 a 29/11/2024 - presencial em Fortaleza (Adriana Russi) - participação ativa nas inúmeras atividades do Fórum, acompanhamento dos debates dos Gt's temáticos para o novo Plano Nacional Setorial de Museus (acompanhamento no grupo da diversidade e acessibilidade), ouvinte no encontro da rede de Museologia Indígena, ouvinte no encontro da Rede de Educadores de Museus, apresentação do projeto Mapeamento das coleções Etnográficas no Brasil para usuários do Tainacan. Acompanhamento da deliberação na plenária final com a aprovação do novo Plano Nacional Setorial de Museus.

Os representantes da ABA foram convocados, inclusive com financiamento por parte do IBRAM. Contudo, por conta de sobrecarga de agenda e questões familiares a suplente Adriana Russi representou a ABA.

PLATAFORMA POVOS TRADICIONAIS

- Participação na Reunião com o Comitê Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais, 22 de outubro de 2024, das 15:00 às 16:05 horas, online, Coordenação: Anna Julia do Valle Costa (PGR).
- Relatório sobre a reunião do Comitê Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais, realizada em 22 de outubro de 2024, enviado ao Comitê em 23 de outubro de 2024.
- Participação em Curso de Aperfeiçoamento 'Territórios Tradicionais não demarcados: o que fazer?' do projeto territórios vivos (MPF-GIZ-CNPCT) e ESMPU em 17 a 19 de setembro de 2024, das 09:00 às 18:00 horas. na ESMPU, Brasília.
- Participação em Oficina do Conselho Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais, MPF, na ESMPU, das 09:00 às 18:00 horas, em 16/09/2024.
- Relatório para a ABA sobre participação em oficina do conselho gestor e do comitê técnico e participação em Curso de Aperfeiçoamento "Territórios Tradicionais não Demarcados: o que fazer?" do projeto territórios vivos (MPF-GIZ-CNPCT) e ESMPU em 16 a 19 de setembro de 2024. Curso de Aperfeiçoamento 'Territórios Tradicionais não demarcados: o que fazer?' na ESMPU, e Oficina da Plataforma Territórios Tradicionais, na ESMPU, 2024. Relatório enviado ao Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia, em 06/10/2024.
- Participação na reunião Plataforma Territórios Tradicionais, em 01/04/2024, online, das 14:00 às 15:00 horas. Wilson Rocha Assis – Procurador da República de Goiás (PR- GO) e coordenador atual da Plataforma; Anna Julia do Valle Costa (PGR) e secretária executiva da plataforma; Sônia Magalhaes (vice-presidente da ABA); Felisa Anaya (coordenadora comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e grandes projetos da ABA).
- Relatório sobre a reunião Plataforma Territórios Tradicionais, em 01/04/2024, Reunião ordinária do Conselho Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais realizada em 19 de junho de 2023, das 14:00 horas às 17:00 horas, na sede do Ministério Público Federal, Brasília, D.F.
- Participação na Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Plataforma Territórios Tradicionais, realizada em 19 de junho de 2023, das 14:00 horas às 17:00 horas, na sede do MPF, Brasília, D.F. A reunião ordinária do Conselho Gestor da Plataforma Territórios Tradicionais aconteceu em 19 de junho de 2023, na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, sala de reuniões nº 302, Procuradoria-Geral da República (SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Brasília, D.F.).
- Relatório para a ABA sobre a Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Plataforma Territórios Tradicionais, realizada em 19 de junho de 2023, das 14:00 horas às 17:00 horas na Sede do Ministério Público Federal, Brasília, 2023.

COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO MEC - CNEEI**Reuniões CNEEI 2023-2024 (2025)**

- 29 e 30/08/2023 - [Presencial] Evento de Posse e da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), realizada no MEC em Brasília.
- 07, 08 e 09/11/2023 - [Híbrida] Reunião Técnica, organizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), sobre a política educacional indígena, em especial, os programas de formação inicial (Prolind e Parfor Equidade) e formação continuada para professores indígenas no âmbito da Rede Saberes e do Compromisso Criança Alfabetizada.
- 14 e 15/11/2023 - [Presencial] 2ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), realizada em Brasília-DF, no Ministério da Educação (MEC), Anexo II, térreo, Sala 03.
- 06 e 07/06/2024 - [Presencial] 3ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI realizada em Brasília-DF, no Ministério da Educação (MEC), Anexo II, térreo, Sala 03 com apresentação da nova Diretoria de Políticas Educacionais Indígenas; GT Universidade Indígena; Rede Saberes Indígenas na Escola - ReCo-SIE; criação GT Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica; Parfor Equidade e Prolind; bolsa permanência; GT Construção de escolas indígenas.
- 01/08/2024 - "Seminário Regional Sudeste Universidade Indígena" no CAD2 Aud. A102 na UFMG (Belo Horizonte)
- 02/08/2024 - "Seminário Regional Sudeste Universidade Indígena" na Unifesp (São Paulo).
- 19/11/2024 - [Online] II Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI - sobre o programa PDDE Equidade.
- 12 e 13/12/2024 - [Presencial] 4ª Reunião Ordinária da CNEEI realizada em Brasília sobre: Balanço das ações 2024; Universidade Indígena; Capema; retomada dos GTs da CNEEI; formação de professores; planejamento de 2025.
- 28/01/2025 - [Online] III Reunião Extraordinária para consulta sobre Portaria que institui a Política Nacional de Educação Escolar Indígena no âmbito dos Territórios Etnoeducacionais – PNEEI – TEE.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND

O CEDIND, instituído pelo Decreto Governamental nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, é um órgão colegiado, permanente e de caráter consultivo sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDDH). Compete ao CEDIND a defesa e promoção dos Direitos Indígenas e a contribuição na proposição de políticas públicas no território do Estado do Rio de Janeiro.

O Conselho é composto por representantes indígenas das sete aldeias constituídas no Estado do Rio de Janeiro e de organizações e coletivos indígenas do contexto urbano, de diversas Secretarias do Estado e das Prefeituras de Angra dos Reis, Paraty e Maricá, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública da União e por Universidades com atuação no Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e a Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, no seu Regimento, consta a participação de um total de 24 representantes com direito a voto e com a seguinte composição: 50% (cinquenta por cento) devem ser indígenas, dentre os quais caciques e lideranças indicadas pelas aldeias Guarani situadas nos Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, bem como de associações e organizações indígenas representativas dos indígenas em contexto urbano residentes no Estado do Rio de Janeiro; e 50% (cinquenta por cento) de representantes indicados por órgãos públicos e entidades afins à comunidade indígena do Estado do Rio de Janeiro. A ABA é uma entidade convidada, com direito a voz e sem direito a voto.

O CEDIND realiza reuniões ordinárias de forma mensal e tem realizado algumas extraordinárias. Desde minha designação como representante titular da ABA (Ofício nº 003/2020/ABA/PRES, de 05/02/2020) venho participando assiduamente delas. A primeira assembleia na qual participei foi no dia 13/03/2020, na sede da SEDSDH, localizada no centro do Rio de Janeiro. Tratou-se da única reunião ordinária presencial do conselho até hoje. Com a pandemia do Covid 19 e as restrições sanitárias instituídas pelo Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20, as reuniões continuaram de forma online/remota (através da plataforma zoom).

Em 2023, apesar de serem retiradas essas restrições, o Conselho não contou com nenhum recurso orçamentário por parte da SEDSDH, o que impossibilitou o retorno das reuniões presenciais na sede dessa secretaria, já que não houve garantia de transporte e hospedagem para os representantes indígenas das aldeias irem à cidade do Rio de Janeiro.

A continuidade do formato virtual das reuniões ordinárias durante os anos 2023 e 2024 prejudicou bastante a participação das lideranças indígenas dos territórios. Existe o problema concreto da falta de conectividade de internet, assim como o crescente desânimo pela continuidade desse formato de comunicação. Assim, os que assistiram regularmente às reuniões ordinárias foram os conselheiros

indígenas do contexto urbano, representando algumas das organizações existentes no Estado, e os conselheiros não indígenas, representando órgãos do governo e às universidades.

Em 2023, realizou-se uma reunião extraordinária na comunidade guarani Sapukai, localizada no município de Angra dos Reis. Tratou-se da única reunião desde 2020 até hoje, realizada em território indígena. Ela agregou aos caciques e a outras lideranças das aldeias da Costa Verde e de Maricá: Sapukai, Itaxim, Mamanguá, Araponga, Rio Pequeno, Ara Hovy e Ka'aguy Ovy Porã. Nessa grande assembleia, além das lideranças indígenas dos territórios, contou com a participação de representantes de algumas das organizações indígenas do contexto urbano, representantes de várias das secretarias do Estado do Rio de Janeiro e das universidades. Foi debatida a necessidade e relevância da continuidade do CEDIND. As lideranças indígenas manifestaram muitas queixas e deficiências quanto à atuação deste órgão e à falta de garantia da participação indígena nas reuniões e na tomada de decisões. Apesar das muitas críticas apontadas, houve consenso sobre a relevância política de manter e fortalecer o Conselho.

Nesse sentido, para 2024 planejou-se no organograma de atividades, a realização de visitas aos territórios com frequência bimestral, com o intuito de garantir uma participação mais efetiva das lideranças e das comunidades, diante do cenário nacional mais favorável e o fortalecimento do protagonismo indígena no MPI e na Funai. Contudo, a SEDSDH não disponibilizou orçamento para o funcionamento do Conselho mais uma vez, e não houve recursos para a realização das visitas aos territórios. As reuniões continuaram sendo realizadas somente no formato virtual, cada vez mais esvaziadas, inclusive em alguns ocasiões, sem quórum para deliberar. A falta de orçamento prejudicou bastante o funcionamento efetivo do Conselho. Tal situação refletiu na impossibilidade de articular e organizar a realização de eleições previstas em 2024, para a renovação da mesa diretora, cujo mandato expirou há mais de um ano, o que aprofunda a crise de representatividade atravessada pelo conselho.

Entretanto, no período de 2023-2024, o CEDIND acompanhou e apoiou algumas ações importantes, das quais também consegui participar como representante da ABA:

- Demandas de regularização fundiária da Tekoa Ara Hovy e Tekoa Ka'aguy Ovy Porã, localizadas no município de Maricá.

A aldeia Ka'aguy Ovy Porã passou por um estudo de Eleição de Área, realizado pelos antropólogos Tonico Benites e Pablo Barbosa, de acordo com a Instrução Executiva nº67/2009/DAF/FUNAI, de 26/06/2009, com o objetivo de levantar dados antropológicos e cartográficos necessários para fundamentar o processo de regularização fundiária de área no município de Maricá, mas até hoje disputa parte do território com a empresa espanhola IDB, /Brasil, que pretende desenvolver um projeto de mega empreendimento hoteleiro nesse local.

O CEDIND interveio em diversas reuniões e elaboração de ofícios destinados à prefeitura de Maricá, procurando estabelecer diálogos nesse conflito. Vale ressaltar que as famílias que constituíram a aldeia vivenciaram vários deslocamentos pelo Estado, sofrendo diversas violências e despejos, até chegarem à Restinga de Maricá, a convite do Prefeito da época, para ocupar uma área objeto de várias disputas.

Quanto à aldeia Ara Hovy, localizada numa área de preservação ambiental e com impedimento para plantar e construir moradias, houve uma negociação para a doação por parte da Prefeitura de um novo território. O CEDIND participou em reuniões e também encaminhando ofícios destinados ao processo de doação de área pela prefeitura com vistas ao reassentamento da aldeia. A data acordada para início do reassentamento, era janeiro de 2020 e não foi cumprida. Decidiu-se também pela necessidade da DPU e DPA entrarem no processo fazendo notificações à prefeitura de Maricá e cobrando providências. Por fim, em novembro de 2024, o prefeito Fabiano Horta entregou título de propriedade para a associação da aldeia num território que faz parte da Fazenda Pública Joaquin Piñero, no Espraiado. A comunidade se mudou para o novo território em dezembro de 2024. Participei da cerimônia de entrega simbólica do novo território no dia 20 de dezembro, junto com outros conselheiros do CEDIND.

Participação na Comissão de Educação e Cultura do Cedind

No CEDIND, além das reuniões do plenário, funcionam Comissões permanentes, que devem subsidiar os projetos e encaminhamentos propostos pelo Conselho. Entre várias funções, compete à Comissão de Educação e Cultura monitorar, propor e encaminhar políticas na área de educação escolar indígena a fim de assegurar a correta implementação, a qualidade do ensino e o pleno acesso e permanência dos alunos indígenas.

Em 2023 e 2024, participei de várias reuniões dessa Comissão, sendo amplamente debatida a situação precária da escola estadual indígena, Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda, que atende às aldeias guarani de Angra dos Reis e Paraty. Foi realizada reunião com a gerente da Coordenação de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria de Estado de Educação- Seeduc, e encaminhados vários ofícios, denunciando as deficiências da oferta escolar por parte do Estado. Foi demandada a criação do cargo de “Professor Indígena” no plano de cargos e salários da Seeduc, a fim de que os docentes indígenas possam ser contratados por concurso público e não como serviços temporários. A precariedade dos contratos fez com que as crianças das aldeias Sapukai, Araponga, Itaxim e Rio Pequeno ficassem praticamente toda a primeira metade de 2024 sem aulas. A aldeia Iriri do povo Pataxó até hoje não tem escola no seu território.

Como integrante da Comissão participei de três bancas de validação da autodeclaração indígena de candidatos que disputavam vaga como cotista indígena no processo seletivo do Vestibular da UERJ, mas que não contavam com a documentação exigida pela universidade, tal como Registro de Nascimento Indígena, ou Carta de Recomendação emitida por liderança ou órgão indígena reconhecido.

A participação nessas bancas foi importante no sentido de esclarecer a necessidade de revisar a exigência desses documentos comprobatórios diante das diferentes realidades vivenciadas pela população indígena do Estado do Rio de Janeiro, destacando o fato de que 94% vive nas cidades. As entrevistas realizadas com esses candidatos permitiram conhecer trajetórias marcadas tanto por diversas discriminações e violências, quanto por processos de invisibilidade e silenciamento, contudo, mantendo-se viva e vigente a memória e identidade étnica no seio familiar.

Gostaria de destacar o compromisso e engajamento de vários conselheiros e as ricas aprendizagens ao longo desse período. Entretanto, também evidencio o fato de não serem suficientes as boas vontades individuais, sem o apoio político e financeiro do governo do Estado. Também percebo a necessidade do Conselho aprofundar suas articulações com outros atores institucionais e políticos, tais como, alguns parlamentares e comissões da Alerj, e organizações como a Comissão Guarani Yvyrupa e Arpin Sudeste.

PESSOAS ASSOCIADAS**1ª CHAMADA 2023**

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (17 efetivos, 18 pós-graduandos e 02 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria

Efetivos/as - Alcides José Delgado Lopes, Ana Elisa de Figueiredo Bersani, Ana Maria Rabelo Gomes, Bruna Nunes da Costa Triana, Denise Martin Coviello, Iana dos Santos Vasconcelos, Jose da Cruz Bispo de Miranda, José Vandilo dos Santos, Kelly Ichitani Koide, Livia Reis Santos, Marcelo Caio Nussenzweig Hotimsky, Marco Antonio Saretta Poggia, Marivaldo Aparecido de Carvalho, Patricio Carneiro Araújo, Pedro Paulo Gomes Pereira, Renato Fernandes Caetano e Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça;

Pós-graduandos/as - Caetano Pires Tossulino, Francinete Pereira da Silva, Jhemerson da Silva e Neto, Leonardo da Silva Vidal, Lucas Parreira Álvares, Maria Dolores de Lima e Silva, Mariana Maiara Soares Silva, Mauricio dos Santos, Max George do Monte Costa Medeiros, Nathalia Antonucci Fonseca, Patrícia Macedo Ferreira, Paula Esteves Pinto, Pedro Henrique Baima Paiva, Rodrigo de Abreu Ribeiro, Thais Nogueira Brayner, Vinícius Cosmos Benvegnú, William Paulino Rosa e Yuri Tomaz dos Santos;

Aspirante - Vitória da Silveira Alves e Ygor Fernandes Alves;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Bruna Russel Salvador e Jade Figueiredo Costa;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Arthur Leonardo Costa Novo, Cristhian Fernando Caje Rodriguez, Diógenes Egídio Cariaga e Leonardo Francisco de Azevedo.

2ª CHAMADA 2023

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (14 efetivos, 04 colaboradores, 01 correspondente e 25 pós-graduandos) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Ana Carolina Estrela da Costa, André Henrique dos Santos Francisco, Clayton da Silva Guerreiro, Daniel Alves de Jesus Figueiredo, Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo, Francisco Ernesto Basílio Gomes, João Veridiano Franco Neto, Marcos Freire de Andrade Neves, Maria Candida Vargas Frederico, Ramon Pereira dos Reis, Renato de Lyra Lemos, Rosenilton Silva de Oliveira, Stefania Capone e Tatiana Helena Lotierzo Hirano;

Pós-graduandos/as - Aila Villela Bolzan, Alef Monteiro de Souza, Camila Vaz Neto Ferreira Correia, David de França Brito, Debora Rios de Souza, Elias Manoel da Silva, Elisa Algayer Casagrande, Elisa Gonçalves Rodrigues, Gabriel Bandeira Cantu, Gustavo Costa do Carmo, João Pedro de Oliveira Medeiros, Karine Assumpção, Katianne de Sousa Almeida, Larisse Louise Pontes Gomes, L'Hosana Cérés de Miranda Tavares, Luana da Silva Cardoso, Lucinete Aparecida de Moraes, Maísa Cardozo Fidalgo Ramos, Mariana Vilas Bôas Mendes, Matthew William Abel, Mayane Batista Lima, Mônica Simioni, Rafael Frizzo, Rosenilda Nunes Padilha e Thais Fonseca Cruz;

Colaboradores/as - Amaro Sérgio Marques; Carolina dos Santos Bezerra-Perez; Natalia Negretti e Raquel Maria Rigotto;

Correspondentes - Aleksandar Boskovik;

Aspirantes - Ana Claudia Matos Sampaio, Gabriel Cavalcante Bueno de Moraes, Luís Augusto de Souza Bevacqua e Sthevson Lourran de Melo Santos;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Humberto Bismark Silva Dantas;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Bernardo Curvelano Freire; Gabriela de Lima Cuervo e George Arruda de Albuquerque.

1ª CHAMADA 2024

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (17 efetivos, 25 pós-graduandos, 03 aspirantes e 04 colaboradores) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Filadelfo de Aquino, Caroline Martins de Melo Bottino, Eduardo Moura Pereira Oliveira, Fabiano José Alves de Souza, Jerônimo da Silva e Silva, Leonor Valentino de Oliveira, Mariana Pitasse Fragoso, Pedro Henrique Ribas Fortes, Rogério Brittes Wanderley Pires, Sophia Ferreira Pinheiro, Stephania Gonçalves Klujsza, Valentina Calado Pompermaier e Waldemir Rosa;

Pós-graduandos/as - Bianca Hammerschmidt, Bruna Carla Cordeiro de Carvalho, Carolina Abreu dos Santos, Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro, Edna Balbina dos Anjos dos Santos, Eliane Cavalcante, Gabriel Rêgo Licata, Gustavo Costa do Carmo, Heloisa Cardoso Wanick Loureiro de Sousa, Inácio dos Santos Saldanha, Isabella Alves Guimarães, Laura Alves Guimarães, Lidia Bueno Pereira, Marcelo Giacomazzi Camargo, Marcelo Gil da Silva, Pâmilla Vilas Boas Costa Ribeiro, Paulo Henrique Ferreira de Freitas, Phelipe Caldas Pontes Carvalho, Rafael Camaratta Santos, Raquel Simas, Rosania Oliveira do Nascimento, Rosenilda Nunes Padilha, Shirley Pimentel de Souza, Vagner Barreto Rodrigues e Waldilena Assunção;

Colaboradores/as - Luana Ameida Martins, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Robson Corrêa de Camargo e Viviane Mattar Villela Salles;

Aspirante - Fernando Matheus Souza de Oliveira, Nayara Andress ferreira oliveira e Valéria da Silva Santos;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Aline Feitoza de Oliveira, Fernando Monteiro Camargo, Gabriel Calil Maia Tardelli, Igor Rolemberg Gois Machado, João Daniel Dorneles Ramos, Lauriene Seraguza Olegário e Souza, Leonardo Oliveira de Almeida, Lorena Mochel Reis, Lucas de Magalhães Freire, Lucybeth Camargo de Arruda, Martiniano Sardeiro de Alcântara Neto, Maynara Costa de Oliveira Silva, Natália Helou Fazzioni, Priscila Tavares dos Santos e Rogério Duarte do Pateo.

2ª CHAMADA 2024

A ABA dá as boas-vindas aos/às novos/as associados/as (32 efetivos, 01 colaborador, 30 pós-graduandos e 04 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Amadeu Cardoso do Nascimento, Amana dos Santos Nesimi, Ana Paula Lino de Jesus, Antônio Augusto Bonatto Barcellos, Beatriz Accioly Vaz, Denize Refatti, Eduardo de Oliveira Rodrigues, Elis Fernanda Corrado, Fernanda Müller, Francesco Romizi, Gustavo Belisário d'Araújo Couto, Irana Bruna Calixto Lisboa, João Roberto Bort Júnior, Laisa Arlene Sales Ribeiro, Lígia Duque Platero, Lorena Veras Mendes, Lourival Aguiar Teixeira Custódio, Luana Maria de Souza, Lucas Cimbaluk, Marcela Rabello de Castro Centelhas, Marcos Alan Costa Farias, Maria Raquel da Cruz Duran, Natália Barroso Brandão, Natália Moraes Gaspar, Natália Neme Carvalhosa, Raimundo Nonato Pereira da Silva, Renata Barbosa Lacerda, Rodrigo Arthuso Arantes Faria, Rogério Rodrigues dos Santos, Rosana Carvalho Paiva e Sabrina Deise Finamori;

Pós-graduandos/as - Adilson Silva da Silva, Alejandro Escobar Hoyos, Aliziane Bandeira Kersting, Ana Paula Silva Oliveira, Antonio Carlos Seizer da Silva, Artani Grangeiro da Silva Pedrosa, Bárbara Ferreira Ávila, Beatriz Fernandes Coelho Gomes, Bruna Fani Duarte Rocha, Diego Vartuli Cavanellas, Fernanda Oliveira Silva, Fernando Reis da Cunha, Gabriela da Costa Araújo, Igor Leonardo de Santana Torres, João De Regina Maris dos Santos e Cassalho, Joicieli Pereira de Lima, Júlia Cotta Lima de Oliveira, Marcella Francelina Vieira Camargo, Marília Amaral, Mário Ferreira da Silva, Mauro Toledo Silva Rodrigues, Rodrigo Frare Baroni, Romina Celsa Celona, Sara Martin Xavier, Silvandra Cardoso Gonçalves, Sueli do Carmo Oliveira, Teresa Garcia, Thiago Pereira Rabelo, Tiago Sá Leitão dos Santos e Victor Lean do Rosário;

Colaboradores/as - Juliano Franco de Moraes e Marília de Jesus da Silva e Sousa;

Aspirante - Danielle Losankas, Davi Ferreira Santos Borges, Gabriel Cortezi Schefer Cardoso e Mariana Ribeiro de Oliveira;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Pós-graduandos/as) - Amanda Gioriatti Lunkes e Carlene Santana dos Santos;

Mudanças de categoria (Aspirantes para Efetivos/as) – Rute Moraes Souza

Mudanças de categoria (Colaborador/a para efetivo/a) - Natalia Negretti;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para efetivos/as) - Diego Fernandes Dias Severo, Felipe Kamaroski, Guillermo Stefano Rosa Gómez, Karine Assumpção, Lucas Coelho Pereira, Natalia Ribas Guerrero, Pablo Antunha Barbosa, Paula Grazielle Viana dos Reis e Rodica Weitzman;

Mudanças de categoria (Pós-graduandos/as para Colaboradoas/es): Renata de Moraes Machado.

EVENTOS

Eventos Presenciais Organizados pela ABA

1) Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias da reconstrução da democracia

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) realizou, nos dias 3 e 4 de maio, no Auditório da Fiocruz, em Brasília, o seminário “Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias da reconstrução da democracia”. Com a presença de representantes do governo federal, de entidades da sociedade civil e de pesquisadore(a)s, o evento promoveu um amplo debate sobre a conjuntura atual, pressões e desafios que perpassam a garantia dos direitos fundamentais da sociedade brasileira.

Nos últimos anos, a violação de direitos, o sucateamento de instituições públicas, assim como a ausência e ineficiência de políticas voltadas para as áreas de Saúde, Educação, Inclusão Social e Direitos Territoriais demandam reflexões sistemáticas de várias instituições da sociedade civil, incluindo as associações científicas como a ABA.

A fim de melhor balizar as reflexões, o evento foi organizado em cinco painéis temáticos. O evento contou com os seguintes apoios: CNPq, PPGAS/UnB, Fundação Ford e SBPC.

O seminário foi gratuito e presencial. Aconteceu no auditório da Fundação Oswaldo Cruz, em Brasília-DF, das 9 às 18 horas, nos dias 3 e 4 de maio de 2023.

O evento foi gravado na íntegra e pode ser acessado na TV ABA (YouTube): <https://www.youtube.com/playlist?list=PLrqSUafHHXYyhTan1bOqfCEOJP9RVNzGa>

Confira a programação do evento:

DIA 03/05

9h: Abertura

Andréa Zhouri (Presidente da ABA)

Fernanda Sobral (Vice-presidente da SBPC)

9h30 – 11h30: MESA 1

(Re)Conquistando o Direito à Saúde

Coordenação: Osmundo Pinho (UFRBA/ABA)

Expositores/as:

1. Flávia do Bonsucesso Teixeira (Secretaria de Atenção Especializada Saúde do Ministério da Saúde)
2. Lia Zanotta Machado (UnB/ABA)
3. Michele Pires (ASSOTRAM e PPGH/UFAM)
4. Noemi Maria Barbosa (Malungu/CONAQ – Pará)

Relatoria: Soraya Fleischer (UnB/ABA)

12 – 13h15: Almoço

13h30 – 15h30: MESA 2

Meio Ambiente, Territórios Tradicionalmente Ocupados e Desenvolvimento

Coordenação: Sônia Magalhães (ABA)

Expositores/as:

1. Edel Moraes (Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)
2. Eliana Torelly (6ª. Câmara do MPF)
3. Carlos Alberto Pinto dos Santos (Presidente do CNPCTs)
4. Deborah Bronz (UFF/ABA)

Relatoria: Alexandra Barbosa (UFPB/ABA)

15h30: intervalo

16h – 18h: MESA 3

Políticas de Proteção Territorial Indígena

Coordenação: Alexandra Barbosa (ABA)

Expositores/as:

1. Eloy Terena (Secretário Executivo do MPI)
2. Kleber Karipuna (APIB)
3. Braulina Aurora (Comitê de Antropólogos indígenas da ABA/ABIA/ANMIGA)
4. Paulo Machado Guimarães (Comissão Especial de Defesa dos Povos Indígenas/OAB)
5. Elaine Moreira (UnB/CAI-ABA)

Relatoria: Deborah Bronz (UFF/ABA)

DIA 04/05

9h30 – 11h30: MESA 4

Educação, Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade

Coordenação: Luciana Dias (UFG/ABA)

Expositores/as:

1. Anielle Franco (Ministra da Igualdade Racial)
2. Maria Teresa Gonzaga Alves (Diretora de Estudos de Educação – INEP)
3. Rosilene Cruz de Araújo Tuxá (Coordenadora Geral da Educação Escolar Indígena-MEC e membro da ABIA)
4. Vera Rodrigues (UNILAB/ABA)

Relatoria: Guilherme Sá (UnB/ABA)

12h -13h30: Almoço

13h45 – 15h45: MESA 5

Fazendo face à violência

Coordenação: Adriana Vianna (UFRJ/ABA)

Expositores/as:

1. Luciano Mariz Maia (Subprocurador-Geral da República – MPF/Professor da UFPB)
2. Iza Jakeline Barros da Silva (Agenda Nacional pelo Desencarceramento e Articulação Nacional de Familiares do Cárcere)
3. Darlah Mariana Santos Conceição (Coalizão Negra por Direitos)
4. Flávia Medeiros (UFSC/ABA)

Relatoria: Osmundo Pinho (UFRB/ABA)

16h: Intervalo

16h15 – 18h

Síntese geral e encerramento (ABA)

1. Andréa Zhouri
2. Sônia Magalhães
3. Relatores das Mesas

2) RAM 2023

Simpósio Especial 1 - Alternativas ao Desenvolvimento e o Bem Viver

Coordenação:

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF – CPDA/FAPERJ - Brasil)

Palestrantes:

Cândido Grzybowski (Ibase - Brasil)

Ramiro Ávila (Universidad Andina Simón Bolívar - Equador)

Eduardo Gudynas (CLAES - Uruguai)

Simpósio Especial 2 - El ejercicio de la profesión y los lugares (sociales y políticos) de las asociaciones de antropología en los espacios públicos

Coordenação:

Lucía Eilbaum (UFF)

Palestrantes:

Andréa Zhouri (Presidenta Associação Brasileira de Antropologia)

Eva Muzzopappa (Presidenta Colegio de Graduados en Antropología de la República Argentina)

Inti Clavijo (Presidente da Asociación Uruguaya de Antropología Social)

Lía Ferrero (Presidenta Asociación Latinoamericana de Antropología)

Natalia Caniguan (Presidenta Colegio de Antropólogas y Antropólogos de Chile A.G.)

Manuel Chamorro Cristaldo (Asociación Paraguaya de Antropología)

Simpósio Especial 3 - O imperativo pragmatista na pesquisa socioantropológica: re-desenhos conceituais e consequências metodológicas na América Latina

Coordenação:

Fabio Reis Mota (UFF - Brasil)

Palestrantes:

Alicia Márquez Murrieta (Instituto Mora - México)

Sebastián Pereyra (UNSAM - Argentina)

Sayonara Leal (UnB - Brasil)

Debatedor:

Gabriel Nardacchione (UBA - Argentina)

Simpósio Especial 4 - Outras antropologias a partir do Sul Global

Coordenação:

Gisele Chagas (UFF - Brasil)

Palestrantes:

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF - Brasil)

Silvia Montenegro (CONICET - Buenos Aires)

Aleksandar Boskovic (UFRN - Brasil)

Simpósio Especial 5 - RBA 70 anos: a criação da ABA e a defesa dos direitos fundamentais

Coordenação:

Sônia Magalhães (UFPA/ABA - Brasil)

Palestrantes:

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF - Brasil)

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFF - Brasil)

Gustavo Lins Ribeiro (UAM - México)

Debatedora:

Lia Ferrero (ALA - Argentina)

Simpósio Especial 9 - Rumo aos 30 anos da RAM: 1995-2025

Coordenação:

Renata de Sá Gonçalves (UFF - Brasil)

Palestrantes:

Ana Gorosito (Argentina)

Ruben Oliven (UFRGS - Brasil)

Cornelia Eckert (UFRGS - Brasil)

Jean Segata (UFRGS - Brasil)

Betty Francia (Universidad de la República. A -Uruguai)

Simpósio Especial 8 - Neoextractivismo, crisis climática y desastres. Los nuevos imperialismos del “Antropoceno” desde Argentina, Brasil y Chile

Coordenação:

Andrea L. M. Zhouri (UFMG - Brasil)

Palestrantes:

Horacio Machado Aráoz (IRES, CONICET-UNCA - Brasil)

Paola Bolados García (Universidad Autónoma de Chile)

Debatedora:

Sônia Magalhães (UFPA/ABA - Brasil)

Conferência: Anthropos-ceno: crisis de la humusidad de la Tierra

Palestrante: Horácio Aráoz (IRES, CONICET e Universidad Nacional de Catamarca - Argentina)

Apresentação: Andrea Zhouri (Associação Brasileira de Antropologia)

Local: Sala Nelson Pereira dos Santos

3) SBPC 2023

Painel - A distância entre as leis e a vida cotidiana - povos indígenas e os 35 anos da Constituição Federal de 1988

Palestrantes: Felipe Cruz Tuxá (UNEB), Tonico Benites (FUNAI), Ruth Anacé (USAL/Salamanca), Joziléia Kaingang (UFSC), Braulina Baniwa (UnB), Eriki Aleixo de Melo Wapichana (UFAM)

Webminicurso - ciência, educação no brasil pós independência as ações afirmativas e as lutas antirracistas

Responsáveis: Gilson Rodrigues Junior (IFRN), Marcos Silva da Silveira (UFPR), Denise Jardim (UFRGS)

Conferência - Meio ambiente, direitos e violência: as grandes infra-estruturas da Amazônia

Conferencistas: Sonia Magalhães (UFPA) e Cornelia Eckert (UFRGS)

Conferência - um laboratório de guerra híbrida: o caso das eleições de 2022

Conferencista: Piero de Camargo Leirner (UFSCar)

Apresentadora: Deborah Bronz (UFF)

Mesa Redonda - violência de estado sob perspectiva interseccional

Palestrantes: Osmundo Pinho (UFRB), Enedina do Amparo Alves (Indiana University), Palestrante 2 / Luciane Rocha (Kennesaw State University), Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR).

COLÓQUIO (ABA-ANPOCS): Povos indígenas e tradicionais no contexto político contemporâneo: ameaças aos direitos e desafios para a antropologia no Brasil

Sessão 1. Territórios, laudos antropológicos e direitos indígenas

Coordenação: Elaine Moreira (UNB – CAI/ABA)

Debatedor: João Pacheco (UFPB - PPGAS/MN/UFRJ)

Expositores:

Fabio Mura (Comitê de laudos/ABA)

Deborah Duprat (Ministério Público Federal)

Eloy Terena (Ministério dos Povos Indígenas) Joziléia Daniza Jagso Kaingang (Ministério dos Povos Indígenas)

Sessão 2. Povos Tradicionais em face aos Grandes Projetos

Coordenação: Aderval Costa Filho (UFMG - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Comitê Quilombos/ABA)

Debatedora: Julie Cavnag (UFRN - Comitê Patrimônio e Museus/ABA)

Expositores:

Emmanuel Farias (UEMA - Comitê Quilombos/ABA)

Joana Corrêa (Movimento pelas Águas do Serro e de Santo Antônio do Itambé – MG)

Voyner Ravena Cañete (UFPA - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos/ABA)

4) Seminário “O fazer antropológico e atos de Estado em relação às comunidades tradicionais”

Seminário
O fazer antropológico e atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais
DIA 23/11 - Local: **Centro de Ciências humanas no auditório setorial da UFMA**

Mesa 1
8h30 às 12h
Carlos Benedito (UFMA) - Coordenador
Benedito Souza Filho (PPGSOC/UFMA)
Andréa Zhouri (ABA)
Elias Beoffort (UNIQUITA)
Yuri Costa
Davi Pereira (UEMA)
Raquel Mombelli (Comitê Quilombos- ABA)

Mesa 2
14h às 17h30
Osmundo Pinho (UFRB/ABA) - Coordenador
Aniceto Cantanhede (UEMA/CCN)
Anacleto Pires (Santa Rosa dos Pretos)
Dinha dos Anjos (estudante quilombola/UFRB)
Emmanuel Farias (UEMA)
Cynthia Martins (UEMA)

DIA 24/11 - Local: **Quilombo Jaibara dos Rodrigues II - Estado e Comunidades Tradicionais**
Diálogos ABA com as comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim (MA) e Uniquita.

23 e 24 NOV 2023

Logos:
- RBA 70 1953-2023 ABA
- 70 anos da RBA
- ppgCSoc 20 anos do PPGSOC/UFMA

5) RBA 70 Anos

Mesa Especial do VI Encontro de Ciências Sociais do Norte de Minas - RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

Dia: 17 de agosto de 2023

Hora: 09h -11h

Local: Museu Regional do Norte de Minas- Montes Claros/MG.

Membro do Comitê e coordenadora da mesa: Felisa Anaya (UNIMONTES – Brasil).

Debatedora: Andréa Zhouri (presidenta ABA)

Expositores: João Batista de Almeida Costa – UNIMONTES Cláudia Luz de Oliveira – UNIMONTES Fabiano ou Carlos Caixeta – UNIMONTES Giancarlo Machado - UNIMONTES

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

mesa-redonda com

João Batista de Almeida Costa (expositor)
Giancarlo Machado (expositor)
Cláudia Luz de Oliveira (expositor)
Carlos Caixeta de Queiroz (expositor)
Felisa Cançado Anaya (mediação)

Andréa Luisa Zhouiri Lascchfski (debate)
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Realização:

17 de agosto de 2023
14 horas
Museu Regional do Norte de Minas

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

Andréa Luisa Zhouiri Lascchfski é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais onde criou as linhas de pesquisa Meio Ambiente e Sociedade na pós-graduação em Sociologia (1989-2012) e Território, Poder e Ambiente na pós-graduação em Antropologia. Em 2002 criou o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GETA-UFMG) e coordenou a equipe de criação da curso de graduação em Ciências Socioambientais pelo BIONET. Atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos Conflitos Socioambientais, justiça ambiental, grandes projetos como mineração e hidroelétricas, Organizações Não-Governamentais, Ecologia Política. Foi membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPPCS) gestão 2011-2012 e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) gestão 2011-2012. Coordenadora do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos (gestão 2011-2012 e 2021-2022). Foi fellow do projeto desigualdade.net do Instituto Interamericano de Berlim em conjunto com o Instituto Latinoamericano da Universidade Livre de Berlim (dezembro de 2013) e bolsista Ecologia Senior da CAPES na FU Berlin e na universität Kassel, Alemanha (2017). É pesquisadora do CNPq, membro do conselho científico da SBPC (2021-2023) e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2023-2024)

Realização:

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

João Batista de Almeida Costa possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2003). Atuou como professor-pesquisador com estudo e pesquisas sobre temáticas culturais vinculadas às populações tradicionais, Sertão, Identidade Regional e diversas temáticas necessárias à formação dos estudantes na área disciplinar da Antropologia Social na graduação da Universidade Estadual de Montes Claros. No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social esteve vinculado à linha de pesquisa Movimentos sociais, identidade e territorialidade, desenvolvendo estudos e orientando pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, bem como realizando perícias para elaboração de relatórios antropológicos para organismos estatais ou para entidades de povos e comunidades tradicionais que assessora em seus processos sociais.

Realização:

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

Carlos Caixeta de Queiroz possui graduação em Ciências Sociais Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Atualmente é Professor de Ensino Superior, área antropologia, da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: relações interétnicas, política indígena, teoria antropológica, imagem e antropologia, identidade étnica, filme etnográfico.

Realização:

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

Cláudia Luz de Oliveira possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). É professora da Universidade Estadual de Montes Claros-MG na área de Antropologia e pesquisadora com ênfase em Antropologia Rural, atuando principalmente com a temática das identidades e territorialidades de povos e comunidades tradicionais.

Realização:

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

ENCONTRO DAS

CIÊNCIAS SOCIAIS

no Norte de Minas

OS DEBATES PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

RBA70

2023-2024

ABA

RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais

Giancarlo Marques Carraro Machado é doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da mesma instituição. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes-MG) e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. É pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP) e líder do CITADINO (Núcleo de Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes). É membro do Conselho Editorial da Coleção Antropologia Hoje (Núcleo) e editor-chefe da Revista Desenvolvimento Social (RDS). É associado efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2010. Atualmente exerce o cargo de coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes-MG). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (bolsa PQ nível 2).

Realização:

INFORMAÇÕES EM:
[ENCONTROCSUNIMONTES.WIXSITE.COM/ENCONTRO](https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro)

Mesa Redonda: Encontros da Antropologia em Minas Gerais

Realização: Programa de Pós-graduação em Antropologia (UFMG)

Participantes:

Cornélia Eckert (UFRGS): ABA 50 anos: rememorando o livro Homenagens

Nilma Lino Gomes (UFMG): O tema das relações raciais e as RBAs

Candice Vidal e Souza (PUC Minas): As RBAs de 1961 e 1992 em Belo Horizonte: registros documentais e memórias

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG): Arqueologia da Antropologia na UFMG e as RBAs

Comentários: Andréa Zhouri (Presidente da ABA, UFMG)

Coordenação da Mesa Redonda: Andrei Isnardis (Coordenador PPGAn/UFMG)

Data: 28 de setembro, quinta-feira

Horário: 19 horas

Local: Auditório Carangola (FAFICH)

Simpósio “Antropologia no Brasil – 70 anos RBA”

Simpósio Especial:
Antropologia no Brasil
70 anos RBA

20
Nov
2023
14h

Conferencista: **Professora Carmen Rial**
Debatedora: **Professora Andréa Zhouri**

Local:
Sala Multimeios – Prédio 47 PUC Minas,
Av. Dom José Gaspar, 500 - Coração Eucarístico

Realização:
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/PUC Minas
em parceria com o Departamento de Ciências Sociais/PUC Minas
e o Programa de Pós-graduação em Educação/UFMG

ABA **PUC Minas** **RBA70**

1ª Reunião Brasileira de Antropologia – 70 anos

Realização: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – UFPA, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (MPEG), Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPA
Coordenação de Ciências Humanas/MPEG

Programação:

06 de dezembro de 2023

15 às 17 horas – Quartas de Antropologia

A Antropologia no Museu Goeldi e na UFPA e a Reunião de 1971

Professora Anaíza Vergolino e Silva (UFPA)

Local: Laboratório de Antropologia – Universidade Federal do Pará

Dia 07 de Dezembro de 2023

09 às 10 horas- A Antropologia e a Arqueologia no Museu Paraense Emílio Goeldi

Professora Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (MPEG)

Professora Edithe da Silva Pereira (MPEG)

Mediação: Roseny Mendes (MPEG)

10 às 11 horas- Programas de Pós-Graduação em Antropologia no estado do Pará: desafios

Professor Marcos Pereira Magalhães – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (MPEG)

Professora Tania Guimarães Ribeiro – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (UFPA)

Professora Renata de Godoy – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPA)

Mediação: Professora Sonia Barbosa Magalhães (UFPA/MPEG/ABA)

11 às 12 horas - Visita Guiada à Exposição do Museu Paraense Emílio Goeldi, com a participação de Suzana Primo Karipuna (MPEG)

Local: Auditório do Parque Zoobotânico

15 às 17 horas – A constituição do campo da Antropologia no estado do Pará

Mesa integrante da celebração dos 66 anos da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Professora Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (MPEG) Professora Maria Angélica Motta Maués (UFPA)

Professora Telma Amaral (UFPA)

Mediação: Professora Sonia Barbosa Magalhães (UFPA/MPEG/ABA)

Local: Instituto de Ciências Jurídicas (UFPA)

Jornada dos 70 anos da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023): reflexões a partir da antropologia na Paraíba

Auditório 411, CCHLA/UFPB

Abertura do diálogo:
Marco Aurélio Paz Tella
 Coordenador Programa de Pós-Graduação em Antropologia
 Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB)

Conferência de Abertura:
Andréa Luisa Zhouri Laschefski
 Presidente Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Palestrantes:
Edilma Nascimento Souza
 Ministério da Igualdade Racial

Vanderlan Francisco da Silva
 Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Bela Feldman-Bianco
 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Debatedora:
Maristela Andrade
 Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

14
DEZ
2023
14h

Encontro

Antropologia Museus & Populações Tradicionais

Local: MUSEAR/UFMT

14h Roda de Conversa

Antropologia, Patrimônio e Povos Indígenas

Profa. Dra. Andréa Zhouri (Presidente da ABA)

Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva (Secretária Adjunta ABA)

Mediação:

Profa. Dra. Patricia Osório (Comitê Patrimônio e Museus ABA, PPGAS/UFMT)

19h Mesa Redonda

Antropologia, Museus e Populações Tradicionais

Profa. Dra. Andréa Zhouri (Presidente da ABA)

Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva (Secretária Adjunta ABA)

Prof. Dr. Ryanddre Sampaio (MUSEAR/PPGAS/UFMT)

Mediação:

Profa. Dra. Sônia Regina Lourenço (MUSEAR/PPGAS/UFMT)

11

DEZ

2023

14h

@tvaba

Realização:

MUSEU RONDON
DE ETNOLOGIA E INDÍGENAS

PPGAS
Programa de Pós-graduação
em Antropologia Social - UFMT

CAPES

ABA
Associação Brasileira de Antropologia

UFMT

PROP

Palestra “Reflexões sobre a pesquisa com antropólogas pelo Brasil: aspectos metodológicos e interpretativos”



Palestra
**Reflexões sobre a
pesquisa com antropólogas
pelo Brasil: aspectos
metodológicos
e interpretativos**

Professora Candice Vidal (PUC Minas)

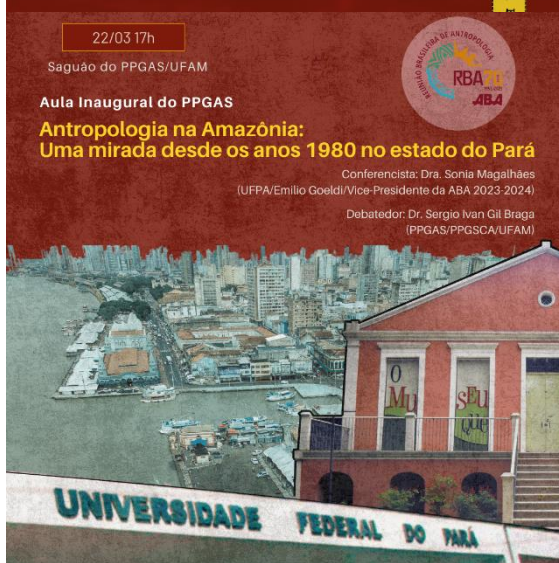
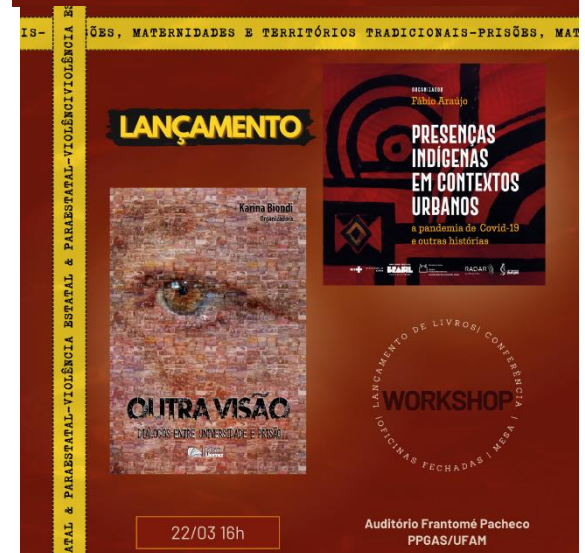
Local: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (PPGSA), sala 17.

Universidade Federal do Pará - Belém - Pará

**25
03
2024
16h**

ABA  **PPGSA**
Associação Brasileira de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFPA)

6) Workshop “Violência Estatal & Paraestatal: prisões, maternidades e territórios estatais”





AB4
Associação Brasileira de Antropologia

8) Atividades SBPC 2024

Conferência: Nossas vidas, nossos territórios: as lutas indígenas por territórios originários na Amazônia

Participantes: Angela Amanakwa Kaxuyana e Flávia Melo da Cunha

Conferência: Governança socioambiental (ESG): um novo contrato social com a natureza?

Participantes: Andréa Luisa Zhouri Laschefski e Edna Maria Ramos de Castro

Mesa-redonda: Encarceramento, violência armada estatal e paraestatal e a disputa por territórios

Participantes: Flávia Melo da Cunha, Fabio Magalhães Candotti, Karina Biondi e Juliana de Farias Mello e Lima

Mesa-redonda: Epistemologias e políticas travestis e transexuais: construindo saberes e práticas contra-hegemônicas na ciência

Participantes: Milton Ribeiro da Silva Filho, Erika Hilton, Helena Vieira, Vi Grunvald

9) Anpocs 2024

MR07 - Violência estatal e paraestatal: prisões, maternidades e territórios tradicionais

Coordenadora: Flavia Melo (UFAM/ABA)

Debatedora: Flavia Melo (UFAM/ABA)

Expositoras: Lauriene Seraguza Olegário e Souza (UFGD), Juliana Farias (UERJ), Sued Félix Ruiz (UFAM)

Colóquio ABA - A Antropologia diante dos desastres anunciados no Brasil

Sessão 1 – Povos tradicionais, grandes projetos e urgências climáticas: direitos e desafios.

Coordenação: Henyo Barreto (UnB)

Expositores/as: Sandro Silva (UFES), Rita de Cassia Neves (UFRN), Simone Silva (Liderança da comunidade quilombola de Gesteira e militante do MAB/Gesteira-MG)

Debate: Andrea Zhouri (UFMG)

Sessão 2 – Pan/epidemias no Brasil: respostas e desafios

Coordenação: Mônica Franch (UFPB)

Expositores/as: Sônia Maluf (UFSC), Weibe Tapeba (Sesai), Veriano de Souza Terto Jr (diretor vice-presidente da ABIA)

Debate: Rozeli Porto (UFRN)

SE15 - Emergência climática em debate

Coordenação: Renata Bichir (USP)

Expositores/as: Andréa Zhouri (UFMG| ABA), Cristiana Losekann (UFES), Edna Castro (UFPA| SBS), Lorena Fleury (UFRGS| SBS)

Webinários da ABA



1) Webinar “SOS Yanomami: O genocídio Yanomami ontem e hoje

03/02/2023

TV ABA

Organização:

Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://www.youtube.com/live/m6gs4anLFFY?si=OARgT3QZjvFv22Lz>



2) Webinar “SOS Yanomami - Vidas em risco: Os desafios para retomada da saúde Yanomami”

13/02/2023

TV ABA

Organização: ABA

Link: <https://youtube.com/live/ory4PRmUACs>



3) Lançamento de livro: “Artesãs do conhecimento. Depoimentos de pesquisadoras indígenas”

08/03/2023

TV ABA

Organização: Comitê Editorial de Livros Científicos

Link: <https://youtube.com/live/GFQFawMafM8>



4) Webinar “SOS Yanomami - Vozes e Ye’Kwana na resistência ao genocídio”

20/03/2023

TV ABA

Organização: ABA

Link: <https://youtube.com/live/qo1Ddak26Zl>



5) Série: Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação - #1: África e Diáspora

24/04/2023

TV ABA

Organização: ABA

Link: <https://youtube.com/live/YD632P6UFB4>



6) ‘Webinário “Redes sociais, ativismo e sociabilidades em espaços africanos”

26/05/2023

TV ABA

Organização: Comitê Estudos Africanos

Link: <https://youtube.com/live/jKBOP8ymomY>



7) Webinar “Marco Temporal e os direitos indígenas no Brasil”

05/06/2023

TV ABA

Organização: ABA

Link: https://youtube.com/live/pVsF4F5G_Wk



8) Webinar “Sistemas agrícolas tradicionais - Semana do Meio Ambiente”

14/06/2023

TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Link: <https://youtube.com/live/TezyeR4MNkc>



9) Webinar “Territórios Tradicionais em Face das Cadeias de Produção Global no Neoextrativismo”

21/06/2023

TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Link: <https://youtube.com/live/h9reJ1dHpM8>



10) Webinar “Política ambiental e territorial: perspectivas para o futuro”

30/06/2023

TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Link: https://youtube.com/live/E02Av0_EHAY



11) Série Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação - #2: Povos Indígenas

07/07/2023

TV ABA

Organização: ABA

Link: <https://youtube.com/live/k5hXXbGE7iQ>



12) Atividade da ABA na 75ª Reunião Anual da SBPC – Conferência: UM LABORATÓRIO DE GUERRA HÍBRIDA: O CASO DAS ELEIÇÕES DE 2022

26/07/2023

TV ABA

Realização: SBPC

Link: <https://youtube.com/live/11ooe5CF4w>



13) Atividade da ABA na 75ª Reunião Anual da SBPC - Mesa Redonda: VIOLÊNCIA DE ESTADO SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

28/07/2023

TV ABA

Organização: SBPC

Link: https://youtube.com/live/lf3D9gY-z_o



14) Webinar "Vitórias e desafios em face da renovação da "lei de cotas""

25/08/2023

TV ABA

Organização: Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://youtube.com/live/7YHQBkDe0M>



15) Webinar "Religião, Ciência e Democracia"

05/09/2023

TV ABA

Organização: Comitê Laicidade e Democracia

Link: <https://youtube.com/live/qnO6etttcfl>



16) Webinar “Caminhos da Antropologia Visual no Brasil”

25/09/2023

TV ABA

Organização: Comitê de Antropologia Visual

Link: <https://youtube.com/live/chfmRaSEsEo>



17) Webinar “Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação - #3: Periferia”

06/10/2023

TV ABA

Organização: Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://youtube.com/live/JY7-amxlmk>



18) Webinar “A antropologia face ao conflito Israel X Palestina”

28/11/2023

TV ABA

Organização: Comitê de Relações Internacionais

Link: <https://youtube.com/live/30JgnPUxpUw>



Link: <https://youtube.com/live/CVyAluXllqE>

19) Webinar “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures”

01/12/2023

TV ABA

Organização: ABA



Link: <https://youtube.com/live/CXPf4mF8HZo>

20) Webinar “Saberes e epistemologias trans e travestis: interfaces entre academia e política”

04/12/2023

TV ABA

Organização: Comitê Gênero e Sexualidade



Link: <https://youtube.com/live/udwbYchSM8M>

21) Webinar “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures Mesa 2”

08/12/2023

TV ABA

Organização: ABA



Link: <https://youtube.com/live/rVYcPmBsNj4>

22) Webinar: “70 anos de RBAs e as vozes do sul: lutas e legados”

10/01/2024
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia



Link: <https://youtube.com/live/1nqcn3XLnMo>

23) Webinar: Maternidades, trabalho intelectual e carreiras das mulheres na ciência brasileira

16/01/2024

Organização:
Comitê Gênero e Sexualidade e Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia



Link: <https://youtube.com/live/QachM-dte80>

23) Webinar: Conflito armado, Violência e Restauração da Democracia na República Democrática do Congo

07/02/2024
TV ABA

Organização:
Comitê Estudos Africanos



24) Webinar: Desafios Futuros para a Antropologia Visual na América Latina

26/02/2024

TV ABA

Organização:
Comitê Antropologia Visual

Link: <https://youtube.com/live/qnsQiwHgJOA>



25) Webinar: Abertura da série televisiva Cinema e Antropologia por Marc Piau

04/03/2024

TV ABA

Organização: Comitê Antropologia Visual

Link: <https://youtube.com/live/5Xj2D7mXeNo>



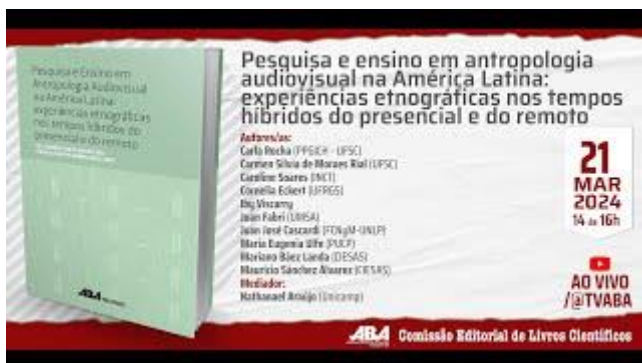
26) Lançamento de livro: Fluxos Religiosos Transnacionais

07/03/2024

TV ABA

Organização:
Comitê Editorial de Livros Científicos

Link: <https://youtube.com/live/FzRk70hps5w>



Link: <https://youtube.com/live/tQCNCGa4Flo>

27) Lançamento de livro: Pesquisa e ensino em antropologia audiovisual na América Latina

21/03/2024

TV ABA

Organização: Comitê Editorial de Livros Científicos



Link: <https://youtube.com/live/F0d8NNvfRmM>

28) Lançamento de livro: Processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes

15/04/2024

TV ABA

Organização:
Comissão Editorial de Livros Científicos



Link: <https://youtube.com/live/Mo6KWDEXs8>

29) Webinar: Diálogos Etnográficos entre África e Caribe

19/04/2024

TV ABA

Organização:
Comitê Estudos Africanos



Link: <https://youtube.com/live/etP4hcF-4zY>

30) Webinar Caminhos da Antropologia Audiovisual: experiências multimodais para uma antropologia pública

27/05/2024

TV ABA

Organização:
Comitê de Antropologia Visual



Link: <https://youtube.com/live/FGpknIb281Y>

31) Webinar: Crises socioambientais e mudanças climáticas: quais as contribuições das Ciências Sociais?

05/06/2024

TV ABA

Organização: A4 – Ciências Sociais Articuladas



Link: <https://youtube.com/live/Bxx6RgOR1TM>

32) Webinar: Mudanças, desastres, emergências climáticas e PCT's: desafios para o enfrentamento e reconstrução

12/06/2024

TV ABA

Organização: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos



**33) Pré-evento | 34ª RBA - Webinar
"ABA International Dialogues":
Indigeneity, Land and Colonial
Settlement in Brazil and in Palestine:
Intersections and Struggles**

10/07/2024
TV ABA

Organização: Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://youtube.com/live/Ueyqrw3XzeQ>



**34) Atividade da ABA na 76ª Reunião
Anual da SBPC - Mesa-redonda:
EPISTEMOLOGIAS E POLÍTICAS TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS: CONSTRUINDO SABERES
E PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA
CIÊNCIA**

11/07/2024

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia

Link: <https://youtube.com/live/-zUorZvFJ2w>



**35) Webinar: Democracia e Direitos
Territoriais no Brasil**

07/10/2024
TV ABA

Organização:
Associação Brasileira de Antropologia

Link: https://youtube.com/live/aEp8tOHM_Xs



Link: https://youtube.com/live/iamcUI_lnd8

36) Webinar “Antropologia online: A expansão dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil”

05/09/2024

TV ABA

Organização: Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia



Link: <https://youtube.com/live/-h4ukviie6U>

37) Webinar: Israel, a guerra no Líbano e Escolasticídio

18/11/2024

TV ABA

Organização: Comitê de Relações Internacionais

Eventos apoiados pela ABA

1) Mesa-Redonda “Coleções Etnográficas: referentes de identificação e localização”



The image shows a promotional poster for a round table event. At the top, there is a logo for 'Minas CRIATIVA' featuring a colorful, multi-colored circular design. Below this, the text 'MESA REDONDA' is written in a bold, sans-serif font. The main title of the event, 'COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS: REFERENTES DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO', is displayed in a larger, bold, sans-serif font. To the left of the speakers' names is a line-art icon of a speech bubble with a circular arrow inside. The speakers' names, 'LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM E ADRIANA RUSSI T. MELLO', are listed in a bold, sans-serif font. Below their names, the text 'MEDIAÇÃO: DANDARA TEIXEIRA DE SOUZA (SEMMG)' is written in a bold, sans-serif font. At the bottom, the date and time, 'DIA 30 DE ABRIL, DE 10H ÀS 11H30', and the platform, 'SERÁ REALIZADA NA PLATAFORMA TEAMS', are written in a bold, sans-serif font.

Minas
CRIATIVA

MESA REDONDA

COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS: REFERENTES DE
IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

PALESTRANTES:
LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM E
ADRIANA RUSSI T. MELLO

MEDIAÇÃO:
DANDARA TEIXEIRA DE SOUZA (SEMMG)

DIA 30 DE ABRIL, DE 10H ÀS 11H30
SERÁ REALIZADA NA PLATAFORMA TEAMS



2) Mesa-Redonda “Haiti: violências estruturales, desafios para el país y la diáspora haitiana”



HAITÍ: VIOLENCIAS ESTRUCTURALES, DESAFÍOS PARA EL PAÍS Y LA DIÁSPORA HAITIANA

EN EL MARCO DEL DÍA DE LA BANDERA DE HAITÍ

Organiza: Grupo de Trabajo CLACSO Migraciones y fronteras sur-sur
Apoyan: PPGAS/UFRGS | Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA

Viernes 17 de mayo
Modalidad virtual

- > 13.00 a 15.00 hs.
Colombia
- > 14.00 a 16.00 hs.
Haití/Estados Unidos
- > 15.00 a 17.00 hs.
Argentina/Brasil

 Zoom (requiere inscripción previa)

Transmisión en vivo:

 facebook.com/CLACSO.Oficial

 youtube.com/CLACSOtv

3) Mostra “Ocupar telas, ocupar terras”



FORUM DE ANTROPOLOGIA VISUAL

Mostra
Ocupar telas, ocupar terras

Biblioteca Octávio Ianni
IFCH/unicamp

Abertura:
11/09, às 11:00 hrs.

Conferências e mesas
de 11 a 13/09
Presencial-Remoto
Auditório do IFCH/Unicamp
Canal do YouTube do IFCH

4) Roda de Conversa “Encruzilhadas epistemológicas: a universidade em face dos corpos-não-modernos”



The postcard features a blue wavy line logo at the top left. The title 'RODA DE CONVERSA' is in bold black letters, followed by the main topic 'ENCRUZILHADAS EPISTEMOLÓGICAS: A UNIVERSIDADE EM FACE DOS CORPOS-NÃO-MODERNOS' in large, bold, white letters. To the right is a graphic of many stylized black and white faces. Below the title, the speaker's name 'GILSON RODRIGUES JÚNIOR' is in bold black letters, followed by his affiliations: 'Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRN', 'Comitê de Antropólogos/as Negros/as', and 'Associação Brasileira de Antropologia'. The date and time '31 DE OUTUBRO DE 2024 ÀS 19H' are in bold black letters. The location 'Local: PPGAS - Bloco O Setor Sul da Ufam (em frente à FAPSI)' is in black letters. A circular portrait of Gilson Rodrigues Júnior, a man with curly hair wearing a red and yellow patterned shirt, is on the right. At the bottom left, under 'Realização', are logos for ABA (Associação Brasileira de Antropologia, founded in 1955), Gesecs, Colar, PPGAS (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Ufam), and DSS.

RODA DE CONVERSA

ENCRUZILHADAS EPISTEMOLÓGICAS: A UNIVERSIDADE EM FACE DOS CORPOS-NÃO-MODERNOS

GILSON RODRIGUES JÚNIOR
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRN
Comitê de Antropólogos/as Negros/as
Associação Brasileira de Antropologia

**31 DE OUTUBRO DE 2024
ÀS 19H**

Local: PPGAS - Bloco O
Setor Sul da Ufam
(em frente à FAPSI)

Realização

ABA Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

PPGAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - UFAM

Gesecs Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais

Colar Centro de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais

DSS Departamento de Sociologia e Serviço Social

34ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Pré-Eventos

A Antropologia Brasileira em Face das Encruzilhadas Étnico-Raciais: impactos, transformações e desafios das ações afirmativas



PROGRAMAÇÃO

21 JULHO

08:00 - 09:00 | Café de Boas-Vindas

09:00 - 09:30 | Abertura Oficial

- 🌸 **Cerimônia de abertura** oficial do pré-evento da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, destacando a importância do encontro para a discussão dos desafios e transformações promovidos pelas ações afirmativas no campo da Antropologia Brasileira.
- 🌸 **Fala de abertura** da presidenta da atual gestão da ABA - Andréa Zhouri.
- 🌸 **Homenagem** "Mestre Antonio Nego Bispo" para mestres e mestras negras/os, indígenas, quilombolas, ciganas/os e pessoas pertencentes a outros segmentos de Povos e Comunidade Tradicionais. Prêmio postulado ao reconhecimento de saberes e fazeres em diferentes espaços sociais."

09:30 - 10:00 | Apresentação do Coordenador do Evento

- 🌸 **Apresentação dos resultados da pesquisa** sobre o mapeamento das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações por Gilson José Rodrigues Junior e Layla Ingrid Melo (ABA/UFRN).

10:00 - 12:00 | Mesa Redonda 01: "A Antropologia que Queremos e a Antropologia que Temos?"

 **Reflexão** crítica sobre as disparidades entre a Antropologia desejada e a praticada atualmente, considerando as vozes de grupos historicamente marginalizados.

Coordenador/Mediador: Davi Pereira (UEMA)

Participantes: Eliza Urbano Pankararu (PPGA/UFPE) e Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG)

14:00 - 18:00 | Programação de atividades artístico-culturais / Hora do samba

22 JULHO

08:00 - 10:00 | Roda de Diálogos e debate: "Construir chão do futuro"

 **Todos os participantes** das mesas, coordenadores e ouvintes são convidados para participarem desta construção.

Apresentação da síntese sobre as discussões e reflexões do evento, destacando os principais aprendizados, desafios identificados e os próximos passos para a Antropologia Brasileira em face das encruzilhadas étnico-raciais.

Mediação: Rubens Silva (UFMG) e Layla Ingrid Melo (ABA/UFRN)

10:00 - 12:00 | Mesa Redonda 02: "Antropologia na Prática: o saber antropológico nos diálogos com a Gestão Governamental"

 **Proposta de reflexão** a partir de diálogos com não-antropólogos/as sobre como a antropologia pode contribuir na gestão do Estado, explorando implementação e impactos das ações afirmativas

Coordenadora/mediadora: Edilma Nascimento (MIR/Univasf)

Participantes: Ronaldo dos Santos (MIR) e Márcia Regina de Lima Silva (MIR)

Pré-evento “ABA International Dialogues: Indigeneity, Land and Colonial Settlement in Brazil and in Palestine: Intersections and Struggles”



Disponível em:

<https://youtube.com/live/Ueyqrw3XzeQ>

Antropologia, Patrimônios e Museus: territórios vivos, corpos plurais

Data: 20 de julho de 2024

Horário: 9h00 às 17h30

Local: Sala Multiuso Prédio C. - Museu de Artes e Ofícios

Endereço: Praça Rui Barbosa, 600 - Centro - Belo Horizonte - MG. Entrada no Hall do Museu.

Colóquio formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas

Organização

Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal & Comissão de Direitos Humanos da ABA

Coordenação Geral

Adriana Vianna e Flávia Melo

Data: 22 de julho de 2024 das 09 às 18h

Mesa 1 - Corpos e territórios: dispositivos de controle, imobilizações e formas de acumulação, das 09 às 12h

Coordenação: Roberto Efrem Filho, UFPE

Expositores

Daniel Hirata, UFF

Jânia Perla de Aquino, UFC

Karina Biondi, UEMA

Monique Cruz, Justiça Global

Rodrigo Chagas, UFRR

Mesa 2 - Corpos e territórios: dispositivos de controle, imobilizações e formas de acumulação, das 14 às

18h

Coordenação : Flávia Melo, UFAM

Expositores

Flávia Medeiros, UFSC

Igor Rollemberg, UFRRJ

Juliana Farias, UERJ

Lauriene Seraguza, UFGD

Maria Tereza dos Santos, Agenda Nacional pelo Desencarceramento

Povos Tradicionais e Mineração



Abertura: 9:00 às 10:15

Coordenação: **Sônia Magalhães** (UFPA/ABA)

- **Andréa Zhouri** - Presidenta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
- **Mônica Sette Lopes** - Vice Diretora da Faculdade de Direito da UFMG
- **Felício Pontes** - Procurador Regional da República - 1ª Região (MPF)
- **Joseane Pascoal de Moura** - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
- **Alexandre Borges de Jesus** - Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- **Makota Kidoiale** - Coordenação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Café: 10:15 às 10:30

Mesa 1 - 10:30 às 12:00

A indústria minerária e o regime da Governança Ambiental Global: cadeias de suprimentos sustentáveis, participação e tendências neocolonialistas

Coordenação: **Déborah Bronz** (UFF/ABA)

- **Horácio Machado Araoz** (PPG Direito-UFOP e pesquisador do CONICET - Argentina)
- **Klemens Laschefski** (GESTA-UFMG)
- **Carlos Marés** (UFPR)

Intervalo para o almoço: 12:00 às 13:30

Mesa 2 - 13:30 às 15:00

Estado e estratégias empresariais no contexto do licenciamento ambiental

Coordenação: **Raquel Mombelli** (ABA)

- **Raquel Oliveira** (Gesta-UFMG)
- **Raquel Giffoni** (Poemas/UFF)
- **Daniel Neri** (IFMG - Campus Ouro Preto)
- **Edmundo Antonio Dias** Procurador da República em Minas Gerais (MPF)

Prêmio Pierre Verger 2024

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

SEXTA, 19.07

19h - Cerimônia de Abertura

Andréa Zhouri (Presidenta ABA)
Lisabete Coradini (Presidenta PVV)
Luis Felipe Hirano (Coordenador CAV)
Fabiana Bruno (Coordenadora CAV)
Coordenação: José Barbosa Júnior (IFRN)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

19h30 - Conferência

Cinemas plurais e os perigos de uma história única - Ailton Krenak (escritor e liderança indígena) e Olinda Tupinambá (cineasta Indígena)
Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN) e Alessandro Campos (Festival Internacional do Filme Etnográfico do Pará/UFGA)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

SÁBADO, 20.07

17h - Roda de Conversa

Gringos trails, com Pegi Vail (antropóloga, cineasta e professora da NYU)
Coordenação: Tatiana Lotierzo (USP)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

DOMINGO, 21.07

14h - Conferência

Cinema, sonho e resistência - Isabel Noronha e Camilo de Souza, cineastas moçambicanos
Coord: Lisabete Coradini (UFRN) e Lilian Solá Santiago (Ceunsp/USP)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

SEGUNDA, 22.07

18h - Abertura da mostra de fotografia e desenho

Mesa redonda: mostra de Ensaios Fotográficos e Desenhos

Coord.: Daniele Borges (UFPel)
Expositores: Eduardo Vargas (UFMG), Fabiana Bruno (UNICAMP) e Tatiana Lotierzo (USP)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

19h30 - Conferência

Estética Incorporada: Criando um Espaço Discursivo para a Mídia Indígena - Faye Ginsburg (New York University)
Coordenação: Luis Felipe Hirano (Escola Porto Iracema das Artes - IDM/Secult-Ce)
Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

TERÇA, 23.07

18h30 - Abertura da 34ª RBA e anúncio dos premiados

Local: Cine Theatro Brasil Vallourec

23.07 a 15.10

Mostra de obras fotográficas e desenhos

Local: Saguão da Reitoria da UFMG
Horário: 9h às 21h

25.07 e 26.07

Projeção dos filmes premiados

Local: UFMG | Horário: 18h30

Oficina Fotográfica Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre Fotografia

Coord.: Fabiana Bruno (IFCH -

Departamento de Antropologia/LA'GRIMA)
e Edgar Nunes Corrêa (UFMG)

Horário: 8h30 às 10h | Local: UFMG

Sessão 1 - Claudia Turra Magni (UFPel)

Sessão 2 - José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

Sessão 3 - Felipe Camilo Mesquita Kardoze (UFC)

Oficina Filmes Etnográficos Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre filmes etnográficos

Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN) e

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Horário: 8h30 às 10h | Local: UFMG

Sessão 1 - Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Sessão 2 - Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Sessão 3 - João Martinho Braga de
Mendonça (UFPB)

Oficina de Desenhos: Desenho-conhecer e outras amarrações antropológicas

Coordenação: Aina Azevedo (UFPB), Sophia

Pinheiro (UFF), Tatiana Lotierzo (USP)

Horário: 8h30 às 10h

Local: UFMG

Sessão 1 - Ralyanara Moreira Freire
(Ciranda da Arte/Seduc-GO)

Sessão 2 - Rachel Paterman (Fiocruz)

Sessão 3 - Alexandre Silva (UFPA)

Gestão PPV 2023-2024

Lisabete Coradini (UFRN), Presidenta
Fabiana Bruno, coordenadora do CAV (UNICAMP)
Luis Felipe Hirano, coordenador do CAV (UFG)
Ana Paula Ribeiro Alves (UERJ)
Alessandro Ricardo Campos (Festival Internacional
do Filme Etnográfico do Pará/UFPA)
Daniele Borges Bezerra (UFPel)
Eduardo Vargas (UFMG)
Felipe Camilo (Escola Porto Iracema das Artes -
IDM/Secult-Ce)
Jaime Diakara (UFAM)
José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)
Junia Torres (Filme de Quintal)
Karina Kuschnir (UFRJ)
Sophia Pinheiro (FAAP)
Tatiana Lotierzo (USP)

Realização:



GESTÃO PPV
2023-2024

Patrocínio:



Wenner-Gren
Foundation



Apoio cultural:



www.cavaba.com.br

www.premiopierreverger.com

PROGRAMAÇÃO DE FILMES

20/07, SÁBADO

Sessão 1 - 9h30

Acervo ZUMVI - O Levante da Memória

(Iris de Oliveira | Brasil | 2020 | Documentário | 36 min)

O Encantar das Folhas

(César Guimarães/Pedro Aspahan | Brasil | 2024 | Documentário | 78 min)

Ventos do Peabiru

(Cristina de Branco | Brasil | 2023 | Documentário | 16 min)

Mutsoóngo Malaávu - o Pegador de Vinho de Palma

(Rosa Vieira | Brasil/França | 2023 | Documentário | 20 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

Sessão 2 - 14h

São Palco - Cidade Afropolitana

(Jasper Chalcraft/Rose Satiko Gitirana Hikiji | Brasil | 2023 | Documentário | 72 min)

Onde Aprendo a Falar com o Vento

(André Anastácio/Victor Dias | Brasil | 2022 | Documentário | 26 min)

Japão

(Henrique Borela | Brasil | 2021 | Documentário | 20 min)

A Foz em Erosão

(Julia Dias Pereira | Brasil | 2024 | Documentário | 12 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

17h - Gringo Tails

(Pegi Veit | Estados Unidos | 2013 | Documentário | 80 min)
Sessão comentada por Pegi Veit, coordenação Tatiana Lotierzo (USP).
Classificação indicativa: livre

Sessão 3 - 19h

Cantos de Jaguar

(Yeimy Araque Contreras | Colômbia | 2022 | Documentário | 43 min)

Ówawe Dahoimanadzé/Rio das Mortes: Nossa Vida

(Ana Lucia Ferraz | Brasil | 2023 | Documentário | 41 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

21/07, DOMINGO

Sessão 4 - 09h30

Porto Alegre 250 Anos, Memórias do Trabalho

(Ana Luíza Carvalho da Rocha/Cornelia Eckert | Brasil | 2023 | Documentário | 44 min)

Black Rio, Black Power

(Emílio Domingos | Brasil | 2023 | Documentário | 75 min)

Verdades & Mentiras

(Mihai Andrei Leaha | Espanha | 2023 | Documentário | 20 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

14h - Conferência: Sonhâmos um País

(Camilo de Sousa/Isabel Noronha | Portugal | 2019 | Documentário | 70 min)
Coordenação Lisabete Coradini (UFRN) e Lilian Solá Santiago (Ceunsp/USP)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

Sessão 5 - 16h

Maré do Peixe

(Rafael Devos/Gabriel Coutinho Barbosa | Brasil | 2024 | Documentário | 40 min)

Bibiru: Kaikuxi Panena

(Latsu Apalai/André Lopes | Brasil | 2023 | Documentário | 59 min)

Sou Moderno Sou Índio

(Carlos Eduardo Magalhães | Chile | 2021 | Documentário | 26 min)

Juízo Final

(Fernando Sousa/Gabriel Barbosa | Brasil | 2023 | Documentário | 30 min)
Classificação indicativa da sessão: 12 anos
Sessão comentada

Sessão 6 - 19h

Tape Porã Arandu

(Beatriz Fernanda das Chagas Regis | Brasil | 2023 | Documentário | 25 min)

Ricardo Aleixo: Afro-Atlântico

(Rodrigo Lopes de Barros | Brasil | 2023 | Documentário | 60 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão comentada

22/07, SEGUNDA

Sessão 7 - 9h30

Sou Point 44: Amor, um Arco-íris Multicor

(Márcio Paixão | Brasil | 2022 | Documentário | 19 min)

Uma Mulher Comum

(Débora Diniz | Brasil | 2023 | Documentário | 20 min)

Sacha Mamakuna - Mamás de la Selva

(Patricia Bermúdez y Asociación de Mujeres Panteras Kichwas del Alto Napo | Equador | 2019 | Documentário | 80 min)

Dona Consuelo

(Javier Alonso Sánchez/Alejandro Escobar | Colômbia | 2023 | Documentário | 19 min)
Classificação indicativa da sessão: 12 anos
Sessão comentada

Sessão 8 - 14h

2 de Julho: a Retomada

(Spensy Pimentel/Joana Moncau | Brasil | 2024 | Documentário | 45 min)

Piãs Piando Pios: um Diálogo com os Pássaros, o Canto do Macuco e Inhambu

(Ana Beatriz Nestlehner Cardoso de Almeida | Brasil | 2023 | Documentário | 10 min)

Marta Kalunga

(Marta Kalunga/Lucinete Moraes/Thaynara Rezende | Brasil | 2022 | Documentário | 30 min)

Jijet - Como Estudamos Nossos Cantos

(Hugo Prudente/Lia Malcher | Brasil | 2024 | Documentário | 30 min)
Classificação indicativa da sessão: 10 anos
Sessão Comentada

Cerimônia de Abertura

A Cerimônia de Abertura da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia no dia 23/07/2024, no Cine Theatro Brasil Varilux e contou com transmissão via TV ABA, que pode ser vista pelo link: <https://youtube.com/live/jBSMxkjuCz4?feature=share>

Conferências

CONFERÊNCIA



Alpa Shah
(London School of Economics)

The Incarcerations and Environmental Justice

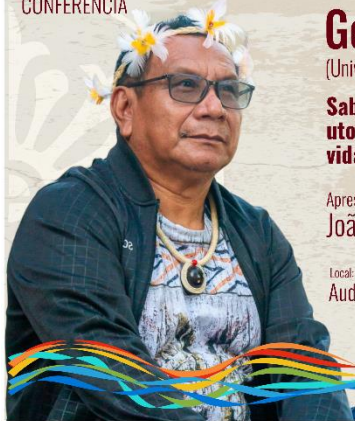
Apresentação:
Andréa Zhouri

Local:
Auditório Nobre - CAD 1

QUINTA 24
JULHO
19h45

34ª RBA | BH 2024

CONFERÊNCIA



Gersem Baniwa
(Universidade de Brasília)

Saberes indígenas e lutas territoriais: utopias e retomadas que inspiram vidas e (re)existências

Apresentação:
João Pacheco de Oliveira

Local:
Auditório Nobre - CAD 1

QUINTA 25
JULHO
15h30

34ª RBA | BH 2024

CONFERÊNCIA



Christen Smith
(Universidade do Texas)

Para uma antropologia amefricanizada: repensando o mundo através das epistemologias negras

Apresentação:
Osmundo Pinho

Local:
Auditório Nobre - CAD 1

QUINTA 25
JULHO
19h45

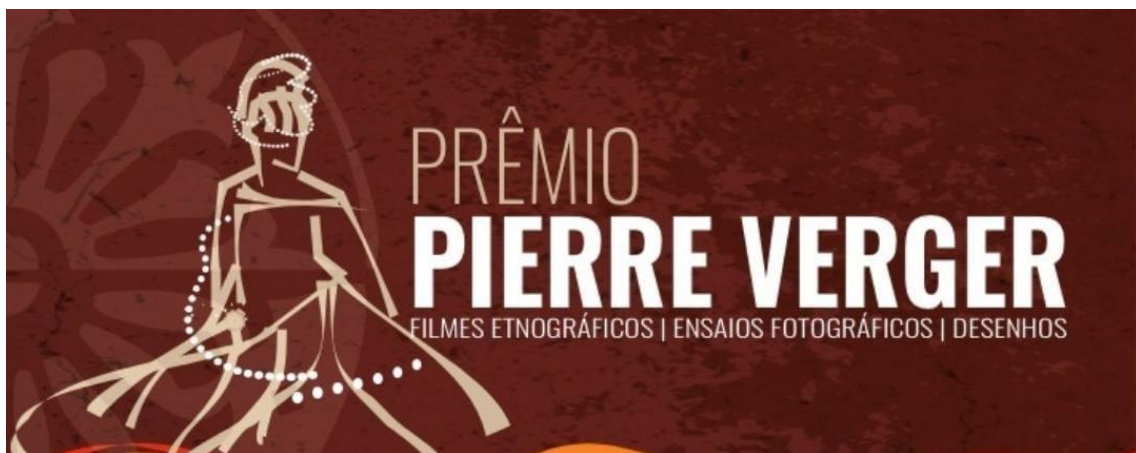
34ª RBA | BH 2024

As três conferências podem ser acessadas na íntegra nos “Anais das Conferências”, disponível na TV ABA: https://youtu.be/hQQq3f_1umA

Exposições

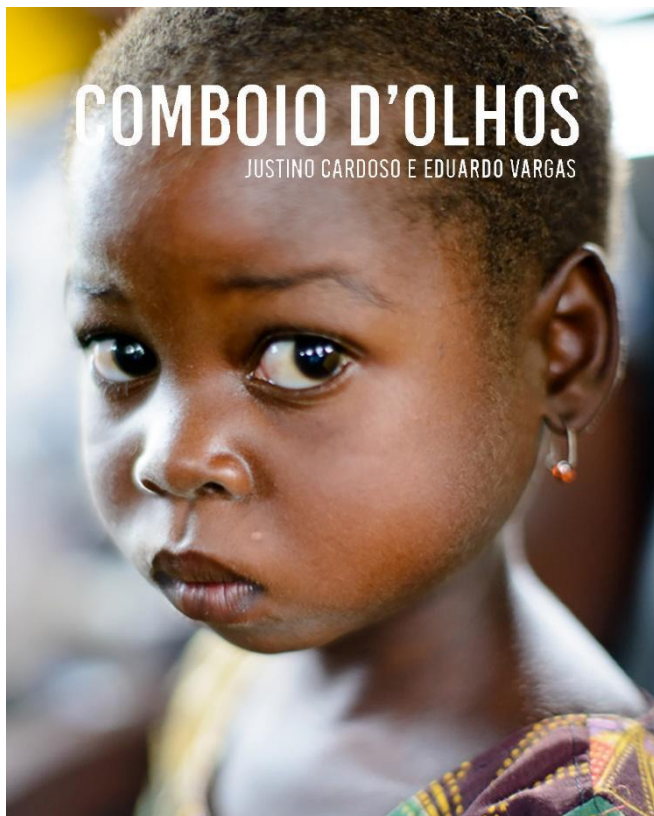
Mostra Prêmio Pierre Verger:

O Prêmio Pierre Verger (PPV), promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), é um dos principais festivais competitivos de obras fílmicas, fotográficas e gráficas produzidas no âmbito de pesquisas antropológicas na América Latina. Através destas linguagens artísticas e políticas de difusão do conhecimento, suas mostras exploram, registram, expressam e interpelam diferentes contextos e experiências socioculturais. Em 2024, em Belo Horizonte, o PPV realizará a sua 15ª Mostra de Filmes Etnográficos, 12ª Mostra de Ensaios Fotográficos e 2ª Mostra de Desenho, na 34 RBA. Este ano, contamos com 27 obras fílmicas, 22 obras fotográficas e 8 obras de desenhos concorrendo ao prêmio. A Mostra de Ensaios Fotográficos e Desenhos do PPV estará exposta no Saguão da Reitoria.



Exposição Comboio D'Olhos

Exposição composta pela banda desenhada por Justino António Cardoso em 2012 intitulada Comboio Áspero e pelo ensaio fotográfico Olhos Passageiros – Todos os Olhos realizado por Eduardo Vargas. A banda desenhada de Justino trata do comboio de passageiros que corta de leste a oeste todo o norte de Moçambique. O ensaio fotográfico de Eduardo foi realizado também no comboio do norte em 2016 e exposto neste mesmo comboio em 2020. O tema da exposição é o encontro do artista gráfico moçambicano com o antropólogo e fotógrafo brasileiro em torno do histórico comboio que cruza o norte de Moçambique (o mesmo do filme Comboio de sal e açúcar, de Licínio Azevedo) e de seus passageiros. Além da banda desenhada e do ensaio fotográfico, a exposição conta com pequenos textos de apresentação e imagens de contexto e da exposição ocorrida por ocasião da instalação no comboio que a originou. A exposição emula a situação do comboio. A exposição ocorrerá no entorno do Monumento ao Aleijadinho, em frente à reitoria da UFMG.



Projeto “PEDAGOGIA - Ocupação Artística Paulo Nazareth”

Em um ato poético e político o artista Paulo Nazareth compartilha suas obras e instalações artísticas na Faculdade de Educação. Além da exposição “Corte Seco” no Espaço Arteducação - galeria de arte de passagem da FaE, a Ocupação se estende também no percurso que vai até o espaço da Biblioteca Alaíde Lisboa, desativada desde 2019 à espera de uma reforma. O território foi transformado em um grande pavilhão de arte contemporânea com o projeto intitulado “PEDAGOGIA - Ocupação Artística Paulo Nazareth”. Como acervo, um apanhado de obras inéditas do artista e outras realizadas por ele especificamente para a Ocupação. Com o título “PEDAGOGIA”, o artista homenageia e coloca em destaque o processo de ensinar e aprender comum à todas as áreas de conhecimento, principalmente, à formação humana. No percurso da Ocupação é possível perceber que Paulo Nazareth acolhe o público com homenagens e também com críticas, denúncias, provocações sobre o complexo contexto histórico e social ao qual o campo da educação está inserido desde muito tempo. No fluxo de experimentar arte como produção de conhecimento é que o Espaço Arteducação recebe o artista para uma experiência inédita de formação artística e pedagógica aberta a todos os públicos. A Ocupação Artística Paulo Nazareth pode ser visitada na Faculdade de Educação da UFMG.



Monumento à [minha] professora primária.
Instalação. 2023.
Paulo Nazareth.

Exposição Antropologia na UFMG

Sob a responsabilidade da Prof^a Candice Vidal e Souza (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas), a exposição considera a inserção do ensino e da pesquisa em antropologia em duas faculdades da UFMG desde os anos 1940 até 1992. Nesse intervalo temporal, acontecem a V Reunião Brasileira de Antropologia, em 1961, e a XVIII Reunião Brasileira de Antropologia, em 1992. Serão exibidas reportagens jornalísticas sobre os dois eventos, com imagens e informações inexistentes nos arquivos da Associação Brasileira de Antropologia. São mostrados programas de ensino, publicações, correspondências passivas, registros de pesquisa de campo e depoimentos de ex-alunos/alunas de professores/professoras escolhidos para representar alguns momentos da institucionalização da antropologia na universidade. A exposição ocorrerá no hall do CAD 2 da UFMG.



EXPOSIÇÃO 34ª RBA

**A ANTROPOLOGIA NA UFMG
ENTRE OS ANOS 1940 E 1992:
presenças na FAFICH e na FACE**

A exposição considera a inserção do ensino e da pesquisa em antropologia em duas faculdades da UFMG desde os anos 1940 até 1992. Nesse intervalo temporal acontecem a V e a XVIII Reunião Brasileira de Antropologia, respectivamente nos anos 1961 e 1992. Serão exibidas reportagens jornalísticas sobre os dois eventos, com imagens e informações inexistentes nos arquivos da Associação Brasileira de Antropologia.

Serão mostrados também programas de ensino, publicações, correspondências passivas, registros de pesquisa de campo e depoimentos de ex-alunos e professores escolhidos para representar alguns momentos da institucionalização da antropologia na universidade.

Pesquisa: Candice Vidal e Souza (PUC MINAS)

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários | **PUC Minas**

Exposição Iló. Coletivo de Colagens Antropo(i)lógicas

Somos um coletivo de oito mulheres que estudaram antropologia na UnB nos anos 80/90, e nos reencontramos, 30 anos depois, para fazermos colagens. Antropologia e arte são áreas dialógicas, falam criticamente de muitas narrativas possíveis para se alargar perspectivas e saberes sobre o mundo, sobre tempos e espaços diversos; sensibilizam olhares. As colagens do coletivo são atravessadas por nossas experiências etnográficas, por nossos encontros e desencontros em campo, por nosso estranhamento à nossa própria cultura, por nosso pensamento selvagem... Apresentamos as séries: Totêmicas, Personas, Pessoas Árvores, e Seres Híbridos. Artistas: Adriana Mariz, Christine de Alencar Chaves, Lara Santos de Amorim, Lelia Lofego, Márcia Maria Gramkow, Nei Clara de Lima, Patrícia de Mendonça Rodrigues e Rita de Almeida Castro (<https://www.instagram.com/coletivoilo/>). A exposição ocorrerá no Hall do CAD 3 da UFMG.



Exposição Lélia Gonzalez - Projeto Memória Lélia González: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas

De 10 de julho a 2 de setembro, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Belo Horizonte recebe a exposição itinerante do Projeto Memória Lélia González, intitulada "Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas". Em 18 painéis espalhados pelo Foyer do Teatro II, o público poderá conhecer e se aprofundar na história de vida de Lélia González e acompanhar algumas das principais ideias e obras que compõem o seu legado intelectual e lutas sociais por igualdade e equidade de gênero e raça. A entrada é franca. Visitação de segunda a sexta, das 10h às 22h; e sábados e domingos das 9h às 20h.

Alô, Belo Horizonte!

PROJETO MEMÓRIA
LÉLIA
Gonzalez

Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas

O Projeto Memória Lélia Gonzalez, Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas está a caminho da capital mineira, terra natal de Lélia!

De 10 de julho a 02 de setembro de 2024
Centro Cultural Banco do Brasil Belo Horizonte

Realização:

GOVERNO FEDERAL

UNIAO E RECONSTRUÇÃO

Parceria:

Vozes Do Sul

“Vozes do Sul” foi uma das ações afirmativas da 34ª RBA. Plataforma de apresentações que viabilizou a participação à distância de inscritos que foram atingidos pelas enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul:

A efervescência do Padel e as novas possibilidades de trânsitos migratórios dos argentinos para Santa Maria-RS

Morgana de Melo Machado, Maria Catarina Chitolina Zanini

[https://www.youtube.com/watch?v= H9_5xRtGDA](https://www.youtube.com/watch?v=H9_5xRtGDA)

À Mesa da Prisão: Uma etnografia das práticas alimentares no Presídio Regional de Pelotas

Tamires Rodrigues Siqueira, Renata Menasche

<https://youtu.be/HHNd6oYTKaY>

Desafios da família "desorganizada" no Acolhimento Institucional: uma perspectiva sobre tempo, moralidades, soluções e políticas públicas.

Luciana da Silva Menéndez

<https://youtu.be/E8BBGteYgDw>

Entre o fazer terra e o consumo de alimentos: uma etnografia da vida no solo ao alimento na mesa

Raquel Rau, Renata Menasche

<https://youtu.be/UVUj9LDnekA>

O terceiro setor e as ações de incentivo à adoção de crianças institucionalizadas: um estudo de caso partindo de uma instituição filantrópica de base protestante histórica no Paraná.

Gabriela Propp Fucks

<https://youtu.be/VtRZsY9wFos>

Práticas de Forrageio na Agricultura do Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho - RS.

Larissa Mattos da Fonseca

<https://youtu.be/UtMWNQiWRt4>

Sociabilidades e agência das coisas em hortas, cozinhas e despensas: uma etnografia das práticas alimentares de uma matriarca ítalo-brasileira

Rangel Carraro Toledo Borges, Renata Menasche

<https://youtu.be/3BwdzQ6i2ko>

Cidades educadoras e territorialidades: o continuum entre o urbano e o rural para um desenvolvimento sustentável

Ana Carolina Campos de Melo, Beatriz Santos Pontes

https://drive.google.com/drive/folders/10H93NSqJxqK1pAXuyCR6e-OT4snfbqax?usp=drive_link

Considerações Antropológicas Sobre a Prática do Jogo de Xadrez

Pietro Bueno Longoni

<https://youtu.be/SkgGoOGklF4>

Entre “almas ciganas” e histórias incapturáveis: Dinâmicas de Representação, Identidade e Reconhecimento entre os Povos Ciganos no Rio Grande do Sul

Jéssica Nunes da Silva

https://youtu.be/A9riaT_MU28

Capoeira na rua, no museu ou numa companhia de saberes

Cássio Henrique Silva da Silva

<https://youtu.be/YQ-4L8DLGws?si=AvU6X44cFYgWZB9j>

https://1drv.ms/p/s!AvNwYHkVcDf4jAksFIJfL_qBgfGc

A Etnomatemática como possibilidade para uma Educação dentro de uma Perspectiva Socio-cultural

José Eduardo Garcia dos Santos, Beatriz Santos Pontes

<https://www.youtube.com/watch?v=fy0sZYiQd5I>

Chibeiros, quileiros e passadores: Uma etnografia das práticas e narrativas de policiais em torno das dinâmicas de mobilidade na fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai

Aliziane Bandeira Kersting

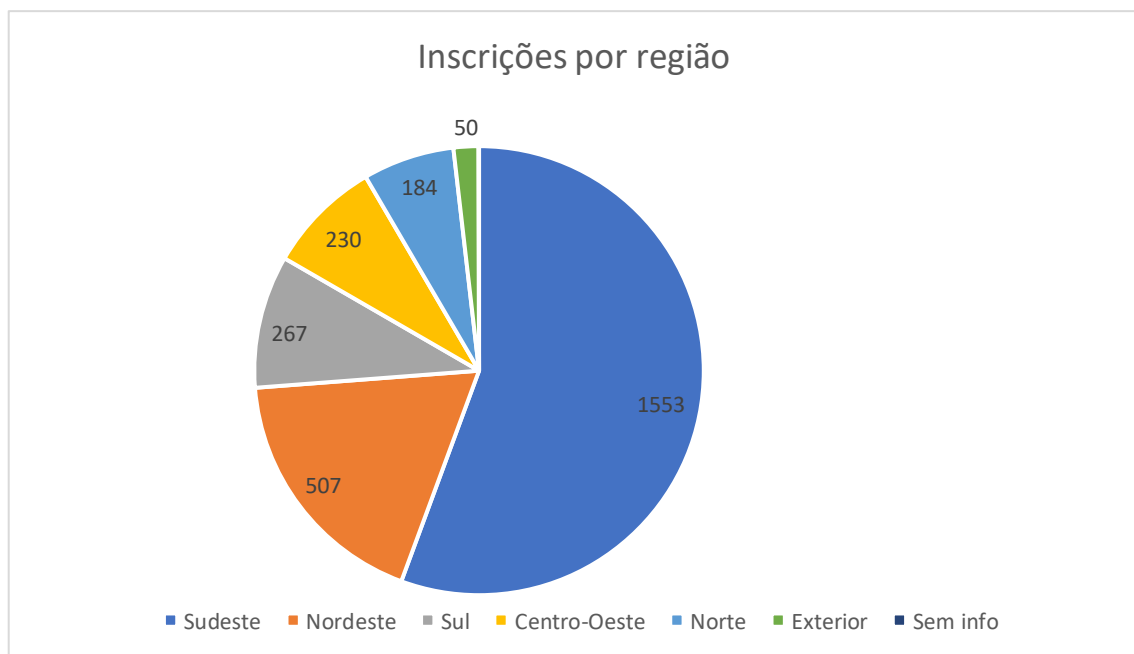
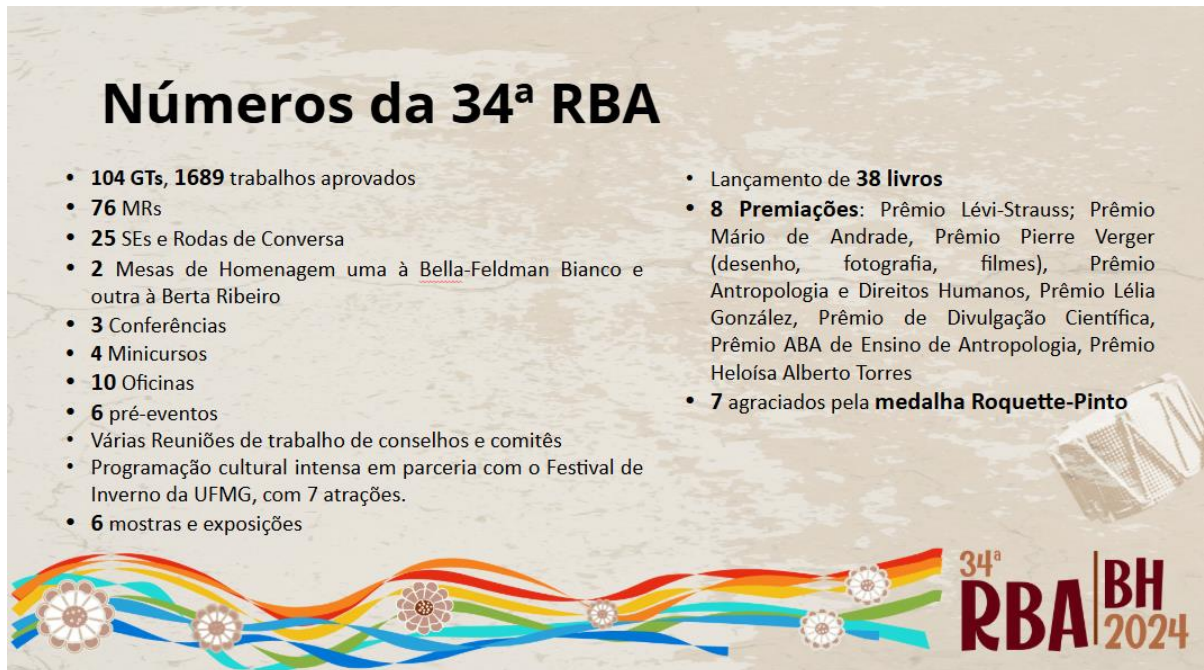
<https://www.youtube.com/watch?v=u3rMSWRYuEU>

Onde comprar história em quadrinhos: uma abordagem etnográfica dos mercados

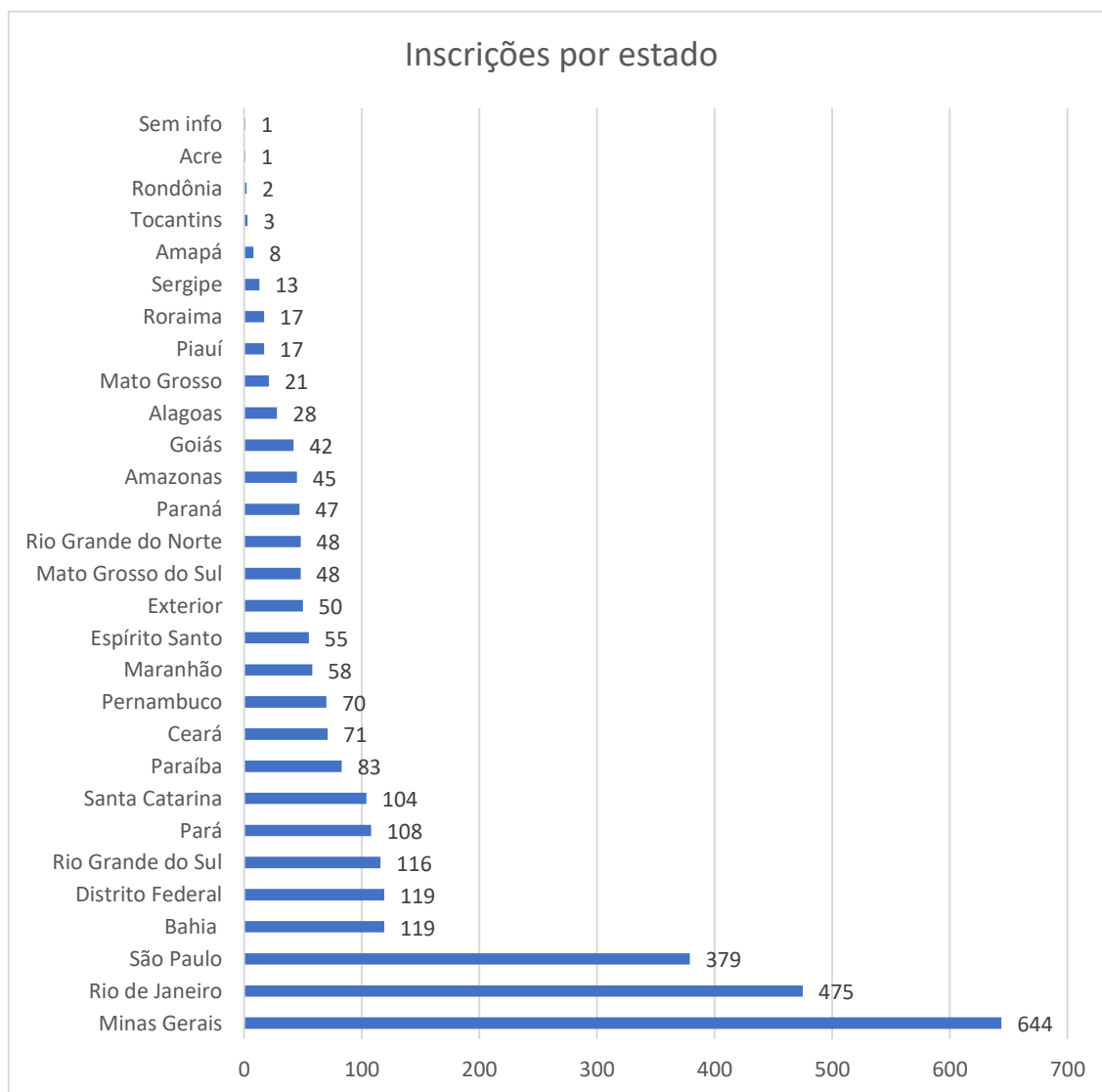
Victoria Perfeito dos Santos

https://drive.google.com/drive/folders/1jSyMbYC_SF1bSocA86gJn7OzOpavOfFh?usp=sharing

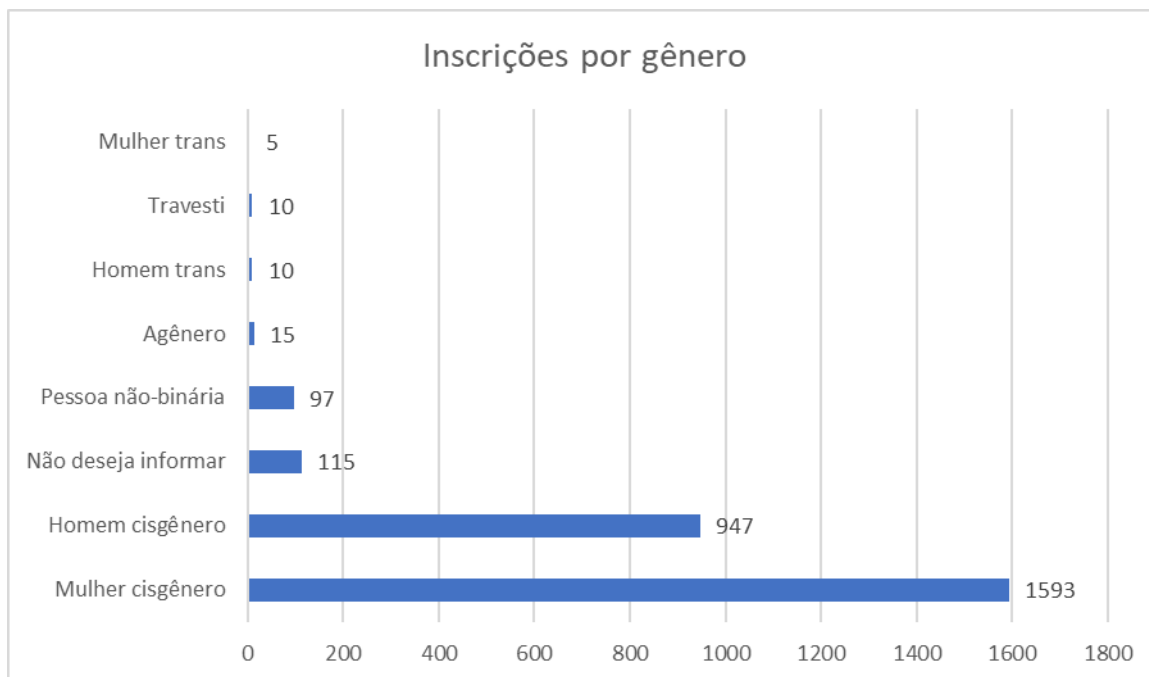
Estatísticas



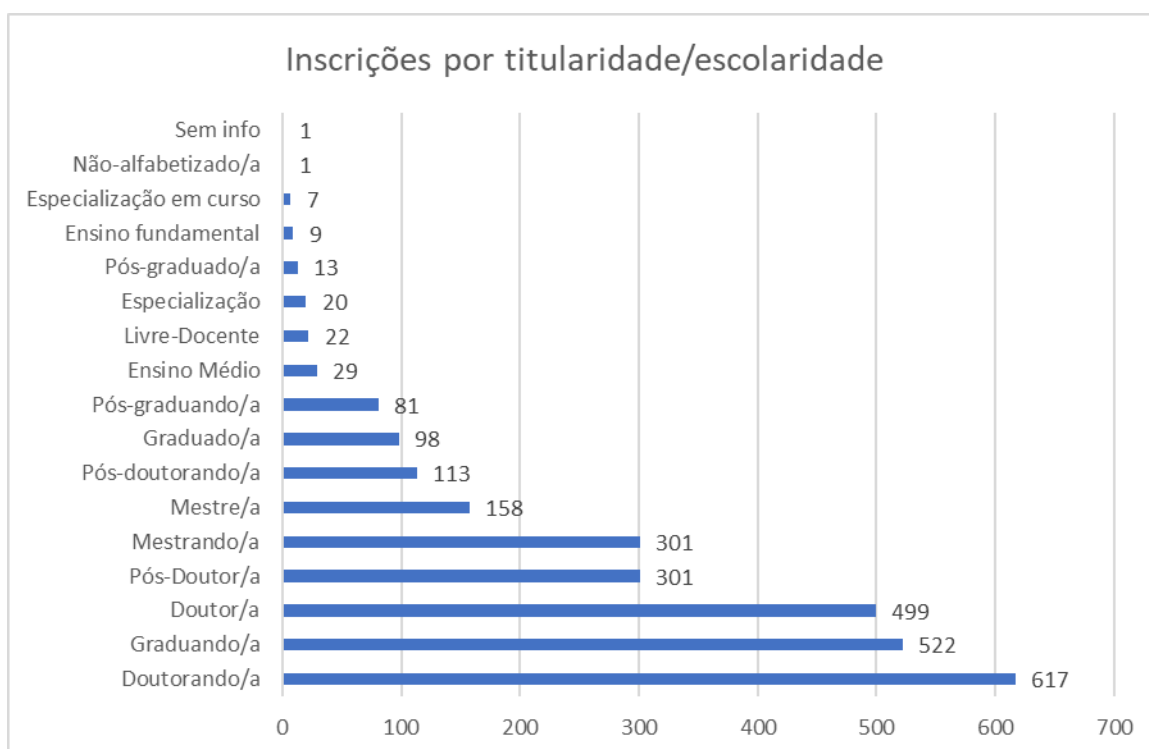
Fonte: Sistema interno 34ª RBA (Dype Soluções)



Fonte: Sistema interno 34ª RBA (Dype Soluções)



Fonte: Sistema interno 34ª RBA (Dype Soluções)



Fonte: Sistema interno 34ª RBA (Dype Soluções)

PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

MEDALHA ROQUETTE PINTO 2024

Carlos Benedito Rodrigues da Silva

[*Dossiê Carlos Benedito Rodrigues, por Osmundo Pinho*](#)

Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

[*Dossiê Lourdes Furtado, por Sônia Magalhães*](#)

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

[*Dossiê Maria Rosário Carvalho, por José Sampaio e Jurema Souza*](#)

Mauro William Barbosa de Almeida

[*Dossiê Mauro Almeida – por Emília Pietrafesa*](#)

Moacir Palmeira

[*Dossiê Moacir Palmeira, por John Comerford*](#)

Patrícia Birman

[*Dossie Patricia Birman, por Cynthia Andersen Sarti*](#)

Ruth Trindade de Almeida

[*Dossiê Ruth Trindade de Almeida, por Salete Cavalcanti*](#)

PRÊMIO ABA DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA

Categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil”

Michele Escoura Bueno

“Trabalho de campo no coração da graduação: relato de uma experiência de ensino na formação de jovens antropólogas/os na Amazônia”

X PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Categoria Graduação

Ana Luiza Souza Jesus

Orientador: Adalton José Marques

Instituição: Univasf

“Julgai, Fazendeiros, o vosso interesse”: biopolítica e corpos de mulheres escravizadas segundo o saber médico de Jean Baptiste Imbert.

Menção Honrosa:

Julia Palucci

Orientadora: Lucia Eilbaum

Instituição: UFF

Por um judiciário com “perspectiva de gênero”: um olhar etnográfico sobre o lugar construído pelo NUDEM/RJ na promoção dos direitos das mulheres vítimas de violência

Gabriela Fortunato Castro

Orientadora: Flavia Medeiros

Instituição: UFSC

Direitos humanos, transformações e continuidades: uma etnografia da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia

Categoria Mestrado

Geana Neumeyer Cardoso Benfeita

Orientadora: Paula Lacerda;

Instituição: UERJ

“A luta pela democracia: moralidades, práticas e limites na magistratura criminal fluminense”

Menção Honrosa:

Marina de Oliveira Ribeiro

Orientadora: Taniele Rui

Instituição: Unicamp

“As promotoras contra o Estado: um olhar antropológico sobre responsabilizações de violências policiais contra jovens categorizados como infratores”,

Categoria Doutorado

Eduardo de Oliveira Rodrigues

Orientador: Lenin Pires

Instituição: PPGA/UFF

Polícia e direitos humanos: uma problemática (para além) da formação e prática dos agentes militares

Sabrina Melo Del Sarto

Orientadora: Esther Jean Langdon

Instituição: PPGAS/UFSC

Internação perpétua à moda brasileira: relatos de uma etnografia de hospital psiquiátrico

Menção honrosa:

Juliene Pereira dos Santos

Orientador: Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Instituição: PPGA/UFPA

Ação Afirmativa

PARCERIAS OU DOMINAÇÃO? A Relação entre Grandes Projetos e Comunidades Quilombolas no Rio Trombetas, Oriximiná, Pará.

II PRÊMIO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA ABA

Categoria Redes Sociais

Ginga UFF: a rede social como estratégia de comunicação e difusão científica sobre povos de terreiro no enfrentamento ao racismo religioso (Ana Paula Mendes de Miranda, Leonardo Vieira Silva e Mariana Maiara Soares Silva)

Categoria Blogs e Sites

Atlas do Pernambuco Indígena (Lara Erendira Almeida de Andrade e Estêvão Martins Palitot)

Menção Honrosa:

Enegrecendo currículos (Ana Cláudia Rodrigues da Silva)

Categoria Publicações

Antropologia. Ensino, pesquisa e etnografia hoje – Volume 1 (Kleyton Rattes Gonçalves, Marcelo Moura Mello, Simone da Conceição Silva)

V EDIÇÃO DO PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES

Título: Evangélicas em (des)igrejamento: interpelações de gênero e sexualidade nas práticas de igreja e desigrejar

Autora: Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes

Orientadora: Alinne de Lima Bonetti

Agência de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Instituição onde foi desenvolvida a pesquisa: Universidade Federal de Santa Catarina;

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social; Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Menção Honrosa

Título: O cotidiano da cura: gestão da vida sem o HIV a partir das relações de afeto

Candidato: Wertton Luís de Pontes Matias

Orientadora: Soraya Resende Fleischer

Coorientadora: Ximena Pamela Claudia Díaz Bermúdez

Agência de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq

Instituição onde foi desenvolvida a pesquisa: Universidade de Brasília; Departamento de Antropologia;

Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva; Programa de Pós-Graduação em Antropologia

III EDIÇÃO DO PRÊMIO LÉLIA GONZALEZ

Categoria: Artigo Científico- Prêmio Lélia González – Melhor artigo de recém-graduado/a:

Premiada: Dandara Barcellos Dresch

Título do trabalho: “MAGIA, ACHO QUE SER MULHER PRETA É UMA COISA MÁGICA”: Uma reflexão sobre Solidão da Mulher Preta e sua Dororidade. PPGAS/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nome completo do/a orientador/a: Ceres Victora

Categoria: Melhor Dissertação Prêmio Lélia González:

1º Lugar: Bruno de Castro Brito – PPGAS/UNILAB

Título: Tudo o Que Nós Tem é Nós: Um Estudo Sobre Narrativas Negras do Jornalismo Brasileiro

Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva

2º Lugar: Adilson Silva da Silva / PPGAS/ UFRGS

Título: Identidade e negritude na cidade de Rio Pardo/RS

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Menções honrosas da Dissertação

Rafaele Cristina de Souza Queiroz (UFAM)

Título: Escrivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro e Manaus, no Amazonas

Orientadora: FLÁVIA MELO DA CUNHA

Wertton Luís de Pontes Matias (UnB)

Título: Nas Fronteiras da Aids: experiências com a PrEP em Brasília, Manaus e Recife

Orientadoras: Soraya Resende Fleischer e Ximena Pamela Claudia Díaz Bermúdez

Categoria: Melhor Tese -Prêmio Lélia González:

1ºLugar: Yara de Cássia Alves / PPGAS/USP

2ºLugar: Ranna Mirthes Sousa Correa / PPGAS/UFRGS

Menção Honrosa: Thayanne Tavares Freitas / PPGAS/UFRGS

IX PRÊMIO LÉVI-STRAUSS

Modalidade A (Pôster):

Diennifer E. C. Cardozo, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o trabalho: “Antifeminismo em gestação: família, educação e gênero no campo político catarinense”. Orientada por Aline Bonetti;

Leandro Teixeira da Silva, da Universidade Estadual Paulista, com o trabalho: “entre o céu e a terra: o fazer cinema de Olinda Tupinambá, agenda ambiental, processos germinantes e contracolonial”. Orientado por Edgar Teodoro da Cunha;

Samara Almeida Lima Santos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com o trabalho: “Retratos (Mal)Ditos e a (Des)Educação de Subjetividades Negras na Escola”. Orientada por Osmundo Pinho;

Sthevson Lourran de Melo Santos, da Universidade Federal da Paraíba, com o trabalho: “Desenhando paisagens multiespécies: o desenho como ferramenta descritiva-etnográfica no Dique de Cabedelo – PB”. Orientado por Aina Azevedo

Modalidade B (Artigo):

João Pedro Barros Klinkerfus, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o trabalho: “Da “nota de pesar” à “injusta agressão”: uma etnografia das narrativas sobre morte escritas pela PMSC””. Orientadora: Flavia Medeiros Santos;

Júlia Viana Palucci, da Universidade Federal Fluminense, com o trabalho: “Cada mulher demanda um atendimento diferente”: aspectos jurídicos, judiciais e morais na classificação de demandas em um núcleo especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro”. Orientadora: Prof^a. Dra. Lucía Eilbaum

Menção honrosa:

“Gêneros Desobedientes: a não-binariedade em perspectiva”, da autoria de Aleixo Fonseca Bueno dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho orientado por Aline Bonetti.

PRÊMIO PIERRE VERGER 2024

Desenho

1º Lugar: Fazer-cidade-em-rodas: uma (etno)grafia desenhada sobre dos usos e sentidos atribuídos ao carrinhos nas práticas socioculturais em um mercado público paraibano (João Vítor Velame)

2º Lugar: Fabulações em laboratórios de antropologia: as experiências no LABareDA (Katianne de Sousa Almeida)

3º Lugar: “As pedras têm vida, tem bicho, mato, árvore, cabrito, vaca”: o olhar do desenho sobre Paisagem, Trabalho e Patrimônio da lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã, RS (Flávia Rieth)

Menção honrosa: Nossas senhoras: livro de retalhos (isabella a. guimarães)

Filme Etnográfico:

1º Lugar longa-metragem: Ricardo Aleixo: Afro-Atlântico (Direção: Rodrigo Lopes de Barros)

2º Lugar longa-metragem: Black Rio! Black Power! (Direção: Emílio Domingos)

3º Lugar longa-metragem: Cantos de Jaguar (Direção: Yeimy Araque Contreras)

1º Lugar média-metragem: Uma Mulher Comum (Direção: Debora Diniz)

2º Lugar média-metragem: Acervo ZUMVI – O Levante da Memória (Direção: Iris de Oliveira)

3º Lugar média-metragem: Sou Moderno Sou Índio (Direção: Carlos Eduardo Magalhães)

Menção honrosa: Jijet – Como estudamos nossos cantos (Direção: Hugo Prudente e Lia Malcher)

Fotografia:

1º Lugar: Espelhos da memória: imagens de arquivo e o resgate do passado (Laura Guimarães, Gabriel Cardoso, Andressa Iremex Apinajé)

2º Lugar: O sol daqui é amarelo (Henrique Fujikawa)

3º Lugar: Parque Progresso (Nuno Godolphim)

PRÊMIO MÁRIO DE ANDRADE

Categoria – Artigo derivado de tese de doutorado

Título: Chamas, cinzas e lutas: uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional

Autora: Mariane Aparecida do Nascimento Vieira

Orientador: Edmundo Marcelo Mendes Pereira (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Categoria – Artigo derivado de dissertação de mestrado

Título: “Os Karajás: plumária e etnografia”: seguindo uma exposição antiga do Museu Nacional

Autora: Marília Caetano Rodrigues Moraes

Orientador: Guilherme José da Silva e Sá (Universidade de Brasília)

Categoria – Artigo derivado de trabalho de conclusão de curso

Título: “Mercado Sul é patrimônio cultural”: a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal

Autora: Ana Luiza Noronha

Orientadora: Sara Santos Moraes (Universidade de Brasília)

Categoria – Trabalho de divulgação e de difusão

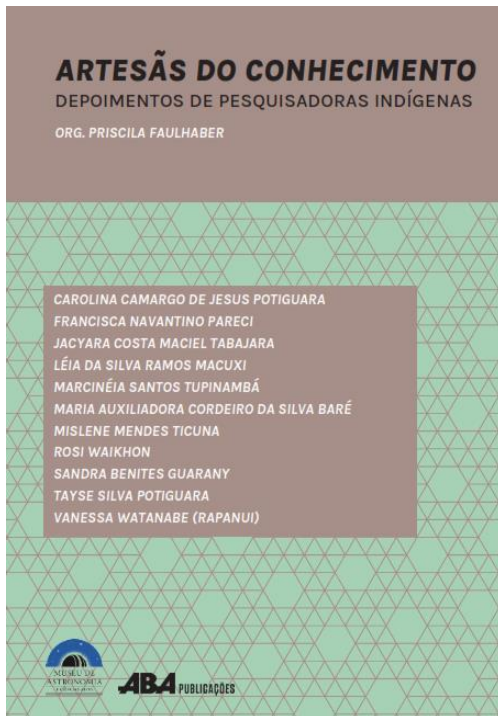
Título: Museu da parteira: articulando saberes e tecendo redes

Autoras: Júlia Morim de Melo, Elaine Muller, Maria dos Prazeres de Souza, Maria das Dores Silva Nascimento (Mãe Dôra), Edileusa Maria da Silva, Juliana Pankararu, Maria Fernanda da Silva, Paula Viana, Marília Pinheiro, Eduardo Queiroga, Hugo Menezes Neto, Marina Maria Teixeira da Silva

Menção honrosa: De palha e de ouro (Kelwin Marques Garcia dos Santos)

PUBLICAÇÕES DA ABA

E-BOOKS



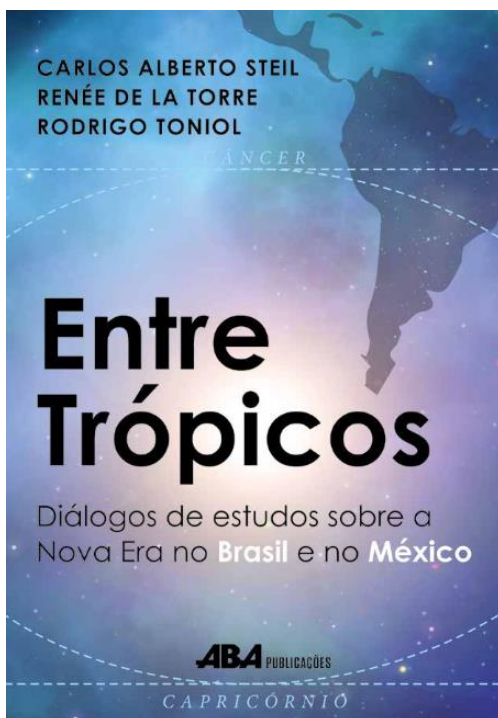
1) Artesãs do conhecimento: depoimentos de pesquisadoras indígenas

Organização:
Priscila Faulhaber

Link:

https://www.abant.org.br/files/204790_00158487.pdf

Resultante da Gestão 2021/2022



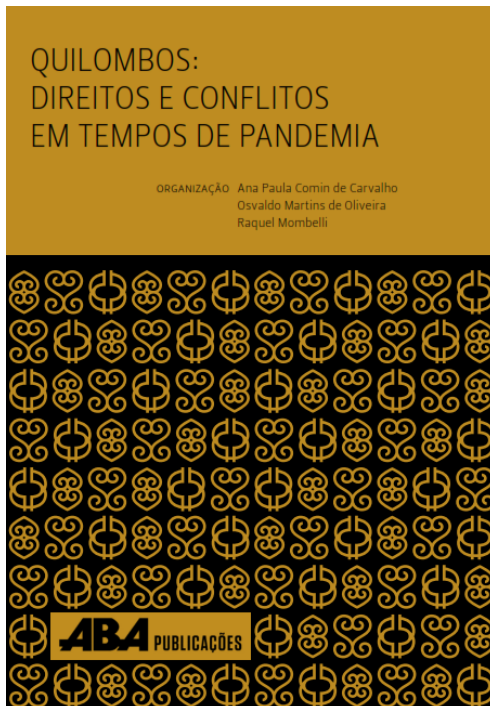
2) Entre Trópicos: Diálogos de estudos sobre a Nova Era no Brasil e no México

Organização:
Carlos Alberto Steil, Renée de La Torre e Rodrigo Toniol

Link:

https://www.abant.org.br/files/828142_00121019.pdf

Resultante da Gestão 2021/2022



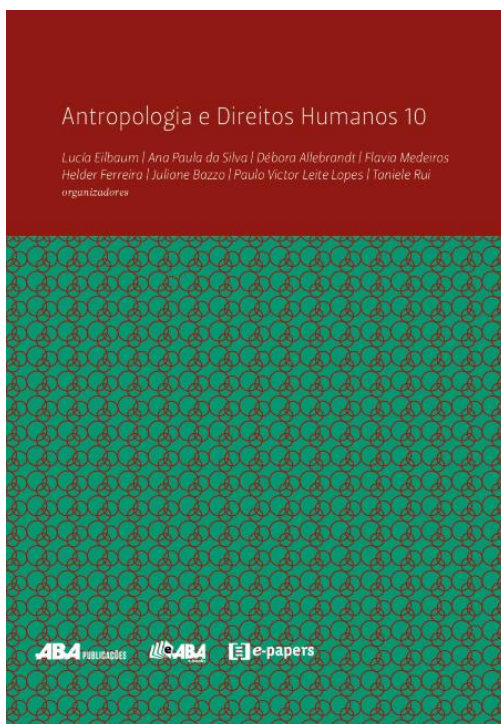
3) Quilombos: Direitos e Conflitos em Tempos de Pandemia

Organização:

Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli

Link: https://www.abant.org.br/files/456775_00139685.pdf

Resultante da Gestão 2021/2022



4) Antropologia e Direitos Humanos 10

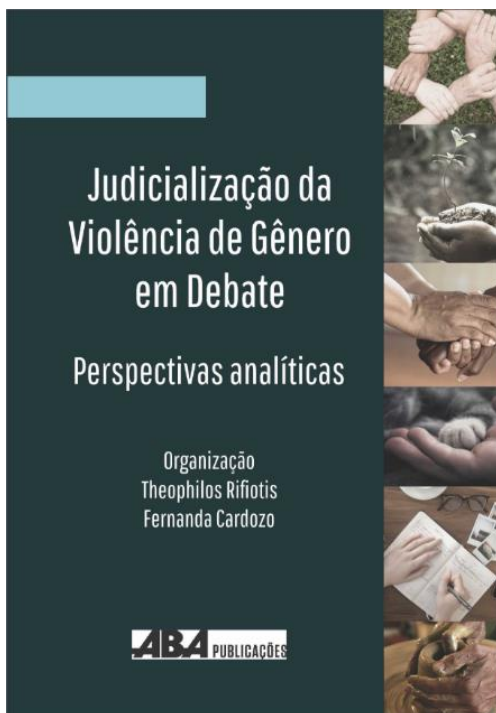
Organização:

Lucía Eilbaum, Ana Paula da Silva, Débora Allebrandt, Flavia Medeiros, Helder Ferreira, Juliane Bazzo, Paulo Victor Leite Lopes, Taniele Rui

Link:

https://www.abant.org.br/files/094568_00134863.pdf

Resultante da Gestão 2021/2022



5) Judicialização da Violência de Gênero em Debate: perspectivas analíticas

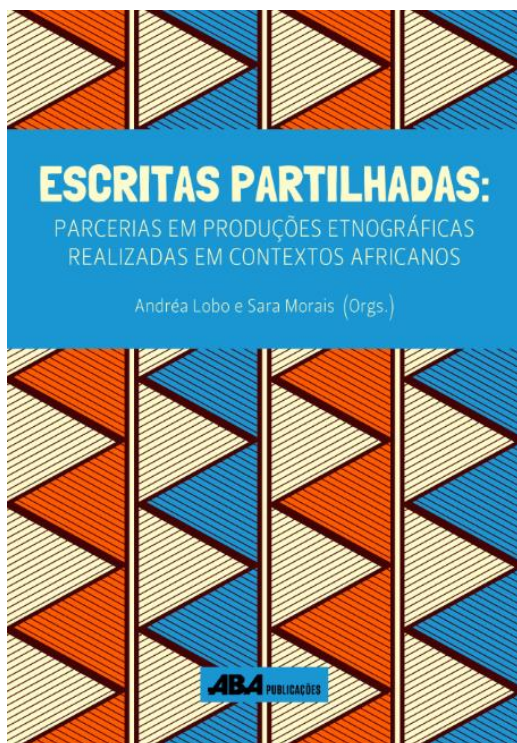
Organização:

Theophilos Rifiotis e Fernanda Cardozo

Link:

<http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-571397>

Resultante da Gestão 2021/2022



6) Escritas partilhadas: parcerias em produções etnográficas realizadas em contextos africanos

Organização:

Andréa Lobo, Sara Morais

Link: https://www.abant.org.br/files/987239_00158115.pdf

Resultante da Gestão 2021/2022

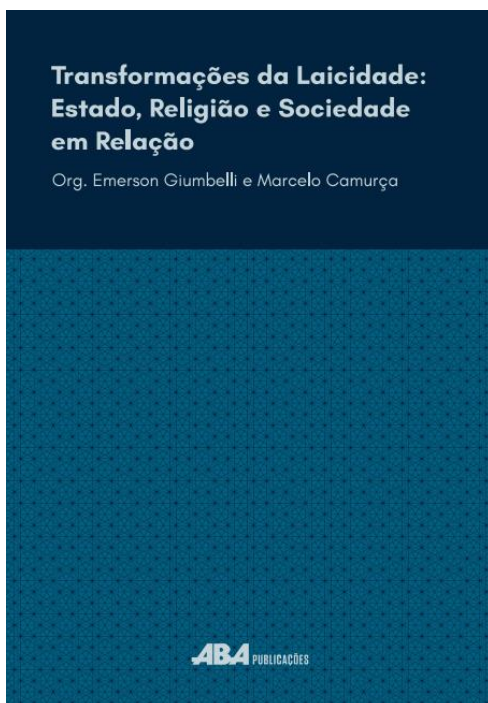


7) Fluxos religiosos transnacionais

Organização:
Ari Pedro Oro

Link:

https://www.abant.org.br/files/561944_00179838.pdf



8) Transformações da Laicidade: Estado, Religião e Sociedade em Relação

Organização:
Emerson Giumbelli e Marcelo Camurça

Link: https://www.abant.org.br/files/225775_00100284.pdf



9) Processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes - Contribuições teórico-metodológicas

Organização: Leonardo Schiocchet

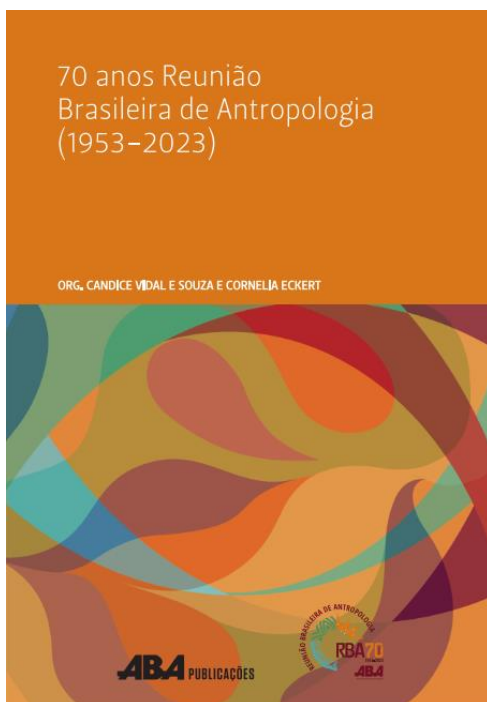
Link: https://www.abant.org.br/files/786215_00183477.pdf



10) 120 Dias de Reconstrução: democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil

Organização: Andréa Zhouri, Matheus França

Link: https://www.abant.org.br/files/557431_00198561.pdf



11) 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)

Organização: Candice Vidal e Souza, Cornelia Eckert

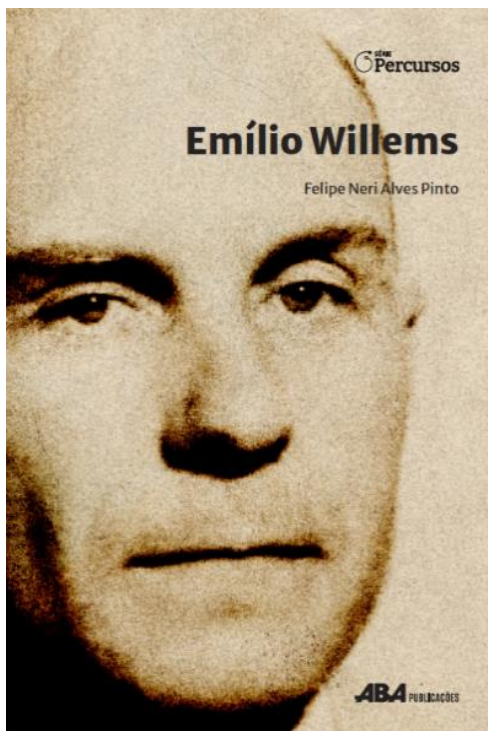
Link: https://www.abant.org.br/files/614830_00127498.pdf



12) Terra Arrasada – desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil

Organização: Sônia Magalhães, Felisa Cançado Anaya, Deborah Bronz

Link: https://www.abant.org.br/files/184219_00170606.pdf



13) Série Percursos - Emílio Willems

Autoria: Felipe Neri Alves Pinto

Link:

https://www.abant.org.br/files/026034_00146652.pdf



14) Antropologia da Religião no Brasil: trajetórias

Organização: Carlos Alberto Steil, Ari Pedro Oro

Link: https://www.abant.org.br/files/325225_00197439.pdf

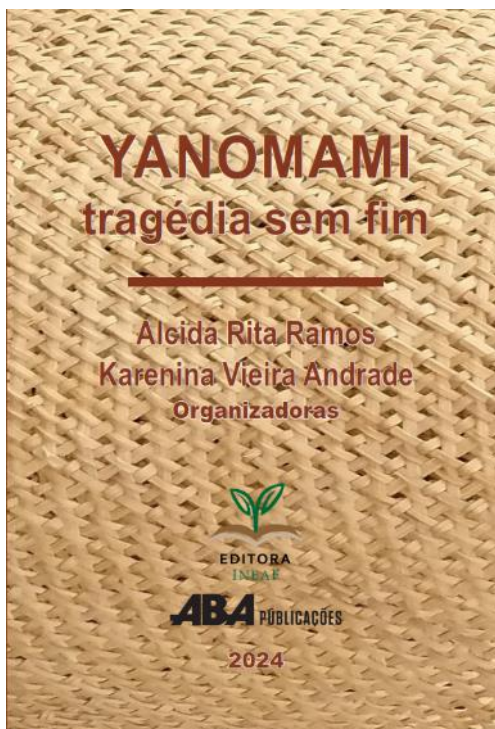


15) O palco e o mato: o lugar das timbila no projeto de construção da nação em Moçambique

Autoria: Sara Santos Moraes

Link:

https://www.abant.org.br/files/869069_00189420.pdf



16) Yanomami tragédia sem fim

Organização: Alcida Rita Ramos e Karenina Vieira Andrade

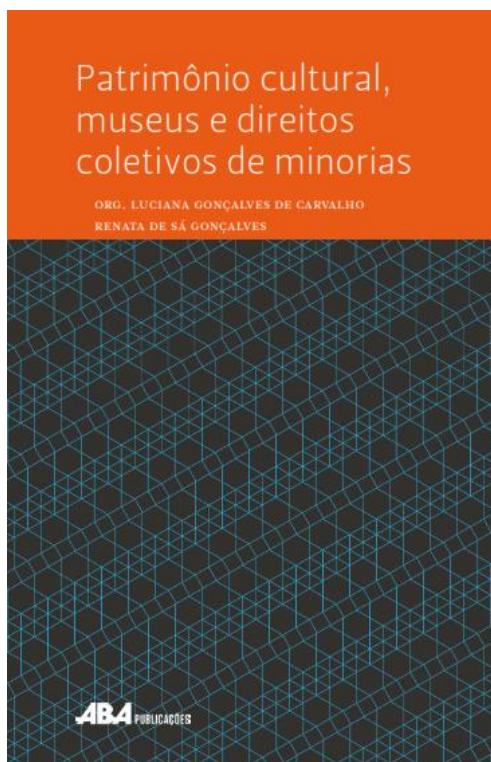
Link: https://www.abant.org.br/files/787234_00117842.pdf



17) Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação

Organização: Osmundo Pinho

Link: https://www.abant.org.br/files/651572_00155321.pdf



18) Patrimônio cultural, museus e direitos coletivos de minorias

Organização: Luciana Gonçalves de Carvalho, Renata de Sá Gonçalves

Link: https://www.abant.org.br/files/716031_00136245.pdf

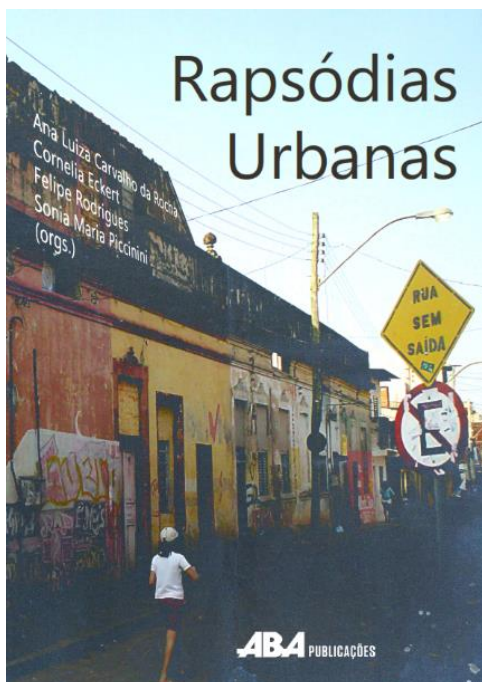


19) Laicidade e democracia no Brasil: trajetórias e campos de trabalho em foco

Organização: Christina Vital da Cunha, Mariana Ramos de Moraes, Tatiane dos Santos Duarte

Editor Assistente: Wallace Cabral Ribeiro

Link: https://www.abant.org.br/files/077114_00158491.pdf

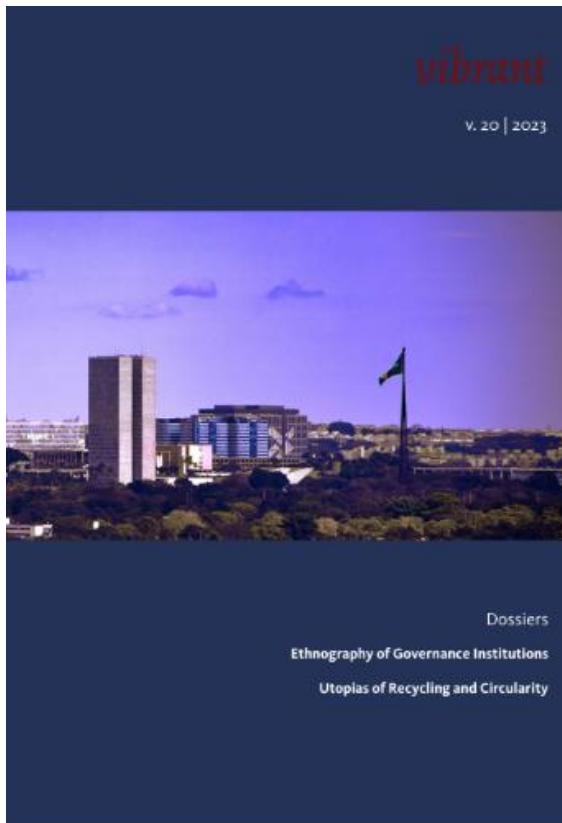


20) Rapsódias urbanas

Organização: Felipe da Silva Rodrigues, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Sonia Maria Piccinin, Cornelia Eckert

Link: https://www.abant.org.br/files/813901_00111932.pdf

VIBRANT



1) Vibrant Vol. 20 - 2023

<https://vibrant.org.br/issues/vibrant-v-20-2023/>

Editores/a: Andréa de Souza Lobo, Antonio Carlos de Souza Lima, Vinicius Venancio

Dossier Ethnography of Governance Institutions

Dossier Utopias of Recycling and Circularity



2) Vibrant – v. 21 – 2024

<https://vibrant.org.br/vibrant-v-21-2024-2/>

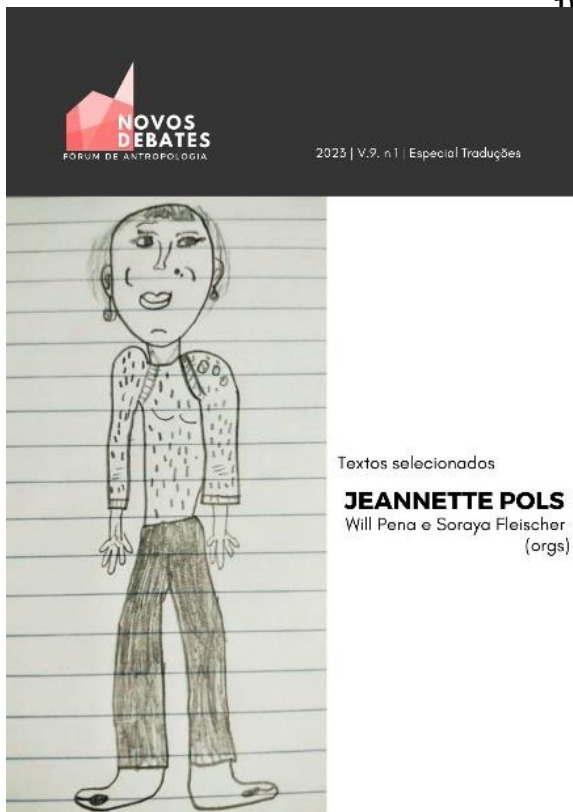
Editores/a: Andréa de Souza Lobo, Antonio Carlos de Souza Lima, Vinicius Venancio

Neoextractivismo, crisis climática y desastres: Miradas desde Argentina, Brasil y Chile

Global Anthropological Dialogues
Dossier Anthropologies of management: forms and formulas of government in our latitudes

Dossier
Broadening the horizons of anthropological understanding: ethnographies with 'uncomfortable otherness'

NOVOS DEBATES



1) Novos Debates – v. 9 n. 1, 2023

Editores:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

Fórum: **Textos Selecionados – Jeanette Pols**

Link:

<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/view/13>



2) Novos Debates – v9, n. 2, 2023

<http://novosdebates.abant.org.br/v7-n2/>

Editores:

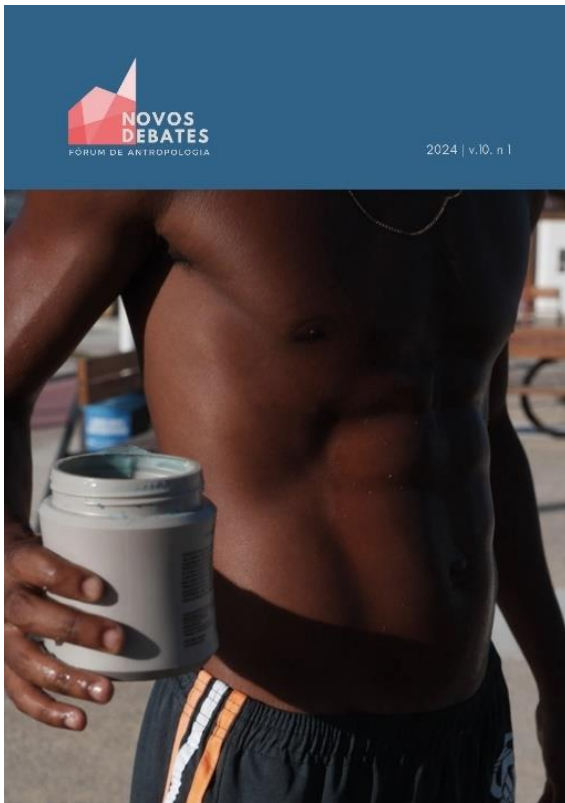
Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

Link:

<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/view/14>



3) Novos Debates – v10, n. 1, 2024

<http://novosdebates.abant.org.br/v8-n1/>

Editores:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

Fórum: Antropologia Digital e Imaginários

Etnográficos: Experimentações, Dilemas e Possibilidades

Link:

<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/archive>



4) Novos Debates – v10, n. 2, 2024

<http://novosdebates.abant.org.br/v8-n1/>

Editores:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

Link:

<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/view/16>

PARTE 3. RELATÓRIOS DE COMISSÕES E COMITÊS

COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES E COMITÊS

Comissão de Assuntos Indígenas – CAI

Coordenadora: Elaine Moreira (UnB)

Vice-coordenadora: Edviges Marta Ioris (UFSC)

Secretário: Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Membros:

Braulina Aurora (UnB)

Fabio Mura (UFPB)

Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB)

Katiane Silva (UFPA)

Luís Roberto de Paula (UFABC)

Pablo Tibor Quintero Mansilla (UFRGS)

Ricardo Verdum (Laced/MN)

Stephen Grant Baines (UnB)

Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora: Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Vice-Coordenadora: Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Membros:

Ana Paula da Silva (UFF)

Débora Allebrandt (UFAL)

Diógenes Egídio Cariaga (UEMS e UFGD)

Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Hélder Ferreira de Sousa (UFDPAr)

Lívia Reis Santos (UFRJ)

Lucía Eilbaum (UFF)

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (INAN)

Marianna Assunção Figueiredo Holanda (UnB)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Coordenador: Guillermo Vega Sanabria (UFBA)

Membros:

Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG)

Beatriz Martins Moura (INCTI-UnB)

Clarice Cohn (UFSCar)

Edilma do Nascimento Souza (Univasf)

Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA)

Suzana Cavalheiro de Jesus (UNIPAMPA)

Comissão de Ética

Coordenador: Maria Filomena Gregori (PPGAS/UNICAMP)

Membros:

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Patricia Birman (UERJ)

Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA – CELCA

Coordenador: Carlos Alberto Steil (UFRGS, Unicamp)

Vice-Coordenadora: Tânia Welter (IES)

Membros:

Edimilson Rodrigues (FAMES)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Martina Ahlert (UFMA)

Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)

Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA – CEPCA

Coordenação Colegiada:

Laura Moutinho (USP)

Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Vinicius Kaue Ferreira (UERJ)

Membros:

Andrea de Souza Lobo (UnB)

Antonio Carlos de Souza Lima (MN-UFRJ)

María Elvira Díaz Bnítez (MN-UFRJ)

Sergio Luís Carrara (UERJ)

Comissão Laicidade e Democracia

Coordenador: Tatiane dos Santos Duarte (UnB)

Vice-Coordenadora: Emerson Alessandro Giumbelli (UFRGS)

Membros:

Christina Vital da Cunha (UFF)

Clayton da Silva Guerreiro (UNICAMP)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Fátima Weiss de Jesus (UFAM)

Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

Leonardo Oliveira de Almeida (CEBRAP)

Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)

Mariana Ramos de Moraes (Museu Nacional/UFRJ)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp/Cebrap)

Taissa Tavernard de Luca (UEPA)

Comitê Antropologia Visual

Coordenação:

Fabiana Bruno (Unicamp)

Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Membros:

Aina Guimarães Azevedo (UFPB)

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)

Anelise dos Santos Gutterres (MN/UFRJ)

Bárbara Andréa Silva Copque (UERJ)

Daniele Borges Bezerra (UFPEL)

Denise Machado Cardoso (UFPA)

João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

Lisabete Coradini (UFRN)

Mariana da Costa Aguiar Petroni (UNILAB)

Mariano Baez Landa (Ciesas/ México)

Vi Grunvald (UFRGS)

Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal

Coordenação:

Adriana de Resende Barreto Vianna (Museu Nacional/UFRJ)

Gabriel de Santis Feltran (UFSCAR)

Membros:

Daniel Veloso Hirata (UFF)

Fabio Mallart Moreira (IMS/UERJ)

Fabio Magalhães Candotti (UFAM)

Jania Perla Diógenes de Aquino (UFC)

Juliana de Farias Mello e Lima (Cidades/UERJ)

Juliana Gonçalves Melo (UFRN)

Karina Biondi (UEMA)

Luciane de Oliveira Rocha (Kennesaw State University)

Natália Bouças do Lago (Pagu/Unicamp)

Rachel Barros de Oliveira (Cidades/UERJ)

Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (UFPB)

Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Coordenador: Edilma do Nascimento Souza (UFSC)

Vice-coordenadora: Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)

Membros:

Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)

Ana Paula da Silva (UFF)

Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ)

Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)

Gilson José Rodrigues Júnior (IFRN)

João Batista de Jesus Felix (UFT)

Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ)

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Maíra Samara de Lima Freire (MN/UFRJ)

Nathália Dothling Reis (UFSC)

Comitê de Antropologia e Saúde

Coordenação Colegiada:

Ednalva Maciel Neves (UFPB)

Everton de Oliveira (UFRGS)

Rita de Cássia Maria Neve (UFRN)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (IMS/UERJ)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UnB)

Membros:

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Ceres Gomes Vitora (UFRGS)

Cristina Dias da Silva (UFJF)

Edilma do Nascimento Souza (UFRN/UFPB)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ)

Kátia Lerner (Fiocruz/Rj)

Nádia Elisa Meinerz (UFAL)

Octavio Andrés Ramón Bonet (UFRJ)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Sônia Weidner Maluf (UFSC/UFPB)

Waleska de Araujo Aureliano (UERJ)

Comitê de Antropologxs Indígenas

Membros:

Braulina Aurora – Hipamaalhe (Povo: Baniwa/AM) – (APIB)

Eliene dos Santos Rodrigues – Putira Sacuena (Povo Baré/AM)

Felipe Sotto Maior Cruz (Povo Tuxá /BA) – (APIB)

Francisco de Moura Cândido – Ywmuniry (Povo: Apurinã/AM) – (IP)

Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild – Joziléia Daniza Jagso Kaingang (Povo: Kaingang/SC) – APIB

Luiz Henrique Eloy Amado (Povo: Terena/MS) – (APIB)

Maria de Fátima Nascimento Urruth – Kuawá Kapukaya (Povo: Apurinã/AM)

Rute Moraes Souza (Povo: Anacé/CE)

Tonico Benites (Povo: Guarani Kaiowá /MS)

Comitê de Comunicação e Divulgação Científica

Coordenadora: Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Membros:

Beatriz Klimeck Gouvêa Gama (UERJ)

Carolina Parreiras Silva (USP)

Daniela Tonelli Manica (Unicamp)
David Baiao Nemer (University of Virginia)
Edilson Sandro Pereira (UFRJ)
Eva Lenita Scheliga (UFPR)
Felipe Magalhaes Lins Alves (ISER)
Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)
Horacio Federico Sívori (UERJ)
Jesus Marmanillo Pereira (UFMA)
João Frederico Rickli (UFPR)
Laura Lowenkron (UERJ)
Matheus Gonçalves França (UFG)
Messias Moreira Basques Junior (Universidade de Harvard)

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Coordenação colegiada: Érica Quinaglia Silva, Fernando José Ciello, Hully Guedes Falcão, Rui Massato Harayama e Sônia Weidner Maluf

Membros:

Fabio Reis Mota
Paloma Monteiro
Patrice Schuch
Putira Sacuena
Waleska Aureliano

Comitê de Relações Internacionais – CRI

Coordenadora: Kelly Cristiane da Silva (UNB)

Membros:

Cristiana Bastos (ICS-UL)
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Leonardo Schiocchet (Academia de Ciência da Áustria)
Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)
Renato Monteiro Athias (UFPE)

Comitê Deficiência e Acessibilidade

Coordenadora: Anna Paula Vencato (UFMG)

Vice-Coordenadora: Pedro Lopes (Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Membros:

Anahí Guedes de Mello (Anis – Instituto de Bioética)

Eudenia Magalhães Barros (LEAD/UECE/DELL)

Helena Moura Fietz (UFRGS)

Julian Simões Cruz de Oliveira (Unifesp)

Kathryn Eliza Williamson (Washington University in St. Louis)

Leonardo Carbonieri Campoy (PUC-PR)

Olivia von der Weid (UFF)

Valeria Aydos Rosário (UFRGS)

Comitê Estudos Africanos

Coordenação:

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Sara Santos Moraes (IPHAN)

Membros:

Aline Beatriz Miranda da Silva (IPHAN e UnB)

Andréa de Souza Lobo (UnB)

Denise Moraes Pimenta (Fiocruz/BA)

Francisco Paolo Vieira Miguel (Unicamp)

Gilson José Rodrigues Junior (UFPE)

Laura Moutinho (USP)

Paulo Ricardo Muller (UFFS)

Thais Henriques Tiriba (USP)

Vinícius Venâncio de Sousa (UnB)

Comitê Gênero e Sexualidade

Coordenação Colegiada:

Ana Paula da Silva (UFF)

Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Membros:

Alinne de Lima Bonetti (UFSC)

Ana Claudia Rodrigues da Silva (UFPE)

Anna Paula Vencato (UFMG)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Isadora Lins França (Unicamp)

Lia Zanotta Machado (UnB)
María Elvira Díaz Bnítez (MN/UFRJ)
Michele Escoura Bueno (UFPA)
Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA e UFPA)
Regina Facchini (Unicamp)
Roberto Marques (URCA e UECE)
Sérgio Luis Carrara (UERJ)
Vi Grunvald (UFRGS)

Comitê Laudos Antropológicos

Coordenador: Fabio Mura (UFPB)
Vice-coordenador: Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Membros:

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)
Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)
Eliane Cantarino O'dwyer (UFF e UFPA)
Felipe Kamaroski
Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)
Katiane Silva (UFPA)
Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE)
Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos

Comitê Inserção Profissional

Coordenadora: Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Membros:

Breno Trindade da Silva (PPGAS/UnB)
Darllan Neves da Rocha (PPGSA/UFRJ)
Diana Dianovsky (IPHAN)
Eleandra Raquel da Silva Koch (INCRA-RS)
Januaria Pereira Mello (INCRA)
Julia Marques Dalla Costa (MDA)
Lidiane Carvalho Amorim de Sousa Dourado (INCRA-SE)
Luis Guilherme Resende de Assis (MPF)
Tiago Cantalice da Silva Trindade (DPU)

Comitê Migrações e Deslocamentos

Coordenadora: Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Vice-Coodenador: Handerson Joseph (UFRGS)

Membros:

Alexandre Branco Pereira (UFSCar)

Ana Elisa de Figueiredo Bersani (UNIFESP)

Denise Martin Coviello (UNIFESP)

Fernando Rabossi (UFRJ)

Iana dos Santos Vasconcelos (UFRR)

Comitê Patrimônio e Museus

Coordenadora: Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa)

Vice-Coodenadora: Patricia Silva Osorio (UFMT)

Membros:

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)

Álvaro Banducci Júnior (UFMS)

Alvatir Carolino da Silva (Ifam)

Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/Iphan)

Geslline Giovana Braga (UFRN)

Hugo Menezes Neto (UFPE)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEl)

José Maria da Silva (Unifap)

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Lúcia Hussak Van Velthem (MPEG)

Luciana de Oliveira Chianca (UFPB)

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Simone Pondé Vassallo (UFF)

Consultores/as:

Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Izabela Maria Tamasso (UFG)

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Renato Monteiro Athias (UFPE)

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Coordenação Colegiada:

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES)

Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Membros:

Aderval Costa Filho (UFMG)

Deborah Bronz (UFF)

Edna Ferreira Alencar (UFPA)

Helder Ferreira de Sousa (UFDPAr)

Henry Trindade Barretto Filho (UnB)

Pedro Castelo Branco Silveira (FJN/PE)

Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)

Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (PPGAN/UFMG)

Stephen Grant Baines (UnB)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA/UFRRJ)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE)

Voyner Ravena Cañete (UFPA)

Comitê Quilombos

Coordenadora: Raquel Mombelli (UFSC)

Vice-coordenador: Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA)

Membros:

Aderval Costa Filho (UFMG)

Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)

Cíntia Beatriz Muller (UFBA)

Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

Davi Pereira Júnior (UT- Austin)

Juliane Pereira dos Santos (UFPA)

Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Ricardo Cid Fernandes (UFPR)

Sandro José da Silva (UFES)

Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Consultores/as:

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM)

Eliane Cantarino O'dwyer (UFF)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA)

RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

Comissão de Assuntos Indígenas

A CAI iniciou o ano de 2023 com a expectativa do novo governo e a criação do novo Ministério dos Povos Indígenas, além da ex-deputada Joênia Wapichana a frente da FUNAI, fundação que passou a ser nomeada Fundação Nacional dos Povos Indígenas. No entanto, como era previsto, a emergência na TIYY ganhou visibilidade já em janeiro de 2023. A invasão garimpeira com novos maquinários, uma infra empresarial envolvendo uma gestão de aeronaves, embarcações, estradas, combustíveis, alimentação e toda a infra necessária para o funcionamento ilegal da atividade garimpeira, deixou seu rastro de violência, desnutrição, mortes de crianças e adultos numa convergência avassaladora entre: invasão, destruição ambiental, contaminação dos rios, profusão de malária, violência letal, sexual, e a desestruturação de toda a assistência de proteção territorial e de saúde nos anos anteriores. Os danos sociais e ambientais exigirão anos para a sua reconstrução. A CAI colaborou na organização dos vídeos sobre o tema promovido pela ABA, esta atividade resultou no livro publicado no ano passado. Seguimos acompanhando as ações do governo nesta TI.

Também participamos do Seminário Diversidade, Territórios e Meio Ambiente: 120 dias de reconstrução da democracia, realizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), nos dias 3 e 4 de maio de 2023, este também resultou no livro (https://www.abant.org.br/files/557431_00198561.pdf)

Parte da apresentação do livro indicava as preocupações e expectativa “com vistas a torná-lo efetivamente plural, justo e democrático, particularmente diante do desmonte das instituições do país e da ausência ou ineficácia generalizada das políticas públicas voltadas para a ciência, a educação, a saúde, o meio ambiente, entre outras, verificadas no governo passado” (pagina 08).

No mesmo ano a ABA com a participação da CAI e Comitê de Laudos, participamos de audiências junto ao STF, como amigos da corte, e seguimos de perto o julgamento do Marco temporal e a criação e promulgação da Lei n. 14. 701, de 2023. Se o STF afastou o marco temporal o congresso o institui na forma de lei, e segue valido ate o momento. Retomaremos este ponto.

Ainda em 2023 no ATL, havia a expectativa de 13 terras indígenas serem homologadas, foram homologadas seis. Houve forte pressão para a retirada desta pasta do MPI, e efetivamente, todo o processo de voltou para o MJ. Foi o primeiro corte na estrutura do novo ministério. Um dos lemas do ATL em 2023 foi: Sem demarcação não há democracia.

Entre os pontos positivos com o novo governo o destaque foi o decreto nº 11.509, de 28 de abril, do Conselho Nacional de Política Indigenista, composto por sessenta e quatro membros, composto por 54 membros, vinte e sete do Governo e vinte e sete dos povos e organizações indígenas, e 10 observadores com direito a voz. Assim com o retorno da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, criada pelo DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012, mas desassistida no governo Bolsonaro. Na fala do atual coordenador da APIB, no seminário realizado pela ABA, destacamos a fala de Kleber Karipuna:

“Nesse sentido, é significativa a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), como efeito dos esforços do Movimento Indígena, que atuou fortemente na equipe de transição do governo para que, dentro do Grupo de Trabalho de povos indígenas, da transição, pudesse ser trazido o alerta sobre as principais questões em relação à política indigenista no geral. Não só a política territorial e ambiental, mas também as de saúde, de educação e outras tantas outras relacionadas à questão indígena. Esse esforço foi importante para poder trazer para dentro do governo, a partir da criação do MPI, o debate sobre a política indigenista, desde o ponto de vista dos próprios povos indígenas. É claro que sabemos de toda a dificuldade enfrentada neste novo governo não só em relação à questão 93 orçamentária, mas também à dimensão estrutural dos órgãos. O próprio MPI é um ministério novo, criado recentemente, que está em processo de estruturação, mas já assumindo responsabilidades pautadas pelo próprio Movimento Indígena que devem ser prerrogativas do Ministério. Da mesma forma, a FUNAI está sendo retomada” (Kleber Karipuna, livro da ABA paginas 92 e 93).

Conquistas das Terras Indígenas

Registra-se neste período as homologações e reconhecimento como posse permanente as seguintes Terras Indígenas:

2023: Arara do Rio Amônia (AC), Acapuri de Cima (AM), Rio Gregório (AC), Kariri- Xocó (AL), Uneixi (AM), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE) e Avá-Canoeiro (GO).

2024: Aldeia Velha (BA) e Cacique Fontoura (MT), Tls Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba, e Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina

Além disso o MJSP também fez o ato administrativo de portarias declaratórias, sendo declarados os limites de ocupação tradicional de 11 terras indígenas: Maró, Cobra Grande, Sawré Muybu, no Pará; Apiaká do Pontal e Isolados, em Mato Grosso; e Jaraguá, Peguaoty, Djaiko-aty, Amba Porã, Pindoty - Araça-Mirim, Tapy'i/Rio Branquinho e Guaviraty, todas no estado de São Paulo.

Ataques aos Direitos Indígenas

Ainda em 2023, com a postura do poder legislativo anti-indígena, além dos projetos de lei contra os direitos constitucionais indígenas, que não cessam até o momento, a violência não parou nos territórios e nem os ataques ao trabalho dos antropólogos, particularmente nos Gts de demarcação de terras. E a presença do crime organizado nos territórios indígenas, foi se revelando cada vez mais, não apenas nas áreas fronteiriças do país. Com um modus operante que encontrou apoio nas ações anti-indígenas, esta já conhecida dos povos, o destaque foi a operação Invasão Zero, bem documentada pela imprensa oficial e pelos povos, sem ainda um esclarecimento pelas autoridades competentes. O relatório sobre violência do CIMI, revelou o numero de assassinatos ainda alarmante em 2023. Foram 208 assassinatos no ano, sendo 47 em Roraima, 43 no MTS, 36 no Amazonas. Do total geral de assassinatos, 29 mulheres indígenas.

Eventos realizados

Diante desta conjuntura, a Cai e o Comitê de Laudos organizou e participou dos seguintes eventos:

- 1) Webinar: "Marco Temporal e os direitos indígenas no Brasil", organizado pelo/a Diretoria da ABA (Gestão 2023-2024) da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, realizado no dia 05/06/2023, das 17h às 19h
- 2) Seminário interno, em Brasília, reunindo, além da coordenação da CAI e Laudos, os seguintes especialistas: Carlos Marés, Deborah Duprat, Paulo Guimarães, Janete Porfírio-Funai, MPF Marcia Zolenger e a vice coordenadora da sexta câmara Dra. Adriana, Marcio Santilli, Paulo Santilli, e a presidente da ABA e a ex presidente Manuela Carneiro da Cunha. "Oficina da Associação Brasileira de Antropologia (ABA): "Discussão sobre a Lei do Marco Temporal e a garantia dos direitos territoriais indígenas no Brasil" DATA: 24 e 25 de junho de 2024. LOCAL: Sala de Defesas do ICS/UnB.
- 3) Destas reflexões e do Simpósio especial na 34ª. RBA: SE 24 - Territórios, etnocídio e criminalização indígena
Coordenação:
Edviges Marta Ioris (UFSC) Elaine Moreira (UNB)

Sessão 1 - Encarceramento e adoção indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica

Participante(s):

Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS) Felipe Kamaroski (Governo do Paraná) Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Sessão 2 - Ataque aos direitos territoriais indígenas: Marco temporal, invasão e exploração nas TIs

Participante(s):

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) Fabio Mura (UFPB)

Mauricio Terena (APIB)

Debatedor(a): Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Sessão 3 - Roda de conversa |Etnocídio, Ecocídio e genocídio Participante(s):

Deborah Duprat (oab) Fabio Mura (UFPB)

Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (ANMIGA) Luciano Mariz Maia (MPF)

Paulo Machado Guimarães (Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania - ADJC)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Proposta de Livros

CAI e Laudos se propuseram a organizar 4 livros, que estão em andamento, com destaque para o tema do marco temporal, violência e laudos. As notas produzidas ao longo destes dois anos, registram o clima tenso que ainda enfrentam os povos indígenas na luta por Seus direitos territoriais. A CAI participou ao longo destes dois anos de diversas reuniões e GTs organizados pelo MPI.

Mesas de Conciliação STF

E ainda em dezembro de 2024, a Cai apoiou a organização da participação da ABA na mesa de conciliação do STF, convocada pelo ministro Gilmar Mendes, reconhecemos e agradecemos o esforço da presidenta e da diretoria da ABA, neste momento e ao longo destes dois anos, mobilizando outras associações científicas para as notas mais importantes, assim como na visita da comitiva da sociedade civil em MTS. Importante registrar que a ABA acrescentou outro documento junto ao STF, após a promulgação da lei 14.701, no processo de repercussão geral que conta como relator o ministro Edson Fachin. Este trabalho precisa ser acompanhado de perto e nos colocamos a disposição pra seguir de perto este processo, A APIB se retirou da mesa de conciliação e buscara no próximo ano pressionar o STF para que saia o *acordum* do processo conhecido como do Marco temporal e declare a lei 14.701 como inconstitucional. Ainda em novembro de 2024, a ABA participou, do Fórum sobre Verdade e Justiça para os povos indígenas, que conta na sua coordenação com um membro da CAI e tem sido seguida pelo colega Stephen Baines (relatório anexo). Vários membros da Cai colaboraram com notas e atividades locais, RBA, discussão sobre o ensino de antropologia e deixamos aqui nosso agradecimento a todas e todos. A ABIA, estivemos em um seminário em Brasília representando a presidente, assim como no encontro da INA. Todo este trabalho não seria possível sem a participação de Edviges e Estêvão que

atuaram permanentemente na coordenação da Cai nesta gestão.

O ano de 2024, encerrou com ataques ao povo Ava Guarani, que foram deslocados pela construção de Itaipu, varias pessoas feridas, incluindo uma criança. Por ultimo, o ano de 2024 registrou a agressão a ferro e fogo de uma criança do povo Karajá e a agressão a uma criança do povo Xavante. Os desafios contra o racismo e a violência permanecem. Por ultimo, chamamos a atenção para a emergência climática e seus impactos junto as populações indígenas, seja nos territórios ou em contextos urbanos, profundamente afetadas nos últimos anos pelos crimes ambientais, secas, inundações, com graves consequências na sua vida cotidiana, segurança alimentar, territórios sagrados, e moradia. Esta já é a realidade em muitos locais e territórios.

Notas da CAI, com o Comitê de Laudos e ABA 2023 e 2024

Segue listas das notas da CAI, com o Comitê de Laudos, outros comitês e outras onde colaboramos junto a diretoria da ABA:

Nota de denúncia e de repúdio ao ataque contra a vida na Terra Indígena Nãnde RuMarangatu: um pedido de basta ao estado de violência no Mato Grosso do Sul! (setembro de 2024- ABA, publicada em português, inglês e espanhol)

Português: https://www.abant.org.br/files/20240919_66ec24a6848fa.pdf

Nota da ABA em solidariedade ao Povo Potiguara Katu (do Rio Grande do Norte) e suas lideranças (maio de 2024) https://www.abant.org.br/files/20240515_6644b5487fc80.pdf

NOTA DA CAI/ABA DE REPÚDIO E INDIGNAÇÃO PELO CRUEL ASSASSINATO DO INDÍGENA HARIEL PALIANO – DA T.I. IBIRAMA-LAKLÃÕ – SC (maio de 2024)
https://www.abant.org.br/files/20240506_663900bd6e529.pdf

Nota sobre o adiamento da homologação de terras indígenas pela Presidência da República (abril de 2024) https://www.abant.org.br/files/20240430_66314944a9447.pdf

Nota sobre violação de direitos na Aldeia Laranjeiras do Povo Akroá-Gamella (abril de 2024)
https://www.abant.org.br/files/20240409_661580f5dd28a.pdf

Nota de solidariedade ao Povo Kamakã-Mongoió (março de 2024)
https://www.abant.org.br/files/20240306_65e882b84f8e8.pdf

Nota de denúncia e repúdio à violência cometida contra o Povo Pataxó-Hã-Hã-Hãe no Sul da Bahia (janeiro de 2024)

https://www.abant.org.br/files/20240125_65b26e5987818.pdf

Nota da ABA sobre Desastre Ambiental, Barragem e Violência contra os Laklanõ- Xokleng (outubro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20231010_652597ae093b0.pdf

Nota pública – Comissão Arns, APIB, CIMI, SBPC, ABA, Sobre as teses jurídicas apresentadas no julgamento do Marco Temporal

https://www.abant.org.br/files/20230927_65142686f3fab.pdf

Nota de apoio aos direitos do Povo Kalankó e ao GT da FUNAI que está realizando os trabalhos de identificação e delimitação da Terra Indígena Kalankó (setembro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230926_6512e1526f753.pdf

Apoio ao Povo Xukuru do Ororubá (setembro de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230905_64f732cf295e7.pdf

Nota da CAI contra o Projeto de Lei 2903 Não ao Marco Temporal! (julho de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230706_64a703dd7392d.pdf

ABA em defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida (Associação Brasileira de Antropologia – ABA, seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e sua Comissão de Assuntos Indígenas) (maio de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230529_6474af556c698.pdf

A “tese do marco temporal”: o destino das terras indígenas em julgamento no STF (ABA, SBPC, SBS, ABC, ANPOCS, ABCP) (maio de 2023)

https://www.abant.org.br/files/20230523_646ccb8fa0551.pdf

Nota sobre Evento público realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará, nos dias 27 e 28 de abril de 2023 (maio de 2023) (Associação Brasileira de Antropologia – ABA; seu Comitê Patrimônios e Museus; seu Comitê Quilombos; seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e sua Comissão de Assuntos Indígenas)

https://www.abant.org.br/files/20230505_64555e0099d08.pdf

YANOMAMI: tragédia humanitária anunciada (janeiro de 2023) nota pela ABA assinado por varias organizações científicas com colaboração da CAI)

https://www.abant.org.br/files/20230124_63cfe9d8620d4.pdf

Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA)²

- 1) **Organização.** A CELCA esteve organizada em três núcleos de ação: 1) Produção de livros e comunicação com os autores; 2) Página no site da ABA e divulgação do catálogo; 3) Lançamentos e webinários dos livros. Para cada um desses núcleos, foram designados dois membros. À coordenação coube articular as ações e criar sinergias entre os núcleos.
- 2) **Dinâmica.** A CELCA realizou reuniões periódicas, a cada dois ou três meses, que se dividiam em três momentos: 1) Discussão dos projetos, das demandas e dos processos de implementação das atividades previstas no Plano Bienal em consonância com a política editorial da ABA; 2) Apresentação das atividades de cada núcleo e decisão sobre os encaminhados a executados; 3) Avaliação e deliberação sobre os livros a serem publicados ou em vias de editoração. Todas as Atas dessas reuniões estão disponíveis na página web da ABA.
- 3) **Infraestrutura.** A CELCA contou, nestes dois anos com a infraestrutura da ABA:
a) secretaria; b) suporte digital; c) serviço técnico de biblioteconomia para a elaboração da Ficha Catalográfica dos livros; d) registro do ISBN e do DOI para os livros.
- 4) **Séries.** Foram lançadas, em 2024, três Séries: 1) **Percursos**, que apresenta a contribuição dos precursores da antropologia no Brasil. Em 2024, foi publicado o primeiro volume da Série, sobre *Emílio Willems*; 2) **Trajetórias**, que visa apresentar o estado da arte das áreas de pesquisa da antropologia no Brasil, a partir da trajetória singular de seus principais representantes. Em 2024, foi publicada a coletânea: *Antropologia da Religião no Brasil: trajetórias*; 3) **Controvérsias**, que reúne livros que publicam a contribuição da Antropologia ao debate público e às controvérsias que ganham visibilidade e relevância na sociedade. Ainda em 2024, será lançado o primeiro volume da Série, intitulado: *Laicidade e democracia no Brasil: trajetórias e campos de trabalho em foco*. Há, ainda, a Série **Direitos Humanos** que compõe o acervo de livros da ABA, desde o início da ABA Publicações, com dez volumes publicados, mas que precisa de uma padronização. Em processos de execução, está em curso, a Série **Antropologias do Mundo**, cujo primeiro volume, um clássico da antropologia chinesa, de autoria de Xiaotong Fei, está em processo de tradução. Esta Série está sendo produzida em parceria com a Universidade de Coimbra.
- 5) **Página de livros.** A CELCA, com o suporte da secretaria da ABA, reformulou e atualizou a página de livros, dentro do site da ABA. No entanto, a página não foi finalizada. O seu layout, assim como diversos dispositivos de interação com usuários e usuárias e mecanismos de busca, propostos pela Comissão, não conseguiram ser implementados.
- 6) **Divulgação dos livros.** Dos livros publicados com o Selo ABA, seis foram lançados por meio de webinários na TV ABA e na sua plataforma virtual.

² Outros livros em preparo, ainda não submetidos à CELCA, compõem o conjunto de publicações da gestão.

Os três lançados em 2024 foram:

1. Fluxos religiosos transnacionais (Organizador: Ari Oro), 07/03/2024, <https://www.youtube.com/watch?v=FzRk70hps5w>;
2. Pesquisa e ensino em antropologia audiovisual na América Latina: experiências etnográficas nos tempos híbridos do presencial e do remoto (Organizadoras: Cornelia Eckert, Carmen Rial e Mariano Báez), 21/03/2024; <https://www.youtube.com/watch?v=tQCNCGa4Flo>
3. Processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes: contribuições teóricometodológicas (Leonardo Schiocchet), 15/04/2024 <https://www.youtube.com/watch?v=F0d8NNvfRmM>

Em termos de divulgação, a CELCA fez uma parceria com o Jornal Nexo e divulgou, em três edições do jornal, livros de seu acervo sobre as temáticas: Antropologia e direitos humanos; Raça, racismo e territorialidades negras; Antropologia e políticas públicas; Antropologia e povos indígenas.

- 7) **Participação na RBA.** A CELCA participou na organização dos lançamentos de livros na 34ª RBA por meio da avaliação dos livros elegíveis para serem lançados no evento e da coordenação dos lançamentos dos e-books, por meio de painel eletrônico, e dos livros impressos. Ainda, no decorrer da RBA, a CELCA organizou, em parceria com a Comissão de Periódicos, uma reunião em que se discutiu parâmetros para formulação de uma política conjunta de publicações da ABA. Este debate se desdobrou em um documento conjunto das Comissões de Periódicos e Livros, que deverá ser apresentado à próxima Diretoria com sugestões em vista da reformulação da política de editoração da ABA.
- 8) **Avaliação.** De um modo geral, esses dois últimos anos de atuação da CELCA (2023-2024) consolidaram a estrutura, organização e atuação da Comissão, criada na gestão anterior (2022). Ao cotejar as atividades propostas no Plano de Atividades para o período, observamos que a CELCA não apenas cumpriu o que foi proposto, mas também avançou em muitos pontos, os quais foram incorporados no curso do biênio. Há, no entanto, dois desafios que estiveram presentes desde o início do biênio, cujos resultados ficaram aquém do que se esperava, apesar dos esforços e investimentos que a CELCA fez para superá-los. Trata-se, em primeiro lugar, da revisão dos títulos publicados, da reformulação do layout, da apresentação e do aprimoramento dos sistemas de busca da página de livros no Site da ABA. Neste sentido, a CELCA considera urgente que seja realizado um investimento na produção de uma página que tenha autonomia em relação à estrutura da página da ABA, no modelo das páginas dos periódicos. O segundo ponto diz respeito ao projeto de realização de um Workshop para formação na área da produção, editoração e divulgação do conhecimento por meio de livros e e-books. Foram dados importantes passos neste caminho, que poderão ser retomados e levados adiante no próximo biênio.
- 9) **Livros publicados.** Até o momento em que foi produzido este relatório, a página de livros da ABA registra e disponibiliza em sua plataforma digital 23 livros publicados no período (2023-2024). Há outros livros em processos de finalização, que sairão ainda com data de 2024, devendo aumentar em

mais cinco o número títulos.

LIVROS PUBLICADOS (2023-2024)

1. **Antropologia da Religião no Brasil:** trajetórias. Organização: Carlos Alberto Steil, Ari Pedro Oro. Ano de lançamento: 2024.
2. **120 dias de reconstrução:** democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil. Organização: Andréa Zhouri, Matheus França. Ano de lançamento: 2024.
3. **20th anniversary of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage:** Strategies and experiences from Latin America and the Caribbean. Organização: Luciana Gonçalves de Carvalho, Yoselin Rodríguez. Ano de lançamento: 2024.
4. **70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023).** Organização: Candice Vidal e Souza, Cornelia Eckert. Ano de lançamento: 2024.
5. **Patrimônio cultural, museus e direitos coletivos de minorias.** Organização: Luciana Gonçalves de Carvalho e Renata de Sá Gonçalves. Ano de lançamento: 2024.
6. **Fluxos religiosos transnacionais.** Organização: Ari Pedro Oro. Ano de lançamento: 2024.
7. **Olhares Etnográficos** Organização: Ana Luiza Carvalho da Rocha, Cornelia Eckert, Felipe da Silva Rodrigues, Sonia Maria Piccinini. Ano de lançamento: 2024.
8. **Processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes:** contribuições teóricometodológicas. Autoria: Leonardo Schiocchet. Ano de lançamento: 2024.
9. **Terra arrasada:** desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil. Organização: Felisa Cançado Anaya, Deborah Bronz, Sônia Magalhães. Ano de lançamento: 2024.
10. **Transformações da Laicidade:** Estado, Religião e Sociedade em Relação. Organização: Emerson Giumbelli, Marcelo Camurça. Ano de lançamento: 2024.
11. **Yanomami:** tragédia sem fim. Organização: Alcida Rita Ramos, Karenina Vieira Andrade. Ano de lançamento: 2024.
12. **Emílio Willems (Série Percursos).** Autoria: Felipe Neri Alves Pinto. Ano de lançamento: 2024.
13. **Laicidade e democracia no Brasil:** trajetórias e campos de trabalho em foco. Organização: Christina Vital da Cunha, Mariana Ramos de Moraes e Tatiane dos Santos Duarte. Ano de lançamento: 2024.
14. **Direitos Humanos em Perspectiva Antirracista** Organização: Luciana de Oliveira Dias. Ano de lançamento: 2024.
15. **Descolonizando o Ensino de Antropologia na Graduação.**

Organização: Osmundo Pinho. Ano de lançamento: 2023.

16. Antropologia e Direitos Humanos (Série Direitos Humanos, volume 10). Organização: Lucía Eilbaum, Ana Paula da Silva, Débora Allebrandt, Flavia Medeiros, Helder Ferreira, Juliane Bazzo, Paulo Victor Leite Lopes, Taniele Rui. Ano de lançamento: 2023.

17. Artesãs do conhecimento: depoimentos de pesquisadoras indígenas. Organização: Priscila Faulhaber.

Ano de lançamento: 2023.

18. Coleções, colecionadores e práticas de representação.

Autoria: Edmundo Pereira e Manuel Lima Filho. Ano de lançamento: 2023.

19. Escritas partilhadas: parcerias em produções etnográficas realizadas em contextos africanos. Organização: Andréa Lobo, Sara Morais. Ano de lançamento: 2023.

20. On Air: Anthropology - podcast stories.

Organização: Daniela Tonelli Manica, Milena Peres, Soraya Fleischer. Ano de lançamento: 2023.

21. Pesquisa e ensino em antropologia audiovisual na América Latina: experiências etnográficas nos tempos híbridos do presencial e do remoto.

Organização: Carmen Silvia de Moraes Rial, Cornelia Eckert, Mariano Báez Landa.

Ano de lançamento: 2023.

22. Pesquisando além-mar: Dilemas metodológicos de campos realizados no exterior.

Organização: Carmen Rial, Caroline Soares de Almeida. Ano de lançamento: 2023.

23. Quilombos: direitos e conflitos em tempos de pandemia.

Organização: Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira, Raquel Mombelli.

Ano de lançamento: 2023.

LIVROS EM PROCESSO

1. O Palco e o Mato: O lugar das timbila no projeto de construção da nação em Moçambique.

Autora: Sara Morais.

2. Políticas do sofrimento: abordagens antropológicas de saúde mental em tempos de pandemia.

Organização: Sônia Weidner Maluf, Ana Paula Müller de Andrade e Érica Quinágua Silva.

3. África fora de casa: imagens fora de lugar.

Organização: Antonio Motta Andréa Lobo Wilson Trajano Filho.

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS DA ABA CELCA – 2023-2024

Reunidos virtualmente, no dia 12 de agosto de 2024, integrantes da CELCA: Carlos Alberto Steil (coordenador), Tânia Welter (vice-coordenadora), Marcelo Mello, Martina Ahlert, Edimilson Rodrigues, fizeram uma discussão sobre a atuação da Comissão, no biênio em curso, com a finalidade de subsidiar a nova Direção da ABA na formação da Comissão para o próximo biênio: 2025-2026. Os pontos abordados na reunião serão apresentados, em seguida, na forma de considerações.

- 1) **Sobre o mandato dos membros da Comissão.** Consultados os atuais membros da CELCA sobre suas disponibilidades para comporem a Comissão no biênio 2025-2026, Martina Ahlert e Edimilson Rodrigues manifestaram seus interesses, caso a nova Diretoria considerar oportunas as suas presenças, em vista da continuidade dos trabalhos que a CELCA vem realizando. Os demais membros informaram que não poderão continuar como membros da CELCA no próximo biênio.
- 2) **Sobre a infraestrutura.** A CELCA contou, nos quatro anos de seu funcionamento, com a infraestrutura da ABA: a) secretaria; b) suporte digital; c) a contratação *ad hoc* de uma bibliotecária para a elaboração da Ficha Catalográfica dos livros; d) pagamento das taxas de registro do ISBN e do DOI. Por outro lado, o formulário eletrônico para a submissão dos livros no Portal da ABA não foi finalizado, o que o tornou inoperante. Os membros da CELCA sugerem que seja avaliada a pertinência deste dispositivo e, a partir desta avaliação, que ele seja finalizado ou retirado do sistema.
- 3) **Sobre as Séries.** As Séries são um instrumento e dispositivo importante para a implementação de uma ação propositiva da ABA em relação tanto a sua política editorial. Neste sentido, a ABA destino, no biênio, recurso financeiros para a produção gráfica da Série Percursos e a editoração do primeiro volume.
- 4) **Sobre a política editorial.** O mapeamento das produções da ABA em livros mostra uma representação mínima de autores e autoras indígenas, preto/as, LGBTQIA+, assim como uma predominância de autores e autoras das regiões Sul e Sudeste. Tomando em conta este dado, a CELCA sugere, para o próximo biênio, a reformulação da política editorial da ABA, de modo a implementar mecanismos e dispositivos que visem a superação destas desigualdades. Entre estes mecanismos, estaria o lançamento de Editais de Publicações de Séries e de livros, com recursos da ABA e/ou de projetos específicos, que venham a contribuir para a superação das desigualdades regionais, raciais, étnicas e de gênero que se evidenciam no conjunto das publicações da ABA.
- 5) **Sobre a página de livros.** A CELCA, com o suporte da secretaria da ABA, reformulou e atualizou a página de livros, dentro do site da ABA. No entanto, a página não foi finalizada. O seu layout, assim como diversos dispositivos de interação com usuários e usuárias e mecanismos de busca, propostos pela

Comissão, não conseguiram ser implementados dadas as condições atuais que a Comissão e a ABA possuem. Consideramos urgente que a nova Diretoria faça um investimento na produção de uma página que tenha autonomia em relação à estrutura da página da ABA, no modelo das páginas dos periódicos.

- 6) **Sobre a divulgação dos livros.** A maioria dos livros, publicados com o Selo ABA, tem sido lançada, por meio de webinários na TVABA e na sua plataforma virtual. Contudo, ao lado desse instrumento de divulgação, a CELCA entende que é urgente e indispensável o trabalho de divulgação dos livros publicados entre os associados e as associadas, os programas de pós-graduação, os cursos de graduação, os institutos e grupos de pesquisa e nas redes sociais. Sugerimos que este aspecto do trabalho da CELCA seja assumido com o devido empenho e que possa contar investimentos técnicos e financeiros que permitam que os livros cheguem a um número cada vez maior de pessoas.

Comissão Editorial de Periódicos Científicos da ABA (CEPCA)

1) Atividades realizadas 2023-2024

a) Minicurso ministrado na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (2023)

MC08 - Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia
Coordenação: Mariane da Silva Pisani (UFPI), Renata Albuquerque (USP)

Ministrante(s): Virgínia Squizani Rodrigues (UFSC), Telma Bemerguy (UFRJ/Museu Nacional),
Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Público: cerca de 50 assistentes

O minicurso *“Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia”* contou com a participação de cerca de 50 assistentes e promoveu debates sobre práticas de escrita acadêmica e os desafios editoriais enfrentados na área. A atividade fortaleceu a CEPCA ao disseminar conhecimento estratégico para autores e autoras, ampliando a compreensão sobre os processos editoriais e incentivando a produção acadêmica de qualidade na antropologia, além de consolidar a presença da ABA em eventos científicos relevantes.

b) Minicurso ministrado na 34 Reunião Brasileira de Antropologia (2024)

MC 02: Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia
Coordenação: Mariane da Silva Pisani (UFPI), Vinicius Kauê Ferreira (UERJ) Público: cerca de

20 assistentes

O minicurso *“Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia”* reuniu cerca de 20 participantes em discussões sobre práticas editoriais, estratégias de publicação e o fortalecimento da escrita acadêmica no campo antropológico. A iniciativa consolidou a atuação da CEPCA na capacitação de pesquisadores, contribuindo para a qualificação das publicações e para o fortalecimento do diálogo sobre o campo editorial no âmbito da ABA.

c) Publicação Semestral da Revista Novos Debates

Dois dos Coordenadores da CEPCA, Mariane Pisani e Vinicius Kauê Ferreira, são editores-chefe da revista Novos Debates. No período 2023/2024, foram publicados dois volumes da revista, com dois números cada. Destacamos que o segundo número do ano de 2024 está em fase final de editoração e deve ser publicado até Fevereiro de 2025.

Seu atraso se deve ao trabalho de regularizar o Sistema OJS da Novos Debates, que auxilia na gestão do fluxo editorial. Por quase dois anos a Novos Debates operou com um sistema OJS instável e somente após auxílio e apoio financeiro da Gestão ABA 2023-2024 foi possível contornar os problemas técnicos que oneravam enormemente os trabalhos da revista.

A atividade de Editoria-Chefe na Novos Debates, por parte de dois membros da CEPAC, fortalece a Comissão ao demonstrar sua capacidade de superação de desafios técnicos e administrativos. Da mesma forma, consolidamos a revista *Novos Debates* como um espaço fundamental para o diálogo entre pesquisadores emergentes e já consolidados na antropologia. Além disso, a regularização do sistema OJS reforça a estrutura editorial da ABA, garantindo maior confiabilidade e eficiência nos processos, o que contribui para a valorização das publicações da ABA no cenário acadêmico nacional e internacional.

2) Planejamento das Atividades para 2025-2026

a) Continuidade dos minicursos em RBAs e RAMs

Nos minicursos de 2023 e 2024, formamos estudantes de graduação e pós-graduação aos princípios fundamentais da prática de publicação, desde o que significa publicar, passando pela apresentação do fluxo de periódicos, etiquetas de submissão, resposta a pareceres e escolha do periódico de acordo com o tipo de manuscrito e política de seção dos periódicos.

Os minicursos têm tido boa recepção por parte dos participantes das duas reuniões de antropologia. O primeiro deles, na RAM de Niterói, teve lotação máxima, com cerca de 50 participantes nos dois dias de duração. O segundo teve menor participação em razão da sobreposição de horário com os GTs - muitos interessados nos disseram não ter participado por essa razão.

b) Curso online sobre publicações

Prevemos a realização de um curso online sobre publicações, transformando essa oficina numa formação mais detalhada sobre a prática da publicação. Ele prevê módulos temáticos em torno de temas (o campo editorial, boas práticas em submissão, etc.) e formatos de publicação (artigos de pesquisa, resenhas, ensaios, etc.). O curso ficaria disponível online nas plataformas da ABA. Ele não substituiria os minicursos presenciais, que são espaços privilegiados de troca e compartilhamento de dúvidas.

c) Artigos destaques

Uma ideia lançada, mas que não foi ainda concretizada, trata da criação de uma seção Artigo Destaque

na newsletter da ABA na qual revistas de antropologia poderiam sugerir um artigo a ser promovido. Além de dar visibilidade às melhores publicações das revistas em questão, permitiria a divulgação mais amplas de revistas emergentes de nossa disciplina no país.

d) Diálogos com a Comissão de Livros

Durante a 34a RBA, em Belo Horizonte, realizamos uma nova reunião com membros da Comissão de Livros de modo a alinharmos ações conjuntas. Uma ideia discutida foi uma parceria na realização do supramencionado *Curso online sobre publicações*, que poderia incluir livros monográficos e editados.

Comissão de Direitos Humanos



Foto de parte da Comissão na XIV RAM - 2023

Breve introdução

A defesa dos Direitos Humanos desde a perspectiva da antropologia no Brasil tem se dado a partir de múltiplas definições, conflitos e debates em torno das concepções que engendram o termo. Há mais de 20 anos, a Associação Brasileira de Antropologia, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, tem se dedicado a observar e contribuir em espaços, com pessoas e grupos articulados na luta pela ampliação e garantia de direitos. Nesse aspecto, temos percorrido esferas de reflexão significativas sobre sentidos, alcances, limites e/ou potencialidades dessa própria categoria, "direitos humanos", mas sobretudo da análise e intervenção no CAMPO dos "direitos humanos".

No período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, nossa Comissão vivenciou um novo cenário de organização e atuação. Primeiro, tivemos mudanças na composição da Comissão, especialmente nas posições de coordenação e vice-coordenação. Essa mudança implicou um aprendizado institucional por entre os caminhos da ABA, acompanhado de perto pela coordenação anterior.

Referente ao cenário político mais amplo, tratou-se de um período já marcado pelo governo Lula e, nesse aspecto, consideramos um cenário que coloca a questão dos Direitos Humanos em um novo lugar. Se nas gestões passadas enfrentamos a pandemia de Covid-19 e o obscurantismo do governo Bolsonaro, aqui pudemos trabalhar no sentido de não apenas reagir às violações de direitos, mas, sem perder a perspectiva crítica, atuar orientados na perspectiva de pensar ações mais estratégicas, a partir de nossas diversas áreas de atuação e pesquisa.

Ressaltamos que tivemos uma intensa preocupação de compor uma Comissão diversa nacionalmente, composta de representantes das 5 regiões do país, e também diversa em termos de gênero, raça e etnia, exatamente por considerar uma abordagem mais completa das problemáticas e situações tratadas, bem como das formas de trabalho e de fazer antropologia no país. Mantemos ativo um grupo de whatsapp, onde discutimos todos os temas trazidos e organizamos nossas atividades.

O trabalho da CDH no período enfatizou e privilegiou a parceria e diálogo com outras Comissões e Comitês da ABA, a fim de fortalecer e complementar a visão institucional e os posicionamentos públicos diante dos temas abordados. Destacamos em especial, a troca com os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; de Antropólogas/os Negras/os; de Gênero e Sexualidade; e de Religião e Laicidade. Essa parceria está refletida na produção de notas conjuntas e não apenas isoladas. Também participamos do projeto ABA/FORD, especialmente contribuindo com o EIXO 2- violência estatal e paraestatal, com a indicação de Juliana Farias para integrar a frente sobre mobilizações de mães e familiares contra a violência Estatal.

Ressaltamos nesse biênio a realização do XI Prêmio Direitos Humanos e seu retorno à premiação presencial, na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, atividade que foi extremamente gratificante. Agradecemos a parceria com a Comissão Editorial de Livros Científicos da ABA (CELCA) e o apoio da Secretaria da ABA, sempre que solicitado, para a produção do livro resultante do prêmio, que está em curso. Gostaríamos ainda de ressaltar que nesse ano tivemos a feliz surpresa de avaliar em nossa premiação um artigo dedicado ao estudo da Comissão de Direitos Humanos, tendo ouvido seus antigos coordenadores e avaliado nossas produções, o que reforça a longa e importante história dessa Comissão na consolidação de uma antropologia implicada no país.

Como praticantes da antropologia, sabemos que os direitos humanos – sua definição e alcance – estão no centro de inúmeros embates políticos e que, em muitos contextos, acabam sendo veículos para discursos e intervenções etnocêntricas, não raras vezes violentas. Por outro lado, sabemos, também, que a universalização do conceito de Direitos Humanos tornou-se instrumento relevante para a produção de um espaço público democrático, indispensável ao exercício adequado de nossa prática profissional, num cenário marcado pelo desprezo aos direitos. Enfrentando a complexidade que é tratar de Direitos Humanos nos dias que correm, o nosso intuito é manter ativa esta Comissão, disputando simbólica e praticamente a luta pela ampliação dos direitos.

Por fim, nesse relatório, elencamos as atividades desenvolvidas no biênio.

XI PRÊMIO ABA E DIREITOS HUMANOS

- Organização do XI Prêmio ABA e Direitos Humanos, cujo resultado pode ser conferido aqui: <https://portal.abant.org.br/premio-antropologia-e-direitos-humanos/>. A coletânea, derivada desta premiação, está no prelo e será publicada pela Editora Telha;
- Produção do webinar XI Prêmio ABA e Direitos Humanos, conversa com os premiados.

NOTAS E MANIFESTAÇÕES

- Nota pública por memória e justiça pela chacina de Curió, em Fortaleza – CE, nota assinada conjuntamente pela CDH e pelo Comitê de Antropólogos Negros/as, disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-publica-por-memoria-e-justica-pela-chacina-de-curio-em-fortaleza-ce/>
- Nota sobre a violência sexual e o assassinato da estudante Janaina da Silva Bezerra na UFPI, nota assinada pela CDH e pelo Comitê de Gênero e Sexualidade, disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-conjunta-sobre-a-violencia-sexual-e-o-assassinato-da-estudante-janaina-da-silva-bezerra-na-ufpi/>
- Nota contra o avanço bélico de Israel sobre o Líbano e em apoio à sociedade Libanesa, nota assinada em conjunto pela CDH e o Comitê de Relações Internacionais, disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-contr-o-avanco-belico-de-israel-sobre-o-libano-e-em-apoio-a-sociedade-libanesa/>
- Nota pelo livre exercício da pesquisa acadêmica científica e contra critérios arbitrários da Fapesp, nota assinada em conjunto pela CDH e o Comitê de Gênero e Sexualidade, disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-pelo-livre-exercicio-da-pesquisa-academico-cientifica-e-contr-criterios-arbitrarios-da-fapesp/>
- Nota pela valorização da vida das mulheres e reconhecimento do feminicídio como crime hediondo, disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-pela-valorizacao-da-vida-das-mulheres-e-reconhecimento-do-feminicidio-como-crime-hediondo/>
- Manifestação de apoio aos indígenas e quilombolas pela revogação da Lei Estadual 10.820/2024, disponível em: https://www.abant.org.br/files/20250131_679d849d67bb2.pdf
- Colaboração com a Manifestação da ABA sobre decisão judicial a propósito do livro “Religião e Conflito”, disponível em: <https://portal.abant.org.br/manifestacao-da-aba-sobre-decisao-judicial-a-proposito-do-livro-religiao-e-conflito/>

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- Seminário “120 Dias de Reconstrução”, organizado pela ABA (Gestão 2023-2024). Dias 3 e 4 de maio de 2023. Disponível em: <https://youtu.be/StTj8fkiZnM?feature=shared>
- Reunião Especial, XIV RAM, RE08 - Comissão de direitos humanos da ABA, dia 03/08/2023, destacada

na programação: https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1349

- Pré-evento 34 RBA: Colóquio Formas do conflito armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas. Organização Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal & Comissão de Direitos Humanos da ABA
https://www.34rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=893
- Simpósio Especial 06, 34 RBA - Antropologia, Direitos Humanos e Ciências Forenses. Coordenação: Flávia Medeiros (UFSC). Programação e resumo disponível em:
https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=436
- Simpósio Especial 11, 34 RBA - Disputas fundiárias em contexto de instabilidade. Coordenação: Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR). Programação e resumo disponíveis em:
https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=412
- Simpósio Especial 12, 34 RBA: Etnografias das práticas de conhecimento no Sistema Único da Assistência Social. Coordenação: Flavia Mello (UFAM) e Diogenes Cariaga (UEMS). Programação e resumo disponível em: https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=481
- Oficina 04, 34 RBA: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Antropologia Coordenação: Lucia Eilbaum (UFF) Deborah Bronz (UFF). https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=498

Outras publicações:

- Capítulo de livro: Medeiros, Flavia. A Comissão de Direitos Humanos da ABA e a Luta por Direitos Humanos no Brasil. In.: 120 dias de reconstrução: democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil. In.: Zhouri, Andrea; França, Matheus (orgs.), 120 dias de reconstrução: democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil. https://www.abant.org.br/files/557431_00198561.pdf
- Organização de coletânea: Medeiros, Flavia; Dias Luciana. Direitos humanos em perspectiva antirracista. https://www.abant.org.br/files/876451_00147081.pdf

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

As atividades da Comissão basearam-se inicialmente no Plano de Trabalho apresentado à ABA em abril de 2023, ajustado ao longo do período para atender a demandas da Diretoria e de associados. Durante o biênio, o foco esteve em assuntos relativos à formação em antropologia e à profissionalização na área.

As mudanças ocorridas nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras nas últimas duas décadas têm impactado diretamente o diálogo sobre ensino e aprendizagem em Antropologia. Por um lado, observa-se o aumento do número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia, cursos de Ciências Sociais e graduações específicas em Antropologia, impulsionados pela relativa expansão do ensino superior a partir dos anos 2000. Por outro lado, destacam-se os efeitos das ações afirmativas no acesso ao ensino superior, beneficiando alunos oriundos de escolas públicas, predominantemente das classes populares, negros e indígenas. Atualmente, mais da metade dos universitários brasileiros são negros, conforme dados oficiais, embora persistam desigualdades estruturais. Esse cenário tem ampliado as demandas por uma educação antirracista, pela atualização do cânone antropológico, pela pluralidade epistemológica e por maior representatividade social, demandas diretamente ligadas às transformações nas IES.

Nesse contexto, merecem destaque os seguintes temas e atividades realizadas pela CEC&T:

1) Educação escolar indígena

A Comissão colaborou em discussões e atividades diversas, relacionadas à educação indígena, com a liderança da profa. Ana Maria Gomes. As principais ações foram: a) consultas sobre a criação da universidade indígena. Em particular, a elaboração de orientações metodológicas para a consulta proposta pelo Ministério da Educação (MEC), a participação em seminários organizados em Campo Grande, Porto Velho, Chapecó, São Paulo e Belo Horizonte, assim como a contribuição da profa. Ana Maria no relatório regional Sudeste/Sul como membro da equipe de relatoria. b) Representação em comissões e grupos de trabalho por meio da indicação da profa. Ana Maria como representante suplente da ABA na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), instituída pela Portaria nº 995, de 23 de maio de 2023. Igualmente, a participação no Grupo de Trabalho Universidade Indígena, criado pela Secadi/MEC, para discussão e aprovação do documento final da consulta. Enfim, a atuação no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) por meio de atividades e debates promovidos pelo Fórum, assim como a organização de ações relacionadas ao tema na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (34ª RBA).

Essas iniciativas reforçam o compromisso da CEC&T com a valorização da educação indígena e a promoção de maior diversidade e inclusão no ensino superior brasileiro.

2) A escola como arena, instrumento e alvo de disputas públicas

Com a participação do prof. Eduardo Dullo, foi proposto um evento acadêmico de alcance nacional, originalmente submetido ao Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP, Edital Nº 11/2023) da Capes, onde foi aprovado por mérito acadêmico, mas não recebeu financiamento. A CEC&T então organizou o Simpósio Especial “A escola como arena, instrumento e alvo de disputas públicas” durante a 34ª RBA, sob a coordenação do prof. Guillermo Vega Sanabria. O Simpósio foi composto por três sessões:

Sessão 1 - Etnografia de/nas escolas, educação e democracia. Participantes: Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC), Bóris Maia e Silva (UFRJ) e Emilene Leite de Sousa (UFMA); debatedora: Mylene Mizrahi (PUC-RIO).

Sessão 2 - Ensinando “temas sensíveis” na escola. Participantes: Anna Paula Vencato (UFMG), Livia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO) e Maria Filomena Gregori (UNICAMP); debatedor: Paulo Victor Leite Lopes (UFRN).

Sessão 3 - Da sociabilidade e das formas de violência nas escolas. Participantes: Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG), Nathalie Le Boulter Pavelic (Paris 8) e Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ); debatedor: Diogenes Egidio Cariaga (UEMS).

O Simpósio teve como objetivo analisar as disputas públicas que envolvem as escolas como arena, instrumento e alvo. Algumas dessas disputas são antigas no Brasil, como as relacionadas ao ensino religioso, cívico e moral ou as permanentes tentativas de reforma educacional – vide o “Novo Ensino Médio”. Outras são recentes, como os enfrentamentos em torno da “ideologia de gênero”, da “escola sem partido”, do homeschooling, da militarização das escolas ou da resposta e explicações aos ataques armados em escolas pelo país afora.

Nosso pressuposto é que no cerne dessas disputas estão os direitos conquistados por grupos historicamente marginalizados; primeiro as mulheres e o movimento feminista, no raiar do século XX e, depois, as pessoas LGBTQ+, negros, povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e crianças, imigrantes, etc. Tais avanços concretizam-se no âmbito escolar nas modalidades especializadas da educação, no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena e nas ações afirmativas, por exemplo. Contudo, existe ao mesmo tempo um movimento de agendas ultraconservadoras, mais visível entre os adultos, mas também presente entre os mais jovens, nas escolas, na forma de posturas antifeministas, racistas, xenófobas, LGBTQfóbicas e que banalizam ou exaltam abertamente a desigualdade e a violência. O Simpósio focou nos paradoxos do discurso da diversidade neste contexto e nos desafios etnográficos e analíticos colocados pela experiência daqueles que vivenciam estes fenômenos.

3) Egressos das ciências sociais e/ou da antropologia em concursos públicos.

A CEC&T colaborou na formulação de manifestações da ABA sobre concursos públicos que excluía ou restringiam a participação de graduados em Antropologia e/ou Ciências Sociais. Essas manifestações consolidaram uma compreensão e posicionamento institucional sobre o tema. A seguir, sintetizamos os argumentos centrais:

a) Ofício nº 002/2024/ABA de 26 de janeiro de 2024,

Encaminhado ao Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ABA, juntamente com o Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia, solicitou a retificação do Edital 05/2024, referente ao concurso público nacional unificado, para corrigir as exigências de formação nas especialidades Antropologia (B5-02 na FUNAI e B5-04 no INCRA).

O edital desconsiderava a graduação em Antropologia como critério de habilitação ao cargo, priorizando diplomas em Ciências Sociais ou outras graduações acompanhadas de pós-graduação em Antropologia. Tal exclusão foi considerada um grave erro, especialmente considerando que a especialidade requerida era, precisamente, Antropologia.

Entre os argumentos apresentados pela ABA para a retificação do edital, apontaram-se:

- Reconhecimento da graduação em Antropologia: cursos de graduação em Antropologia, como os da UFF, UFMG, UFOPA, UFSC e UNIVASF, têm obtido notas de excelência em avaliações externas do INEP, demonstrando qualidade e rigor acadêmico.
- Competência e qualidade da formação dos egressos: esses cursos possuem estrutura curricular sólida, com foco em pesquisa e atuação profissional, e abordam temas diretamente relacionados às atribuições da FUNAI e do INCRA, como etnologia indígena, políticas indigenistas, antropologia ambiental, desenvolvimento agrário e elaboração de laudos antropológicos.
- Conformidade com Diretrizes e Leis Nacionais: as matrizes curriculares desses cursos estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da área e legislações específicas, como as relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

Portanto, a ABA, o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Antropologia e a CEC&T sugeriram a seguinte redação para o edital, ampliando as formações aceitas, sem prejuízo aos graduados em Ciências Sociais:

Certificado de conclusão de curso ou diploma de bacharelado em Antropologia, devidamente registrado, em curso reconhecido e credenciado pelo Ministério da Educação; ou qualquer outro curso de graduação de nível superior com pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia, em curso reconhecido e/ou avaliado

pela CAPES.

Essa proposta reforçava a inclusão de graduados em Antropologia, alinhando o edital às demandas por equidade e ao reconhecimento das competências específicas da área.

b) Comunicação ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em setembro de 2024

A ABA manifestou-se sobre o edital do concurso público para Técnico de Nível Superior em Antropologia no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, destacando a falta de compreensão das especificidades da formação de antropólogos no Brasil. Neste caso, para ressaltar o fato de que graduandos em Ciências Sociais estão habilitados a atuarem como antropólogos e aptos a assumirem os cargos objeto do referido concurso. Entre as justificativas apresentadas apontou-se:

- Reconhecimento da formação em Ciências Sociais: os cursos de Ciências Sociais, reconhecidos pelo MEC, habilitam seus egressos em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES nº 492/2001, nº 1.363/2001 e Resolução CNE/CES nº 17/2002). As matrizes curriculares incluem disciplinas, pesquisa e práticas profissionais em Antropologia, atendendo a legislações como a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares para Educação Ambiental e Direitos Humanos.
- Histórico e distribuição de cursos de Graduação em Antropologia: os cursos de Ciências Sociais têm maior tradição no Brasil, enquanto os de Antropologia foram criados entre 2006 e 2016, totalizando atualmente apenas 12 cursos, todos em universidades públicas. No Centro-Oeste, não há cursos de graduação em Antropologia, sendo os antropólogos da região tradicionalmente formados em Ciências Sociais.
- Reconhecimento institucional: O Estatuto da ABA reconhece explicitamente o Curso de Ciências Sociais na formação do antropólogo, ao definir a categoria de sócio graduado: “A categoria graduada é reservada às pessoas com título de Bacharel em Antropologia, graduação em Ciências Sociais com ênfase, habilitação ou concentração em Antropologia, em cursos presenciais devidamente credenciados pelo MEC, desde que tenha sido orientado ou orientada por antropólogo ou antropóloga associado ou associada na categoria efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)”.

Dessa forma, a ABA reforçou a legitimidade da formação em Ciências Sociais como critério válido para habilitação ao cargo, promovendo a inclusão e valorização de egressos desses cursos no edital do concurso.

4) Os cursos de Antropologia na Educação a Distância (EaD).

A CEC&T realizou um balanço inédito sobre os cursos de Antropologia ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Brasil. A iniciativa, solicitada pela Diretoria da ABA, foi motivada por

informações circulantes na Internet sobre o envolvimento de organizações religiosas e missionárias nessa oferta. O estudo abrangeu os seguintes aspectos:

i) a criação desses cursos, em meio à relativa expansão do sistema universitário nas últimas duas décadas, conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2024); ii) as informações oficiais sobre esses cursos, disponíveis em canais e bases de dados do Ministério da Educação (MEC); iii) o quadro legal do ensino superior no Brasil e a regulação da EaD; iv) uma série de temas emergentes para uma agenda de trabalho da ABA nessa área.

O período analisado no trabalho, de 2008 até 2023, reflete parcialmente os efeitos da relativa expansão do ensino superior no Brasil, a partir dos anos 2000, e contempla o aumento dos cursos de Antropologia em diferentes níveis. Porém, se até então o interesse da ABA se concentrou nos cursos presenciais de pós-graduação *stricto sensu*, a novidade aqui é a disponibilização, pela primeira vez, de informações sobre cursos *lato sensu* de Antropologia na EaD. Nesse contexto, o relatório final aponta o crescimento da oferta de cursos de antropologia na EaD, especialmente em nível de especialização (pós-graduação *lato sensu*), além de registrar a existência de ao menos um curso de bacharelado online na área. Por isso, é importante aprofundar no conhecimento de como surge e se organiza essa oferta, haja vista novas situações na história da disciplina no Brasil, como o fato de que praticamente todas as instituições que oferecem especializações online em Antropologia pertencem à iniciativa privada, quase sempre ligadas a grandes corporações educacionais com fins lucrativos. Com efeito, no panorama da EaD no Brasil, destaca-se a presença dominante dessas grandes corporações, conhecidas como edtechs

Os resultados preliminares deste trabalho foram debatidos no webinar “Antropologia online: A expansão dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil”, realizado em 05 de novembro de 2024 (disponível no canal TV ABA no YouTube). O webinar contou com a apresentação dos professores Guillermo Vega Sanabria (CEC&T/UFBA) e Lucas Maroto Moreira (UFBA), os comentários de Antônio Carlos de Souza Lima (UFRJ), Mariana Balen Fernandes (Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/UFRB) e Miriam Pillar Grossi (UFSC), assim como com a mediação de Deborah Bronz (Diretoria da ABA/UFF). O relatório correspondente, sob o mesmo título, será disponibilizado em breve no portal da ABA e por outros meios.

Mesmo não sendo da alçada direta da CEC&T, foram desenvolvidas outras atividades sob a responsabilidade direta e a ativa participação de seus integrantes, a saber:

5) Grupo de trabalho Ensinar e aprender Antropologia na 34ª. RBA

A expansão que a Antropologia alcançou no Brasil nas últimas duas décadas é notável, tanto pelo

incremento do número de cursos de pós-graduação e graduação quanto pela sua inserção em outros níveis educacionais e contextos profissionais. Ademais, uma vez que a própria expansão do ensino superior tem se baseado no subsídio à oferta de novas vagas na rede privada e na EaD, assistimos também ao surgimento de outras modalidades de formação, nem sempre claramente identificadas. Esse quadro exige uma reflexão mais atenta às transformações do ensino e do aprendizado da antropologia no país. A reflexão passa pela análise do processo formativo, em termos pedagógicos e didáticos. Porém, também remete à epistemologia, a ética e a relação entre teoria, métodos e história da Antropologia.

Este Grupo de Trabalho visou compreender os rumos da Antropologia como ciência e como prática profissional na atualidade. Os trabalhos reunidos, de modo geral, analisaram a formação em Antropologia e os desafios postos para sua realização. Também aprofundaram nos fundamentos históricos, epistemológicos, teóricos e pedagógicos do ensino e da aprendizagem da disciplina, que redundam no aperfeiçoamento da formação, não apenas de antropólogos e cientistas sociais, mas também de outros profissionais que, potencialmente, se beneficiam do conhecimento antropológico. Igual atenção mereceu o ensino e a aprendizagem de Antropologia na educação básica e em outros contextos, inclusive não escolares.

6) Prêmio ABA de ensino de Antropologia 2024

O prêmio retoma a iniciativa que surgiu durante a gestão da profa. Miriam Grossi e o do prof. Peter Fry, presidenta e vice-presidente da ABA de 2004 a 2006. Nesse período, foi criada a antiga Comissão de Ensino de Antropologia da ABA e, sob a coordenação da profa. Yovvne Maggie, também foi criado o “Prêmio ABA/Ford para inovação no ensino de Antropologia”. Embora de vida curta, esse prêmio serviu de inspiração para que, em 2020, fosse lançado o Prêmio ABA de ensino de Antropologia. Em 2024, o Prêmio chegou a sua terceira edição consecutiva, com suas duas categorias: uma para o melhor trabalho ou experiência documentada; e outra que destaca a excelência no trabalho docente na área. O Prêmio é uma resposta institucional às condições adversas às que vêm sendo submetidas as IES do país e, em particular, aos ataques oficiais contra as Ciências Sociais e Humanas. Ao mesmo tempo, o Prêmio reconhece os esforços realizados no sentido de repensar o cânone e as práticas pedagógicas na antropologia, em diferentes níveis e instituições educacionais. Não somente no Ensino Superior e nos em cursos de pós-graduação.

A Comissão Julgadora foi presidida pela profa. Suzana Cavalheiro de Jesus, da Unipampa e membro da CEC&T, junto às profas. Lívia Froes, do Instituto Federal Baiano, e Mylene Mizrahi, da PUC/RJ. A Comissão premiou na categoria “Melhor trabalho de ensino de antropologia do Brasil” a submissão intitulada “Trabalho de campo no coração da graduação: relato de uma experiência de ensino na formação de jovens antropólogas/os na Amazônia”, da profa. Michele Escoura Bueno, da Universidade Federal do Pará. Na edição de 2024, não foram submetidas indicações na categoria Excelência no Ensino de Antropologia.

7) Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia.

O objetivo do Fórum é partilhar experiências e os desafios da formação em Antropologia neste nível. Se até o início dos anos 2000, a formação em antropologia no Brasil restringia-se à pós-graduação, agora existe um apelo urgente para ampliar nosso trabalho e apoiar os esforços envidados nesse sentido. Como foi apontado na moção de criação do Fórum, na 32ª. RBA, em 2020, observamos que os cursos estão enraizados nas realidades locais dos vários *campi*, alguns abertos por iniciativas de interiorização do Ensino Superior, com presença numerosa de estudantes indígenas, quilombolas e negros, o que demonstra a vitalidade e importância destes cursos para contribuir para o entendimento e superação de problemas locais e contemporâneos.

Infelizmente, o cenário de desmonte das universidades públicas e de desvalorização da pesquisa e do pensamento científico, ameaça a continuidade dos cursos, amiúde considerados “pouco produtivos” em suas universidades pelo baixo número de matrículas e formandos. A constituição do Fórum visa criar um espaço de interlocução entre coordenadores dos cursos, para pensar estratégias de valorização e visibilização da graduação em antropologia, de inserção dos egressos no campo profissional, de mobilidade estudantil entre as instituições, de revisão de propostas curriculares, de dupla titulação e de cooperação internacional.

O Fórum reúne, neste momento, 12 cursos de universidades públicas no Brasil, criados entre 2004 e 2014, a saber: Universidade Federal do Amazonas – Campus Benjamin Constant, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Universidade Federal da Paraíba – Campus Rio Tinto, Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Redenção, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Foz de Iguaçu, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal do Sul da Bahia – Porto Seguro e Universidade Federal do Vale do São Francisco – São Raimundo Nonato.

Em 26 de julho de 2024, durante a 34ª. RBA, o Fórum teve uma reunião de trabalho da qual participaram os profs. Guillermo Vega Sanabria (Coordenador da CEC&T), Waldemir Rosa (Unila), Sabrina Finamori (UFMG), Florêncio Vaz (Ufopa), Alexandra Eliza Vieira Alencar (sub-coordenadora, UFSC), Rodrigo Oliveira Braga Reis (vice-coordenador, UFAM) e Fernando José Ciello (UFRR). A reunião teve como principal ponto de pauta apresentar sumariamente a situação dos cursos de graduação em antropologia um balanço da situação atual dos cursos de graduação em antropologia (ver anexo³).

³ O anexo pode ser acessado em: <https://portal.abant.org.br/relatorio-de-atividades-da-comissao-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-gestao-2023-2024/>

Comissão Laicidade e Democracia

O relatório que será apresentado abaixo aponta as atividades realizadas nos anos 2023 e 2024 fruto das decisões colegiadas da Comissão e do planejamento da mesma.

1. Contribuição à Diretoria da ABA (elaboração de Notas de Repúdio, participação em Grupos de trabalho e análise de casos e formulação de pareceres)

Agosto de 2023 - Elaboração de um parecer em resposta ao Ofício 051/2023/ABA sobre decisão judicial a propósito do livro “Religião e Conflito”.

Setembro de 2023 - Adesão da CLD à Comissão especial *Antropologia online. Um balanço dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil*, sob a coordenação de Guillermo Sanabria (UFBA). Levantamento de dados sobre cursos de Antropologia relacionados com entidades religiosas e missionários. Discussão dos dados apresentados na comissão. Participação de Clayton Guerreiro, Ronaldo de Almeida e Leonardo Almeida.

Junho de 2024 - Nota de repúdio ao PL 1904/2024. Elaboração conjunta da CLD, do Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal e do Comitê Gênero e Sexualidade . Nota publicada em 20/06/2024. Participantes: Jacqueline Moraes Teixeira, Naara Luna e Tatiane dos Santos Duarte.

Julho de 2024 - Participação na elaboração de um parecer sobre um ensaio fotográfico selecionado no 34º Prêmio Pierre Verger – Edição 2024 para Filmes, Fotografias e Desenhos Etnográficos, - Participação de Tatiane dos Santos Duarte, Emerson Giumbelli, Leonardo Almeida, Mariana Ramos, Hippolyte Brice Sogbossi e Taissa Tavernard de Luca.

2. Atividades organizadas pela CLD (Eventos, Webnários, Gts, Mesas redondas, SE, etc)

2023

Setembro de 2023 - Organização do Webinário “Religião, Ciência e Democracia”, na TV ABA.

Resumo: O espaço público brasileiro tem sido campo de contendas entre grupos com agendas e interesses diversificados e, muitas vezes conflitantes, que nos interrogam quais seriam os papéis das religiões nas sociedades democráticas e secularizadas. Os engajamentos dos sujeitos religiosos na agenda pública do Estado têm mobilizado as ciências sociais da religião a analisar suas formas de participação na política, as modalidades de laicidade acionadas para defender suas agendas políticas e os direitos que pleiteiam e os possíveis riscos desses engajamentos para uma democracia

ontologicamente ruída. Especialmente por que esses sujeitos religiosos têm mobilizado não apenas princípios religiosos, mas também jurídicos e científicos para legitimar suas posições conservadoras no legislativo e no judiciário pelos direitos do nascituro, contra o direito legal ao aborto e ao casamento igualitário duelando contra as demais defesas pautadas pela pluralidade social, religiosa e política. Assim, a religião é acionada como verdade absoluta a ser regulada pelas ações do estado sendo traduzida também em termos não religiosos quando se coloca um falseamento da própria ciência em prol da defesa de projetos anti-democráticos. Nesse sentido, esta atividade visa debater as relações entre ciência e democracia brasileira a partir de controvérsias públicas sobre temas candentes tais como racismo religioso e institucional, as incorporações de espiritualidades no rol da assistência à saúde, as desmoralizações das ciências, sobretudo as humanas e sociais, e as deturpações das teorias de gênero refletindo quais seriam os lugares da ciência na democracia e para o seu fortalecimento segundo o paradigma da diversidade social, religiosa e cultural.

Coordenação: Tatiane dos Santos Duarte (Coordenadora da Comissão de Laicidade e Democracia da ABA/ UnB) Mediação: Mariana Ramos de Moraes (MN/UFRJ e Comissão de Laicidade e Democracia da ABA) Participantes: Ana Paula Miranda (UFF), Rodrigo Toniol (UFRJ) e Naara Luna (UFRRJ)

Julho de 2014 - Organização do SE 15 - “Laicidade e Democracia em Perspectiva”, na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte/MG. Coordenação de Tatiane dos Santos Duarte e Mariana Ramos de Moraes, ambas também debatedoras e mediadoras das sessões.

Resumo: Este Simpósio integra e dá sequência à agenda de atividades da Comissão de Laicidade e Democracia/CLD da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no âmbito das Reuniões Brasileiras de Antropologia/RBA, realizadas em 2020 e em 2022. Reconhecendo a centralidade de modalidades específicas de engajamento político de sujeitos religiosos na arena pública, temos debatido sobre como eles têm construído um lugar de reconhecimento público e como nesses debates se destacam a maneira como a noção de conservadorismo cristão é utilizada e difundida em diversos espaços, bem como os usos de expressões discursivas de intolerância e de racismo religioso na defesa por direitos de uma maioria religiosa brasileira. Na 34ª RBA, convidamos pesquisadores e integrantes da sociedade civil para uma discussão conjunta sobre as formas da atuação pública da religião, considerando as eleições majoritárias de 2024 e como os conservadorismos religiosos têm se articulado em torno de uma agenda moral contra os direitos das mulheres, LGBTs e demais minorias religiosas, sociais e étnicas ganhando importância eleitoral e maior presença na agenda política e na do Estado. Assim, o Simpósio visa contribuir para a reflexão de temas estruturantes da sociedade brasileira ressaltando a validade dos aportes antropológicos para uma análise densa sobre os cenários contemporâneos bem como sua contribuição para uma formação social plural, ética e democrática.

Programação:

Sessão 1 - O que a antropologia tem a dizer sobre as ações de Intolerâncias e Racismos

Religiosos no território nacional?

Participantes:

Leonardo Oliveira de Almeida (CEBRAP)) Patricio Carneiro Araújo (UNILAB)

Taissa Tavernard de Luca (UEPA) Debatedora: Tatiane dos Santos Duarte (UNB)

Sessão 2 - A vocação antropológica em prol das diversidades: desafios apresentados pelo cenário político.

Participantes:

Marcelo Tavares Natividade (NEPP-DH-UFRJ) Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ) Debatedora: Lia Zanotta Machado (UnB)

Sessão 3 - Roda de Conversa: O papel da sociedade civil no enfrentamento aos conservadorismos religiosos.

Participantes:

Célia Gonçalves Souza (FE)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

José Antonio Miranda Sepulveda (UFF) Mauro Luiz da Silva (PUC MINAS)

Debatedora: Mariana Ramos de Moraes (UFRJ)

3. Participação dos membros da CLD em eventos científicos (Gts, Mesas redondas, SE, etc)

Fátima Regina Gomes Tavares - Expositora no SE 15 “Laicidade e Democracia em Perspectiva”, na RBA 2024, com o trabalho “Sociedade civil no enfrentamento aos conservadorismos religiosos em Salvador.”

Leonardo Almeida - Expositor na “Sessão 1 - O que a antropologia tem a dizer sobre as ações de Intolerâncias e Racismos Religiosos no território nacional?”, do Simpósio Especial Laicidade e Democracia em Perspectiva, na Reunião Brasileira de Antropologia, 2024

Naara Luna - Expositora no SE 15 - Laicidade e Democracia em Perspectiva da 34ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia. Título: Pauta de costumes e conservadorismo: identidade religiosa e disputa de moralidades no debate legislativo de Bolsonaro a Lula. 2024. Data: 25/07/2024.

Mariana Ramos - Expositora no Seminário Religiões, política e ciências na encruzilhada, promovido pelo Instituto de Estudos Transdisciplinares (IEAT), da Universidade Federal de Minas Gerais, com a apresentação “Na encruza: movimentos afrorreligiosos no espaço público”. Data: 13 de setembro de 2024.

Mariana Ramos - Expositora no V Seminário Raça e Política, promovido pelo Iesp/UERJ e UFF, em Niterói (RJ), com a apresentação “Quem tem ori, não baixa a cabeça”: persistências políticas afrorreligiosas. Data: 1º de outubro de 2024.

4. Publicações organizadas e artigos publicados dos membros da CLD

4.1 Obras coletivas

No prelo - Organização da coletânea **“Laicidade e democracia no Brasil: trajetórias e campos de trabalho em foco”**, fruto do trabalho da CLD que terá o selo da ABA e que será publicado pela Editora Periferia. O livro abre a Série Controvérsias da Comissão Editorial de Livros Científicos/CELCA da Associação Brasileira de Antropologia e tem previsão de lançamento para o início de 2025. Organização de Christina Vital da Cunha, Mariana Ramos de Moraes, Tatiane dos Santos Duarte.

Sumário da obra:

Apresentação Christina Vital da Cunha | Mariana Ramos de Moraes | Tatiane dos Santos Duarte

Liberdade Religiosa

Visões de laicidade e engajamentos políticos de evangélicos no Brasil: coletivos e candidaturas à esquerda (2018-2022) - Christina Vital da Cunha | Zózimo Trabuço

Laicidade: ainda um enquadramento possível? - Raphael Neves

A urgência do debate sobre liberdade religiosa - Romi Márcia Bencke

Intolerância Religiosa

Sentidos da laicidade segundo os afrorreligiosos - Mariana Ramos de Moraes

Os sentidos contemporâneos da “laicidade à brasileira” e as lutas afrorreligiosas para reconhecimento de direitos - Ana Paula Mendes de Miranda

Por um Estado que não reze, mas que nos permita rezar ou não rezar - Makota Celinha

Um motorista neopentecostal na trilha sonora da laicidade: um estudo etnográfico - Maxwell Azevedo Viana Moraes | Hippolyte Brice Sogbossi

Laicidade e Educação

A laicidade brasileira: controvérsias sobre ensino religioso no espaço público escolar - Elisa Rodrigues

Rumo ao Estado laico ou reconstrução de uma trajetória entre a biografia e a história - Luiz Antônio Cunha

Laicidade e educação através de etnografias em espaços escolares - Fernando Seffner

Laicidade, Religião e o Judiciário

Um amalá no STF: laicismo ressabiado e política do encantamento na comunicação entre terreiros e o estado - Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino

A sombra da toga: laicidade, neoconservadorismo religioso e disputas no ordenamento jurídico brasileiro - Tabata Pastore Tesser | Ana Carolina Marsicano

Laicidade, favorecimento, e a acomodação razoável no Brasil - Fábio Carvalho Leite Laicidade em

disputa: Centro Dom Bosco versus Católicas pelo Direito de Decidir - Maria José Rosado Nunes |Olívia Bandeira

Laicidade, Religião e Gênero

Para navegar o tema da laicidade é preciso falar muitos idiomas - André S. Musskopf

Bíblia, direitos e laicidade nos engajamentos teológicos de mulheres ecumênicas - Tatiane dos Santos Duarte

Posfácio Ronaldo Almeida

Publicação do Livro “**Transformações da laicidade: Estado, religião e sociedade em relação**”, organizado por Emerson Giumbelli e Marcelo Camurça (ABA Publicações, 2024), no âmbito do projeto CAPES COFECUB. São 18 capítulos, incluindo textos de Marcelo Camurça, Emerson Giumbelli e Ronaldo Almeida, integrantes da CLD.

GIUMBELLI, Emerson, CAMURÇA, Marcelo Apresentação. Transformações na Laicidade: Estado, Religião e sociedade em relação. Brasília: ABA Publicações, 2024, p.09-35.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um esboço de comparação entre a laicidade na França e no Brasil: dinâmica de caminhos cruzados: In: Emerson Giumbelli, Marcelo Camurça (orgs.). Transformações na Laicidade: Estado, Religião e sociedade em relação. Brasília: ABA Publicações, 2024, p.36-62.

GIUMBELLI, Emerson. A laicidade segundo o Supremo Tribunal Federal brasileiro: observações sobre o julgamento acerca do ensino religioso confessional. In: Giumbelli, Emerson; Camurça, Marcelo. (Org.). Transformações da laicidade : estado, religião e sociedade em relação. Brasília: ABA Publicações, 2024, p. 243-272.

Publicação do Número da Revista **Intolerância Religiosa 2024** organizado por Emerson Giumbelli e Leonardo Almeida, com a participação de colegas da CLD como autores/as de artigos: Clayton Guerreiro, Mariana Ramos de Moraes, Fátima Tavares, Marcelo Camurça, Emerson Giumbelli e Leonardo Almeida. Em: <https://revistaintoleranciareligiosa.com/atual/>

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Sincretismo religioso articulado com identitarismo, proposta contra a intolerância religiosa? Revista Intolerância Religiosa, vol 06, p.01-06, 2024.

TAVARES, Fátima; CHAGAS, Camila. Uma cartografia da rede de agentes e ações no combate à intolerância e racismo religioso na Bahia. Revista Intolerância Religiosa, v. 6, p. 80-94, 2024.

GIUMBELLI, Emerson; Bernardes, Iuri. Notas sobre ocorrências registradas pela Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância de Porto Alegre (RS, Brasil). Revista Intolerância Religiosa, v. 6, p. 45-59, 2024.

ALMEIDA, Leonardo Oliveira de. Altares fragmentados, imaginados e redistribuídos: Expressões do racismo religioso e intolerância em contextos de exposição pública. Revista Intolerância Religiosa, v. 6, p. 60-79, 2024.

GUERREIRO, Clayton. Exportando intolerância: a presença brasileira em Moçambique. *Revista Intolerância Religiosa*, v. 6, p. 18-30, 2024.

MORAIS, Mariana Ramos de. Irmãos do Rosário no combate aos racismos e às intolerâncias. *Revista Intolerância Religiosa*. v.6, p.31 - 44, 2024.

Publicação de cartilha: CHAGAS, Camila; TAVARES, Fátima (orgs.). **Ciranda de Antropologia e Direito para as comunidades negras tradicionais**. Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumenica e Serviço, 2024.

4.2. Artigos e capítulos

ALMEIDA, Ronaldo de; GUERREIRO, Clayton. Religião e Política. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Orgs.). *Antropologia da Religião: Autores e Temas*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 214-228.

GUERREIRO, Clayton. Exportando intolerância: a presença brasileira em Moçambique. *Revista Intolerância Religiosa*, v. 6, p. 18-30, 2024.

MORAIS, Mariana Ramos de. Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. In: Livia Reis; Regina Novaes; Magali Cunha; Laryssa Owsiany. (Org.). *Dicionário para entender o campo religioso*. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023, v. 1, p. 57-69.

MORAIS, Mariana Ramos de. 'Não calarão nossos atabaques': a luta dos afrorreligiosos por seus direitos no âmbito das políticas públicas. In: Ana Paula de Mendes Miranda, Ilzver de Matos Oliveira; Lana Lage da Gama Lima. (Org.). *As tramas da intolerância e do racismo*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2023, p. 273-299.

GIUMBELLI, Emerson. Religião não paga imposto: legislação tributária e a regulação do religioso no Brasil. *SOCIEDAD Y RELIGIÓN (ONLINE)*, v. 64, p. 1-16, 2024.

5. Participação dos membros da CLD em atividades em diálogo com a sociedade civil, demais universidades, grupos de pesquisa etc. (Caminhadas, palestras, eventos em geral, Lives)

Marcelo Camurça - Palestrante com o tema “Intolerância Religiosa/Racismo Religioso” na III Feira da Diversidade Religiosa em Juiz de Fora, 22/06/2024.

Mariana Ramos - Participação na Roda de Conversa “Senhor Padre, abre a porta”, com a apresentação “Reinados Mineiros: uma história de lutas por sua prática religiosa”. O evento aconteceu em agosto de 2023, no Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), em Belo Horizonte (MG), e teve como objetivo debater com a Igreja Católica formas de garantir o acesso dos grupos praticantes do reinado/congado aos templos católicos para a realização de seus ritos e, assim, buscar reduzir atos de intolerância/racismo religioso contra tais grupos. 10 de agosto de 2024.

Evento de lançamento do Número da Revista Intolerância Religiosa 2024:
<https://www.youtube.com/watch?v=OfK3EVcevWA>

6. Participações em mídias virtuais ou não (locais, nacionais)

GIUMBELLI, Emerson - Programa da TV Câmara Porto Alegre sobre o tema do artigo publicado na revista Intolerância Religiosa, 2024. Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=reWmS8pGYEQ>

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos e o STF. Artigo de opinião em Rede Estação Democracia (RED) 02/12/2024. <https://red.org.br/noticia/crucifixos-e-o-stf/>

GIUMBELLI, Emerson. 12 de outubro, feriado nacional: por quê mesmo? Artigo de opinião em Rede Estação Democracia (RED) 17/10/2024.

<https://red.org.br/noticia/12-de-outubro-feriado-nacional-por-que-mesmo/>

GUERREIRO, Clayton - Entrevista a TV Câmara São José dos Campos, 2023.

MORAIS, Mariana Ramos de. Práticas e tradições afrorreligiosas. Nexo Políticas Públicas, São Paulo, v.1, p.1 - 1, 2024.

7. Participação em comissões da sociedade civil relativos aos temas de Direitos Humanos, diversidades e discriminações religiosas.

Marcelo Camurça - Eleito membro do Municipal de Respeito à Diversidade Religiosa de Juiz de Fora (CDR-JF), biênio 2023-2025.

8. Manifestações de apoio deliberadas pela CLD a colegas, militantes, entidades da sociedade civil, entidades científicas, eventos artísticos/culturais, etc.

Manifestação de apoio CLD/ABA à exposição *Festa, Baía, Gira, Cura*, em Fortaleza, do antropólogo Jean dos Anjos, após pedido de retirada de parte da exposição por deputada estadual (CE) Link: <https://portal.abant.org.br/aba-manifesta-apoio-a-exposicao-em-fortaleza/>

RELATÓRIOS DOS COMITÊS

Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Introdução - Breve Histórico

Criado durante a realização da 31ª RBA em Brasília, no ano de 2018, o compromisso do Comitê de Antropólogas/os Negras/os é assegurar representação e representatividade e buscar reconhecimento para antropólogas negras e antropólogos negros, no campo científico da Antropologia Brasileira. Nessa perspectiva, o comitê se propõe sempre ao diálogo, transparente e democrático, colaborando pedagogicamente com o processo construtivo da Nossa Associação, sem perder dimensão do compromisso efetivo, com o anti-racismo, a invisibilização da intelectualidade entre a comunidade científica e o epistemicídio que desqualifica nossa produção.

O Comitê de Comitê De Antropólogas Negras e Ntropológicos Negros da ABA, É composto por um grupo diversificado de profissionais, com interesses por teamas diferenciados de pesquisa no campoa antropologia, atuando em diversas instituições públicas de ensino, seja ao nível dos programas de pós graduação e au nível da docência. Cabe enfatizar, que o episódio ocorrido na 32ª RBA EM 2018, dando origem ao Comitê, estimulou também a identificação de um grupo com cerca de 250 antropólogos e antropólogas negres, que embora nem todes sejam filiades à ABA, apoiam o Comitê, com suas posturas críticas, empenhando seus corpos, vozes e conhecimentos, em prol da construção de uma antropologia cada vez mais descolonizada. Cabe enfatizar também, que no processo rotativo de gestão do Comitê, é desse grupo que poderão se apresentar candidatos e candidatas às próximas coordenações. Esse quantitativo possibilita também, o fortalecimento de diálogos com outros comites, a exemplo de Direitos Humanos, Gênero, etc.que contam também em seus quadros, com integrantes do Comite de Antropólogas e Antropólogos negras e negros. Cabe portanto, arrolar algumas atividades realizadas por integrantes deste Comite de Negrase e Negros, isoladamente ou em parceria com outros Comites da ABA.

Atividades realizadas por integrantes do comitê

Prêmio Lélia Gonzalez Terceira Edição: Este prêmio é um reconhecimento à contribuição do pensamento de Lélia Gonzalez à Antropologia brasileira e à luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo. Com a premiação o Comitê de Antropólogas/os Negras/os visa estimular novas carreiras, dando visibilidade à produção original e de reconhecida qualidade acadêmica de pesquisas desenvolvidas na graduação e na pós-graduação, em universidades brasileiras, por

discentes negras/os. os da Associação Brasileira de Antropologia. O Concurso é de âmbito nacional e tem por objeto a seleção de:

1. Modalidade 1: **Melhor artigo de recém-graduado/a**, com resultado de pesquisa antropológica desenvolvida na graduação entre os anos de(até a data de encerramento das inscrições no prêmio), em universidades brasileiras.
2. Modalidade 2: **Melhor dissertação de mestrado**, defendida entre os anos de (até a data de encerramento das inscrições no prêmio) na área de antropologia social.
3. Modalidade 3: **Melhor tese de doutorado**, defendida dos anos de (até a data de encerramento das inscrições no prêmio) na área de antropologia social. As Comissões Avaliadoras são constituídas por integrantes do Comitê, que tenham domínio sobre os temas abordados pelos respectivos trabalhos concorrentes, conforme demonstrado abaixo.

PREMIADAS/OS/ES EM 2024

Categoria: Artigo Científico- Prêmio Lélia González – Melhor artigo de recém-graduado/a:

Premiada: Dandara Barcellos Dresch

Título do trabalho: “MAGIA, ACHO QUE SER MULHER PRETA É UMA COISA MÁGICA”: Uma reflexão sobre Solidão da Mulher Preta e sua Dororidade.

PPGAS/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nome completo do/a orientador/a: Ceres Victora

Comissão Avaliadora: Juliana Cintia e Mauro Cordeiro

Categoria: Melhor Dissertação Prêmio Lélia González:

1º Lugar: Bruno de Castro Brito – PPGAS/UNILAB

Título: Tudo o Que Nóiz Tem é Nóiz: Um Estudo Sobre Narrativas Negras do Jornalismo Brasileiro

Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva

2º Lugar: Adilson Silva da Silva/PPGAS/UFRGS

Título: Identidade e negritude na cidade de Rio Pardo/RS

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Menções honrosas da Dissertação

Rafaele Cristina de Souza Queiroz (UFAM)

Título: Escrivivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro e Manaus, no Amazonas

Orientadora: FLÁVIA MELO DA CUNHA

Wertton Luís de Pontes Matias (UnB)

Título: Nas Fronteiras da Aids: experiências com a PrEP em Brasília, Manaus e Recife

Orientadoras: Soraya Resende Fleischer e Ximena Pamela Claudia Díaz Bermúdez

Comissão Avaliadora: Edilma do Nascimento Souza, William e Nathália

Categoria: Melhor Tese -Prêmio Lélia González:

1ºLugar: Yara de Cássia Alves PPGAS/USP

2ºLugar: Ranna Mirthes Sousa Correa/PPGAS/UFRGS

Menção Honrosa: Thyanne Tavares Freitas / PPGAS/UFRGS

Comissão Avaliadora: Antônio Gabriela Pereira; Beatriz Moura; Vinicius Venâncio

Outras Atividades no Contexto da 34ª RBA

Os integrantes do comitê também estiveram envolvidos na formulação de propostas e atividades em encontros regionais, nacionais e internacionais que trataram sobre as questões de uma Antropologia Negra e questões raciais.

É importante destacar que na terceira gestão deste comitê tivemos a imensa satisfação de ter a chapa para diretoria desta associação liderada por nossa primeira coordenadora a professora Dra. Luciana Dias.

Compreendendo a dinâmica do trabalho intensivo de cada integrante do comitê, estivemos tentando sistematizar nossos encontros mensais, onde tratamos sobre informes, deliberamos algumas demandas chegadas e encaminhamos ações como a terceira edição do Prêmio Lélia Gonzalez.

O comitê esteve na articulação e realização do Pré-Evento da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia que teve como Tema: “A Antropologia Brasileira em face das encruzilhadas étnico-raciais: impactos, transformações e desafios das ações afirmativas”.



Nesta primeira edição do pré-evento também tivemos o lançamento da Homenagem “Mestre Antonio Nego Bispo” para mestres e mestras negres, indígenas, quilombolas e ciganos- Prêmio postulado ao reconhecimento de saberes e fazeres em diferentes espaços sociais que na sua primeira edição tivemos como premiados a senhora Profa. Dra. Nilma Lino e o senhor Ronaldo dos Santos:



A atuação do comitê representa também o aumento da participação dos pesquisadores negras/os na área das ciências sociais com ênfase na antropologia, como podemos constatar nos dados elaborados sobre a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia.

A 34ª Reunião Brasileira de Antropologia foi um momento de grande celebração e reconhecimento da crescente presença e contribuições de pesquisadoras e pesquisadores negros na nossa comunidade antropológica. O Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia realizou um cuidadoso levantamento que trouxe à luz dados inspiradores sobre a participação negra no evento.

Do total de 3415 pessoas inscritas previamente, 1.278 se autodeclararam negras, um número que corresponde a 37% de todas as inscrições realizadas antes do evento. Esse dado é motivo de muito orgulho, pois demonstra como temos avançado na ocupação de espaços acadêmicos que historicamente nos foram negados. Ao mesmo tempo, ele nos lembra que ainda há um caminho a percorrer rumo à equidade, considerando que pessoas brancas totalizaram 1.742 inscrições, 51% das pessoas inscritas. Além da expressiva presença negra, o evento contou com a participação de 100 indígenas, 29 quilombolas, 26 amarelas/os, enquanto 230 não desejaram informar a sua identificação étnico-racial e 10 não preencheram esse campo.

Nosso levantamento também celebrou a diversidade de identidades de gênero presentes em nossa comunidade. Entre as pesquisadoras e pesquisadores negros, identificamos uma maioria de mulheres cisgênero (717), seguidas por homens cisgênero (456). Mas é fundamental destacar a participação de 38 pessoas não-binárias, 8 travestis, 6 pessoas agênero, além de pesquisadoras/es trans e aquelas/es que preferiram não informar o seu gênero. Essa pluralidade enriquece os nossos debates e perspectivas.

Mais do que números, os dados revelam o protagonismo e a excelência da produção acadêmica de antropólogas e antropólogos negros. Nossa atuação na coordenação e organização de atividades acadêmicas foi marcante, com a participação de 57 pessoas negras em mesas redondas e 59 em simpósios especiais e rodas de conversa. Além disso, 80 antropólogas/os negras/os tiveram suas propostas de grupos de trabalho acolhidas. Por fim, foram 832 apresentações orais em grupos de trabalho, evidenciando a consistência e relevância de nossas pesquisas.

Esses números são a prova viva de que estamos não apenas ocupando a antropologia brasileira, mas transformando-a com nossos saberes, vivências e epistemologias. O levantamento realizado pelo Comitê é uma ferramenta poderosa para visibilizar nosso trabalho e impulsionar discussões ainda mais profundas sobre representatividade racial em nossa disciplina. Que esses dados nos inspirem a seguir fortalecendo nossa comunidade, abrindo caminhos para as próximas gerações e construindo uma antropologia cada vez mais diversa, inclusiva e comprometida com a justiça social.

É importante destacar **que traçamos como encaminhamentos desta gestão** a solicitação de uma publicação *de livro pela coletânea do selo ABA com os trabalhos premiados no Lélia Gonzalez das três edições*, um *seminário nacional sobre antropologia negra e a regulamentação do prêmio “Mestre Antonio Nego Bispo”*.

Ainda destacamos a importância de criar uma maior transversalidade da pauta étnico-racial nos demais comitês e comissões que compõem o corpo diretor desta associação, atentando sobretudo para participação mais diversa.

Comitê de Antropologia e Saúde

Reuniões realizadas

1. Reunião de apresentação da Coordenação colegiada: 30/03/2023
2. Reunião do Comitê ampliado: 30/05/2023
3. Reuniões da Coordenação colegiada: 03/05/2023; 10/05/2023; 29/05/2023; 04/07/2023; 06/09/2023; 01/11/2023; 29/11/2023; 29/03/2024; 19/07/2024
4. Reunião de Trabalho com o Comitê ampliado, realizada durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, dia 24/07/2024 - 12:30 às 14:00 Auditório B102 - CAD 3

Participação em Eventos

34ª Reunião Brasileira de Antropologia (23 a 26 de julho de 2024 - Belo Horizonte)

Simpósio Especial 03 - Antropologia e Saúde: epidemias, iniquidades e o trabalho antropológico - (Informações disponíveis em:

https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=399)

Coordenação: Rita de Cássia Maria Neves (UFRN) e Rosana Castro (UERJ)

Sessão 1 (24/07, 16h15-18h15) - Epidemias, crises, emergências e negligências - SALA 208 - CAD 1 -

Participantes: Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE); Cristina Dias da Silva (UFJF); Rozeli Maria Porto (UFRN). Debatedora: Ednalva Maciel Neves (UFPB).

Sessão 2 (25/07, 16h15-18h15) - O trabalho antropológico no campo da saúde - SALA

208 - CAD 1 - Participantes: Camilo Albuquerque de Braz (UFG) Waleska de Araujo Aureliano (UERJ) Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB).

Debatedor: Rogerio Lopes Azize (UERJ).

Assinatura de Manifesto Coletivo

Carta de PROPOSIÇÕES DOS COLETIVOS INTERCAMBIANTES BRASIL, TERAPEUTAS SOLIDÁRIOS E GRUPO DE PROFISSIONAIS/ESTUDANTES SOBRE SUICÍDIO NAS E DAS UNIVERSIDADES, ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, emitida pelo **Fórum Nacional sobre Prevenção e Posvenção do Suicídio nas e das Universidades, Ensino Fundamental e Médio**, disponível em: [20230921_650c9b0f6eb34.pdf \(abant.org.br\)](https://www.abant.org.br/20230921_650c9b0f6eb34.pdf)

Notas emitidas

1. Nota sobre a publicação da Nota Técnica nº 8/2024 pelo Ministério da Saúde com orientações sobre o acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na Atenção Primária à Saúde (APS), assinada juntamente com o Comitê Migrações e Deslocamentos: [20240529_66575c2ee3a1c.pdf \(abant.org.br\)](https://www.abant.org.br/20240529_66575c2ee3a1c.pdf)
2. Nota de Repúdio ao PL 1904/2024, assinada juntamente com os Comitês Gênero e Sexualidade; Laicidade e Democracia; Cidadania, Violência e Gestão Estatal; Antropólogas/os Negras/os; Deficiência

e Acessibilidade; e da sua Comissão de Direitos Humanos: [Nota de Repúdio ao PL 1904 \(abant.org.br\)](https://abant.org.br/Nota-de-Repudio-ao-PL-1904)

Projeto em andamento

Mapeamento da relação dos associados da ABA com o Sistema CEP-Conep, elaborado e desenvolvido junto com o Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da ABA, para conhecer e mapear como a comunidade antropológica brasileira percebe e se relaciona com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa- Sistema CEP/Conep. Esse levantamento se torna ainda mais importante com a recente publicação da [Lei 14.874/2024](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2024/2024_07/Lei_14874-2024.html), que muda radicalmente o atual sistema de avaliação ética da pesquisa científica no Brasil, incluindo todas as Ciências Humanas e a Antropologia. O resultado desse levantamento será amplamente divulgado e servirá como elemento para apresentar o posicionamento dos/as associados/as da ABA aos/as gestores/as e legisladores/as. O levantamento foi publicizado amplamente à comunidade da ABA no informativo nº 13/2024, de 20/07/2024.

Publicações

Dossiê “Antropologia na saúde: contribuições epistemológicas e desafios críticos”, sob organização de Waleska Aureliano e Ana Cláudia Rodrigues. A organização do dossiê foi desenvolvida durante a gestão 2021-2022 do Comitê de Antropologia e Saúde e a publicação contou contribuições de membros das gestões anterior e atual. O dossiê foi publicado na Revista Saúde e Sociedade e encontra-se disponível por meio do seguinte link:

<https://revistas.usp.br/sausoc/issue/view/13471>.

Recomendações finais

1. Definição de um calendário de trabalho da Comissão junto com o plano de trabalho na primeira reunião do grupo, isso permite otimizar o trabalho do grupo e organizar temas estratégicos;
2. Estabelecer momentos de encontros rotineiros, uma vez a cada seis meses, por exemplo, com a diretoria da ABA. Isto permitiria alinhar melhor o papel do Comitê frente às prioridades e objetivos estabelecidos pela Diretoria da ABA;
3. Eventualmente, talvez uma vez ao ano, realizar um encontro entre os diversos comitês da ABA para identificar experiências bem-sucedidas, boas práticas e fortalecimento do papel dos comitês em relação às ações estratégicas da Diretoria da ABA;
4. Finalmente, fortalecer o papel da coordenação colegiada como um espaço de decisão democrática e transparente e, ao mesmo tempo, ágil. Sugerimos, portanto, que esta coordenação colegiada seja integrada por três ou quatro membros, de modo a viabilizar a agilidade de contatos e a compatibilização de agendas.

Comitê Antropologia Visual

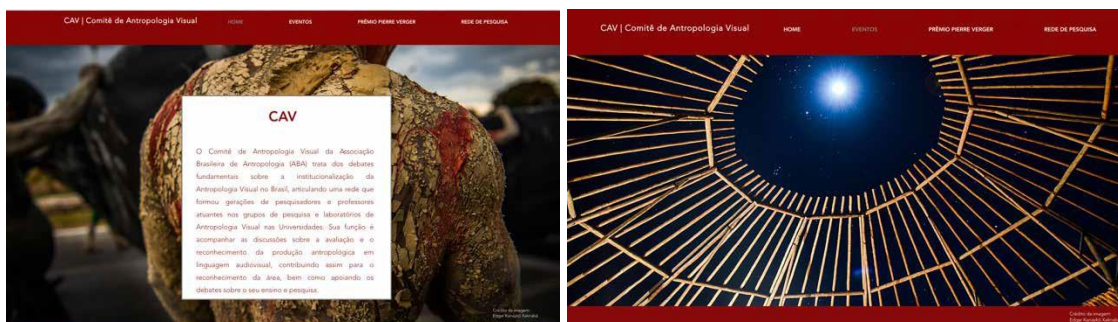
O CAV contou com colaboradores indígenas e internacionais não filiados a ABA como Oscar Guarín (Pontificia Universidad Javeriana/Colômbia), Emiliano Dantas (CRIA/Portugal) e Edgar Kanaykõ Xakriabá mantendo diálogo com outras Redes Internacionais como é o caso da RIAA - Red de Investigación en Antropologia AudioVisual, por meio do pesquisador e professor Mariano Baez Landa (Ciesas/ México).

Esse grupo foi responsável por fazer uma série de atividades referentes as demandas e conquistas da Rede de Antropologia Visual no Brasil: presença nos principais eventos de Antropologia e Ciências Sociais no Brasil e na América Latina, realização de uma série periódica de webinários do CAV “Caminhos da Antropologia Visual”; atualização do site e redes sociais institucionais do CAV; curadoria de exposições; realização do Fórum da Rede de Antropologia Audiovisual e do evento “Ocupar Telas, Ocupar Terras”, com recursos contemplados pelo resultado da Chamada interna 001 ABA/2023 - Apoio às ações de Comitês que promovam o “Fortalecimento da Antropologia no Brasil”, entre outras atividades. Além disso, participou ativamente da organização e produção do Prêmio Pierre Verger e do Pré-Evento 34ª RBA, em Belo Horizonte.

Arrolamos abaixo, as principais atividades realizadas.

1) REDES SOCIAIS E COMUNICAÇÃO DO COMITÊ DE ANTROPOLOGIA VISUAL

Desde as últimas gestões o CAV já havíamos percebido a necessidade de ampliar sua rede de comunicação para divulgar não apenas a atuação do Comitê e da Rede de Antropologia Visual, como Editais do Prêmio Pierre Verger, atividades, filmes e fotos e inúmeras atividades realizadas pelas dezenas de grupos e laboratórios de pesquisa da área no Brasil. Assim sendo, essa gestão preocupou-se com a manutenção dessas divulgações durante todo o período mantendo frequentes postagens em redes sociais (Instagram) relativas às produções da Rede de Antropologia Visual no Brasil. Particularmente atuou na atualização dos dados e da programação visual do site do Comitê de Antropologia Visual. Nesse particular, foram atualizadas as composições dos últimos comitês, as informações dos laboratórios e grupos de pesquisa que formam a Rede de Antropologia Visual e as referências bibliográficas da área. Além disso, mudamos o domínio do site para <https://www.cavaba.com.br/>. O site também ganhou um incremento com as fotografias de autoria de Edgar Kanaykõ Xakriabá. Para a próxima gestão será necessário continuar o mapeamento e atualização dos grupos e núcleos em antropologia visual.



2) SIMPÓSIOS, MESAS REDONDAS, GTS E REUNIÕES

Os membros do CAV participaram ativamente das reuniões e encontros na área coordenando Grupos de Trabalhos e Mesas. Foram realizadas reuniões periódicas mensais de modo online com os membros do CAV e anualmente presenciais durante as Reuniões da ABA. Na reunião do CAV durante a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul foram apresentadas as propostas de gestão (2023) e na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia foram expostos os resultados dos projetos executados no primeiro ano, bem como o cronograma de andamento das propostas até a conclusão da gestão em dezembro. Abaixo elencamos algumas dessas participações e proposições.

2.1) XIV RAM

GT 29: Arquivos e imagens num mundo porvir: desafios antropológicos audiovisuais a partir do Sul Global

Coordenação: Fabiana Bruno (CAV-ABA/La'grima-Unicamp) e Luis Felipe K. Hirano (CAV-ABA/UFG)

Descrição: Vivemos entre acúmulos de imagens que formam e desafiam, por um lado, arquivos empoderados, como os “arquivos do futuro” (Guarín e Cabrera, 2020), aqueles da ciência capazes de colonizar o porvir e o imaginário dos mundos, e por outro, os “arquivos ordinários”, que por vezes se confundem como amontoados de descartes, anônimos, “órfãos” (Bruno 2016; 2019), reveladores de outras histórias minúsculas. Pretende-se problematizar em um viés antropológico o “futuro das imagens” e as “imagens do futuro”, seus regimes de produção, conhecimento e geração de arquivos e memória. Reflexão que se debruça sobre o atravessamento dos regimes de colonização dos arquivos, da memória e imaginação, bem como dos modos de produzir conhecimento e sentipensar por imagens. Que possibilidades as imagens oferecem para se afetar e pensar a formulação de problemas e a proposição de outras maneiras de conceber os mundos a partir do Sul-global? Pretende-se reunir investigações sobre a experiência das imagens como lugar de conhecimento e disputas de um mundo porvir, que se dediquem também a produções audiovisuais indígenas, quilombolas, afrolatinas, LGBTQIA+, entre outros coletivos subalternizados, que se aliam as imagens como modo de (r)existência criando diferentes modos de cuidado de suas memórias, arquivos emergentes e decoloniais. Enfim, enseja-se a discussão sobre outras possibilidades de pensar o nexo e reconexões entre passado, presente e futuro com as imagens.

MR11 - Antropologia Visual na América Latina: desafios contemporâneos e decoloniais

MR14 - Antropologias Visuais em Rede: articulações e desafios da produção em países de língua portuguesa

Coordenação: Fabiana Bruno (CAV-ABA/La'grima/Unicamp) e Luis Felipe K. Hirano (CAV-ABA/UFG)

Expositores:

Cornélia Eckert (Navisual e Biev – URGs) Mariana da Costa Aguiar Petroni (UNILAB) Daniele Borges Bezerra (PPGAnt- UFPel) Rodrigo Lacerda (CRIA / NOVA FCSH) Debatedor

Luis Felipe K. Hirano (CAV-ABA/UFG)

A proposta dessas mesas que foram reunidas no momento em uma única sessão foi abrir um debate sobre essa produção e promover a expansão dessa Rede de Antropologia Visual, criando outras conexões também com pesquisadores que integram os países de língua portuguesa para com isso formular uma proposta de diálogo e trabalho conjunto entre América Latina. Convidamos para essas mesas pesquisadores e pesquisadoras para recompor o estado da arte das antropologias visuais (e audiovisuais) em países da América Latina e em países língua portuguesa com um propósito de pensar em articulações Sul-Sul. A mesa procurou refletir e enfrentar questionamentos emergentes epistemológicos, metodológicos e de práticas acerca de como e quantos desafios contemporâneos estão colocados para uma antropologia que se faz com e por meio de imagens e sons no século XXI.

2.2) 34ª RBA

GTs

GT: “Imagens emergentes: antropologia e (re)montagens de arquivos audio- visuais”, cuja descrição segue abaixo.

Coordenação: Fabiana Bruno (CAV-ABA/La'grima/Unicamp) e Luis Felipe K. Hirano (CAV-ABA/UFG)

Descrição: O GT busca reunir pesquisas que tem debruçado sobre os modos de reinvenção de arquivamento, circulação e produção de imagens e sons como agentes produtores de territórios existenciais, memória e imaginação política. Nesse GT, acolheremos discussões teórico-metodológicas que evidenciam a criação de arquivos emergentes e contra-arquivos fotográficos e audiovisuais como formas de resistência e de (re) montagens de histórias. Em tempos de acúmulos de arquivos empoderados como os da “ciência”, ou de “arquivos ordinários” - que por vezes se confundem como amontoados de descartes anônimos, “arquivos órfãos” (Bruno 2016; 2019) -, a intenção é problematizar os destroços, os restos e os “inarquiváveis” (Mbembe, 2002). Os arquivos são, como ressalta Georges Didi-Huberman, “uma massa geralmente inorganizada de início – que só se torna significativa ao serem pacientemente elaborada” (Didi-Huberman, 2012). E a remontagem de imagens é capaz de provocar

reconexões entre os tempos da história e os desejos de formar outros “arquivos do futuro” (Guarín e Cabrera, 2020). O GT ensina problematizar a “montagem” e “remontagem” de imagens e sons como territórios vivos, de conhecimento e entrelaçamentos entre antropologia e ciência pública. Ensinam-se ainda debater trabalhos que se dediquem a produções indígenas, quilombolas, afrolatinas, LGBTQIA+, entre outros coletivos e corpos plurais, que se aliem aos audiovisuais para repensar a história e mostrar outros modos de existir e re-existir.

GT Visualidades Indígenas

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF) (Coordenador) Edgar Teodoro da Cunha (UNESP) (Co-coordenador)

Esta proposta retoma a experiência dos GTs Visualidades Indígenas realizados nas RBA's de 2016, 2018 e 2022, visando reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de formação em cinema e vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e temas correlatos. O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, arte, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

Simpósios

SE 05 - Antropologia visual, re-existências e mundo porvir

Coordenação: Fabiana Bruno (CAV-ABA/LA'GRIMA-Unicamp) e Luis Felipe Kojima Hirano (CAV-ABA/UFG)

Sessão 1 - Imagens emergentes e futuros ancestrais

Participante(s):

Edgar Nunes Corrêa (UFMG) Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG) Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Debatedor(a): Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)

Sessão 2 - Imagens vivas e telas plurais

Participante(s):

Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB)

Pedro David de Oliveira Castello Branco (art) Rafael Victorino Devos (UFSC)

Sessão 3 - Roda de Conversa | Transversalidades entre artes, antropologias e saberes

Participante(s):

Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO) Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)
Viviane Vedana (UFSC)

O Simpósio propôs uma discussão sobre os desafios e as re-existências da antropologia visual diante das múltiplas crises em mundos porvir. Nesse sentido, buscaremos debater sobre a potencialidade das imagens para frutificar futuros ancestrais mais que humanas e telas plurais, em um diálogo transversal entre cinema, fotografia, desenho, entre outras grafias, como modo de imaginar "ideias para adiar o fim do mundo" (Krenak).

Oficinas

OF 01: Confabulações tecnopoéticas e imaginações mediadas por IAs Coordenação:

Daniele Borges Bezerra (UFPEL) Jesus Marmanillo Pereira (UFPB)

Sessão 1 - Confabulações tecnopoéticas e imaginações mediadas por IAs Ministrante:

Juliane Cristina Helanski Cardoso (Unicamp)

A IA está presente em nosso cotidiano por meio de softwares, programados para automatizar tarefas simples, desde bots de pesquisa até assistentes pessoais. Destarte plataformas online de síntese de imagens, como DALL-E 2 e Stable diffusion, criam imagens a partir de comandos como "/imagine", seguido de palavras-chave ou pequenos textos. Há nesse processo imaginativo, um engajamento entre algoritmos e humanos, pois quando pedimos às máquinas que imaginem elas respondem de acordo com o contexto descrito e os detalhes fornecidos pelo humano. Por outro lado, elas nos farão imaginar a partir de elementos imprevistos, suscitando novas questões e ideias. A expansão dos recursos fornecidos pela IA gera questões éticas importantes, especialmente quando pensada em associação à ideia de verdade. Ademais, em um mundo cada vez mais individualista, a automação de atividades criativas, tanto a estilos quanto às emoções, deve ser problematizada. Nesta oficina, pretendemos experimentar ferramentas de geração de imagens, compreendendo o engajamento entre humanos e máquinas como uma forma de confabulação tecnopoética. Interessa-nos pensar e discutir de que modos as ferramentas de geração de imagens criam novos instrumentos científicos, ampliam a capacidade humana de produzir narrativas a partir das pesquisas de campo e, por fim, quais as implicações ético-estéticas, poéticas e políticas da popularização das imagens produzidas por IAs, considerando o campo da antropologia visual e multimodal.

OF 02: Desenho-conhecer e outras amarrações antropológicas Aina Guimarães Azevedo e Sophia Pinheiro (Coordenação)

Sessão 1 - Bordar-Transgressões: tecnologias ancestrais para cerzir o amanhã

Ralyanara Moreira Freire (Ministrante)

Sessão 2 - Narrativa gráfica e etnografia: experimentando aproximações entre antropologia e arte

Rachel Paterman e Júlia Misto Rodrigues (Ministrante)

Essa oficina é parte das atividades do Prêmio Pierre Verger e visa explorar potenciais do conhecimento antropológico pelo desenho e pelo bordado, conectando ministrantes com experiência em artes visuais, antropologia e arte-educação a participantes que se interessem em descobrir modos de fazer etnografia e compor saberes através dessas práticas. A oficina tem três sessões, oferecidas por Alexandre Alexandrino, antropólogo e artista, com ênfase em processos de construção de visualidades afro-ameríndias; pela antropóloga Ralyanara Freire, que conduzirá uma atividade com a arpillera, prática de bordar histórias, articulando narrativas da vida cotidiana à resistência contra a violência e o colonialismo; pela antropóloga, quadrista e arte-terapeuta Rachel Paterman e a antropóloga Júlia Misto Rodrigues, em torno do desenho etnográfico. Atuarão como coordenadoras/mediadoras as antropólogas Tatiana Lotierzo, Sophia Pinheiro, Karina Kuschnir e Aina Azevedo.

OF 08: Prêmio Pierre Verger: diálogos sobre filmes etnográficos Coordenação:

Lisabete Coradini (UFRN)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Sessão 1 - Filme etnográfico e pesquisa antropológica Ministrante:

Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Sessão 2 - Reflexão sobre o filme etnográfico Ministrante:

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Sessão 3 - Conhecimento antropológico e criação fílmica Ministrante:

João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

O Prêmio Pierre Verger, foi criado em 1996 pela Associação Brasileira de antropologia (ABA) e é promovido bianualmente pelo Comitê de Antropologia Visual (CAV). O Prêmio Pierre Verger é um dos principais festivais competitivos de obras fílmicas, fotográficas e gráficas produzidas no âmbito de pesquisas antropológicas na América Latina. Nesta Oficina, propomos um espaço de debate e reflexão com autores/as dos Filmes Etnográficos selecionados pela Comissão Organizadora da edição de 2024. Considerando a relevância e amplitude deste Prêmio, bem como a complexidade, o investimento epistêmico, sensível, técnico, metodológico e estético envolvidos na preparação dos filmes concorrentes, convidamos especialistas para discorrerem sobre as obras fílmicas e interagirem com seus/suas autores/as. Através da partilha com estes profissionais e com o público, pretendemos problematizar o lugar assumido pela linguagem imagética nestas pesquisas, seja associando a exposição a experiências etnográficas singulares, seja como lugar de pensamento e experimentação do próprio tema e das escolhas formais e narrativas do filme. Trata-se de uma oficina que pretende problematizar o lugar assumido pela linguagem imagética nas pesquisas antropológicas a partir das obras fílmicas selecionadas na Mostra, com a participação de três especialistas convidados, autores dos filmes, e dirigidas a um público mais amplo.

Conhecimento antropológico e criação fílmica João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

Diferentes modalidades de relações entre as experiências de pesquisa etnográfica e de criação fílmica se mostraram possíveis ao longo da história do filme etnográfico, em toda sua extensa gama de nacionalidades, regionalidades, interioridades, metodologias, estéticas, linguagens, autorias e agências. Espera-se refletir e debater com realizadoras e realizadores de filmes as características destas relações nos diferentes filmes atualmente selecionados para o Prêmio Pierre Verger. Questionar, por exemplo, as articulações entre imagens fílmicas e inserção no campo de pesquisa, temporalidades da pesquisa e da realização fílmica, metodologias de produção fílmica e formas de distribuição, roteiro de produção e de edição, ética de abordagem e pós-produção, estética

Imagem-percepto: experiências perceptuais no filme etnográfico Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Essa apresentação busca abordar filmes etnográficos, que visam captar experiências perceptuais humanas e mais que humanas, bem como discutir os desafios de filmar sensações que são dificilmente transladadas para o aparato tecnológico de filmagem. Diante dos desafios de translação, a proposta é discutir modos de estranhamento interno a própria linguagem do filme etnográfico com vias a produzir imagens-perceptos com efeitos semelhantes a experiência perceptual.

Filmes Indígenas: práxis e cosmopolíticas Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Na atualidade, os cinemas indígenas são feitos por muitos coletivos, por muitas mãos e pelos próprios indígenas, ou em perspectiva colaborativa com os não-indígenas. Dessa forma, há uma gama muito larga do ponto de vista da forma e da linguagem, do conteúdo e da duração, da mise-en-scène e da auto-mise-en-scène. Nosso objetivo é discutir e matizar essas diferenças com o público e as realizadoras e realizadores de filmes apresentados no contexto do Prêmio Pierre Verger.

OF 09: Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre Fotografia Coordenação: Fabiana Bruno

(LA'GRIMA/Unicamp) Edgar Nunes Corrêa (UFMG)

Sessão 1 - Fotografias e narrativas antropológicas Ministrante: Cláudia Turra Magni (UFPEL)

Sessão 2 - Fotografias e dimensões poéticas e estéticas Ministrante: José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

Sessão 3 - Fotografia e montagens como modo de conhecer Ministrante: Felipe Camilo Mesquita Kardozo (UFC)

O Prêmio Pierre Verger (PPV), criado em 1996 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), consolidou-se como espaço incontornável para a circulação de pesquisas antropológicas expressas por meio de fotografias, filmes e desenhos. As obras premiadas passam a integrar um circuito de Mostras Itinerantes do Prêmio Pierre Verger, que percorrem várias regiões do país e do exterior. Nesta Oficina, a proposta é abrir o diálogo com realizadores e realizadoras sobre a relevância da pesquisa com e por

imagens para os estudos etnográficos empreendidos, sendo uma ocasião especial para o debate e a reflexão acerca dos processos de pesquisa com fotografias. Esse espaço será um lugar de diálogos sobre ensaios, obras e instalações fotográficas, seus processos de construção de narrativas, formas edição, montagens, dimensões estéticas e éticas e poéticas. Considerando a relevância do PPV, especialistas serão convidadas e convidados para comentarem as obras, ensaios e instalações fotográficas, interagindo com realizadoras e realizadores participantes da Oficina. Cada uma das duas sessões previstas contará com um debatedor ou uma debatedora e o objetivo será gerar reflexões e celebrarmos a Mostra do PPV e os realizadores e realizadoras que a tornaram possível o PPV, estimulando jovens pesquisadoras e pesquisadores a pensar a imagem como modo de conhecimento antropológico.

2.3) 47ª ANPOCS e 48ª ANPOCS

GT13. Imagem, democracia e re-existências

Coordenação: Fabiana Bruno (Unicamp), Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Descrição: Em tempos de crise das instituições democráticas, de descrédito das ciências e de disseminação de desinformações, as imagens fotográficas, audiovisuais e demais artefatos imagéticos ganharam uma renovada força para o enfrentamento do atual contexto político social. Ao lado disso, no campo dos estudos da imagem, o que se observa é uma saturação e descarte dos artefatos imagéticos, numa iconosfera em que os regimes visuais – em especial, as relações entre autoria, obra e recepção – foram alterados na direção de um porvir inimaginável. A circulação das imagens na internet e seus modos de arquivamento seguem a lógica dos algoritmos, transformando de forma acelerada os modos de pensamento, legitimação e atribuição de sentidos por imagem. Diante disso, uma série de desafios se impõem no entrelaçamento entre imagem, ciências sociais e ciência pública. Esse GT buscou acolher reflexões, discussões teórico-metodológicas e experiências sobre os novos regimes de produção, circulação, exibição e arquivamento de imagens, seus impactos nas socialidades contemporâneas e nos modos de re- existências imagéticas com vistas a uma ciência social pública.

3) WEBINÁRIOS CAV

Os webinários do CAV foram iniciados pela gestão 2019-20, com o objetivo de apresentar uma agenda de debates públicos e urgentes sobre Antropologia Audiovisual e foram seguidos na gestão 2021-2022, tornando-se um espaço importante de encontro e de construção de uma agenda para a Antropologia Visual Brasileira. Assim sendo, nessa gestão instituímos uma série de webinários intitulada “Caminhos da Antropologia Visual no Brasil, que contou com 4 encontros transmitidos pelo canal da TV-ABA.

A programação dos webinários teve a participação de convidados e convidadas, que reconstituíram as memórias do campo no Brasil e para além, com o intuito de recolocar em pauta os novos desafios da antropologia audiovisual, que foram depois levados para o debate durante o I Fórum da Rede de

Antropologia Audiovisual, realizado em setembro de 2024, em parceria com o LA'GRIMA e IFCH-Unicamp, em Campinas. Além disso, junto com LEPPAIS/UFPe foi lançada a versão lusofônica da Série Televisiva Cinema e Antropologia por Marc PiauIt.

Abaixo os webinários realizados, seus temas e convidados e convidadas:

3.1) Caminhos da Antropologia Visual no Brasil (25/09/2023)

Esse primeiro webinário contou com a participação da Profa. Dra. Clarice Ehrles Peixoto, fundadora do INARRA - Grupo de Pesquisa Imagens, Narrativas e Práticas Culturais, na UERJ, e do Prof. Dr. Etienne Samain, um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação em Multimeios, no Instituto de Artes, UNICAMP. O encontro foi mediado pela Profa. Dra. Daniele Borges, do LEPPAIS/ICHs, da UFPe e coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Bruno, do LA'GRIMA-IFCH, Unicamp, uma das coordenadoras do CAV.



3.2) Caminhos da antropologia visual no Brasil: Ocupar Telas, Ocupar Terras (27/11/2023)

Neste segundo webinar temos o prazer e a honra de receber os cineastas indígenas Edgar Kanaykõ Xakriabá e Takumã Kuikuro, ambos de renomado destaque no campo da antropologia audiovisual brasileira, importantes expoentes da produção cinematográfica indígena, e o professor Renato Athias, que é coordenador do NEPE (UFPE), membro do LAV (UFPE), e tem contribuído enormemente para os debates contemporâneos acerca da produção audiovisual indígena. O encontro foi mediado pelo Prof. Dr. Luis Felipe Hirano, um dos coordenadores do CAV-ABA, membro do GRAVI- USP, coordenador do Laboratório TELAA (UFG), vice-coordenador do Corpora (UFG). A coordenação da sessão foi feita pela Profa. Dra. Daniele Borges, vinculada ao LEPPAIS (UFPe).



3.3) Desafios Futuros para a Antropologia Visual na América Latina (26/02/2024)

O terceiro webinar da série contou com a presença dos pesquisadores Gastón Carreño, vinculado ao Centro de Pesquisa Diego Barros Arana e ao Serviço Nacional de Patrimônio Cultural do Chile e de Scott Robinson, vinculado a Universidad Autónoma Metropolitana do México. O encontro foi coordenado pela Profa. Dra. Fabiana Bruno (LA'GRIMA-IFCH, Unicamp), e os pesquisadores Dr. Mariano Baéz Landa (CIESAS, México) e Óscar Guarín (PUC, Colômbia) conduziram o debate da sessão.



3.4) Caminhos da antropologia audiovisual: experiências multimodais para uma antropologia pública 27/05/2024

O quarto webinar da série contou com a presença dos pesquisadores experientes no trabalho multimodal German Ayala Guarnizo, vinculado a Fundação Laboratório Accionar, Rogério do Pateo, vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais e Sandra Carolina Pulido Chaparro da Universidade de Humboldt. O encontro foi coordenado pelo Prof. Oscar Guarín Martinez da Pontifícia Universidad Javeriana e teve como debatedora Vi Gruvald da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



3.5) Série Televisiva Cinema e Antropologia por Marc Piauxt

O CAV/ABA junto com LEPPAIS/UFPeI lançou a versão lusofônica da Série Televisiva Cinema e Antropologia por Marc Piauxt. A série foi produzida pela Télé AMU

- Université AIX Marseille baseada no livro clássico “Antropologia e Cinema”, de Marc Piauxt. A série é referência importante para antropólogos/as visuais e cineastas, pois oferece a oportunidade de ver e ouvir a análise de Piauxt junto com as imagens em movimento. Além disso, o CAV/ABA e o LEPPAIS/UFPeI organizaram três webinários com grandes nomes da antropologia visual para comentar a série.



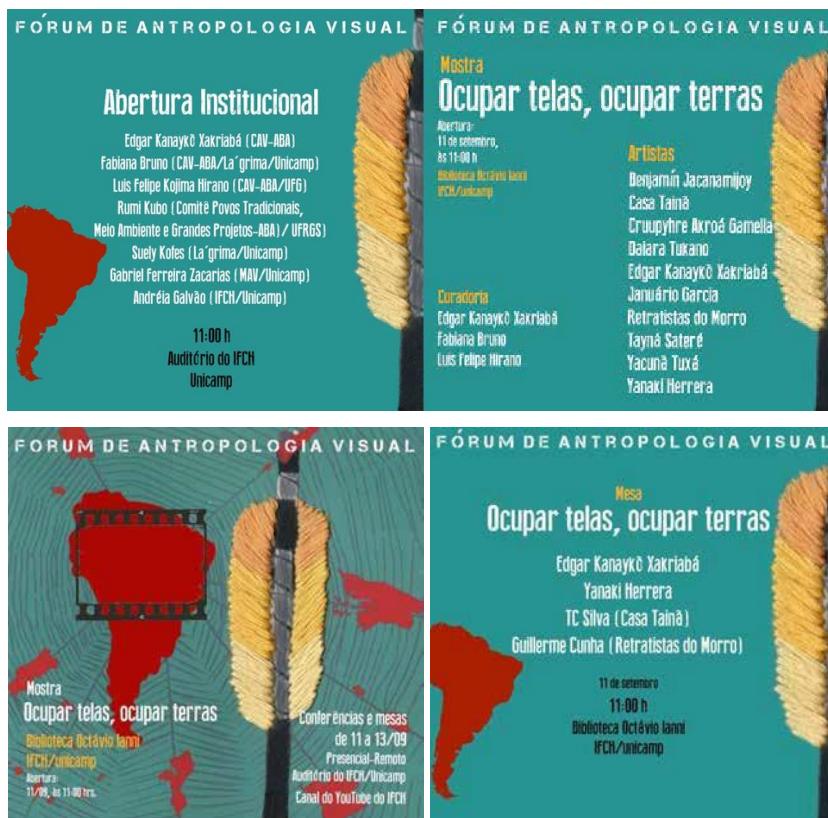
4) MOSTRA “OCUPAR TELAS, OCUPAR TERRAS” E FÓRUM DA REDE DE ANTROPOLOGIA AUDIOVISUAL

4.1) Mostra Ocupar Telas, Ocupar Terras

Entre os dias 11 e 13 de setembro (presencial-remoto), o Comitê de Antropologia Visual da ABA (CAV/ABA) organizou o Fórum de Antropologia Visual e a abertura da Exposição Ocupar Telas, Ocupar Terras. Ao lado desse Fórum com 4 mesas e 1 conferência abrimos a exposição “Ocupar Telas, Ocupar Terras”, com a curadoria dos coordenadores do CAV-ABA e de Edgar Kanaykô Xakriabá, na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Unicamp com obras de 10 artistas indígenas,

quilombolas e negros.

A mostra apresentou um panorama da resistência e dos ativismos pelo direito ao território expressos em especial por trabalhos de artistas indígenas, quilombolas e negros, que tem mobilizado uma importante revisão acerca do pensamento ocidental sobre o mundo das imagens, ocupando telas com outras formas de pensar a estética, a política e a produção audiovisual. A exposição foi inaugurada com a presença de 4 dos 10 artistas Edgar Kanaykô Xakriabá, Yanaki Herrera, TC Silva (Casa de Cultura Tainã) e Guilherme Cunha (Retratistas do Morro) com a realização de uma mesa especial demarcando outras questões fundamentais para a Antropologia Visual: a ocupação ou a re-ocupação das telas. A mesa de abertura do evento contou com a presença de Edgar Kanaykô Xakriabá, Fabiana Bruno (CAV-ABA/La'grima/Unicamp), Luis Felipe Hirano (CAV-ABA/UFG), Gabriel Ferreira Zacarias (MAV/Unicamp), Rumi Kubo (UFRGS), Suely Kofes (La'grima/Unicamp), Sônia Magalhães (ABA) e Andréia Galvão (IFCH/Unicamp).



A seguir o texto curatorial da mostra:

A exposição Ocupar Telas, Ocupar Terras toma por título uma expressão utilizada por Edgar Kanaykô Xakriabá, um dos curadores desta exposição. Apresentamos um panorama das resistências e ativismos pelo direito ao território, expressos em obras de Uaira Uaua (Benjamín Jacanamijoy), Casa de Cultura Tainã, Cruupyhre Akroá Gamella, Daiara Tukano, Edgar Kanaykô Xakriabá, Januário Garcia, Retratistas do Morro, Tayná Sateré, Yacunã Tuxá e Yanaki Herrera.

Entre fotografias, colagens, pinturas, desenhos e livros, a mostra buscou lidar com duas faces da violência colonial e da colonização dos futuros. De um lado, o agronegócio, as mineradoras e projetos de grande impacto ambiental avançam e invadem cotidianamente os territórios e os modos de vida dos povos originários, aviltando populações vulnerabilizadas como as negras, ribeirinhas e quilombolas, entre outras (Bispo dos Santos, 2022; Krenak, 2022).

De outro, tem-se a produção incessante e o controle algorítmico por parte das chamadas big techs – as grandes empresas que dominam o mercado digital. Conforme estimativa apresentada por Beiguelman (2021), a cada dois minutos, são “produzidas mais imagens que a totalidade das fotos feitas nos últimos 150 anos”. Somente no Instagram, por exemplo, publicam-se “mais de mil fotos por segundo” – o que nos provoca a um reenquadramento dos próprios espaços de circulação de imagens: “ocupar telas, ocupar terras”, como uma tarefa urgente.

Através desse movimento, buscamos a confrontação do pensamento ocidental sobre as imagens, propondo outras maneiras de produzi-las e reforçando a importância de ampliar a presença de outras narrativas em diferentes telas. Assim, Ocupar Telas, Ocupar Terras visou promover um amplo debate e reflexão sobre esses mecanismos e os modos de re-existência. As obras que ocuparam essa exposição são manifestos sensíveis dessa luta e a convocação de todas e todos pela defesa de territórios vivos e imagens plurais. (Edgar Kanaykô Xakriabá, Fabiana Bruno e Luis Felipe Hirano)

Referências:

Beiguelman, Giselle. Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo, Ubu, 2021.

Krenak, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo, Companhia das Letras, 2022. Bispo dos Santos. A terra dá, a terra quer. São Paulo, Ubu, 2022.

A exposição ficou em cartaz de 11 de setembro a 30 de outubro de 2024 e integrou também a programação da ANPOCS no mês de outubro. Durante todo o período em cartaz passaram pela exposição 21.651 pessoas, demonstrando um sucesso de público. A mostra só foi possível a partir do edital de apoio da ABA aos comitês, com o resultado da Chamada interna 001vABA/2023 - Apoio às ações de Comitês que promovam o "Fortalecimento da Antropologia no Brasil", tendo o CAV para essa proposta se juntado em uma parceria conjunta com o Comitê de Antropólogos Indígenas e Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. A iniciativa do Comitê de Antropologia Visual da ABA (CAV/ABA) e foi acolhida pelo LA'GRIMA- IFCH/Unicamp com apoio do IFCH a toda infra-estrutura dos auditório, espaço expositivo da Biblioteca IFCH e transmissão do evento pelo Canal do YouTube do IFCH: <https://www.youtube.com/@ifchunicamp1>, além do apoio dos Programas PPGAS e PPGCS-Unicamp, da ProEC DCult (Diretoria de Cultura) - Unicamp, MAV (Museu de Artes Visuais)-Unicamp e IMS-Instituto Moreira Sales.

4.2) Fórum de Antropologia Visual

A abertura do Fórum de Antropologia Visual ocorreu no mesmo dia 11 de setembro, logo depois dos eventos relativos a mostra e mesa Ocupar Telas, Ocupar Terras. O Fórum de Antropologia Visual buscou discutir temas importantes na área que vão desde a curadoria, arquivos, divulgação científica até inteligência artificial a partir de conferência e mesas-redondas.

Durante o período noturno foi realizada a mesa de abertura do Fórum de Antropologia Visual com o Prof. Dr. Mariano Baez Landa (Ciesas-México) e Fabiana Bruno (CAV/ABA-La'grima/Unicamp). Posteriormente, tivemos a conferência de Ilana Seltzer Goldstein (Unifesp) intitulada "Antropologia e curadoria: desafios de mediação". Nos dias 12 e 13, as atividades do fórum foram realizadas no modo remoto e transmitidas pelo Canal do YouTube do IFCH: <https://www.youtube.com/@ifchunicamp1>.

Destacamos a programação abaixo:

Dia 12 de setembro – Canal do YouTube do IFCH 9:00-11:00

Mesa 1 - Arquivos imaginários e futuros possíveis

Óscar Guarín Martínez (PUJ/Colômbia) Sylvia Caiuby Novaes (USP) Fabiana Bruno (CAV/ABA - La'grima/Unicamp) Rogério Duarte do Pateo (UFMG)

14:00-16:00

Mesa 2 - Os desafios e experiências de ensino em antropologia audiovisual

Mariano Baez Landa (Ciesas/México) Ana Lucia Ferraz (UFF)

João Martinho Braga de Mendonça (UFPB) Cornélia Eckert (UFRGS)

Dia 13 de setembro – Canal do YouTube do IFCH 9:00-11:00

Mesa 3 - Antropologia visual e divulgação científica: diferenças e contribuições para uma antropologia pública

Marcos Albuquerque (UERJ)

Luis Felipe Hirano (CAV/ABA-UFG) Denise Machado Cardoso (UFPA)

14:00-16:00

Mesa 4 - Do analógico ao digital: Entre grafias e Inteligências Antropológicas (IA)

Aina Azevedo (UFPB) Daniele Borges (UFpel)

Daniela Rodrigues (ANFAA-IDEAS) Juliane Helanski (UNICAMP)



As quatro mesas da programação do Fórum de Antropologia Visual “Ocupar Telas, Ocupar Terras” promovidas ao longo de três dias propusemos debater no âmbito da Rede de Antropologia Visual do Brasil e América Latina alguns temas que compõem a pauta e os desafios da antropologia visual. Entre eles, estiveram a curadoria e a mediação, os arquivos e os imaginários, a inteligência artificial, as grafias e a inteligência antropológica, o ensino e o ensinar-fazer, a antropologia visual, a divulgação científica e as contribuições para uma antropologia pública.

Esses temas e seus debates fomentados pelas mesas desse Fórum puderam abrir caminhos e balizar muitos dos desafios futuros da Rede de Antropologia Visual, seus compromissos com o conhecimento, a produção antropológica com imagens e sons e o seu engajamento com os debates públicos para além dos quadros acadêmicos. Uma das importantes preocupações da gestão atual no Comitê de Antropologia Visual.

5) PRÊMIO PIERRE VERGER

O Prêmio Pierre Verger (PPV) em sua edição 2024 foi realizado em Belo Horizonte, MG com o apoio efetivo do CAV em todas as suas etapas fundamentais para a realização do prêmio e do pré-evento: da escrita de projetos para solicitação de recursos ao PAEP-CAPES e a Wernner-Gren Foundation ao trabalho de produção e execução do evento em suas várias frentes (curadoria de mostras; coordenação

de mesas e debates; produção de catálogos e textos). A edição 2024 do PPV foi a primeira presencial desde as últimas duas realizações online, que aconteceram durante a pandemia e ampliaram o caráter de internacionalização do prêmio.

Assim, embora os desafios presenciais do prêmio fossem enormes era de fundamental importância que o PPV mantivesse a qualidade das últimas duas edições em termos de interlocução com uma agenda de convidados e convidadas de vários países para intercâmbio e ampliação de debates. A realização das mostras igualmente apresentava-se de maneira desafiadora em termos presenciais.

Essas frentes representaram um enorme muito trabalho para a equipe do PPV, presidida pela Profa. Dra. Lisabete Coradini, que tendo nos participado desses desafios, conjuntamente decidimos por estreitar mais ainda os laços juntando-nos às frentes de coordenação e execução de trabalhos do PPV.

Os resultados foram excepcionais para a primeira edição presencial desde a pandemia. O número de trabalhos inscritos em todas as categorias do PPV ultrapassou as expectativas o que representou ainda outros desafios de trabalho para as equipes. Esse volume de trabalhos inscritos impactou diretamente nas mostras de filmes, fotografias e desenhos que necessitaram da ocupação de uma sala de cinema locada para a mostra de filmes e o espaço expositivo da Reitoria da UFMG para abrigar a mostra de fotografias e desenhos, que pela primeira vez contou com uma expografia (incorporando identidade visual, pintura de painéis e etc) discutida com os próprios autores e autoras, a partir de seus trabalhos selecionados.

Finalmente, essas produções também foram possíveis, pois o PPV foi contemplado com recursos do PAEP-Capes e WG, o que resultou igualmente muita dedicação da equipe para executar todas as frentes do prêmio, que nessa edição pode-se dizer passa a ganhar o patamar de um importante festival.



6) COLETÂNEA “HISTÓRIAS DA ANTROPOLOGIA VISUAL LATINO- AMERICANA”

Durante a nossa gestão começamos a organizar a coletânea “Histórias da Antropologia Visual Latino-Americana”, que visa endereçar uma lacuna existente no campo de antropologia visual no que diz respeito as histórias, no plural, da constituição dessa sub-área em nossa disciplina em diferentes países da América Latina. A maior parte das coletâneas existentes, que são de fundamental importância para o nosso campo, visam destacar experiências de pesquisa e ensino no campo da antropologia visual. A formação desse campo em diferentes países latino-americanos está dispersa em artigos e coletâneas de revisão bibliográfica. Com isso em mente, buscamos na presente proposta unir essas diferentes histórias e pensar os desafios presentes e futuros na constituição da antropologia visual na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, entre outros países latinoamericanos. Busca-se, assim, um diálogo mais fértil a partir de histórias compartilhadas e pela revisão os cânones desse campo, que em geral se concentram na antropologia euro-estadunidense.

7) APOIOS

O CAV também apoiou, além de fortemente o Prêmio Pierre Verger, a realização do Encontro de 30 anos do INARRA organizado pela Profa. Dra. Clarice Peixoto (UERJ) e Marcos Albuquerque (UERJ). Outro evento apoiado pelo CAV foi a IV Mostra Latino Americana de Filmes Etnográficos organizado pelo NAVIS/UFRN, coordenado pela Profa. Dra. Lisabete Coradini. Por fim, apoiamos a V Mostra de Filmes Etnográficos Arandu (UFPB), organizado pelo Prof. Dr. João Martinho.

XV Prêmio Pierre Verger de Filmes
XII Prêmio Pierre Verger de Ensaio Fotográfico II Prêmio Pierre Verger de Desenho
34ª Reunião Brasileira de Antropologia
Edição 2024⁴
Resumo

O Prêmio Pierre Verger – Edição 2024 aconteceu entre os dias 19 e 26 de julho de 2024.

A 15ª Mostra de Filmes Etnográficos, antecedeu a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e ocorreu na sala de cinema Santa Teresa, centro de Belo Horizonte. A programação foi estruturada conforme o planejado: Pré -Evento: a) Mostra de Filmes Etnográficos, b) Conferências Magistrais com Olinda Tupinambá (cineasta indígena) e Faye Ginsburg (Antropóloga/NYU) c) Conferência online com Isabel

⁴ Para acessar o caderno de imagens do PPV 2024, acesse: <https://portal.abant.org.br/relatorio-de-atividades-do-comite-antropologia-visual-gestao-2023-2024/>

Noronha e Camilo de Souza (Cineastas/Moçambique), d) Roda de Conversa com Peggy Vail (Antropóloga /NYU), e) Mesas- Redondas, com convidados/as com expertise reconhecida no campo da antropologia visual.

A 12ª Mostra de Ensaios Fotográficos e 2ª Mostra de Desenho aconteceu no saguão da Reitoria da UFMG, no âmbito da 34ª RBA. Além das mostras, foram realizadas as oficinas de fotografia e desenho que integraram a programação oficial e ocorreram com artistas e acadêmicos em diferentes estágios de suas carreiras, com reconhecida experiência na área, campo artístico e/ou acadêmico.

O site do evento (<https://premiopierreverger.com.br>) permanece como memória e fonte de pesquisa e nele estão permanentemente disponíveis, em português e em inglês, todas as reflexões que desenvolvemos a partir desse encontro de pesquisadores de diferentes países. O Prêmio Pierre Verger foi e segue sendo de fundamental importância para a consolidação do valor acadêmico da produção de imagens e sons na disciplina.

1. COMISSÕES

COMISSÃO ORGANIZADORA - Gestão 2023-2024 - PPV

Lisabete Coradini (UFRN), Presidenta

Fabiana Bruno, coordenadora do CAV (UNICAMP) Luis Felipe Hirano, coordenador do CAV (UFG) Ana

Paula Ribeiro Alves (UERJ)

Alessandro Campos (Festival Internacional do Filme Etnográfico do Pará/UFPA) Daniele Borges Bezerra (UFPe)

Eduardo Vargas (UFMG)

Felipe Camilo (Escola Porto Iracema das Artes - IDM/Secult-Ce) Jaime Diakara (UFAM)

José Duarte Barbosa Júnior (IFRN) Junia Torres (Filme de Quintal) Karina Kuschnir (UFRJ)

Sophia Pinheiro (FAAP) Tatiana Lotierzo (USP)

COMISSÃO JULGADORA

Edgar Xakriabá Eustáquio Neves Lilian Solá Santiago Patricia Reinheimer

Curadoria das obras fotográficas e desenhos

Daniele Borges (UFPe) Eduardo Vargas (UFMG) Fabiana Bruno (Unicamp)

Felipe Camilo (Escola Porto Iracema das Artes - IDM/Secult-Ce) José Duarte Júnior (IFRN)

Karina Kuschnir (UFRJ) Sophia Pinheiro (UFF) Tatiana Lotierzo (USP)

Curadoria dos filmes etnográficos

Alessandro Campos (Festival Internacional do Filme Etnográfico do Pará/UFPA) Junia Torres (Filmes de Quintal)

Lisabete Coradini (UFRN) Luis Felipe Hirano (UFG)

2. Objetivos e Justificativas

O Prêmio Pierre Verger nunca deixou de acontecer desde a sua criação em 1996. A partir de edital aberto e divulgado pela Associação Brasileira de Antropologia, a Comissão Organizadora do PPV recebe filmes, ensaios fotográficos e desenhos que, após selecionados, são encaminhados a um júri independente e de renome internacional, para deliberação e atribuição de prêmios e menções honrosas.

O Prêmio Pierre Verger (PPV) é a mais importante conferência, exposição e premiação da produção visual/audiovisual da antropologia brasileira. Sua proposta vem se afirmando enquanto vitrine e um espaço de crítica, reflexão e experimentação para o desenvolvimento de uma antropologia pública.

Nessa edição, os objetivos foram plenamente alcançados, tanto em termos de inscrições de filmes, ensaios fotográficos e desenhos, quanto em termos de público. Foram 72 filmes inscritos, 43 ensaios fotográficos e 8 desenhos inscritos. Para a mostra de filmes dos finalistas foram exibidos 22 filmes no Cine Santa Teresa, entre os dias 19 e 22 de julho de 2024, e na exposição fotográfica e desenho, que foi aberta no dia 22 de julho e continuará em exibição no Saguão da Reitoria da UFMG até o dia 20 de outubro de 2024. Em termos de Ações Afirmativas, 9 autores foram contemplados com auxílio e os filmes, ensaios fotográficos e desenhos tinham diversidade regional, institucional e internacional. A mostra de filmes contou com um público de 900 pessoas e a exposição ainda em andamento já recebeu mais de 2.500 pessoas. O sucesso de público também se deve às conferências e mesas no formato presencial com Olinda Tupinambá, Faye Ginsburg e Pegi Veil. E, a conferência de Camilo de Souza e Isabel Noronha, cineastas moçambicanos, no formato online.

A comissão organizadora do PPV edição 2024, enfrentou o enorme desafio de realizar uma edição presencial depois de dois anos no formato remoto. Esse cenário colocou novas questões e dificuldades, e a possibilidades da realização de um encontro presencial, só foi possível ao inestimável apoio da Fundação Wenner-Gren. Com esse financiamento, realizamos a 15ª Mostra de filmes etnográficos, a 12ª Mostra de ensaios fotográficos e a 2ª de desenhos. Conseguimos promover as ações afirmativas cujo objetivo é mitigar os processos históricos de acesso desigual por diferentes grupos sociais, buscando promover valores relacionados aos direitos humanos e a uma sociedade mais democrática e democrática e inclusiva. Com o objetivo de incentivar uma ampla presença e participação no programa Prêmio Pierre Verger como um todo, nosso edital estabeleceu uma reserva de 20% para trabalhos submetidos por pesquisadores negros, indígenas, trans e/ou com deficiência.

Com apoio da fundação Werner Gren garantimos a presença dos/as Conferencistas e júri, com passagens e hospedagens. Além disso, foi possível cumprir com a agenda de acessibilidade, todas as conferências, mesa-redonda e debates contaram com intérpretes de libras e tradutores.

Nessa edição contamos com o apoio do Programa de Eventos no País (PAEP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com esse apoio financeiro, houve um maior avanço nos processos de internacionalização do prêmio. Bem como a logística que mobilizou um árduo trabalho de montadores, monitores, intérpretes, tradutores, técnicos de som e imagem.

Como resultado, criamos o site do evento em formato totalmente bilingue (português e inglês). O apoio da Fundação Wenner-Gren permitiu que esta publicação fosse disponibilizada de forma perene, constituindo também uma memória para a edição e do prêmio. Adicionalmente, com o objetivo de potencializar os resultados do evento, iniciamos a organização de um livro que provavelmente será publicado pela Editora Hucitec em parceria com a Editora da Associação Brasileira de Antropologia. Para tanto, solicitamos aos participantes das mesas-redondas que produzissem e nos enviassem textos baseados em suas apresentações e estamos traduzindo para o português os textos de Faye Guinsburg e Peggy Veil.

Essa agenda de divulgação inclui também um crescente processo de internacionalização do Prêmio Pierre Verger que se iniciou em edições anteriores, mas, acredito, está bastante consolidado na atual onde, entre conferências e mesas redondas, além do Brasil, temos pesquisadores de Colômbia, Chile, Argentina, Equador, México, Moçambique, Espanha, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, França.

Além disso, graças ao apoio da Fundação Wenner-Gren, toda a programação do Prêmio Pierre Verger está também disponível em inglês, permitindo ao Prêmio entrar num circuito internacional de discussão sobre antropologia audiovisual.

3. PROGRAMA

Pierre Verger Awards - 2024 Edição

Date: Julho 19h as 22h 2024 (Pre-evento) abertura

Date: Julho 19h 2024 Time: 7 PM

Andréa Zhouri (ABA President)

Lisabete Coradini (PVV Presidente) Luis Felipe Hirano (CAV Coordenador) Fabiana Bruno (CAV Coordenador)

Coordenação - José Duarte Barbosa Júnior (IFRN) Local: Santa Tereza Cinema Room, Belo Horizonte/BH

Discursos de abertura: Ailton Krenak e Olinda Tupinambá (cineasta indígena).

Coordenação - Lisabete Coradini (UFRN) e Alessandro Campos (Festival Internacional do Filme Etnográfico do Pará/UFGA)

Data: 19 de julho de 2024 Horário: 19:30h

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

Palestra sobre o filme: Trilhas de Gringo

Com a diretora, Pegi Vail (antropóloga, cineasta e professora da NYU) Coordenação: Tatiana Lotierzo (USP)

20 de julho

Horário: 17h às 18h30

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

XV Prêmio Pierre Verger para Filmes Etnográficos

Exibição dos filmes concorrentes na presença dos diretores, do júri do festival e do comitê de organização do PVA

Data: 20 a 22 de julho

Horário: 9 às 21 horas

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

Exibição: Sonhamos com um País (70') 14h às 15h30 Conferência: Cinema, sonhos e resistência

Isabel Noronha (cineasta moçambicana) e Camilo de Souza (cineasta moçambicano) Coordenação:

Lisabete Coradini (UFRN) e Lilian Solá Santiago (cineasta - ECA - USP- LabArteMidia)

Data: 21 de julho

Horário: das 14:00 às 15:30

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

Abertura da exposição de fotografia e desenho

Mesa redonda: Insurgências estéticas na fotografia, no desenho e nas conversas sobre arte Coordenação:

Daniele Borges (UFPEL)

Expositores: Eduardo Vargas (UFMG), Fabiana Bruno (UNICAMP) e Tatiana Lotierzo (USP) Data: 22 de julho

Horário: 18:00 às 19:30

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

Conferência Especial: Imaginários de arquivo, mídia indígena e etnografia sensorial Faye Ginsburg (NYU)

Coordenação: Luís Felipe Hirano (UFG) Data: 22 de julho de 2024 Horário: 19:30h

Local: Cine Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

XII Prêmio Pierre Verger de Ensaio Fotográfico e II Prêmio Pierre Verger de Desenho. Exposições

Data: 23 de julho a 15 de outubro Horários: 9 às 21 horas

Local: Prédio da Reitoria da UFMG Cerimônia de premiação

Data: 23 de julho de 2024

Horário: das 18h30min às 19h30min

Local: Cine Theatro Brasil Vallourec - Durante a abertura da 34ª RBA

Oficinas de cinema, fotografia e desenho 24 a 26 de julho

Horário: 08h30min às 10h30min Local: UFMG

Workshop de Fotografia do Prêmio Pierre Verger: Diálogos Fotográficos - Coordenação: Fabiana Bruno (IFCH - Departamento de Antropologia/LA'GRIMA) e Edgar Nunes Corrêa (UFMG)

Horário: 8h30 às 10h

Local: Auditório da Reitoria - UFMG Sessão 1 - Claudia Turra Magni (UFPEl)

Sessão 2 - José Duarte Barbosa Júnior (IFRN) Sessão 3 - Felipe Camilo Mesquita Kardozo (UFC)

Workshop Filmes Etnográficos Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre Filmes Etnográficos Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN) e Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Horário: 8h30 às 10h

Local: Auditório B101 - CAD 3- UFMG Sessão 1 - Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Sessão 2 - Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Sessão 3 - João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

Oficina de desenho: Desenho-conhecimento e outras geminações antropológicas Coordenação: Aina Azevedo (UFPB), Sophia Pinheiro (UFF), Tatiana Lotierzo (USP) Horário: 8h30 às 10h

Local: Sala B 413 - CAD 2- UFMG

Sessão 1 - Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO) Sessão 2 - Rachel Paterman (Fiocruz)

Sessão 3 - Alexandre Silva (UFPA)

Exibição de filmes premiados 25 e 26 de julho

Horário: 18:30h

Local: Auditório B101 - CAD 3- UFMG

4. CONFERENCIAS

A . Conferencias -

1. Cinemas plurais e os perigos de uma história única-Olinda Tupinambá-Brasil

Esta conferência abordou o debate sobre o emergente cinema contemporâneo contra-colonial e colocar em pauta a problemática da resistência, da luta, do fazer político e do fazer filmes etnográficos. Para o líder indígena, filósofo e artista Ailton Krenak, a “demarcação das telas” significa uma ocupação de territórios de construção de sentido pelos cineastas indígenas – e poderíamos estender essa ideia a outros espaços de produção visual. Para Olinda Tupinambá, ocupar as telas significa ecoar as vozes da ancestralidade que denunciam a opressão e demarcam a existência dos povos indígenas.

2. Cinema, sonho e resistência - Isabel Noronha e Camilo de Souza, Moçambique

A palestra proferida por Isabel Noronha e Camilo de Souza (Moçambique) e refletiu sobre os valores

intrínsecos ao cinema contemporâneo contra-colonial em relação às epistemes que se localizam desde diálogos Sul-Sul. A conferência foi um chamado para pensar a narrativa visual e audiovisual como uma ferramenta eficaz de descolonização, resistência e solidariedade

3. “Embedded Aesthetics: Creating a Discursive Space for Indigenous Media”, Faye Guinsburg, NY

A palestra proferida por Faye Ginsburg e será baseada no trabalho “Embedded Aesthetics: Creating a Discursive Space for Indigenous Media”, que defende a ideia de que filmes – e poderíamos ampliar essa proposta para fotografias ou desenhos – se fazem incorporando valores, protocolos e metodologias de cada comunidade.

b. Mesa redonda

Mesa redonda: Mostra de Ensaios Fotográficos e Desenhos

Coordenação: Daniele Borges (UFPEL)

Comunicadores: Eduardo Vargas (UFMG), Fabiana Bruno (UNICAMP) e Tatiana Lotierzo (USP) Data: 22/07

Horário: 18h às 19h30

Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte

Mesa redonda : Gringos trails com Peggy Veil Coordenação:Tatiana Lotierzo (USP)

Dia 20 de julho –

Horário : 17h - 18h30

Local: Sala de Cinema Santa Tereza, Belo Horizonte/BH

c. Workshops

Oficinas de filmes, fotografias e desenhos Dias 24 a 26 de julho -

Horário: 08:30 às 10:30 Local : UFMG

5. PREMIO

a. FILME ETNOGRÁFICO

1º Lugar longa-metragem:

Ricardo Aleixo: Afro-Atlântico (Direção: Rodrigo Lopes de Barros)

2º Lugar longa-metragem:

Black Rio! Black Power! (Direção: Emílio Domingos)

3º Lugar longa-metragem:

Cantos de Jaguar (Direção: Yeimy Araque Contreras)

1º Lugar média-metragem:

Uma Mulher Comum (Direção: Debora Diniz)

2º Lugar média-metragem:

Acervo ZUMVI - O Levante da Memória (Direção: Iris de Oliveira)

3º Lugar média-metragem:

Sou Moderno Sou Índio (Direção: Carlos Eduardo Magalhães)

Menção honrosa:

Jijet - Como estudamos nossos cantos (Direção: Hugo Prudente e Lia Malcher)

b. DESENHOS

1º Lugar:

Fazer-cidade-em-rodas: uma (etno)grafia desenhada sobre dos usos e sentidos atribuídos ao carrinhos nas práticas socioculturais em um mercado público paraibano (João Vítor Velame)

2º Lugar:

Fabulações em laboratórios de antropologia: as experiências no LABareDA (Katieanne de Sousa Almeida)

3º Lugar:

“As pedras têm vida, tem bicho, mato, árvore, cabrito, vaca”: o olhar do desenho sobre Paisagem, Trabalho e Patrimônio da lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã, RS (Flávia Rieth)

Menção honrosa:

Nossas senhoras: livro de retalhos (isabella a. guimarães)

c. ENSAIO FOTOGRÁFICO

1º Lugar:

Espelhos da memória: imagens de arquivo e o resgate do passado (Laura Guimarães, Gabriel Cardoso, Andressa Iremex Apinajé)

2º Lugar:

O sol daqui é amarelo (Henrique Fujikawa)

3º Lugar:

Parque Progresso (Nuno Godolphim)

Menção honrosa:

De palha e de ouro (Kelwin Marques Garcia dos Santos)

6. APOIO FINANCEIRO

Wenner Green US\$ 19,940 e CAPES PAEP 60.000,00

7. Publicação

a. Website

PVA Website (Portuguese version) <https://www.premiopierreverger.com.br/>

PVA Website (English version): <https://www.pierreverger.com.br/>

Catálogo Prêmio Pierre Verger 2025- impresso - Portuguese version (anexo) Folder - programação completa (anexo)

Catálogo online - Portuguese version and English version

b. Book que será publicado pela Hucitec 2025. Organizado por Lisabete Coradini, Luis Felipe Hirano, Tatiana Lotierzo, Fabiana Bruno.

8. Imprensa nacional /divulgação jornal e redes sociais

PPGAS UFRN

https://www.instagram.com/ppgasufrn/p/C9SiA9wuslx/?img_index=1 Viraliza BH 16/07

<https://viralizabh.com.br/belo-horizonte-recebe-atividades-do-premio-pierre-verger/>

Culturadoria 16/07 <https://culturadoria.com.br/evento/premio-pierre-verger/>

Culturadoria 16/07 <https://culturadoria.com.br/agenda-cultural/>

Correio do Brasil 17/07

<https://www.correiodobrasil.com.br/belo-horizonte-recebe-atividades-premio-pierre-verger/>

Revista de Cinema 17/07

<https://revistadecinema.com.br/2024/07/premio-pierre-verger-realiza-a-15a-mostra-de-filmes-etnograficos/>

Portal FGV 17/07

<https://portal.fgv.br/noticias/espelhos-memoria-ensaio-fgv-cpdoc-povo-apinaje-concorre-premiacao-fotografia>

Cenário Minas 17/07

<https://cenariominas.com.br/belo-horizonte/belo-horizonte-recebe-atividades-do-premio-pierre-verger/>

Pula BH 17/07 https://www.instagram.com/p/C9isazOuGLg/?img_index=1 Revista de Cinema 17/07

<https://www.instagram.com/p/C9iOOCBBwTH/>

G1 18/07

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/07/18/comeca-o-festival-de-inverno-da-ufmg-com->

[programacao-gratuita.ghml](#)

Portal Impactto 18/07

<https://portalimpactto.com.br/noticia/3023/ufmg-realiza-festival-de-inverno-com-programacoes-gratuitas>

18/07 BH Eventos

<https://www.bheventos.com.br/noticia/07-18-2024-ailton-krenak-e-olinda-tupinamba-abrem-as-atividades-do-premio-pierre-verger-nesta-sexta-feira-em-belo-horizonte>

18/07 Paracatu News

<https://paracatunews.com.br/noticia/53369/comeca-o-festival-de-inverno-da-ufmg-com-programacao-gratuita>

18/07 Muzirama

<https://www.muziramafm.com.br/news-comeca-o-festival-de-inverno-da-ufmg-com-programacao-gratuita>

18/07 Culturadoria <https://culturadoria.com.br/pierre/>

18/07 Santa Tereza Tem <https://7.santaterezatem.com.br/eventos/mostra-premio-pierre-verger/>

18/07 Grupo Diário

<https://www.diariopublicidade.com.br/nb2/mg/minas-gerais/noticia/2024/07/18/comeca-o-festival-de-inverno-da-ufmg-com-programacao-gratuita.ghml>

18/07 Painei Cultural

<https://painelcultural.com.br/ailton-krenak-e-olinda-tupinamba-abrem-as-atividades-do-premio-pierre-verge>

19/07 Itatiaia

<https://www.itatiaia.com.br/gastronomia/oncevai/2024/07/19/o-que-fazer-em-belo-horizonte-e-na-rmbh-neste-final-de-semana-de-19-a-21-de-julho>

19/07 Falei Tô Leve

<https://faleitolevebh.com.br/eventos/ailton-krenak-e-olinda-tupinamba-abrem-as-atividades-do-premio-pierre-verger-nesta-sexta-feira-em-belo-horizonte/>

19/07 Raiz Arte

<https://raiz.art.br/2024/07/19/premio-pierre-verger-realiza-a-15a-mostra-de-filmes-etnograficos/>

Comitê Deficiência e Acessibilidade

Introdução

O Comitê de Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (CODEA/ABA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade dentro da comunidade antropológica brasileira e para além dela. Sua atuação abrange diversas frentes, consolidando-se como um espaço crucial para o debate e a ação em torno da temática da deficiência.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Comitê, destacam-se:

- *Participação ativa nas reuniões científicas da ABA:* O Comitê assegura a presença da temática da deficiência nos debates antropológicos, promovendo sessões, mesas-redondas e outras atividades que visam disseminar pesquisas e reflexões sobre o tema.
- *Apoio técnico para acessibilidade na gestão e realização de encontros:* O Comitê oferece suporte técnico para garantir a acessibilidade física, comunicacional e atitudinal nos eventos da ABA, buscando criar espaços inclusivos para todos os participantes.
- *Elaboração de manuais de acessibilidade:* O Comitê trabalha na produção de materiais informativos e educativos sobre acessibilidade, com o objetivo de orientar e sensibilizar a comunidade antropológica e o público em geral.
- *Atividades de editoria e produção de notas técnicas:* O Comitê contribui para a disseminação do conhecimento sobre deficiência por meio da publicação de artigos, tradução de textos, organização de dossiês em revistas científicas, notas técnicas e outros materiais, buscando influenciar as políticas públicas e as práticas sociais.
- *Atuação nas instituições de origem de membros/as do Comitê:* o Comitê tem, ao longo de sua existência, colaborado localmente nas políticas de acessibilidade das instituições de origem de seus membros.

A atuação do Comitê tem se mostrado essencial para a construção de uma antropologia mais inclusiva e atenta às questões da deficiência. No entanto, alguns desafios ainda se apresentam:

- *Maior diversidade regional do Comitê:* Ampliar a representatividade de diferentes regiões do país é um desafio constante, buscando garantir a pluralidade de perspectivas e experiências dentro do Comitê.
- *Mapeamento de associados com deficiência:* Se faz necessário que a ABA faça sistematicamente o levantamento de associados que se autodeclaram pessoas com deficiência. Este levantamento deve ser realizado já na ficha de filiação e ser incluído nos mapeamentos de perfil dos Associados, tal qual o que foi realizado em 2024.
- *Maior participação de pessoas com deficiência no Comitê:* A inclusão de um número maior de pessoas com deficiência no Comitê é fundamental para fortalecer a legitimidade e a efetividade de suas ações, garantindo que as vozes e as experiências das pessoas com deficiência sejam centrais nas discussões.

- *Melhoria e ampliação do diálogo entre comitês:* Embora tenhamos estabelecido contatos com outros Comitês da ABA, pensamos que ainda se faz importante fortalecer o diálogo e a colaboração entre eles de modo mais institucionalizado e sistemático. Esta tarefa é fundamental para transversalizar a temática da deficiência e promover ações conjuntas que ampliem o impacto das iniciativas.
- *Capacitação das empresas contratadas para organizar os eventos da ABA:* É crucial que as empresas contratadas pela ABA para a organização de eventos e outras atividades contem com pessoal disponível e especializado em acessibilidade e inclusão, não dependendo exclusivamente da assessoria de membros CODEA. O Comitê deve atuar como consultor estratégico, garantindo a qualidade das ações, mas a responsabilidade pela implementação das medidas de acessibilidade deve ser compartilhada com as empresas contratadas.
- *Representação em Brasília:* A necessidade de um/a representante do Comitê em Brasília para atender a compromissos junto ao Governo Federal tem se mostrado um desafio, especialmente com o retorno das atividades presenciais após a pandemia de COVID-19. A distância física dificulta o acompanhamento próximo das pautas e a participação em agendas importantes nos Ministérios, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos.

Apesar dos desafios, a atual gestão do Comitê está empenhada em avançar nas pautas da acessibilidade e inclusão. Um exemplo disso é o processo atual de proposição de um livro da ABA com a temática "Antropologia da Deficiência", que busca consolidar e divulgar a produção antropológica sobre o tema. Estamos buscando viabilizar esta publicação com textos de membros e ex-membros do Comitê para, posteriormente, apresentar à ABA.

Em suma, o Comitê de Deficiência e Acessibilidade da ABA desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e na produção de conhecimento sobre deficiência no campo antropológico. A superação dos desafios atuais é fundamental para fortalecer ainda mais sua atuação e garantir uma antropologia cada vez mais diversa e inclusiva.

Atividades

1. Organização de Revistas Científicas

- Educação e Realidade, v. 49 (2024) - Estudos da Deficiência na Educação - Orgs. Marivete Gesser e Anahí Guedes de Mello. ISSN: 2175-6236.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/5130>
- Iluminuras, v. 24, n. 66 (2023) - Deficiência, políticas e poéticas do acesso: reconfigurando o corpo e a sociedade - Orgs. Valéria Aydos, Marco Antônio Gavério e Anahí Guedes de Mello. E-ISSN: 1984-1191.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/issue/view/5041>
- Revista Estudos Feministas, v. 32, n. 3 (2024) - Estudos Feministas da Deficiência: diálogos interseccionais - Orgs. Anahí Guedes de Mello, Marivete Gesser e Debora Diniz. ISSN: 1806-9584.
<https://www.scielo.br/i/ref/i/2024.v32n3/>

- (2023) Participação na Comissão Organizadora do 10º Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC) - UFRJ (Pedro Lopes): <https://www.ufrgs.br/10enac/>
- (2023) Participação na Comissão Organizadora da Conferência Temática de Acessibilidade Cultural: Direitos Culturais e Cultura do Acesso - UFRJ e Ministério da Cultura (Pedro Lopes): <https://www.ufrgs.br/10enac/resultado-conferencia-tematica/>
- (2024) Participação na Comissão Organizadora da 34ª RBA - UFMG (Anna Paula Vencato e Pedro Lopes)
- (2024) Comissão de Acessibilidade da 34ª RBA - UFMG (Anna Paula Vencato, Fernanda Maciel e Pedro Lopes)
- (2024) Participação na Comissão de Ações Afirmativas da 34ª RBA - UFMG (Anna Paula Vencato)
- (2024) Participação na Comissão Organizadora da 2ª Conferência Livre de Acessibilidade Cultural (CLAC): Direitos Humanos, Arte e Cultura Anticapacitista - UFRJ e a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Cidadania e Direitos Humanos (Pedro Lopes): <https://www.ufrgs.br/10enac/conferencia-livre/>

5. Oficinas em Eventos Científicos

10º Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC (2023) - Minicurso “Provocando a capacidade: por que deficiência é um tema pra todo mundo?”. Ministrantes: Raquel Guerreiro (UFRJ) e Pedro Lopes (ABA e UFRJ). <https://www.ufrgs.br/10enac/minicursos/>

6. Produção de Material sobre Acessibilidade

- (2023) Política de Acessibilidade na XIV RAM - Comissão de Acessibilidade da XIV RAM (Olivia von der Weid e Pedro Lopes) - https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1368
- (2023) Segunda edição, revista e ampliada, da cartilha Acessibilidade em Ambientes Acadêmicos – Gislane Monte Vale, Olivia von der Weid, Pedro Lopes
<https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOiY6InBhcmFtcyl7czozNToiYT0xOntzOiEwOiJJRF9BUiFVSZPlitzOiO6IiY0ODgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMioiNTYxZiY0ZTc5NTM1NGYxMzc2ZDBhZmU1MGZkMiI2YT0iO30%3D>
- (2024) Política de Acessibilidade na 34ª RBA
https://34rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=911
- (2024) Disponibilização de Rotas Acessíveis para participantes da 34ª RBA - (em parceria com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI/UFMG)
https://34rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=879
- (2024) Orientações sobre Audiodescrição para a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia – Anna Paula Vencato, Fernanda Maciel e Pedro Lopes https://34rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=901
- (2023) Cartilha "As muitas faces do capacitismo: histórias de pessoas com deficiência intelectual", APAE Brasil - Federação Nacional das APAEs. Organização: Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid.

Pesquisa e redação: Anahí Guedes Mello, Eliza Williamson, Helena Fietz, Julian Simões, Leonardo Campoy, Marco Antônio Gavério, Olivia von der Weid e Valéria Aydos. Revisão técnica: Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid. Trabalho realizado pela gestão anterior do CODEA e concluído e divulgado na autal, com membros com atuação em ambas gestões. <https://cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com/e418003a-e317-4890-8ba7-9b50860f4b66.pdf>

7. Tradução, organização de publicação e lançamento de livro

MCRUER, Robert. **Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2024.

Esta atividade envolveu diversos membros da CODEA e se iniciou na gestão anterior. Nossa gestão encaminhou os eventos de lançamento do livro e organização de mesa redonda na 34ª RBA conjuntamente com a editora, Papéis Selvagens Edições.

Lançamento do livro na 34ª RBA em 2024:

https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=2964

Atuação editorial

Editoria da Revista Internacional Cadernos Franco-latino-americanos de Estudos da Deficiência (École des Hautes Études en Santé Publique/Maison des Sciences de l'Homme en Bretagne): Valéria Aydos (co-editora chefe no Brasil), Helena Fietz (corpo editorial), Pedro Lopes (corpo editorial).

1. Notas do Comitê

- (2023) Nota de pesar do Comitê Deficiência e Acessibilidade: <https://portal.abant.org.br/nota-de-pesar-do-comite-deficiencia-e-acessibilidade/>
- (2024) Nota de Repúdio ao PL 1904 (nota conjunta Comissão de Direitos Humanos, Comissão Laicidade e Democracia, Comitê Cidadania, Violência e Gestão Estatal, Comitê de Antropólogas/os Negras/os, Comitê de Antropologia e Saúde, Comitê Deficiência e Acessibilidade, Comitê Gênero e Sexualidade, Comitê Laicidade e Democracia): <https://portal.abant.org.br/nota-de-repudio-ao-pl-1904/>

2. Informativos ABA (participações)

Informativo nº 02/0023 | 03/02/2023: <https://portal.abant.org.br/informativo-no-02-0023-03-02-2023/>

Informativo nº 16/2023 | 15/09/2023: <https://portal.abant.org.br/informativo-no-16-2023-15-09-2023/>

Informativo nº 07/2024 | 29/04/2024: <https://portal.abant.org.br/informativo-no-07-2024-29-04-2024/>

Informativo nº 14/2024 | 13/08/2024: <https://portal.abant.org.br/informativo-no-14-2024-13-08-2024/>

Outras atividades

- Apresentação e Aprovação de Moção do Comitê Deficiência e Acessibilidade (CODEA) apresentada à Associação Brasileira de Antropologia – ABA durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
- Participação na Composição da Comissão de Elaboração de uma Política de Acessibilidade e Inclusão na UFMG (Anna Paula Vencato).

https://ufmg.br/storage/c/e/e/O/cee0388320d43f4c34946e8611fb1d69_17279626131058_71640151.pdf

Comitê Estudos Africanos

Durante os dois em referência, o Comitê de Estudos Africanos da ABA se concentrou, além da realização de reuniões periódicas, no desenvolvimento de atividades voltadas a encontros científicos e webinários.

Nossa atuação visou tanto à ampliação de redes entre pesquisadores brasileiros e africanos quanto a divulgação de conhecimentos sobre o continente africano no Brasil. Seguindo as diretrizes encabeçadas pela coordenação anterior, buscamos nos inserir, durante os anos de 2023 e 2024, em eventos nacionais e internacionais com pautas contemporâneas e temática diversificada.

Listamos abaixo as atividades que organizamos e/ou participamos enquanto coletivo, ou seja, aquelas sobre as quais discutimos em reuniões ordinárias do Comitê e que expressavam temas e interesses relativos a agendas de pesquisa mais amplas e muitas vezes interdisciplinares. Os debates gerados nesses espaços (tanto internamente ao Comitê, quanto nos eventos nos quais nos inserimos) permitiu que nos relacionássemos com pesquisadores de instituições variadas, proporcionando diálogos frutíferos os quais sobrepujaram nossos objetivos iniciais.

Além disso, importante mencionar que iniciamos a organização de uma coletânea intitulada “A África nas salas de aula: perspectivas antropológicas para o ensino de Ciências Sociais”, que tem como objetivo produzir conhecimento qualificado para a implementação da Lei 10.639/03 (ver proposta ao final deste relatório, p. 22). Apesar de termos elaborado uma proposta e convidado alguns autores, não conseguimos levar essa atividade adiante, o que esperamos fazer num futuro próximo.

Webinários (transmitidos pela TV ABA)

- 9 de novembro de 2022: Diálogos Etnográficos entre África e Caribe (com coordenação e participação de membros do Comitê)

A partir da década de 2000, as condições políticas e científicas no Brasil permitiram que um volume crescente de antropólogos trabalhando em nosso país realizasse suas pesquisas fora do território nacional. Isto tem contribuído para a ampliação dos horizontes empíricos, teóricos e de interlocução da antropologia feita por aqui. Em particular, a possibilidade de fazer trabalho de campo em contextos africanos e caribenhos se tornou menos remota, o que abre nosso leque de discussões, bibliografias, e formas de fazer ciência. A aposta do atual webinar - realizado pelo Comitê de Estudos Africanos da ABA, com apoio do Laboratório de Antropologia e História (LAH, UFRJ) e do Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sociotécnicas (LACS, UFMG) - é na triangulação entre África, Caribe, e Brasil, a partir de pesquisas empíricas aprofundadas. A proposta é de diálogos abertos, marcados por uma preocupação em aprofundar-se empiricamente nos respectivos universos de pesquisa. O interesse inicial é entender – pela via etnográfica, mas não apenas – como as coisas funcionam num determinado território –

geográfico ou existencial – nos termos daqueles – humanos ou não – que ali habitam. O objetivo subsequente é experimentar comparações a partir destes trabalhos iniciais. Em outras palavras: queremos comparar África e Caribe a partir de pesquisas empiricamente embasadas, saltando da etnografia à antropologia sem necessariamente deter-se nas etnologias, nos estudos regionais como intermediários, e sem necessariamente passar por questões brasileiras como motores dos debates e reflexões. A África é preocupação, há séculos, na reflexão de pesquisadoras baseadas no Brasil, mas o é mais pelo que representa para certos imaginários, para a composição étnico-racial e para história de nosso país, e menos pelo conhecimento efetivo das diversas realidades contemporâneas daquele continente. Já o universo vizinho do Caribe, apesar de sua potencial riqueza para nossas reflexões – questões socioculturais e cosmopolíticas algo similares encontram lá soluções das mais diversas – raramente foram alvos de um olhar atento partindo do Brasil. As ligações mais óbvias entre África e Caribe (e Brasil) certamente passam pelo passado colonial e pela condição pós-colonial, com seus legados racializados, etnicizados, generificados. Porém, não ficam por aí as possibilidades de diálogo. A abertura para que se desdobrem é o que motiva a realização deste evento. Mediadora: Aline Miranda (UnB) Expositores: Daniel de Jesus Figueiredo (UFMG), Denise F. da Costa Cruz (UNILAB), Handerson Joseph (UFRGS) e Victor Castillo de Macedo (USP) Debatedor: Rogério Brittes W. Pires (UFMG) <https://www.youtube.com/watch?v=wkJpbQDKSU0&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=34>

- 26 de maio de 2023 (em comemoração do Dia da África – 25 de maio): Redes sociais, ativismo e sociabilidades em espaços africanos (com coordenação e participação de membros do Comitê)

O webinar “Redes sociais, ativismos e sociabilidades em espaços africanos”, organizado pelo Comitê Estudos Africanos da ABA, tem como foco o debate de temas contemporâneos que têm animado a reflexão acadêmica de intelectuais africanos nos últimos anos. Trata-se de um evento comemorativo do Dia da África! O dia 25 de maio marca a fundação, em 1963, da Organização de Unidade Africana (OUA), atualmente União Africana (UA). Para a ocasião, convidamos pesquisadores de Moçambique e Cabo Verde para falarem sobre suas pesquisas e suas perspectivas analíticas em torno das novas formas de comunicação, ação e socialização em espaços africanos diversos.

<https://www.youtube.com/watch?v=jKBOP8ymomY&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=28&t=324s>

- 7 de fevereiro de 2024: Conflito armado, violência e restauração da democracia na República Democrática do Congo (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Considerado o conflito mais sangrento da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial e também a crise humanitária mais negligenciada do mundo, A Guerra do Congo é um conflito que merece nossa atenção como todos os demais que ocorrem nesse momento. Cabe destacar que apesar de ocorrer na República Democrática do Congo, o conflito é parte de uma disputa que envolve diferentes países

africanos (da região dos grandes lagos/África Oriental), potências capitalistas internacionais (como Estados Unidos e França) e grandes empresas extrativistas de minérios. Por essa razão, entre 1998-2002 o país foi palco da "Guerra Mundial Africana", evento que desembocou no atual contexto do conflito. Palestrantes: Bas'illele Malomalo (IHL/UNILAB) Daniel Diowo Otshudi (Ativista de Direitos Humanos) Debatedor: José Rolfran de Souza Tavares (PPGAS/UFRN) Mediadora: Denise Ferreira da Costa Cruz (IH/UNILAB)

[https://www.youtube.com/watch?v=QachM-](https://www.youtube.com/watch?v=QachM-dte80&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcGmswhwYRHb4yDP&index=13)

[dte80&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcGmswhwYRHb4yDP&index=13](https://www.youtube.com/watch?v=QachM-dte80&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcGmswhwYRHb4yDP&index=13)

- 19 de abril de 2024: Diálogos Etnográficos entre África e Caribe (com coordenação e participação de membros do Comitê)

A partir da década de 2000, as condições políticas e científicas no Brasil permitiram que um volume crescente de antropólogas trabalhando em nosso país realizasse suas pesquisas fora do território nacional. Isto tem contribuído para a ampliação dos horizontes empíricos, teóricos e de interlocução da antropologia feita por aqui. Em particular, a possibilidade de fazer trabalho de campo em contextos africanos e caribenhos se tornou menos remota, o que abre nosso leque de discussões, bibliografias, e formas de fazer ciência. A aposta do atual webinar - realizado pelo Comitê de Estudos Africanos da ABA, com apoio do Laboratório de Antropologia e História (LAH, UFRJ) e do Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sociotécnicas (LACS, UFMG) - é dar continuidade aos debates de triangulação entre África, Caribe, e Brasil no âmbito do Comitê, a partir de pesquisas empíricas aprofundadas, e convidar os ouvintes para participar da Mesa-Redonda "Nexos África-Caribe: diálogos etnográficos para a além dos "estudos de área", prevista na programação da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. A proposta é de diálogos abertos, marcados por uma preocupação em aprofundar-se empiricamente nos respectivos universos de pesquisa. O interesse inicial é entender – pela via etnográfica, mas não apenas – como as coisas funcionam num determinado território – geográfico ou existencial – nos termos daqueles – humanos ou não – que ali habitam. O objetivo subsequente é experimentar comparações a partir destes trabalhos iniciais. Em outras palavras: queremos comparar África e Caribe a partir de pesquisas empiricamente embasadas, saltando da etnografia à antropologia sem necessariamente deter-se nas etnologias, nos estudos regionais como intermediários, e sem necessariamente passar por questões brasileiras como motores dos debates e reflexões. A África é preocupação, há séculos, na reflexão de pesquisadoras baseadas no Brasil, mas o é mais pelo que representa para certos imaginários, para a composição étnico-racial e para história de nosso país, e menos pelo conhecimento efetivo das diversas realidades contemporâneas daquele continente. Já o universo vizinho do Caribe, apesar de sua potencial riqueza para nossas reflexões – questões socioculturais e cosmopolíticas algo similares encontram lá soluções das mais diversas – raramente foram alvos de um olhar atento partindo do Brasil. As ligações mais óbvias entre África e Caribe (e Brasil) certamente passam pelo passado colonial e pela condição pós-colonial, com seus legados racializados, etnicizados, generificados. Porém, não ficam por aí as

possibilidades de diálogo. A abertura para que se desdobrem é o que motiva a realização deste evento. Comitê de Estudos Africanos da ABA LAH - Laboratório de Antropologia e História LACS - Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sociotécnicas Coordenador: Rogério Brittes W. Pires (UFMG) Debatedora: Fanny Longa Romero (UNILAB) Mediador: Paulo Ricardo Müller (UFFS) Expositores: Aline Miranda (IPHAN e UnB), Julia Vilaça Goyatá (UFMA) e Marcelo Moura Mello (UFBA)
<https://www.youtube.com/watch?v=Mo6KWDEXs8&list=PLrqSUafHHXYynb3zsLcGmswhwYRHb4yDP&index=7>

Mesas Redondas

RAM 2023

- MR30 – Dinâmicas tradicionais, Parentesco e Religião em Contextos Africanos (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma/Unifesp), Sara Santos Morais (UnB/UNICAMP), Clayton da Silva Guerreiro (Unifesp/Cebrap), Paulo Ricardo Müller (UFFS), Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ).

Os esquemas clássicos empregadas pela Antropologia para descrever os sistemas de parentesco frequentemente esbarram com realidades e práticas que os questionam, como são os casos de diversos contextos africanos e pós-coloniais. Trabalhos como os David Webster (2009) e Christian Geffray (2000), realizados sobre diferentes sociedades do continente africano, nos oferecem não apenas uma crítica aos critérios de análises de sistemas linhagem de origem eurocêntrica que dominaram a produção antropológica durante gerações, como também demonstram como os laços de parentesco podem envolver práticas e categorias que exigem atenção sobre a necessidade de valorização da “teoria local” para explicar factos havidos com determinados sujeitos de um espaço. Essa complexidade se estende também à relação entre dinâmicas tradicionais e religião que é, decerto, um dos importantes vectores desses rearranjos, colocando dilemas às tensões entre práticas, tradições, exigências de exclusividade, posições dos sujeitos, questões de género e transnacionalismo, entre outros. Tendo essas e outras problemáticas como pano de fundo, propomos nesta mesa discutir questões de parentesco a partir das dinâmicas entre tradição e religião em múltiplos contextos africanos, considerando tanto as formas tradicionais como se organizam as sociedades quanto as mudanças decorrentes das reorganizações sociais propostas por práticas religiosas.

https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=7176

RBA 2024

- MR50 – Nexos África-Caribe: diálogos etnográficos para além dos “estudos de área” (com coordenação

e participação de membros do Comitê)

Paulo Ricardo Müller (UFFS), Helena Santos Assunção (Museu Nacional), Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG), Flávia Freire Dalmaso (UFMS), Rogério Brittes Wanderley Pires (UFMG)

África e Caribe inscrevem-se no pensamento social como contextos geopolíticos e áreas culturais ligadas por dois processos históricos: pelo tráfico atlântico de pessoas escravizadas; e pelas relações de solidariedade e interlocução intelectual e política no âmbito do movimento pan-africanista, no qual intelectuais negros oriundos do Caribe tiveram papel relevante como fomentadores e organizadores de lutas anticoloniais e anti-apartheid. Se por um lado esses processos evidenciam conexões relevantes, por outro segmentam as formas de se pensar seus contextos e trajetórias históricas particulares, desembocando em sua localização como áreas de estudo situadas no que Michel-Rolph Trouillot denominou “nicho selvagem”, para o caso dos estudos caribenhos, e no que Archie Mafeje identificou como “casos especiais”, no âmbito dos estudos africanos.

Como reflexo da internacionalização da antropologia no Brasil, esta proposta, construída no âmbito do Comitê de Estudos Africanos da ABA, dá continuidade a esforços por estabelecer nexos, da ordem do que Bispo dos Santos nomeou “transfluências”, entre África e Caribe, utilizando conceitos emergentes de experiências etnográficas com questões estéticas, artísticas, visuais e sensoriais em um desses contextos, indagando sobre a possibilidade de compor grades de inteligibilidade sobre o outro fundamentadas ou não em relações históricas diretas e confluências empiricamente evidentes.

https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=131

- MR 20 – Conflitos passados e presentes: história, memória e política em Moçambique (com participação de membros do Comitê)

Coordenação

Bruna Nunes da Costa Triana (UFG)

Debatedor(a)

Inácio de Carvalho Dias de Andrade (FJLES)

Participantes

Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma), Lorenzo Gustavo Macagno (UFPR), Bruna Nunes da Costa Triana (UFG)

Estudiosos moçambicanos têm chamado atenção para a violência como um elemento intrínseco da política moçambicana (Igreja, 2008; Macamo, 2016; Meneses, 2015), focando principalmente em duas questões: as implicações da violência para a construção da nação e sua centralidade na construção da narrativa do projeto nacional (Igreja, 2008). A mesa-redonda propõe-se a refletir os diferentes conflitos que compõem a história passada e presente de Moçambique, com objetivo de aprofundar a compreensão sobre desafios, limites e controvérsias relacionadas às histórias e memórias das diferentes guerras e

conflitos que se entrelaçam na vida social e política do país. A mesa reúne pesquisadores/as engajados/as em diferentes agendas de pesquisa, provocados/as a se reunirem a partir da questão: Como conflitos passados ainda se fazem presentes na história e na política moçambicana? As diversas temporalidades que se cruzam nos trabalhos apresentados - da guerra anticolonial à guerra dos dezesseis anos, dos processos de paz com a democratização e suas implicações na geração de outras formas de conflitos internos à recente convulsão armada no extremo norte do país - colocam o problema da construção de histórias oficiais e os desafios democráticos contemporâneos. A mesa foi pensada em virtude da atualidade e atualização desses tempos e conflitos na vida política moçambicana. Nesse sentido, a mesa procura contribuir para os debates contemporâneos sobre memória, política, poder, violência e democracia.

https://www.34rba.abant.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVEIWSURBREVclpcljI4MFwifSlslmgiOiJINGQ5ZjZmZjAzNGJkNThmNzMwYmJiNmM4M2ViMmU0MyJ9&ID_ATIVIDADE=280

- MR 68 - Sobre os modos de pesquisa afro-diaspórico: a pesquisa de mulheres negras no continente africano

Coordenação

Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB)

Participantes

Yérsia Souza de Assis (UFRB), Santa Julia da Silva (ufrg), Jaqueline de Oliveira e Silva (UFMG)

O que contemporaneamente tem mediado as pesquisas que envolvem o Brasil e o continente africano? Mobilizadas por esse questionamento, propomos essa mesa redonda como um espaço para produzir interlocuções que colaborem nas reflexões que têm sido feitas acerca das renovações temáticas e de metodologias de pesquisa acerca do Brasil e África. Nos motiva discutir como perfis de pesquisadoras negras estão deslocando olhares e modos de pesquisar e de estar em campo. Interessa-nos debater como essas pesquisadoras conseguem fazer pesquisa no continente africano estão rompendo, atualizando e inovando nas perspectivas que envolvem esses espaços territoriais. Temos especial atenção em refletir sobre esse conjunto de pesquisas a partir das mediações engendradas por corpos racializados, pensamentos politicamente localizados e cosmopercepções recuperadas, triangulando, assim, raça, gênero e ancestralidade. Ademais, entendemos essa mesa como mais uma proposição aos repertórios acerca dos modos de pesquisa afrodiaspórico.

https://www.34rba.abant.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVEIWSURBREVclpcljMyOFwifSlslmgiOiI1ZTQwMWUxZTc5NWVlZmI4YzYzM3YVWjMGVlZTRmMDBiNiJ9&ID_ATIVIDADE=328

Simpósios Especiais**RBA 2024**

- SE 10 – Democracias, conflitos e viradas autoritárias em contextos africanos (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Coordenação:

Laura Moutinho (USP)

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Sessão 1 - Democracia na África do Sul: 30 anos da eleição de Nelson Mandela – inspiração ou sombra?

Participante(s):

Fiona Ross (UCT) Laura Moutinho (USP)

Paulo Sérgio da Costa Neves (UFABC) Debatedor(a):

Thais Henriques Tiriba (USP)

Sessão 2 - Democracia, golpes e conflitos no Norte da África Participante(s):

Denise Dias Barros (USP) Houda Blum Bakour (UFF)

Mahfouz Ag Adnane (Casa das Áfricas - Amanar.) Debatedor(a):

Gisele Fonseca Chagas (UFF)

Sessão 3 - Roda de Conversa| 50 anos da independência dos PALOP's Participante(s):

Alessandra Kelly Tavares de Oliveira (USP) Artemisa Odila Candé Monteiro (UNILAB) Eunice Borges (ubuntu escrevivencias) Francisco Paolo Vieira Miguel (UNICAMP) Paulo Ricardo Müller (UFFS) Zacaria Milisse Chambe (UniRovuma) Debatedor(a): Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

No marco dos 30 anos da eleição de Nelson Mandela na África do Sul e da derrocada do regime do regime apartheid, esta proposta de Simpósio Especial e Roda de Conversa tem por objetivo refletir sobre os dilemas e limites das experiências democráticas em países do continente africano. Além do marco sul-africano, os efeitos dos levantes populares no norte da África contra as ditaduras locais nos anos 2010 e os 50 anos da independência dos PALOP's também nos trazem elementos importantes de reflexão sobre a diversidade de experiências de democracia no continente. Como argumenta o antropólogo sul-africano Archie Mafeje, a democracia não é um conceito unívoco. Trata-se de um processo social e histórico múltiplo que foi e vem sendo vivido diferentemente por países africanos. A década de 1990 assistiu a uma virada dos modelos institucionais de governança no continente. Este período coincide com o fim da Guerra Fria, que havia influenciado fortemente as lutas contra a dependência colonial. Os movimentos de libertação surgidos a partir da formação de uma consciência nacionalista, ligados ao pan-africanismo e ao pan-islamismo deram origem a governos que dialogaram de formas variadas com este modelo bipolar global. Hoje um novo desenho geopolítico emerge e novos desafios se colocam para as sociedades africanas. Importa a este SE e RC refletir sobre este processo

no momento em que países do Norte e do Sul Globais enfrentam golpes militares, novos conflitos e a ascensão da extrema-direita.

https://www.34rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=458

Grupos de Trabalho

ANPOCS 2023

- GT48. Políticas da memória, relacionalidade e construções de futuro em África (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Coordenação: Livio Sansone (UFBA), Paulo Ricardo Müller (UFFS)

As ciências sociais têm recorrido à noção de “relacionalidade” que põe em perspectiva o modo como os sujeitos performam políticas de classificação e alocação de diferenças nas interações cotidianas, como forma de se posicionar em relação a conflitos que transbordam o domínio interpessoal em que são interpeladas. A memória joga um papel crucial no modo como tais relações se estabelecem, pois lembrar ou esquecer determinados eventos pode operar como chave de maior aproximação ou distanciamento entre sujeitos, bem como seu maior ou menor engajamento em grupos, organizações e movimentos de mudança social. Em África vem-se observando novas gerações de atores políticos que buscam evidenciar paradoxos entre projetos de futuro mobilizados pelas lutas anticoloniais e os modelos de desenvolvimento em voga, colocando-se na disputa pela construção de outros futuros potenciais. Este GT acolherá trabalhos que problematizem a emergência de novos atores e posicionamentos ou os diferentes usos e agências do passado e de políticas de memória na configuração das disputas e conflitos hodiernos em África e outros contextos correlatos.

Sessão 1 - Representações de passado e futuro

Coordenador/a: Livio Sansone (UFBA) Debatedor/a: Paulo Ricardo Müller (UFFS)

Juliana Braz Dias (UnB)

Leituras sobre a identidade Coloured na África do Sul

Francisco Miguel (Unicamp)

Mais de um século de literatura sobre dissidência sexual e de gênero em Moçambique

Fanny Longa Romero (UNILAB)

Moralidades, violência política e o poder simbólico de marabutos no Senegal contemporâneo: continuidades e descontinuidades da memória colonial.

María Laura Stephen Chaves (UFBA)

Refletindo as construções do passado e do futuro em África e as políticas da memória a partir da filosofia africana

Evander Ruthieri da Silva (UNILA)

RAM 2023

- GT 21. Antropologia em/de contextos africanos: diálogos críticos no Sul Global (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Coordenação: Francisco Miguel (Queen's University/Unicamp), Sara Morais (UnB/UNICAMP), Zacarias Tsambe (UniRovuma/Unifesp)

Antropólogos e antropólogas do denominado Sul Global têm direcionado cada vez mais suas atenções analíticas para o continente africano por meio da investigação antropológica e historiográfica de seu passado e/ou das suas atuais dinâmicas sociais pós-coloniais. Este GT tem como objetivo congregar e colocar em discussão pesquisas etnográficas de pesquisadores latino-americanos e africanos em/sobre contextos africanos. A expectativa é a de que, além de podermos contribuir coletivamente na qualificação das pesquisas particulares, o GT permita refletir sobre as continuidades e descontinuidades das antropologias praticadas por sujeitos do Sul Global em relação àquelas realizadas pelos seus pares do Norte, algo que pode iluminar as posicionalidades, as vantagens e os limites dos e das pesquisadoras na geopolítica do conhecimento global. Estimulamos a submissão de propostas que discutam temas variados, tais como: gênero e sexualidade; ativismo político; economia/mercado e outras trocas; patrimônio cultural; trânsitos migratórios de coisas e pessoas; guerras, conflitos civis e outras formas de violência; organização política e formação do Estado/nação; recursos naturais e projetos desenvolvimentistas; saúde e doença; religião; dinâmicas familiares e de parentesco; juventude e conflitos geracionais; cultura popular (literatura, música, mídia, etc.); relações étnico-raciais; perspectivas teóricas africanas, outros métodos e o papel do/a antropólogo/a contemporâneo/a em/de África.

Sessão 01 - Práticas Etnográficas e outros olhares no trabalho de campo

Coordenação: Sara Morais (UnB/UNICAMP)

Debatedor: Francisco Miguel (Queen's University/Unicamp)

Lauro José de Assunção Rosa Cardoso (PPGAS/Unicamp)

Uma etnografia da roça Agostinho Neto em São Tomé e Príncipe

Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA)

Do local ao transnacional no Sul Atlântico: pescadores/as artesanais em defesa de seus territórios e dos recursos costeiros marinhos em Cabo Verde e Brasil

Emiliano Jamba António João (Emiliano João)

“Etchi Ndopo Tchipwa” Espíritos e a guerras no planalto central angolano: Um estudo de caso a partir da trajetória de vida de Joana de Katchiungo

Maísa Cardozo Fidalgo Ramos (PPGCS Unicamp/Pagu/IFSP)

“Chorar é coisa de brasileiro”: reflexões sobre os afetos dos outros a partir das redes do mercado erótico em Maputo, Moçambique

Paulo Ricardo Müller (UFFS)

Contextos virtuais, ativismo digital e produção de conhecimento: algumas considerações sobre o pluriversalismo cabindês

Manuel Paulo Bengui (UFGD), Manuel Paulo Bengui (UFGD)

Estudo Expositivo dos Nomes na Cultura Bakongo de Angola

Sessão 02 - Pesquisa em arquivos e novas epistemologias em construção Coordenação: Francisco Miguel (Queen's University/Unicamp) Debatedor: Zacarias Tsambe (UniRovuma/Unifesp)

João De Regina Máris dos Santos e Cassalho (PPGAS/UNICAMP) David Webster (1944-1989): tensões entre fazeres antropológicos e engajamento político na África Austral

Maria Helena Mattos Da Silva (UFF)

O exercício de se pensar uma antropologia africana desde suas bases e definição partindo da obra de Jomo Kenyatta

Paulo de Tarso Medeiros Valerio (UNIFESP)

"Nós explicamos para vocês": problematizando discursos científicos sobre conflitos no continente africano a partir do caso de Cabo Delgado, Moçambique

Luana Piveta de Moura Luz (PPGAS USP)

A transformação inacabada: (re)pensando a África do Sul democrática a partir de mobilizações recentes por descolonização

Marcela Santander Ortensi (PPGAS / UFSCAR)

Historiografia da imprensa angolana e a luta anticolonial do MPLA: notas sobre literatura, habitus e poder

Érica Portilho (UERJ/UFRGS/HOJU)

Women's Research and Documentation Center (WORDOC): Um Acervo Feminino Histórico na Nigéria do Século XXI

Albert Farré Ventura (Universidade de Barcelona)

El Lovolo en el Distrito de Funhalouro: Jóvenes y Matrimonio en Funhalouro (Sur de Mozambique).

https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMTUwIjt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjQ5NmJkMzUyMGNhZTU1MDg1YjhlZDVmMDQ4NmU1ZGE4Ijt9&ID_ATIVIDAD_E=150

ANPOCS 2024

GT 47. Políticas da memória, relacionalidade e construções de futuro em África (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Coordenação: Livio Sansone (UFBA), Paulo Ricardo Müller (UFFS)

As ciências sociais têm recorrido à noção de “relacionalidade” que põe em perspectiva o modo como os sujeitos performam políticas de classificação e alocação de diferenças nas interações cotidianas, como forma de se posicionar em relação a conflitos que transbordam o domínio interpessoal em que são interpeladas. A memória joga um papel crucial no modo como tais relações se estabelecem, pois lembrar ou esquecer determinados eventos pode operar como chave de maior aproximação ou distanciamento entre sujeitos, bem como seu maior ou menor engajamento em grupos, organizações e movimentos de mudança social. Em África vem-se observando novas gerações de atores políticos que buscam evidenciar paradoxos entre projetos de futuro mobilizados pelas lutas anticoloniais e os modelos de desenvolvimento em voga, colocando-se na disputa pela construção de outros futuros potenciais. Este GT acolherá trabalhos que problematizem a emergência de novos atores e posicionamentos ou os diferentes usos e agências do passado e de políticas de memória na configuração das disputas e conflitos hodiernos em África e outros contextos correlatos.

Sessão 01 - Raça, poder e democracia

Coordenador/a: Paulo Ricardo Müller (UFFS) Debatedor/a: Livio Sansone (UFBA)

Vitória de França Fernandes (PPGCP - UNIRIO), Luísa Barbosa Azevedo (PPGRI - UERJ)

Das lutas anti-coloniais ao integracionismo econômico e democrático: uma análise do Pan-Africanismo e da Agenda 2063

Vinícius Venancio (Universidade Federal de Goiás)

De mandjaku à amigo: imigrações oeste-africanas e vernáculos raciais em Praia, Cabo Verde

Celso Luiz de Oliveira Jr (USP-Universidade de São Paulo)

Memória sem Tempo: O apartheid entre o esquecimento e a lembrança de diferentes gerações negras na África do Sul contemporânea

Érico de Souza Brito (UNIFESP)

Os “poderes” e o poder: autoridades “tradicionais”, Estado e feitiçaria na Guiné-Bissau

Amissão Salecha (UFRGS)

Sociedade Balanta: uma democracia tradicional africana?

Sessão 02 - Memórias, conflitos e ativismos

Coordenador/a: Livio Sansone (UFBA) Debatedor/a: Paulo Ricardo Müller (UFFS)

João De Regina Máris dos Santos e Cassalho (PPGAS/Unicamp)

Antropologia, antropólogos e engajamento político em Moçambique

Angela Lazagna (UFF)

O nacionalismo angolano na década de 1950: intercâmbios culturais e políticos com Brasil

Lindaure Santos (Universidade de São Paulo)

“DE ONDE VÊM ESSES SILÊNCIOS?": A memória e a oralidade angolana na poesia de Joice Zau

Luena Nascimento Nunes Pereira (PPGCS/UFRRJ)

Ativismos em Angola e a emergência LGBTQIA+

Sara Santos Moraes (Unicamp)

Patrimônio da Humanidade na África Austral: leitura crítica dos dossiês da Unesco

https://www.encontro2024.anpocs.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVEIWSURBREVCklpcjE4NFwifSlsImgiOiJIZGEONTJkMmRkZGFmN2I3ZW5MzEwYzc3ZDJkZGU3OSJ9&ID_ATIVIDADE=184

RBA 2024

- GT 077. Novas perspectivas antropológicas a partir de África: caminhos para reconfigurações autônomas no contexto sul-sul (com coordenação e participação de membros do Comitê)

Coordenação: Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ), Renato de Lyra Lemos (UFPE) Debatedor(a): Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma)

O campo de estudos africanos no Brasil vem passando por significativas reconfigurações ao longo dos últimos anos. Essas transformações acompanham as mudanças ocorridas no continente africano, em consonância com os trânsitos globais, avanços e retrocessos da democracia no contexto de crise do capitalismo ultraliberal e mudanças tecnológicas e incertezas ambientais. Tais desafios se impõem ao continente, mas também emergem novas formas de organização social e de estruturação de respostas africanas para estes desafios, em busca de maior autonomia – política, da produção de conhecimento e de práticas sociais enraizadas. Este GT tem como proposta discutir as etnografias produzidas em África, considerando o esforço de escapar da dependência das análises e teorias de viés eurocêntrico, produzindo conhecimentos a partir do Sul que ponham em relevo as pesquisas feitas a partir do Brasil em diálogo com seus pares africanos. Valorizamos o cruzamento entre ativismo, arte e academia na produção de saberes e práticas de transformação social, tendo em vista a construção de novas possibilidades de futuro para o continente. Assim, encorajamos trabalhos que considerem estes diálogos que partem de pesquisadores de diferentes pontos do Sul, em temáticas como juventude, ativismos, memória, patrimônio, novas formas de organização e expressão política e outras questões que englobem perspectivas antropológicas para a compreensão de novas realidades africanas.

Sessão 1

Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Panafricanismo e religião: novas perspectivas teóricas a partir do “Ensaio sobre o Mito de Lègba” de Honorat Aguessy.

Érico de Souza Brito (UNIFESP)

Acusações, conflitos e relacionalidades: a feitiçaria como linguagem do cotidiano na Guiné-Bissau

Francisco Paulo Vieira Miguel (UNICAMP)

"Exogenia" e "Silêncio": duas persistentes categorias nos estudos queer africanos

Maísa Cardozo Fidalgo Ramos (IFSP)

"São aqui cenas de gonazololo?": reflexões antropológicas através de um circuito erótico em Maputo, Moçambique

Thais Henriques Tiriba (USP)

Dinheiro, relacionamentos afetivos e sponsorships entre jovens universitárias na Cidade do Cabo, África do Sul

Iadira Antonio Impanta (UFSC)

UDEMU e a emancipação das mulheres guineenses

Sessão 2

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Criaças na rua e crianças de rua: entre ações & representações das enfant talibé e o trabalho do Chemin du Futur

Fernanda Martinelli (USP)

Refúgio na África do Sul: experiências dentro e fora de um campo de refugiados

Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA), João Paulo Araújo Silva (governo federal)

A pesca artesanal de Cabo Verde no horizonte da contemporaneidade: apostas para um futuro comum em meio à exploração industrial do pescado no Atlântico Sul

Milena Mateuzi Carmo (UFABC)

Townships, periferias e universidades: uma mirada multissituada sobre os efeitos da expansão do ensino superior em São Paulo e Cape Town.

Marcela Santander Ortensi (UFSCAR)

Entre crioulidade e angolanidade: tensionando classificações para um estudo da sociedade luandense pós-colonial

Valdemir Zamparoni (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos)

O lugar dos assimilados em Moçambique: as relações entre política e trabalho acadêmico.

https://www.34rba.abant.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVEIWSURBREVCklpcjIzM1wifSlzImgiOiIwZWE4NWY5YWQ1ZWVONTUyMWU2MTQyYTMOMWQ2MTkxOCJ9&ID_ATIVIDADE=233

Simpósios Pós-Graduados

ANPOCS 2023

- SPG 09. Ciências Sociais em/sobre Contextos Africanos (com coordenação e participação de membros

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

As atividades da Comissão em 2023 foram baseadas em um plano de trabalho elaborado a partir da experiência da gestão anterior. Para dar continuidade às atividades estabeleceu-se a permanência de Érica Quinaglia Silva (UnB), Fabio Reis Mota (UFF), Hully Guedes Falcão (Fiocruz), Putira Sacuena (Abia) e Rui Massato Harayama (Ufopa). O processo de indicação de novos membros foi realizada a partir da consulta dos membros que informaram indisponibilidade de continuar contribuindo no comitê, e observada a importância da variedade regional, institucional e inserção de antropólogos e antropólogos oriundos de comunidades tradicionais.

Nas indicações foram incluídos Fernando José Ciello (UFRR), Sônia Weidner Maluf (Ufsc), Paloma Monteiro (UFF), Patrice Schuch (Ufrgs) e Waleska Aureliano (Uerj). Mais recentemente, Martinho Braga (Uerj) também passou a integrar a equipe devido, principalmente, ao seu papel de representante das humanidades na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Os trabalhos são organizados por uma coordenação colegiada composta por 5 pessoas. Esse modelo de coordenação foi pensado para suprir as demandas do comitê, sobretudo no que tange o (a) monitoramento do Projeto de Lei 7082/2017 (tornada na Lei nº 14.874 em Maio de 2024), na (b) participação das atividades do Fórum das Ciências humanas, sociais e sociais aplicadas e na (c) produção de reflexões e atividades ligadas à Ética em Pesquisa Antropológica.

A seguir listamos as principais ações de cada item:

Monitoramento do Projeto de Lei 7082/2017

O ano de 2023 continuou com a tramitação do PL 7082/2017 com movimentação na Câmara de Deputados no mês de novembro e aprovação em 12 de Dezembro de 2023. Durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, o projeto sofreu significativas mudanças e foi remetido ao Senado Federal como PLS 6.007/2023.

O comitê emitiu Nota Técnica sobre o Projeto de Lei 6007/2023 sobre Pesquisas com Seres Humanos no Brasil em Abril de 2024, objetivando ser documento para ser socializado com senadores e assessores para sensibilização das infrações aos direitos humanos.

Ressaltamos, em nossa nota técnica, a dissolução de um Sistema que pudesse garantir e orientar o trabalho dos Comitês de Ética em Pesquisa, a fragilização do acesso ao medicamento pós-estudo e a fragilização da participação na pesquisa das populações vulnerabilizadas.

O projeto foi aprovado com importantes mudanças no Senado Federal e aprovado com vetos na LEI Nº

14.874, DE 28 DE MAIO DE 2024 que Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Após a aprovação, em Maio, a lei entrou em vigor em Agosto de 2024.

Entre os pesquisadores da área observamos a tendência de retomar a negociação de inserção de um Sistema de Avaliação da Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Apesar de estarmos em diálogo com representantes do Ministério da Saúde e da Conep, não nos foi repassado como a legislação será implementada, uma vez que está prevista que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - SECTICS fique responsável pela coordenação do Sistema, apesar da legislação não prever dotação orçamentária, como informado na nota.

Além disso, a nova lei retrocede no que diz respeito ao longo e intenso debate consolidado na Resolução CNS nº 510/2016, deixando em aberto como será a nova regulamentação da área.

O processo de acompanhamento da aprovação dessa lei, desde o seu início, demonstrou, ao mesmo tempo, a importância da atuação em rede do Comitê, mas também a força dos grupos de interesse das pesquisas clínicas e da indústria farmacêutica na condução do processo. Após as movimentações em Abril de 2022, o PL foi novamente movimentado em Novembro de 2023 e aprovado em cerca de um mês.

Participação das atividades do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSLLA).

Antigos e recentes membros participaram mais diretamente da confecção do documento de “Diretrizes para a Ética na Pesquisa e Integridade Científica”, disponível em

https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009772/CGEE_FCHSSALLA_diret_etica_pesq_integ_cient.pdf.

A produção deste documento teve como objetivo servir de base para a nova regulamentação que entrou em vigor este ano.

Produção de reflexões e atividades ligadas à Ética em Pesquisa Antropológica

O comitê concorreu ao edital lançado pela ABA para realização de atividades relacionadas aos temas dos seus comitês. Fomos contemplados com a proposta de fazer um **mapeamento da relação dos associados da ABA com o Sistema CEP-Conep**. O objetivo principal da proposta foi realizar um levantamento junto aos associados e associadas da ABA, de diversas categorias, buscando conhecer melhor a relação da comunidade antropológica com o Sistema Cep-Conep. Elaboramos um questionário que foi encaminhado para o email das/os associadas/os. Obtivemos 211 respostas ao questionário. Em

fase posterior, contactamos todas as pessoas que indicaram no questionário que estariam dispostas a participar de uma roda de conversa para aprofundarmos o debate sobre o tema. Convidamos essas pessoas para um encontro virtual, que realizou-se no dia 09/09/2024. Apesar de mais de 50 pessoas terem indicado disponibilidade para participar dessa fase do levantamento, e de 19 terem confirmado participação no encontro remoto, apenas 8 colegas participaram dessa atividade. Apesar do número baixo, a roda foi produtiva, e contou com a participação de associados da ABA que vem de longa data refletindo sobre o sistema CEP/Conep e atuando em sua transformação, como o professor Luiz Fernando Dias Duarte e a professora Ceres Gomes Victora. O grupo elencou algumas ações necessárias para assegurar tranquilidade na avaliação ética dos projetos das áreas de CHS frente a aprovação da lei 14.874, tais como: solicitar a Conep esclarecimentos sobre os efeitos na lei no curto prazo para nossas pesquisas, uma vez que o texto deixa em suspenso a construção de regulação específica para as CHS; demandar que haja capacitação de membros dos CEPs em CHS; produzir documento que sirva de orientação sobre a nova lei e seus possíveis impactos para reitores, FAPs e para o GT que está tratando da implementação da lei; avaliar a possibilidade da ABA ter seu próprio CEP; recomendar a CAPES que a participação de pesquisadores em CEPs seja pontuada no relatório Sucupira, pois essa é uma atividade que gera alta demanda de pesquisadores e pouco reconhecimento, o que afasta colegas da CHS dos CEPs; discutir entre pesquisadores da CHS a criação de CEPs de nossa área em nossas instituições. O material gerado pelos questionários e a roda de conversas está em sistematização para ser lançado em um relatório online. Por hora, foi possível observar que a categoria ainda tem pouco conhecimento sobre o sistema CEP-Conep, está apreensiva com relação à aprovação da nova lei e seus possíveis impactos e, para os que já submeteram projetos a um CEP, são recorrentes os relatos de dificuldades com os comitês, em várias partes do país, especialmente pela não compreensão das especificidades da pesquisa social. Pretendemos ainda lançar o relatório em um webinar da ABA.

1. Produção de artigo para ser publicado na Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (artigo em co-autoria entre membros do Comitê)
2. Organização de Grupo de Trabalho (GT) e Oficina na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de 2024, cujos títulos respectivamente são: GT 082: Para além do CEP/Conep: desafios e reflexões sobre ética na pesquisa antropológica e OF 06: Éticas em pesquisa e o espírito cartorial do sistema CEP/CONEP: desafios para a antropologia.
3. Organização de Mesa-redonda na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) em 2023, intitulada: MR37 - Ética no plural: modos de fazer pesquisa e governança científica na América Latina.

Comitê Gênero e Sexualidade

Incidência Política

O Comitê de Gênero e Sexualidade participou das seguintes iniciativas:

- Nota pelo livre exercício da pesquisa acadêmico científica e contra critérios arbitrários da Fapesp, publicada, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, em 11 de outubro de 2024

Vimos a público manifestar nossa consternação e indignação, somando-nos à Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG), com a aplicação de critérios excludentes, marcadamente não acadêmicos e não científicos nos atuais editais de bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC) (Editais 18, 19 e 20/2024).

Disponível em:

[https://portal.abant.org.br/nota-pelo-livre-exercicio-da-pesquisa-academico-cientifica-e-contr a-criterios-arbitrarios-da-fapesp/](https://portal.abant.org.br/nota-pelo-livre-exercicio-da-pesquisa-academico-cientifica-e-contr-a-criterios-arbitrarios-da-fapesp/)

- Nota de Repúdio ao PL 1904, publicada, em conjunto com os Comitês de Antropologia e Saúde; Gênero e Sexualidade; Laicidade e Democracia; Cidadania, Violência e Gestão Estatal; Antropólogas/os Negras/os; Deficiência e Acessibilidade; e da sua Comissão de Direitos Humanos, no dia 20 de junho de 2024.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através dos seus Comitês de Antropologia e Saúde; Gênero e Sexualidade; Laicidade e Democracia; Cidadania, Violência e Gestão Estatal; Antropólogas/os Negras/os; Deficiência e Acessibilidade; e da sua Comissão de Direitos Humanos, manifesta repúdio ao Projeto de Lei 1904/24, que propõe limitar a até 22 semanas de gestação a garantia do exercício do direito à realização de um aborto legal e seguro, em casos de violência sexual. Esse PL equipara a interrupção legal da gravidez após 22 semanas ao crime de homicídio simples e faz do aborto crime mais grave que o estupro que o motivou. Caso venha a ser aprovado, terá impacto devastador sobre a vida de mulheres, meninas e pessoas que gestam.

Disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-de-repudio-ao-pl-1904/>

- Manifestação de repúdio diante da ameaça de retrocesso no reconhecimento do casamento igualitário no Brasil publicada em 25 de setembro de 2023.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio de seu Comitê Gênero e Sexualidade, manifesta seu repúdio ao parecer realizado pelo deputado Pastor Eurico (PL-PE) sobre o Projeto de Lei 580/2007, de autoria do então parlamentar Clodovil Hernandez. Tal parecer foi apresentado na Comissão de

Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados, no dia 29 de agosto do corrente ano.

Disponível em:

<https://portal.abant.org.br/manifestacao-de-repudio-diante-da-ameaca-de-retrocesso-no-rec-ohhecimento-do-casamento-igualitario-no-brasil/>

- Manifestação de repúdio contra o pronunciamento do deputado Nikolas Ferreira no dia 08 de março de 2023 publicada em 24 de março de 2023.

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio de seu Comitê Gênero e Sexualidade, manifesta repúdio ao pronunciamento realizado pelo deputado federal Nikolas Ferreira no Congresso Nacional, no dia 8 de março de 2023, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres.

Disponível em:

<https://portal.abant.org.br/manifestacao-de-repudio-contra-o-pronunciamento-do-deputado-n-ikolas-ferreira-no-dia-08-de-marco-de-2023/>

- Nota sobre a violência sexual e o assassinato da estudante Janaina da Silva Bezerra na UFPI publicada, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, em 06 de fevereiro de 2023.

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Gênero e Sexualidade, manifesta o repúdio e a consternação em relação ao crime brutal ocorrido com a estudante de jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Janaina da Silva Bezerra, de 22 anos, que sofreu violência sexual e foi assassinada com crueldade dentro das dependências da universidade, no dia 29 de janeiro deste ano.

Disponível em:

<https://portal.abant.org.br/nota-conjunta-sobre-a-violencia-sexual-e-o-assassinato-da-estudante-janaina-da-silva-bezerra-na-ufpi/>

- Diálogo com a comissão organizadora da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) em razão do questionamento recebido a respeito de atividade aprovada

Após o Comitê ter recebido questionamentos acerca da aprovação de uma atividade no evento, procuramos a Comissão organizadora, que também já estava ciente do ocorrido, para encaminharmos uma boa solução para a questão. A atividade foi suspensa e o incidente superado.

- Diálogo com a ABA, em conjunto com o Comitê de Antropólogas/os Negras/os, para propor algumas ações em torno do dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)

Iniciamos um diálogo com o Comitê de Antropólogas/os Negras/os para, tendo em vista a RBA ocorrer

na semana do dia 25 de julho, propor algumas atividades no evento que considerasse e celebrasse a data em questão. Após esses encaminhamentos, buscamos, junto ao evento, observar alguns dos pontos que elencamos.

Eventos

- Webinar “Saberes e epistemologias trans e travestis: interfaces entre academia e política” transmitido pela TV ABA em 04 de dezembro de 2023.

Palestrantes: Ian Habib (UFBA/Cuny), Megg Rayara Gomes da Silva (UFPR), Carolina Iara (Codeputada Estadual pela Bancada Feminista - PSOL/SP) e Sil Nascimento (USP). Mediação e debate: Vi Gruvald (UFRGS)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CXPf4mF8HZo&t=136s>

- Webinar “Maternidades, trabalho intelectual e carreiras das mulheres na ciência brasileira” transmitido pela TV ABA em 16 de janeiro de 2024.

Palestrantes: Carolina Bezerra (UFJF), Fernanda Staniscuaski (UFRGS) e Letícia Oliveira (UFF). Mediadora: Ana Paula da Silva (UFF).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1nqcn3XLnMo>

- Mesa-Redonda “Epistemologias e políticas travestis e transexuais: construindo saberes e práticas contra-hegemônicas na ciência” na 76ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Belém, PA, em 11 de julho de 2024 (modo virtual)

Em diversas pesquisas acadêmicas que buscam refletir sobre as vulnerabilidades experimentadas pela população LGBTI+, as condições de vida, em especial, as experiências de violência e exclusão contra as pessoas transexuais e travestis são especialmente observadas. Uma configuração que conjuga a perda de apoio familiar, motivada pela perseguição de parentes e familiares em razão da identidade de gênero, bem como a inexistência de redes comunitárias de suporte afetivo e material, resultam, em muitos casos, na saída prematura do lar, no abandono das instituições de ensino e na exclusão dessas/es sujeitas/os em redes formais de trabalho. Nas últimas décadas, contudo, uma série de iniciativas foram tomadas buscando minorar esse quadro de vulnerabilidades. É possível citar, por exemplo, a resolução do Ministério da Educação de 2018 que autorizou o uso de nome social em registros escolares ou ainda o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, em 2019, estabeleceu que os crimes de transfobia devem ser enquadrados como crimes de racismo, em conformidade com Lei 7.716/1989. No bojo de tais políticas de diversidade, representação e inclusão, diversas universidades também têm se movimentado. Em recente levantamento, observou-se que cerca de 40 Instituições de Ensino Superior (IES) possuem ações afirmativas para ingresso e permanência de pessoas travestis e transexuais, sobretudo na pós-graduação. Nesse ano, foi

apresentado um projeto de lei (PL 3109/2023) na Câmara dos Deputados que estabelece reserva de vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior em todo o território nacional. Nos balanços acerca dos impactos da adoção das cotas socioeconômicas e raciais nas primeiras universidades, há um consenso em torno da transformação do perfil das IES e, como parte desse processo, nas contribuições epistemológicas oriundas da presença ativa, em maior número, de pobres, negras/os e indígenas nessas instituições. A mesa aqui proposta, portanto, ao se debruçar sobre o percurso, desafios e potencialidades das chamadas “políticas e epistemologias transexuais e travestis” para a ciência, tratará não só dos gargalos no acesso, permanência e na atuação desses/as como pesquisadoras/es, mas evidenciará as interpelações e proposições inovadoras que essas/es sujeitas/os podem trazer ao modo de fazer ciência no Brasil hoje.

Palestrantes: Helena Vieira (USP) e Vi Grunvald (UFRGS). Mediação: Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA).

Disponível em:

https://ra.sbpnet.org.br/76RA/wp-content/uploads/2024/04/76RA_SBPC_programa.p df

Atividades na 34a. Reunião Brasileira de Antropologia

- Organização do Simpósio Especial 18 - Novos cenários nas instituições de ensino superior: ampliação do acesso, permanência e debates sobre as carreiras e epistemologias, coordenado por Ana Paula da Silva (UFF) , Regina Facchini (UNICAMP)

Nas últimas décadas, as universidades brasileiras passaram por profundas mudanças no perfil discente com o advento das leis de ações afirmativas, uma grande vitória dos movimentos negros e outros movimentos sociais organizados. Esse processo se junta a outros que já estavam em curso e que se intensificaram: as ações afirmativas e políticas de equidade se estendem para outros setores como o corpo docente, técnico- administrativo e até mesmo os cargos de gestão das universidades; situações de assédio são desnaturalizadas; constituem-se espaços institucionais de ampliação da equidade, diversidade e inclusão e iniciativas relativas à garantia dos direitos de estudantes trans, docentes e funcionárias trans e pelos direitos relacionados à maternidade nas carreiras científicas. Em função dessas transformações, também presenciamos uma demanda por novas epistemologias acadêmicas que privilegiem autoras e autores de grupos minorizados, além de um debate mais amplo sobre equidade. Este Simpósio Especial é organizado pelo Comitê de Gênero e Sexualidade e Comissão de Direitos Humanos, e tem como objetivo refletir sobre o novo momento dentro destas instituições a partir do aumento da presença de atores/as. A ideia é ampliar a reflexão sobre os debates e iniciativas dessas/es novas/es/os atoras/es, compreender quais os impactos, disputas e políticas que estão atualmente na arena acadêmica e como têm estado em diálogo com o fazer antropológico.

- Organização do Grupo de Trabalho 96 - Sexualidade, gênero, raça e territorialidades: articulações,

pertencimentos e direitos em disputa, coordenado por Jacqueline Moraes Teixeira (UNB) e Roberto Marques (URCA)

Noções de sexualidade e gênero impõem-se como nodais na expressão de relações sociais e conflitos que marcam a emergência de novos sujeitos políticos, direitos e categorias em meio a tentativas de retomada democrática, em contexto de adensamento dos conservadorismos e ultraliberalismos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com sujeitos cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por diferentes atores sociais. Partindo da perspectiva de que sexualidade e gênero se articulam – e constituem-se mutuamente – a outras categorias, tais como: raça, classe social, geração, territorialidades, pertencimentos religiosos, e outras, vem se produzido avanços na análise da produção de diferenças e desigualdades, a partir de gramáticas articuladoras de regimes morais, jurídicos e políticos. Esse GT pretende reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam reflexões pertinentes ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) dinâmicas relacionadas à violência em suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) produção de corpos e subjetivações relacionados a gênero, sexualidade, raça e religião; 3) constituição de territorialidades, envolvendo circulações, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Reuniões de organização

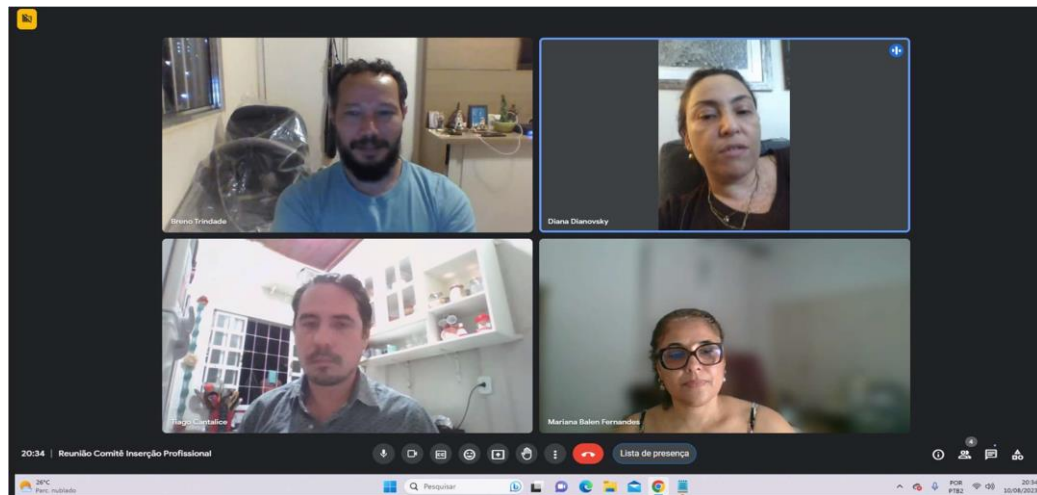
Além de reuniões de trabalho presenciais do Comitê de Gênero e Sexualidade durante a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), outras reuniões ocorreram, de maneira virtual, durante o mandato 2023-2024 deste comitê.

Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a⁵

Reuniões

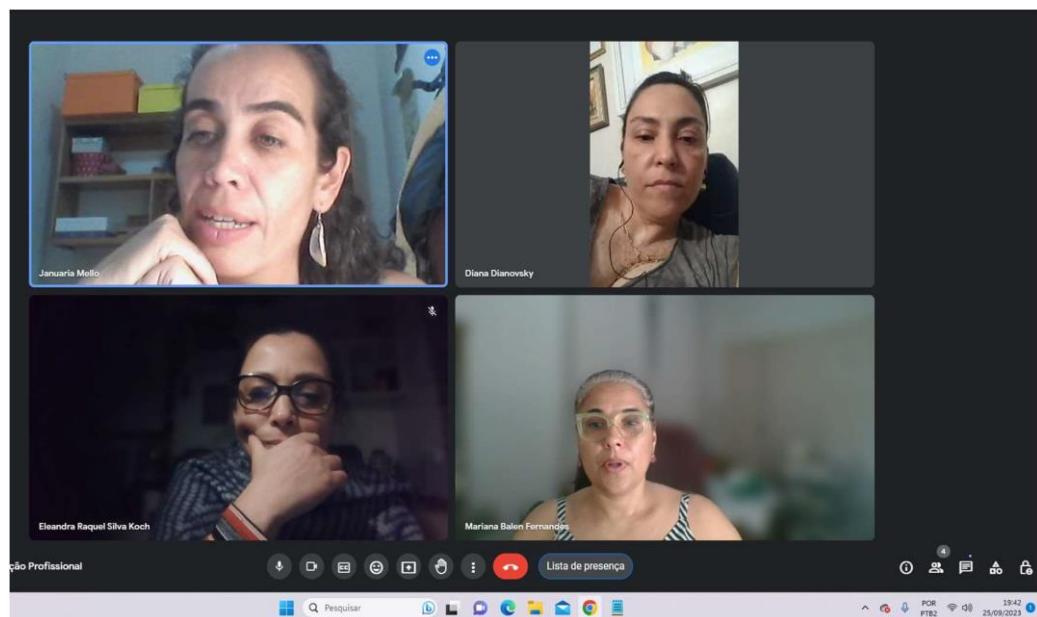
10/08/2023 – Reunião interna CIP:

Pauta: PL regulamentação profissional.



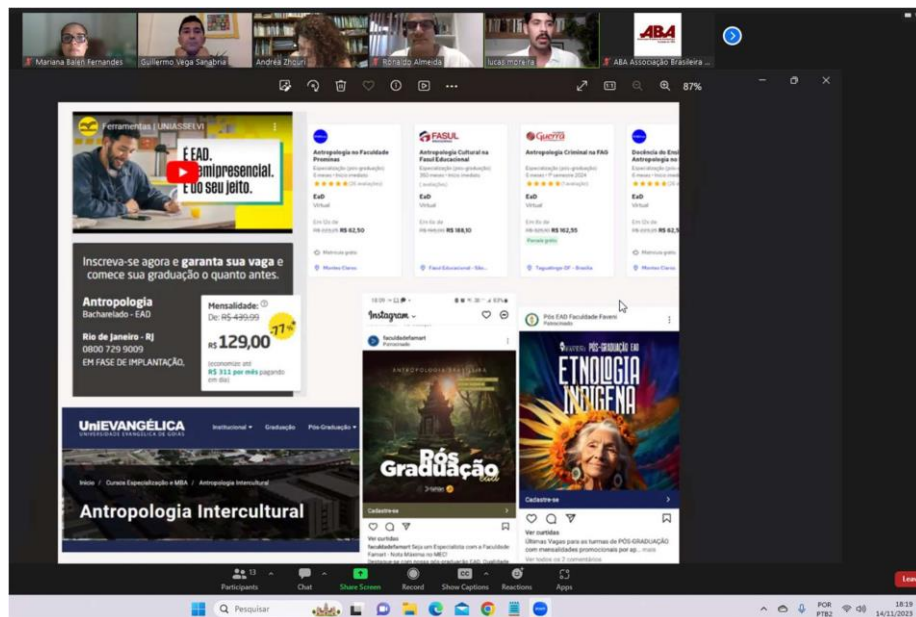
25/09/2023 – Reunião interna CIP

Pauta: PL regulamentação profissional, organização Simpósio Especial – 34ª RBA, manifestações e demandas (editais, notas, etc.)



⁵ Os anexos do relatório estarão disponíveis no Portal da ABA, no menu de relatórios de comitês e comissões.

14/11/2023 – Reunião Presidência ABA, Diretoria e Comitês: discussão sobre cursos online e organização de webinar

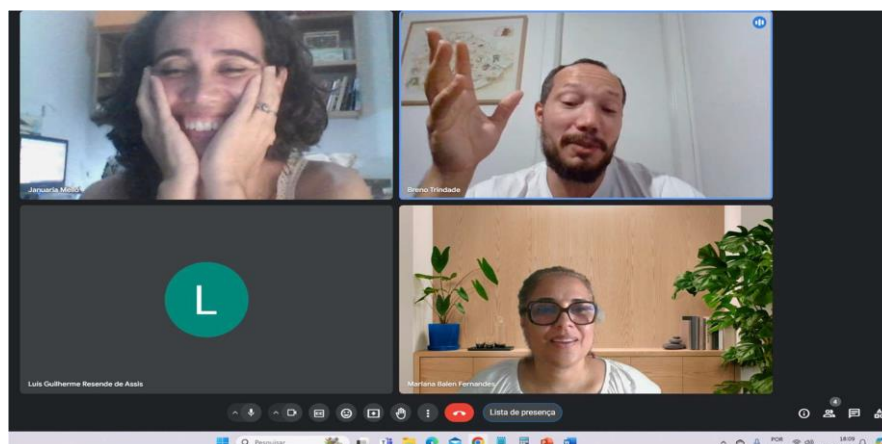


11/01/2024 – Reunião interna CIP:

Pauta: Organização Seminário 34ª RBA / Belo Horizonte

03/05/2024 – Reunião interna CIP

Pauta: organização Simpósio Especial 34ª RBA. Buscar diferentes representações nos campos de atuação da antropologia; divisão dos membros do CIP; promover debate com os coletivos de antropólogo/as atuais e gerar diálogo com o coletivo de antropólogos do MPF.

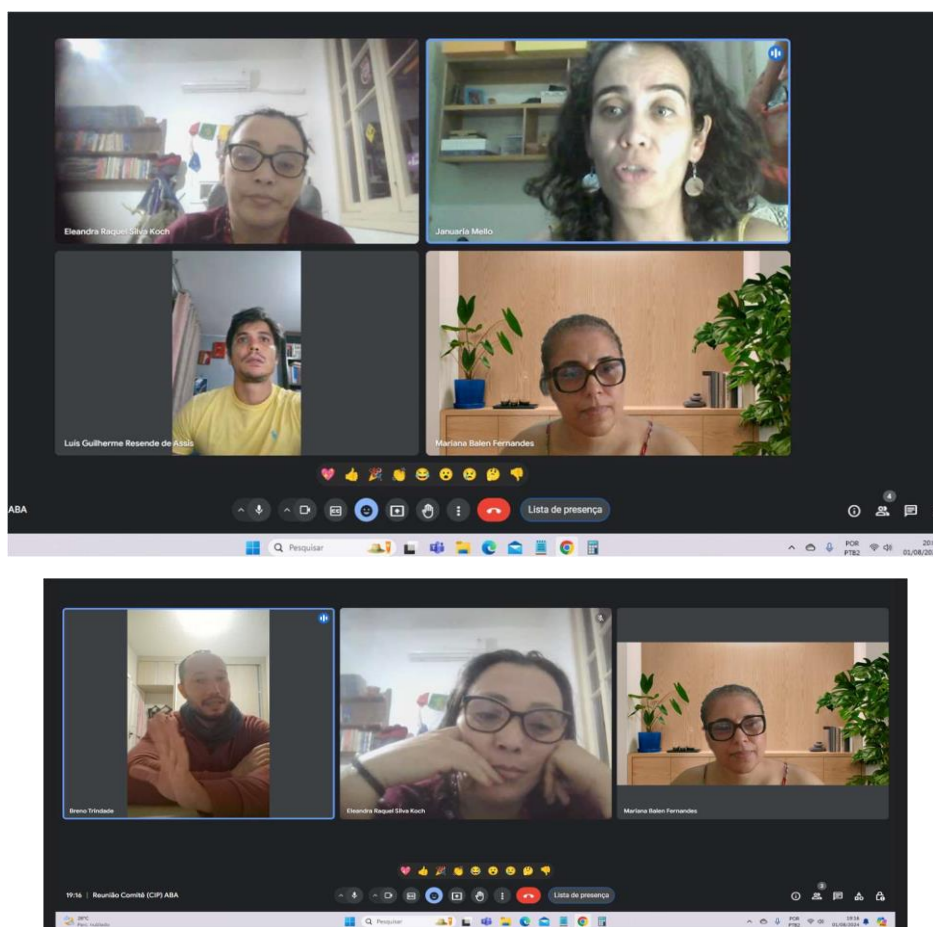


01/08/2024 – Reunião interna CIP

Pauta:

- Estatuto: formalização e debate acerca das categorias "profissional" e "associados";
- Diálogos com outros Comitês da ABA: formação e qualificação / produzir material didático;
- Currículo em Antropologia: critério utilizado pela ABA (pós-graduação) e pelos editais (graduação)
- Necessidade de revisão da Resolução da ABA de 2020.

Encaminhamento: Estruturar apresentação para incluir na reunião junto à Presidência da ABA e consultor jurídico

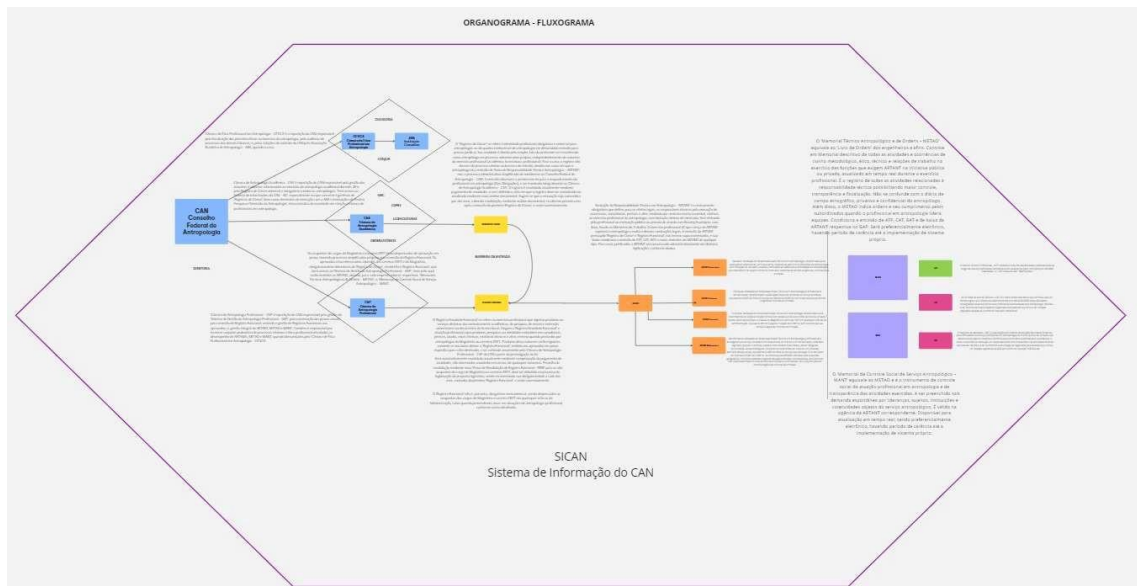


07/10/2024 – Reunião CIP e Presidência ABA:

Pauta:

CIP: Contextualização e apresentação de proposta de criação de Conselho Federal de Antropologia (CAN) e Minuta PL regulamentação profissional.

ESTRUTURA E ORGANOGRAMA DO CAN



Relatório da Gestão ABA 2023-2024



GLOSSÁRIO

Anuidade de Registro de Classe Pessoa Física – relativa ao registro geral obrigatório de profissionais gerenciado pela CAA

Anuidade de Registro de Classe Pessoa Jurídica – relativa ao registro geral obrigatório de pessoas jurídicas da iniciativa privada com quadro profissional de antropólogos gerados pelo CAP (que demandam registro funcional); exceto instituições de ensino

Anuidade de Registro Funcional Pessoa Física – relativa ao registro obrigatório de profissionais que demandam ARTANT de qualquer natureza no exercício das funções ou cargos públicos ou privados. Esta anuidade é devida mesmo nos casos em que o serviço prestado for voluntário, desde que exija ARTANT

ARTANT [Anotação de Responsabilidade Técnica em Antropologia] – instrumento obrigatório que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de assessorias, perícias e afins, relativas ao exercício profissional da antropologia com titulação mínima de mestrado

ARTANT Bacharelado – Anotação de Responsabilidade Técnica em Antropologia – caracterizada pela execução de assessorias, perícias e afins, relativas ao exercício profissional da antropologia com titulação de bacharel

ARTANT Cotidiana – Anotação de Responsabilidade Técnica em Antropologia – caracterizada pela periodicidade, repetitividade e associação frequente de fainas do serviço prestado

ARTANT Funcional – Anotação de Responsabilidade Técnica em Antropologia – caracterizada pelo desempenho de cargo ou função técnica com pessoa jurídica de direito público ou privado; exceto carreiras públicas e privadas do magistério superior, técnico e do ensino médio.

ARTANT Multitemática – Anotação de Responsabilidade Técnica em Antropologia – caracterizada pela abrangência do serviço prestado (múltiplas etnias, territórios e territorialidades, contextos regionais, grupos e coletivos, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, áreas etnológicas), tipos licenciamentos ou mais de um processo administrativo/judicial)

ATP [Acervo Técnico Profissional] – o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições, composto por ARTANT analisadas, i.e., com baixa no GAP

CAA [Câmara de Antropologia Acadêmica] – repartição do CAN responsável pela gestão dos assuntos e sistemas relacionados ao exercício da antropologia acadêmica/docentes pelo Registro de Classe universal e obrigatório a todos os antropólogos.

CAP [Câmara de Antropologia Profissional] – repartição do CAN responsável pela gestão dos assuntos e sistemas relacionados ao exercício da antropologia profissional demandam emissão de ARTANT e registro geral de pessoas jurídicas Carteira de Serviços remete aos serviços oferecidos pelo CAN taxados em Resolução específica a ser elaborada (observar, no mínimo, tabela Resolução 1066/2015 CONFEA)

CAT [Certidão de Acervo Técnico] – instrumento facultativo que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CAN as ARTANT pelas atividades designadas no acervo técnico do profissional.

CÉTICA [Câmara de Ética Profissional em Antropologia] – repartição do CAN responsável pela fiscalização dos preceitos éticos no exercício da antropologia, pela auditoria de processo das demais Câmaras, e, pelas relações de controle do CAN pela Associação Brasileira de Antropologia ABA

CAN [Conselho Federal de Antropologia] Autarquia Pública Federal pelo regulação da profissão de antropólogo
SICAN [Sistema de Informação]

SIGAP [Sistema de Gestão da Antropologia Profissional] – mecanismo nacional de gestão da ARTANT
SIRA [Sistema de Informação de Registro do Antropólogo]

METAO [Memorial Técnico Antropológico e de Ordens] – equivale ao Livro de Ordem dos engenheiros e afins. Memorial descritivo de todas as atividades e ocorrências de cunho metodológico, ético, técnico e relações de trabalho no exercício das funções que exigem ARTANT na iniciativa privada. Além disso indica ordens e seu cumprimento pelos subordinados quando o profissional em antropologia lidera equipes. Condiciona a emissão de CAT, RAT e de baixa da ARTANT respectiva no GAP

MANT [Memorial de Controle Social de Serviço Antropológico] – equivalente ao METAO. A ser preenchido sob demanda espontânea por lideranças, sujeitos, instituições e coletividades alvos do serviço antropológico. Dura enquanto durar a ARTANT correspondente. RAT [Registro de Atestado] a declaração facultativa fornecida pela contratante do serviço profissional em antropologia de direito público ou privado, que atesta a execução do trabalho e identifica seus elementos quantitativos qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

Registro de Classe – processo de emissão de registro obrigatório para praticantes de antropologia, baseado na titulação, indicação ou afinidade disciplinar, gerenciado pelo CAA

Registro Funcional – processo de emissão de registro obrigatório para praticantes de antropologia cuja atividade exija emissão de ARTANT, gerado pelo CAP. Emitido para pessoas físicas e jurídicas, exceto instituições de ensino

SIC [Sistema de Informações do CAN] – banco de dados que consolida as inf

Debate:

- Ausência de consenso na ABA sobre o processo de regulamentação;
- Solicitações que chegaram à ABA sobre a necessidade de reconhecimento profissional em concursos e a criação de cursos pós-graduação "fake";
- Realização de webinar sobre cursos online e discussão na educação e profissionalização;
- Pensar sobre o perfil antropólogo da ABA: relatório em andamento.

Encaminhamento: agendar reunião com assessor jurídico da ABA para consulta acerca da proposta de PL apresentado pelo CIP à ABA.

18/10/2024 – Reunião CIP, Presidência da ABA: consulta ao assessor jurídico, Dr. Paulo Machado Guimarães (advogado da ABA) acerca da Minuta do PL para regulamentação profissional.

Pauta:

- Contexto político, possibilidades e percursos para a regulamentação da profissão junto ao Ministério do Trabalho e Casa Civil (consulta a demais Ministérios);
- CAN: enquanto órgão fiscalizador; refletir sobre a sua estrutura : cargos, com se elegem, receitas e atribuições etc., além de conferir competência para regulamentar as matérias que a lei permite que sejam; gerido com recursos próprios;
Lei deve ser sucinta.

Encaminhamentos: Reunião para apreciação e emissão de parecer jurídico da ABA e encaminhamento de Projeto de Lei elaborado pela assessoria jurídica de Conselho Federal para futuras discussões com Diretoria, Conselho e demais Comitês.



22/11/2024 – Reunião interna

Pauta: Elaboração de declaração de atuação de membro do comitê; critérios para aceite e seleção de inclusão de novos membros do CIP.

Eventos

05/11/2024 – Participação do CIP no webinar promovido pela ABA "Antropologia online: a expansão dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil", organizado pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia/ABA, coordenado pelo Prof. Guillermo Vega Sanabria (UFBA). O debate se deu em torno dos eixos: EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA; CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EAD; REGULAÇÃO E SUPERVISÃO. A importância da formação profissional e a inserção no mercado de trabalho de pesquisadores e professores junto ao setor privado.



34ª Reunião Brasileira de Antropologia / Belo Horizonte

- SIMPÓSIO ESPECIAL 09 – “Comitê Inserção Profissional / ABA: percursos e atuações da antropologia contemporânea.”

Coordenação:

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG) Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Sessão 1 Participante(s):

Januária Pereira Mello (INCRA) Ugo Maia Andrade (UFS) Debatedor(a):

Luís Guilherme Resende de Assis (MPF) Sessão 2

Participante(s):

Beatriz Accioly Vaz (MPF) Patrick Arley de Rezende (UFMG) Vanessa Flores dos Santos (INCRA)

Debatedor(a): Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG)

Resumo: O presente Simpósio objetiva criar um espaço de debate em torno da atuação de profissionais

da antropologia no Brasil. Visa apresentar os principais objetivos e atividades desenvolvidas pelo Comitê Inserção Profissional/ABA a partir da interlocução com diferentes coletivos de antropólogas/os. Intenta proporcionar reflexões a respeito da prática profissional diante do avanço de cursos, sem a devida qualificação, destinados a uma suposta formação antropológica, somados às ameaças e violências sofridas por antropólogas/os nos últimos anos a partir da ação de diversos setores, principalmente aqueles vinculados ao capital privado, cujos interesses se opõem aos direitos humanos e territoriais dos sujeitos envolvidos na pesquisa antropológica. Trata-se de reunir esforços com vistas à construção de estratégias coletivas em defesa do fazer antropológico em diferentes campos de atuação (órgãos do Estado, ONGS, consultorias, profissionais autônomos, academia).

DOCUMENTOS ANEXOS (conferir anexos completos no site da ABA)

- ENVIO, EM 22/11/2023 da MINUTA DE PROPOSTA DE PROJETO DE LEI PARA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL E CRIAÇÃO DE CONSELHO FEDERAL DE ANTROPOLOGIA (CAN) A SEREM APRECIADAS PELA DIRETORIA DA ABA. (ANEXO)
- PARECER DA DIRETORIA DA ABA ACERCA DA PRPOSTA DE PROJETO DE LEI ENCAMINHADO PELO CIP – OFÍCIO Nº055, DE 27 DE AGOSTO DE 2024 (ANEXO)
- CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARECER EMITIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - OFÍCIO Nº55/2024/ABA (ANEXO)
- APRESENTAÇÃO ESTRUTURA CAN (ANEXO)
- DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO DE MEMBRO DO COMITÊ INSERÇÃO PROFISSIONAL/ABA (ANEXO)
- MOÇÃO 34ª RBA / BELO HORIZONTE

Comitê Laudos Antropológicos

As atividades do Comitê de Laudos no biênio 2023-2024 em boa parte significaram uma continuidade de algumas das ações que haviam sido iniciadas na gestão anterior (2021-2022) as quais, em grande medida, foram realizadas em colaboração com a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA. Tal colaboração se deveu fundamentalmente ao fato de que parte significativa das demandas que sobrevieram à ABA, e da própria atuação do Comitê de Laudos, se referiu de modo fundamental a questões indígenas no país.

Indicações de peritos/as em processos judiciais

Em primeiro lugar, cabe lembrar mudanças significativas ocorridas via Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a publicação de duas resoluções suas (a nº 287/2019 e a nº 454/2022) voltadas a indígenas em processos criminais. Tais resoluções passaram ser referência, exigindo-se a presença de experts que pudessem emitir laudos qualificados que destacassem as especificidades étnicas e culturais. A primeira resolução previa um leque bastante amplo de especialistas podendo desenvolver tal papel, sendo que a segunda resolução (aprovada após a realização de diálogo de membros do CNJ também com representantes do Comitê de Laudos e da Comissão de Assuntos indígenas da ABA) passou a destacar a prioridade para a contratação especificamente de antropólogos/as para atuar como peritos nestas situações.

Como já havia sido indicado para a gestão anterior da ABA, uma das consequências destas resoluções do CNJ tem sido uma crescente demanda para a ABA indicar antropólogos para perícias em numerosos casos envolvendo indígenas em processos criminais. Tal aumento de demanda para nossa Associação havia sido prevista, tornando-se objeto de discussão nas reuniões da ABA junto ao CNJ, com o intuito de se chegar a um Acordo de Cooperação Técnica entre estas instituições. Buscava-se elaborar um mecanismo de estruturação interna à ABA que permitisse atender adequadamente a essa crescente demanda. Na época (gestão 2021-22 da ABA), o Comitê de Laudos, envolvido diretamente, juntamente com a CAI, na elaboração deste instrumento de cooperação técnica, tinha proposto que as indicações fossem feitas descentralizando as atividades do Comitê, instituindo subcomitês regionais, destinados a este propósito. Ocorre que, não obstante esta intenção, as negociações junto ao CNJ para celebrar o Acordo não avançaram a ponto de se concluir, isto devido também à designação de um novo presidente do STF (que, formalmente, também preside o CNJ).

A não celebração do acordo com o CNJ, contudo, não foi acompanhada de uma diminuição das demandas da Justiça à ABA envolvendo indígenas na esfera criminal. Ao contrário, esta teve continuidade de modo significativo na gestão 2023-24.

Para atender a tais demandas ocorreram bastantes dificuldades, devido às características da Resolução de laudos da ABA, que estabelece que nossa Associação pode indicar para realização de laudos apenas sócios/as efetivos/as, com certos requisitos experienciais e de formação. Deste modo, tanto sócios/as pós-graduandos/as quanto antropólogos/as não associados/as não podem ser indicados/as.

Há que se observar, porém, que se tornou quase impossível encontrar associados/as com tal qualificação disponíveis para realizar as perícias em situações criminais, cujos honorários costumam ser muito baixos, não cobrindo sequer as passagens para os deslocamentos necessários, incluindo-se a realização do trabalho de campo, e, via de regra, estas demandas tendo o caráter de urgência. O que este quadro suscitou foi a ABA, apenas para este tipo de perícias, não propriamente fazer indicações, mas informar a eventualidade de existirem antropólogos/as com qualificação para o trabalho.

Outro aspecto importante que caracteriza as perícias envolvendo indígenas em processos criminais é o fato de que estes (processos) dizem respeito a direitos individuais das pessoas indígenas acusadas e, neste caso, geralmente estão ausentes autores ou réus que possam vir a levantar legalmente suspeição sobre os/as peritos/as antropólogos/as. Estes casos, portanto, se diferenciam nitidamente de perícias que envolvem direitos coletivos, em processos por disputas territoriais ou sobre conflitos socioambientais, onde geralmente os custos periciais são arcados por uma das partes no contencioso. Para estes casos, que dizem respeito a direitos coletivos, a ABA tem feito a indicação regular de sócios/as efetivos/as, e, na ausência de profissional com qualificação ou falta de disponibilidade deste/a, nossa Associação tem respondido às demandas da Justiça informando-a sobre a momentânea indisponibilidade de associados/as.

Há uma outra situação a mencionar, sobre outro tipo de perícia crescentemente demandada à ABA na gestão 2023-24. Este diz respeito a processos instaurados após recursos que foram impetrados por candidatos/as que participaram de concursos públicos concorrendo a vagas através de cotas étnico-raciais, chegando assim a judicializar estes processos. O *modus operandi* estabelecido pelas diretorias das últimas três gestões da ABA frente este tipo de demanda, que chegam procedentes da Justiça, tem sido o de não fazer indicações de peritos/as. Uma justificativa deste posicionamento se encontra em documento elaborado pelo Comitê de Laudos em dezembro de 2021, que vai aqui em anexo, sobre a necessidade de discussão e amadurecimento internamente à ABA sobre as implicações das questões em pauta e dos argumentos jurídicos feitos nestes processos. Ocorre, contudo, que, na gestão 2023-24, ainda com relação às cotas étnico-raciais, chegaram ao Comitê de Laudos demandas não procedentes de órgãos de justiça propriamente, mas diretamente de particulares (pessoas sócias e não sócias da ABA), que buscavam informações seja sobre como conseguir um laudo antropológico, seja sobre como ser habilitadas a realizar laudos antropológicos. Em ambos casos, com o intuito de estes laudos servirem como documentos “preventivos”, voltados a enfrentar julgamento de bancas de heteroidentificação. Para estes casos, as respostas foram dadas seguindo o *modus operandi* da ABA, que atende apenas a demandas procedentes de órgãos de justiça e não de particulares.

Finalmente, com base nas dificuldades na realização de indicações de pessoas para realizarem perícias de várias naturezas, e considerando a série de debates e discussões ocorridas na ABA, que resultaram nas recentes mudanças implementadas no nosso Estatuto (que alteraram significativamente inclusive as características necessárias para os/as candidatos/as se tornarem sócios/as efetivos), tornou-se ainda mais necessário fazer uma atualização da Resolução de Laudos de nossa associação.

O que chegou a ser avançado em discussões iniciais no Comitê de laudos vai no sentido de que seja feita uma diferenciação entre os vários tipos de laudos (abrangendo direitos coletivos e individuais), contemplando também as mudanças no Estatuto, para a ABA poder fazer as indicações para a realização de laudos.

Ações da ABA no STF e atividades correlatas

Na gestão de 2023-24 foi dada continuidade a ações no STF que haviam sido instauradas ainda na gestão 2019-20. Através da cooperação entre o Comitê de Laudos e a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), na qualidade de *Amicus curiae*, a ABA entrou no âmbito do “Recurso Extraordinário nº 1017365” (instituído no STF), relativo ao julgamento da revisão de limites da T.I. Ibirama La Klãnõ, em Santa Catarina, cujo relator é o Ministro Edson Fachin. Por suas características, tal julgamento teve decretada “repercussão geral”, para todos os casos envolvendo regularização de terras indígenas no país, passando a considerar a constitucionalidade ou não daquela que foi denominada de “tese do marco temporal”. No quadro do julgamento, a ABA elaborou várias peças, com corpos de argumentos específicos. A primeira delas (em 2020) foi constituída por um memorial da ABA, no qual consta uma ampla análise antropológica, recusando tal tese do marco temporal como sendo equivocada no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. A partir daquele momento, as coordenações tanto do Comitê de Laudos quanto da CAI seguiram acompanhando o processo, solicitando encontros com os Ministros do STF e ficando de prontidão para a elaboração de eventual nova documentação necessária para o processo – que se estendeu por vários anos e que ainda não se concluiu.

No decorrer do julgamento, o STF recusou a tese do marco temporal, mas o Congresso Nacional, em 2023, promulgou a Lei 14.701, instituindo esta tese, bem como outros critérios que impactam negativamente os processos de demarcação de terras indígenas no país. A própria T.I. Ibirama La Klãnõ foi impactada pela referida lei e, portanto, a ABA, em maio de 2024 voltou a se manifestar no processo, desta vez através de detalhado documento, que analisa os efeitos da lei 14.701/2023, mostrando como a quase totalidade de seus artigos são inadequados, solicitando o incidente de inconstitucionalidade, isto é que a lei como um todo seja considerada inconstitucional, e portanto recusada para o julgamento específico sobre a referida T.I.

Vista a relevância do caso, tanto a coordenação do Comitê de Laudos quanto a da CAI ficaram de prontidão para elaborar um ulterior documento, de natureza semelhante, desta vez com o intuito de

entrar diretamente no supremo com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), desta vez diretamente relacionada à própria Lei 14.701/2023.

Em decorrência da relevância destas questões, o Comitê de Laudos junto com a CAI, decidiram organizar, em junho de 2024, na UnB, uma oficina específica sobre o marco temporal e os direitos territoriais indígenas em geral, e sobre a Lei 14.701/2023 em particular. Este encontro contou com a presença de convidados/as com alto conhecimento no tema, entre antropólogos/as e operadores do direito, como os doutores Carlos Frederico Marés, Deborah Duprat, Márcio Santilli e Paulo Machado Guimarães, os professores doutores João Pacheco de Oliveira e Paulo Santilli, bem como representações da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República (dra. Ana Borges C. Santos e dra. Márcia Zollinger) e da FUNAI (Maria Janete A. de Carvalho). Como diretoria da ABA, participaram a presidenta Andrea Zhouri e a secretária adjunta Alexandra Barbosa da Silva. Pelo Comitê de Laudos, os professores doutores Fabio Mura e Andrey Cordeiro Ferreira, sendo que pela CAI estiveram presentes as professoras doutoras Elaine Moreira e Edviges Ioris, e o professor doutor Estevão Palitot. Nas conclusões da oficina foi enfatizado, de modo unânime, o quanto a Lei 14.701/2023 é inadequada e inapropriada em sua inteireza, como já constava nos vetos do Presidente da República sobre a maioria de seus artigos. Concluiu-se pela importância de se promover ações que dessem continuidade aos encaminhamentos da ABA no STF, desta vez enveredando para a impetração de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) específica sobre a própria referida Lei.

Ocorre que na sequência desta oficina, o Ministro do STF Gilmar Mendes, que, como relator sobre os pedidos de inconstitucionalidade e constitucionalidade da Lei 14.701, acabou por transformar o processo em uma sequência de audiências para conciliação, provocando significativas divergências de entendimento no interior do movimento indígena de como se posicionar frente a este procedimento de conciliação e de suas audiências, divergências estas que se apresentaram também no mundo acadêmico e mesmo na ABA.

Seguindo os princípios próprios dos encaminhamento anteriores no Supremo e as diretrizes que vieram do encaminhamento da referida oficina da ABA de Brasília, o entendimento das coordenações do Comitê de Laudos e da CAI foi o de seguir com a compreensão de que a Lei deveria ser declarada inconstitucional em sua inteireza e, portanto, as audiências de conciliação seriam inoportunas, algo que também foi fortemente impulsionado pela APIB e outras instituições que lidam em prol dos direitos territoriais indígenas.

Na sequência, a presidência da ABA resolveu de qualquer forma participar da audiência de conciliação, no sentido de que a ABA fosse ouvida a respeito do papel e dos métodos da Antropologia nos laudos antropológicos envolvendo direitos territoriais.

A partir daquele momento, formou-se um GT na ABA, com a participação dos Profs. Fabio Mura e Andrey

Ferreira, como coordenação do Comitê de Laudos, a Profa. Elaine Moreira, coordenadora da CAI, as Profas. Andrea Zhouri, Sônia Magalhaes e Alexandra B. Silva, pela Diretoria e, finalmente, pelas pessoas que iriam fisicamente (além de Andréa Zhouri) participar da audiência no STF: Manuela Carneiro da Cunha, Paulo Santilli, Bruna Franchetto e Ruben Oliven. A audiência foi marcada para o dia 16 de dezembro de 2024, na qual a ABA foi ouvida.

Atividades em congressos e webinários

O Comitê de Laudos, em parceria com a CAI, organizou um Simpósio Especial na 34ª. RBA, realizada em Belo Horizonte, em 2024, cujo título era “Territórios, etnocídio e criminalização indígena”, e cuja coordenação ficou sob a responsabilidade das Profas. Elaine Moreira e Edviges Loris. Tal simpósio teve três sessões, sendo as primeiras duas no formato de mesas redondas e a terceira como roda de conversa:

Sessão 1 - Encarceramento e adoção indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica

Participante(s):

Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS) Felipe Kamaroski (Governo do Paraná) Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Sessão 2 - Ataque aos direitos territoriais indígenas: Marco temporal, invasão e exploração nas TIs

Participante(s):

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ) Fabio Mura (UFPB) Mauricio Terena (APIB)

Debatedor(a): Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Sessão 3 - Roda de conversa | Etnocídio, Ecocídio e genocídio Participante(s): Deborah Duprat (oab) Fabio Mura (UFPB)

Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (ANMIGA) Luciano Mariz Maia (MPF)

Paulo Machado Guimarães (Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania - ADJC)

Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Ainda junto com a CAI e com a Diretoria, o Comitê de Laudos organizou e partitipou do webinar: “Marco Temporal e os direitos indígenas no Brasil”, realizado em 05 de junho de 2023.

Reuniões com o MPF

Na gestão 2023-24, o Comitê de Laudos, nas pessoas de Fabio Mura, Eliane Cantarino e Alexandra B.

Silva (também Secretária adjunta), junto com a profa. Elaine Moreira, pela CAI, e a presidência da ABA, realizou reuniões com a coordenadora da 6ª Câmara, a Subprocuradora Geral Eliana Torelly, sendo que na última, ocorrida em novembro de 2024, discutiu-se sobre a possibilidade de um Termo Aditivo ao acordo de cooperação técnica vigente entre a ABA e o MPF.

Notas e ofícios

Ao longo da gestão de 2023-24, o Comitê de Laudos contribuiu na elaboração de várias notas e ofícios da ABA, em colaboração com a Diretoria e/ou com a CAI.

Organização de livros

Com base nas temáticas e ações desenvolvidas em continuidade ao longo das últimas três gestões da ABA, o Comitê de Laudos, junto com a CAI, e com a participação e mediação da secretária adjunta Alexandra B. Silva, se dispuseram a organizar três livros, fruto de ações previstas nos projetos de pesquisa e atividades da ABA, com suporte tanto da Fundação Ford quanto do CNPq, encabeçados pela atual gestão. Esta ação está em andamento, com previsão de publicação em 2025.

Abaixo seguem os títulos dos livros, com seus respectivos sumários.

LIVRO 1

O “marco temporal” e a garantia dos direitos territoriais indígenas no Brasil

Organizadores/as: Fabio Mura, Alexandra Barbosa, Elaine Amorim, Edviges

Ioris, Estevão Palitot e Andrey Ferreira

SUMÁRIO

1. Apresentação - O “marco temporal” e o exercício da Antropologia nos processos de demarcação: ataques e ameaças ao método antropológico e aos direitos territoriais indígenas
2. Memorial da ABA como *Amicus curiae* no julgamento no STF da repercussão geral do marco temporal - Fabio Mura; Elaine Amorim; Alexandra B. da Silva
3. Petição da ABA com argumentos antropológicos em consideração à Lei 14.701/2023 - Fabio Mura, Elaine Amorim; Alexandra B. da Silva
4. - João Pacheco de Oliveira [Faltando enviar o título]
5. Contrarreforma constitucional e o desmonte dos direitos indígenas: um retrocesso colonial – Andrey C. Ferreira
6. Raposa Serra do Sol: um julgamento da constitucionalidade ungido a todas as inconstitucionalidades - Paulo Santilli
7. Marco Temporal e a corrosão dos direitos territoriais Indígenas – Carlos Frederico Marés
8. “Marco temporal” ou postura colonial atemporal - Márcio Santilli
9. STF, terras indígenas e marco temporal: um percurso histórico - Deborah Duprat.
10. Maurício Terena [Faltando enviar o título]
11. A inconstitucionalidade já declarada do marco temporal – Márcia Brandão Zollinger

12. Os desdobramentos políticos, judiciais e administrativos da disputa sobre a tese do marco temporal - Paulo Machado Guimarães
13. Diretrizes e Recomendações
Anexos – Notas da ABA e demais documentos referentes à tese e à lei do marco temporal.

LIVRO 2

Acerca de laudos e "contralaudos": aspectos científicos, éticos e metodológicos no exercício da Antropologia

Organizadoras/es: Alexandra Barbosa, Fabio Mura, Andrey Ferreira, Sérgio Brissac, Edviges Ioris, Estevão Palitot, Vinicius José R. F. Santos.

SUMÁRIO

Apresentação – Os laudos e os “contralaudos” : considerações sobre parâmetros técnico- científicos e éticos em processos administrativos e judiciais

1. Os “contralaudos” no Brasil: história, autores/as e financiadores – Vinicius José R. F. Santos
2. O legado de um “contralaudista”: uma análise da trajetória e da produção de um pioneiro na elaboração de peças técnicas de contestação de laudos sobre direitos territoriais indígenas – Fabio Mura e Vinicius José R. F. Santos
3. Turbações em situações de perícias antropológicas judiciais – Estevão Palitot e Edviges Ioris
4. Uma análise do “contralaudo” na Ação Popular sobre a T.I. Morro dos Cavalos/ SC – Alexandra Barbosa da Silva
- 5- “Contralaudos” na perícia antropológica judicial: o caso da TI Laranjeira Nãnderu - Jorge Bruno Sales Souza
7. Dilemas da antropologia como discurso de prova no Judiciário - Leonardo Leocádio da Silva
8. Quando os laudos estão presentes nos dois lados da disputa: os “contralaudos” em processos envolvendo direitos socioculturais - Deborah Stucchi
9. “Contralaudos” e a construção de narrativas contra os direitos de povos e comunidades tradicionais - Marco Paulo Fróes Schettino
10. Diretrizes e Recomendações
Anexos – Notas da ABA e documentos diversos referentes aos “contralaudos”.

LIVRO 3

Genocídio, Ecocídio, Etnocídio: análises sobre formas de produção de violências contra povos indígenas no Brasil

Organizadoras/es: Alexandra Barbosa, Elaine Moreira, Edviges Ioris, Fabio Mura, Andrey Ferreira, Estevão Palitot.

SUMÁRIO**Apresentação – Texto das/os organizadoras/es**

1. Genocídio: omissão estatal e invasão capital - Andrey Ferreira e Elaine Moreira
2. O capital em transição, os minérios críticos e os povos indígenas no Brasil - Ricardo Verdum
3. Indígenas crianças: entre a tradição étnica e a cobiça de viés colonial - Jane Felipe Beltrão e Antonio Carlos Seizer da Silva
4. Abrigamento de crianças kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul: dilemas das obrigações parentais em cenário de múltiplas formas de violação de direitos - Levi Marques Pereira
5. O encarceramento de indígenas nas penitenciárias de Roraima e a construção de sistemas de justiça indígena - Stephen Baines
6. Encarceramento indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica - Antonio Aguilera
7. Pragmatismo estatal enquanto estandarte do silêncio: práticas judiciais de apagamento indígena - Felipe Kamaroski
8. Ëg Ëmã, Ëg Krë Ga (nossa terra, nossa herança): arrendamento ilegal de terras indígenas - Fernanda Sales Kaingang
9. Arrendamentos em terras Kaingang: lideranças Indígenas entre o SPI, a FUNAI e o Mercado - Ricardo Cid Fernandes e Clóvis Brighenti
10. Poder tutelar e assistencialismo: ações indigenistas voltadas aos Warao - Elaine Moreira; Jamerson Lucena; Arthur Pontes.
11. Genocídio contra indígenas no Brasil: quando o Estado deixa matar - Luciano Mariz Maia
12. Situações de crise, hipertutela e neocolonialismo: uma análise sobre processos de etnocídio indígena no Brasil contemporâneo – Fabio Mura.

Comitê Migrações e Deslocamentos

Atividades

O comitê desenvolveu atividades acadêmicas e políticas durante este último biênio.

Atividades políticas

1. Levantamento de problemas e questões relacionadas à política migratória brasileira, a fim de subsidiar o novo governo em seus momentos iniciais.
2. Produção de notas públicas de protesto relacionadas a algumas medidas legislativas do novo governo que contrariam os interesses de imigrantes, refugiados e apátridas no Brasil.
3. Realização de uma Comigrar Livre para levantar questões e problemas fundamentais na situação de imigrantes, refugiados e apátridas no Brasil. A Comigrar livre contou com sete mesas organizadas pelos membros do comitê com a participação de imigrantes, refugiados, lideranças e acadêmicos. A Comigrar Livre foi gravada e encontra-se na TV ABA.
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLrqSUafHHXYxP2GNzOpDeY3mPqNVCAe7> i

Atividades Acadêmicas

O comitê patrocinou a organização de mesas redondas em congressos no Brasil:

Anpocs 2023:

- Mesa redonda Processos de racialização das migrações: fronteira, raça, gênero e violência. Handerson Joseph (UFRGS), Igor Machado (UFSCar), Iana dos Santos Vasconcelos (UFRR)

Anpocs 2024:

- Mesa Redonda. Expulsões, aprisionamentos e territórios: análises interseccionais e comparadas. Igor José de Renó Machado (UFSCar); Iana Vasconcelos (UFRR)
- Mesa Redonda: Mobilidades, Economias e Gênero: Novas Agendas e Contribuições Contemporâneas; Handerson Joseph (PPGAS/UFRGS) Fernando Rabossi (PPGSA/IFCS/UFRJ)
33ª RBA (2022);
- Mesa Redonda; Illegalismos, circulações e Pandemia: etnografias possíveis em mercados instáveis. Fernando Rabossi (UFRJ)
- Mesa Redonda: Todos no mesmo barco? Saúde e migração no contexto da Covid-19 Alexandre Branco-Pereira (UNB)

24ª RBA (2024):

- Mesa Redonda: As novas dinâmicas das emigrações brasileiras. Igor José de Renó Machado (UFSCAR)
- Mesa Redonda: Migrantes indígenas ou indígenas migrantes? Indígenas venezuelanos no Brasil, agenciamentos e o acesso a políticas públicas. Iana Vasconcelos (UFRR)
- Mesa Redonda: Movimentos hermenêuticos: Migrações, mobilidades, circulações, diásporas, deslocamentos, exílios. Handerson Joseph (UFRGS)

RAM (2023):

- Mesa Redonda: Límites: la frontera como metáfora y como técnica. Fernando Rabossi (PPGSA/UFRJ)
- GT: Antropologia, Migrações e Saúde. Denise Martin (Unifesp)
- Glacso: GT Migraciones y Fronteras Sur-Sur. Handerson Joseph (UFRGS)

Notas Públicas

- 1) Nota sobre a publicação da Nota Técnica nº 8/2024 pelo Ministério da Saúde com orientações sobre o acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na Atenção Primária à Saúde (APS)

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através de seus Comitês Migrações e Deslocamentos e de Antropologia e Saúde, vem, por meio desta nota, saudar a Coordenadoria de Acesso e Equidade (CAEq) da Coordenação-Geral de Saúde da Família e Comunidade (CGESCO) do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária (DESCO) da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) pela publicação da Nota Técnica nº 8/2024, com orientações e diretrizes de boas práticas para gestores e profissionais de saúde sobre o acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) em todos os territórios brasileiros.

A Nota Técnica representa um avanço real na efetivação do direito à saúde das populações migrantes no Brasil, sendo o primeiro documento de orientação às equipes e gestores de saúde sobre o atendimento dessas populações no país. O documento enfatiza a igualdade de direitos entre migrantes e nacionais, sublinhando, entre outras coisas, o direito de acesso ao SUS a despeito da situação migratória ou documental dos usuários e colocando em relevo a necessidade da adoção de abordagens interculturais nos atendimentos em saúde para migrantes.

É preciso, no entanto, apontar algumas questões potencialmente problemáticas no texto da nota. Acreditamos que essas questões poderiam ser aprimoradas, visando uma melhor compreensão pelo público amplo a que se destina. Em primeiro lugar, destacamos que, apesar de muitas pesquisas antropológicas recentes argumentarem a centralidade da questão do racismo para a experiência de migrantes no Sistema Único de Saúde, em específico, e no Brasil, de maneira mais ampla, a nota faz menções tímidas ao tema. Há uma menção à “raça” no item 6.4, e uma menção a “atendimentos antirracistas” no ponto 7.2, o que consideramos insuficiente diante do impacto desse fenômeno na vida

de migrantes no Brasil e em suas experiências no SUS.

Além disso, a Nota pode confundir ao dizer, no item 6.1, que o registro e a assistência devem ocorrer “sem exigência de documentação específica que possa impedir ou restringir o acesso, o cadastro ou a notificação” e, logo em sequência, orientar profissionais e gestores a “considerar como documento válido para a confecção do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS) e demais registros: Passaporte, Registro Nacional Migratório (RNM), Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), Protocolo de Solicitação de Refúgio, Carteira de Trabalho e Cadastro de Pessoa Física (CPF).” (Item 8.3).

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que condicionar a confecção do Cartão SUS à apresentação dos documentos listados fere o direito de acesso e fragiliza a situação de saúde dos migrantes no país, em especial daqueles indocumentados, em situação de exploração laboral, ou que possuam apenas documentos vencidos ou do país de origem. Ademais, ela fere o artigo 258, inciso IV, da Portaria GM/MS nº 2.236/21, citado pelo Ministério na Nota; o artigo 13, inciso I da Portaria GM/MS nº 940/11, que regulamenta o Sistema Cartão, além de ferir o disposto no artigo 4º da Lei nº 13.445/17, ou Lei de Migração, que estipula o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Isso significa atender inclusive migrantes que não apresentem quaisquer documentos. Estabelecer, em orientação do Ministério da Saúde, uma lista de documentos válidos para confecção do Cartão SUS, ainda que a título de elencar possibilidades burocráticas, pode abrir precedentes para a violação de direitos nos atendimentos na ponta.

Por fim, o Ministério faz 12 menções à noção de cultura em sua portaria, orientando a profissionais e gestores que busquem “contato com as redes locais para a oferta de mediação cultural” (item 6.2) e “promovendo uma escuta culturalmente sensível” (item 6.4). Trabalhos recentes de antropólogos têm demonstrado que a instrumentalização descuidada da noção de cultura e de interculturalidade pode produzir vieses racistas, essencializantes e reforçar estereótipos de diversos tipos em relação a migrantes internacionais. Esses trabalhos também apontam para a necessidade de fortalecimento das iniciativas de educação continuada voltadas aos profissionais atuantes na ponta dos serviços de saúde, incluindo tal temática. A diversidade de terminologias utilizadas no texto da nota - o documento menciona mediação cultural, intercultural e escuta culturalmente sensível - demonstra a incerteza sobre qual paradigma teórico deve orientar a abordagem indicada.

Ressaltamos a importância do incentivo a programas de mediação cultural na APS, mas consideramos igualmente relevante a reflexão sobre os paradigmas conceituais que orientam a redação da Nota Técnica e as ações de equidade, de maneira a não torná-las instrumento de aprofundamento das desigualdades de acesso e de potenciais violações de direitos. A Associação Brasileira de Antropologia se coloca à disposição do Ministério para qualificar o debate sobre as ações e políticas de equidade para migrantes internacionais no SUS.

2) Nota sobre a restrição de “viajantes sem documentação adequada” pelo Ministério da Justiça

Na última segunda-feira (26 de agosto de 2024) entrou em vigor uma nova política de restrição à solicitação de refúgio de estrangeiros no Brasil, a título de “combate ao tráfico de pessoas”. Essa medida concede à Polícia Federal o poder de decidir sobre a legitimidade ou não de solicitações de refúgio de migrantes inadmitidos no Brasil.

Esta é uma medida que viola os direitos de solicitação de refúgio garantidos aos migrantes, regulamentados pela lei 9474/1997, ou Lei do Refúgio. Primeiramente, a medida viola seus artigos 7º, 8º, 9º e 10º, que garantem a qualquer migrante ingressante em território nacional o direito de solicitar refúgio, ainda que o ingresso tenha sido irregular. Eles também obrigam a autoridade a quem for apresentada a solicitação a ouvir o interessado, suspendendo-se qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular. Assim, a medida, sob o argumento de proteger migrantes de redes de tráfico de pessoas, os vitimiza, violando seus direitos à solicitação ao refúgio.

Além disso, seu texto estabelece, em seu Artigo 11º, que é o CONARE (Conselho Nacional para os Refugiados) o órgão responsável pelo julgamento das solicitações de refúgio e em nenhum lugar se permite uma triagem ou julgamento prévio pela Polícia Federal, mesmo que os estrangeiros estejam em situação não documentada. O que essa nova política faz, na prática, é conceder à Polícia Federal um poder de julgamento de solicitações de refúgio, ao arrepio da lei.

Por fim, vale assinalar que, de acordo com a Recomendação nº 7354699 da DPU/SGAI DPGU/GTMAR DPGU, foram constatadas diversas violações aos direitos humanos dos primeiros grupos sujeitos a essa nova política, no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Essas violações estão relacionadas à morte do Ganês Evans Osei Wusu, que se encontrava retido no conector do Aeroporto de Guarulhos, sujeito a condições desumanas e indignas.

Nesse sentido, como constata a manifestação intitulada “Repúdio às restrições na entrada de migrantes no Brasil”, assinada por mais de 60 coletivos, ONGs e associações de migrantes no Brasil, essa medida “coloca em risco a segurança e a dignidade dessas pessoas, que podem ser vítimas de perseguições, violências e outras ameaças em seus locais de origem”.

O Comitê Migrações e Deslocamento da ABA recomenda ao Ministério da Justiça a imediata revogação de tal política de criminalização da migração e do refúgio. Essa política fragiliza a garantia e a efetivação de direitos humanos básicos das pessoas migrantes, ensejando interpretações que vinculam, preocupantemente, determinados migrantes ao perigo, à insegurança, ao risco e ao crime. Ela também contraria a Lei de Refúgio e a Nova Lei de Migração, indicando uma continuação das políticas dos governos Temer e Bolsonaro, e ecoa uma tendência mundial de ataques aos direitos de pessoas em mobilidade.

Conferência Livre Nacional de Antropólogos e antropólogas da Migração

Gênero e raça nos processos migratórios	Mesa 1	Angela Facundo (UFRN)	Natalia Cintra (Southampton University)	Laura Elvira López Queslloya (Coletivo de mulheres migrantes Cio da Terra e PUC-Minas)	Mariama Bah (Ativista migrante, atriz e empreendedor a cultural)	Sônia Hamid (IFB)	Waleska Lopes (UFRN)
Reunião familiar, Português como língua de Acolhimento e Protagonismo migrante no contexto da migração haitiana no Brasil	Mesa 2	Handerson Joseph (UFRGS)	Dieugrand Philippe (Licenciad o pela UNIR)	Rebecca Bernard (Doutorand a/PGDR/UF RGS)	Ernst Casseus (Federação das associações haitianas no Brasil - FAHB)	Roziane Jordão (Professora do IFRO)	João Fábio Sanches Silva (UEMS)
Políticas e experiências do Refúgio no Brasil	Mesa 3	Alexandra Almeida (UNIFES P)	Igor Machado (UFSCar)	Gabriel Ilmenez (LEM, ex-refugiado)	Sandra Morales (ativista imigrante, Coletivo Warmis)		
Pensando as migrações a partir das fronteiras	Mesa 4	Fernando Rabossi (UFRJ)	José Lindomar Albuquerque (Unifesp)	Catalina Revollo Pardo (Ativista migrante)	Rosa Cavalcanti Viera (USP)	Alfonso Hinojosa Gordonava (Un. M. San Andres)	Tomas Tancredi (PPGSA/UF RJ)
Antropologia, Saúde e Migrações	Mesa 5	Fabiane Vinente (Fiocruz- AM)	Daniel Granada (UFSC)	Eugenia Brage (CEBRAP)	Iréri Ceja (MN-UFRJ e NIEM-UFRJ)	Ana Elisa Bersani (CEMI- Unicamp)	Alexandre Branco-Pereira (UnB)
O CNig e as políticas de migração	Mesa 6	Bela Feldman-Bianco (Unicamp)	Leonardo Cavalcanti (UNB)	Flávio Carvalho (Ativista imigrante - Rede brasileiras e brasileiros no Exterior)	Paulo Sérgio Almeida (ACNUR)		
Imigração e refúgio na região amazônica	Mesa 7	Iana Vasconcel os (UFRR)	Sidney Antônio Silva (UFAM)	Márcia Maria Oliveira (UFRR)	Orladys Enriqueta Hernandez (Ativista imigrante, Pastoral do imigrante de Boa Vista)	Diolimar Tempo (liderança indígena imigrante)	

Comitê Patrimônios e Museus

Introdução

Este relatório resume as atividades realizadas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2023 e 2024. Neste biênio, o comitê foi composto de 22 sócios/as da ABA que realizam sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre museus, coleções e processos de patrimonialização de bens culturais. São eles/as:

1) Publicações

1.1) Livro Patrimônio cultural, museus e direitos coletivos de minorias

Como de praxe, foi produzido um livro relativo a atividades promovidas pela gestão anterior do comitê. Organizado por Luciana Gonçalves de Carvalho e Renata de Sá Gonçalves, o livro contém contribuições de 29 autores/as, incluindo vários membros do comitê. Publicado em 2024 pela ABA, está disponível gratuitamente em: <https://abant.org.br/publicacoes/publicacao/716031>.

1.2) Livros publicados ou organizados por membros do CPM/ABA no biênio

CARVALHO, LUCIANA GONÇALVES DE; RORDIGUEZ, Y. (Org.). 20th anniversary of the Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. 1. ed. Belém; Brasília: Numa/UFGA; ABA, 2023. v. 1. 188p.

MENEZES NETO, HUGO. Tem samba na terra do frevo [recurso eletrônico] : as escolas de samba no Carnaval do Recife. 1. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2024. v. 1. 222p.

VAZ FILHO, F. A. (Org.) ; CARVALHO, L. G. (Org.) . Isso tudo é encantado: histórias, memórias e conhecimentos dos povos amazônicos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. v. 1. 178p .

1.3) Capítulos de livros publicados

OSORIO, P. S. Museus, Patrimônios e Antropologia: um relato a partir da Universidade Federal de Mato Grosso. In: Candice Vidal e Souza; Cornelia Eckert. (Org.). 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023). 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2024, p. 286-294.

1.4) Artigos de destaque de membros do CPM/ABA no biênio

ALENCAR, RÍVIA RYKER BANDEIRA DE ; GONÇALVES, RENATA DE SÁ . Duas décadas, 50 bens registrados: um panorama da política de patrimônio imaterial no Brasil. REVISTA CPC (USP), v. 18, p. 10-38, 2023.

ARAÚJO, M. F. F. ; SILVA, N. G. ; NASCIMENTO, A. G. ; CAVIGNAC, J. A. . Educar para a sustentabilidade no contexto de saberes tradicionais: ações comunitárias para sensibilização ambiental e valorização da cultura local. Revista Conexão UEPG, v. 19, p. 1-18, 2023.

- ATHIAS, R. . Les objets ethnographiques et les musées amérindiens. Notes d'un chercheur sur le terrain. *CULTURES-KAIRÓS*, v. 12, p. 15-22, 2024.
- CHIANCA, L. O.. Fête de la Saint-Jean: quadrille et quadrilhas au Brésil. *Cahiers da la Metropole Bordelaise*, v. 24, p. 63-65, 2023.
- DINOLA, SABRINA ; ABREU, REGINA . Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. *ACENO - REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE*, v. 10, p. 211-228, 2023.
- DINOLA, SABRINA ; RIHAN, Bianca ; ABREU, REGINA ; BORGES, I. . Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de 'pesquisadores nativos'. *Revista Iluminuras*, v. 24, p. 66-100, 2023.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.. Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal ? Reedição. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 19-34, 2023.
- HEITOR, GLEYCE KELLY ; BARRETO, FRANCISCO SÁ ; MENEZES NETO, HUGO. *Museológicas Podcast - -Uma Ecologia decolonial- com Malcom Ferdinand. Anthropológicas Visual*, v. 9, p. 1-4, 2023.
- LIMA DE OLIVEIRA, LILIAN DÉBORA ; Russi, Adriana ; ABREU, Regina . Museums, ethnographic collections and social identity: reflections on the curatorship shared with the sateré mawé in a university museum in the city of Manaus, Amazonas, Brazil. *Arts & Humanities Open Access Journal*, v. 5, p. 192-195, 2023.
- LIMA FILHO, Manuel F.. A restituição de objetos e coleções aos povos indígenas brasileiros. *ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO*, v. 48, p. 219 - 227, 2023.
- LIMA FILHO, Manuel F.. Derechos Humanos y Ciudadanía: Conceptos Universales y el Diálogo con la Interseccionalidad de las Expresiones Patrimoniales Locales.. *Hawò*, v. 5, p. 5-21, 2024.
- MENEZES NETO, H.; SOLIVA, T. B. . MUSEALIZANDO A DIFERENÇA: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. *Revista Iluminuras*, v. 24, p. 34-65, 2023.
- NUNES, NINA LYS ; ABREU, REGINA ; COSTA, JOSEANE . Alimentando a tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da castanha-da-amazônia na Terra Indígena Mãe Maria. *Horizontes Antropológicos (online)*, v. 29, p. 1-37, 2023.
- OLIVEIRA, MARIA DE LOURDES F. C. DE; MENEZES NETO, HUGO . Apontamentos sobre a musealidade nos espaços domésticos: analisando o museal no projeto de ambientação da casa da arquiteta Janete Costa (RJ). *REVISTA INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE*, v. 1, p. 123-148, 2023.
- RUSSI, Adriana. The power of museums with ethnographic collections: two cases in Brazil. *International Journal of Anthropology and Ethnology*, v. 8, p. 5-19, 2024.
- SANTOS, R. C. ; CAVIGNAC, J. A. ; SILVA, J. V. ; SIQUEIRA NETO, M. M. . Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana. In: Instituto Brasileiro de Museus.. (Org.). *Educação museal: experiências e narrativas / Instituto Brasileiro de Museus.. 1ed.*Brasília: IBRAM,, 2023, v. 1, p. 39-51.
- SILVA, José Maria. Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá. *Aceno - Revista de Antropologia*, v. 10, n. 23, pp. 151-168, 2023.

VELTHEM, LUCIA HUSSAK VAN. Deslumbramentos e reviravoltas: artes indígenas e exposições. Modos. Revista de História da Arte, v. 8, p. 335-358, 2024.

VELTHEM, LUCIA HUSSAK VAN. Eduardo Galvão: diálogos sobre tecidos e trançados do rio Negro. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS, v. 19, p. 1-13, 2024.

VELTHEM, LUCIA HUSSAK VAN; FRANCA, B. L. ; FREIRE, J. R. B. . Bertha Gleizer

Ribeiro e as artes das vidas amazônicas. JOURNAL DE LA SOCIÉTÉ DES AMÉRICANISTES, v. 109-1, p. 173-193, 2023.

1.5) Dossiês organizados

Por Pascale de Robert e Renato Athias. Amazonies mises en musées. Échanges transatlantiques autour de collections amérindiennes. *Cultures-Kairós*, n. 12, 2024.
<https://revues.mshparisnord.fr/cultureskairos/>.

2) Atividades em congressos/seminários

2.1) Eventos na Reunião de Antropologia do Mercosul

2.1.1) Pré-evento “Museus, patrimônios e antropologia: novos paradigmas desde o Sul Global”

Coordenação: Regina Abreu (UNIRIO), Adriana Russi (UFF/UNIRIO), Simone Vassallo (UFF), Mario Chagas (UNIRIO/Museu da República)

Descrição: Organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA e pelo Museu da República, o evento se propõe a refletir sobre questões atuais que entrelaçam antropologia, patrimônios e museus a partir de uma perspectiva do Sul Global. Serão abordados temas como novas perspectivas para patrimônios e museus, patrimônio das religiões de matriz africana e novos paradigmas para as coleções etnográficas. O encontro também inclui a visita à coleção Nosso Sagrado, ao Museu do Folclore Édison Carneiro e aos stands de exposição da Rede de Museologia Social (REMUS/RJ), bem como lançamento de livros e apresentações artísticas. Conta com o apoio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN).

Datas: dias 29 e 30 de julho

Local: Auditório Apolônio de Carvalho, no Museu da República. Rua do Catete, 153, Catete, Rio de Janeiro

Programação: https://www.abant.org.br/files/20230612_64871fdb2d03b.pdf

2.1.2) GT 34: Coleções científicas, governo dos outros e formas da restituição Coordenação Edmundo Pereira (UFRJ), Manuel Lima Filho (UFG)

2.1.3) GT 35: Coleções etnográficas, Antropologia e Museus: avanços e desafios para o sul global

Coordenação

Adriana Russi (UFF/Unirio), María Marta Reca (Univ. Nacional de La Plata), Regina Abreu (Unirio)

Debatedoras: Gesline Giovana Braga (UNIRIO), Adriana Russi (UFF/Unirio), Maria Marta Reca (Univ. Nacional de La Plata), Regina Abreu (UNIRIO), Paride Bolletín (Masaryk University)

2.1.4) GT103: Patrimônios, memórias e identidades afrolatinas

Coordenação

José Maria da Silva (UNIFAP), Julie A. Cavignac (UFRN), Simone Vassallo (UFF)

- 2.1.5) **Simpósio Especial 7 - Territórios Patrimoniais, Conhecimentos Tradicionais e Impactos do Neoeextrativismo: em busca de políticas públicas multisetoriais inovadoras para Argentina, Brasil e Colômbia**

Coordenação:

Regina Abreu (UNIRIO - Brasil) **Palestrantes:**

Margarita Chaves (ICANH -Colômbia) Monica Lacarrieu (CONICET -Argentina) Luciana Gonçalves (UFOPA - Brasil) **Debatedora:**

Julie Cavignac (UFRN - Brasil)

2.2) **Eventos na Reunião Brasileira de Antropologia**

- 2.2.1) **Participação em reunião da Diretoria da ABA com Peritos do MPF**

- 2.2.2) **Pré-evento Antropologia, Patrimônios e Museus: territórios vivos, corpos plurais** Data: 20 de julho de 2024 Horário: 9h00 às 17h30

Local: Sala Multiuso Prédio C. - Museu de Artes e Ofícios

Endereço: Praça Rui Barbosa, 600 - Centro - Belo Horizonte - MG. Entrada no Hall do Museu.

- 2.2.3) **GT 40: Culturas populares e os usos da tradição** Juliana Braz Dias (Coordenadora – UnB)

Patrícia Silva Osorio (Coordenadora – UFMT)

- 2.2.4) **GT 41: Culturas populares: entre tradições, espetáculos e protagonismos contemporâneos**

José Maria da Silva (Coordenador - UNIFAP) Sérgio Ivan Gil Braga (Coordenador - UFAM)

- 2.2.5) **GT 061: Formas da restituição: coleções científicas, reparação e a longa jornada de volta.**

Coordenação: Edmundo Marcelo Mendes Pereira (UFRJ), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

- 2.2.6) **GT 070: Memórias sensíveis, contramemórias e patrimônios incômodos: políticas, suportes e narrativas nas cidades**

Coordenação: Lilian Alves Gomes (UCAM), Hugo Menezes Neto (UFPE) Debatedor(a): Patrícia Lânes Araújo de Souza (UERJ)

- 2.2.7) **GT 083: Patrimônios culturais e meio ambiente: pensando a proteção de modos de vida e territórios de povos e comunidades tradicionais**

Coordenação: Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Debatedor(a): Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), Aderval Costa Filho (UFMG), Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

- 2.2.8) **GT 084: Patrimônios Culturais, Gênero e Diversidade Sexual: confluências e divergências**

Coordenação: Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/IPHAN), Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)

- 2.2.9) **MR 78: Homenagem pelo Centenário de Nascimento de Berta Ribeiro**

Berta Gleizer Ribeiro nasceu em Conmc, Bălți, em 2 de outubro de 1924 e faleceu no Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1997. De origem judaica, migrou para o Brasil em 1932. Berta foi uma antropóloga, etnóloga e museóloga moldava-brasileira, autoridade no patrimônio cultural dos povos indígenas do Brasil. Foi casada com o também antropólogo Darcy Ribeiro. A sua tese de doutorado em antropologia: “A

civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil (1980)” é atualmente referência nacional para todos que trabalham com o patrimônio cultural dos povos originários no Brasil. Berta Ribeiro participou ativamente das reuniões de fundação da Associação Brasileira de Antropologia. Berta Ribeiro realiza pesquisa de campo para sua tese de doutorado em Antropologia entre os povos indígenas da região do Alto Rio Negro no município de São Gabriel da Cachoeira. Nessas pesquisas, diz a pesquisadora Bianca França, diretora do filme “Para Berta com Amor”, “a antropóloga colocava em prática sua relação de estreita colaboração com os indígenas. Ela manteve contato muitos anos com Tolamã Kêhiri (Luiz Gomes Lana), e seu pai Umusi Pärökumu (Firmiano Arantes Lana) da etnia Desana, e os incentivou a redigir e ilustrar os mitos de seu povo, o que deu origem ao livro “Antes o mundo não existia. Mitologia dos antigos Desana Kêhripõrã”, publicado em junho de 1980. Essa foi a primeira obra de autores indígenas abordando sua própria cultura. É considerada pioneira da etnologia brasileira”.

Coordenador: Renato Athias (NEPE/UFPE) Debatedora: Renata C. Valente (Museu Nacional UFRJ)

Participantes:

Lúcia H. Van Velthem (USP)

João Pacheco de Oliveira (UFRJ/UFBA)

Regina Abreu Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) Adriana Russi Tavares de Melo (UNIRIO/UFF)

2.2.10) MR 14: Antropologia e Patrimônio: Desafios, perspectivas e interfaces com as políticas públicas

Coordenação:

José Maria da Silva (UNIFAP) Debatedor(a):

José Maria da Silva (UNIFAP) Participantes:

Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular)

Patricia Silva Osorio (UFMT) Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM)

2.2.11) MR 19: Coleções e Museus Etnográficos: o pioneirismo de antropólogas mulheres Coordenação:

Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO) Debatedor(a):

Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO) Participantes:

Lúcia Hussak Van Velthem (MPEG) Maria Denise Fajardo Pereira (Iepé) Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

2.2.12) MR 54: O patrimônio cultural face à superexploração de commodities no Brasil: direitos, desastres e políticas de reconfiguração de memórias

Coordenação:

Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Participantes:

Voyner Ravena Cañete (UFPA) Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

2.2.13) MR 58: Patrimônios insurgentes: disputas e agenciamentos políticos no campo patrimonial

Coordenação:

Thiago Barcelos Soliva (UFSB) Debatedor(a):

Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA) Participantes:

Patrícia Lânes Araújo de Souza (UERJ) Larissa Maria de Almeida Guimarães (IPHAN) Hugo Menezes Neto

(UFPE)

2.2.14) SE 21 - Patrimônios culturais em países de língua portuguesa: decolonialidade e reparação no contexto contemporâneo

Coordenação:

Izabela Maria Tamasso (UFG) Renata de Sá Gonçalves (UFF) Joana Correa (Participante – UFRJ)

Pedro Henrique Baima Paiva (Participante - NIPAM-UFG) Simone Pondé Vassallo (Participante - UFF)

Ema Cláudia Ribeiro Pires (Participante - UFG) Daniel Bitter (Participante- UFF)

Daniel Roberto dos Reis Silva (Participante - CNFCP/IPHAN) Patricia Martins (Participante - Ministério da Cultura) Vinícius Ferreira Natal (Participante - CEFET)

Hugo Meneses (Participante - UFPE)

2.2.15) SE 22 - Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: entre margens, fissuras e reconstruções

Coordenação:

Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba) Voyner Ravena Cañete (UFPA)

2.2.16) Prêmio Mário de Andrade

O Comitê foi responsável pela organização e realização do Prêmio Mário de Andrade, cujo objetivo foi o de premiar trabalhos inéditos relativos a pesquisas antropológicas sobre museus e patrimônios culturais desenvolvidas em cursos de graduação e pós-graduação, por estudante orientado(a) por docente associado(a) à ABA, bem como iniciativas de difusão do patrimônio cultural brasileiro por parte de coletivos e instituições.

2.3) Eventos na Congresso Brasileiro de Sociologia UFPA, Belém, 11 a 14 de julho de 2023

2.3.1) Mesa-redonda “Os limites das políticas de patrimônio e as ameaças aos modos de criar, fazer e viver de povos e comunidades tradicionais na Amazônia”

Coordenador/a:

Luciana Carvalho (UFOPA) Expositor/a:

Alvair Carolino da Silva (IFAM/AM) José Maria da Silva (UNIFAP)

2.4) Outros eventos

Encontro Antropologia, Museus e Populações Tradicionais – Evento Comemorativo dos 70 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia. Local: MUSEAR - UFMT.

3) Projeto Mapeamento de coleções e objetos etnográficos

O projeto Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil foi aprovado na Chamada CNPq nº 40/2022 - Linha 5B - Projetos em Rede - Políticas públicas para a promoção da cultura, coordenado por Adriana Russi Tavares de Mello. Está em andamento, com apoio direto à coordenação prestado por Geslline Braga, Lucia van Velthem e Marília Xavier Cury, e com participação de vários integrantes do Comitê. A equipe é composta por profissionais de antropologia, museologia e outras áreas de conhecimento, na maioria vinculados à ABA. São pesquisadores, técnicos e estudantes de todas as regiões do Brasil, que

atuam junto à coordenação geral do projeto e aos articuladores responsáveis por dinamizar as ações regionais. O projeto foi o vencedor do Prêmio de Divulgação Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, na categoria docente, em 2024.

4) Representações da ABA, via Comitê de Patrimônios e Museus

- 4.1) Conselho Consultivo do Iphan - Regina Abreu (titular) e Izabela Tamasso (suplente), indicadas em 2023.
- 4.2) Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus IBRAM - Manoel Ferreira Lima Filho (titular) e Adriana Russi (suplente), indicados em 2023.
- 4.3) Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC-DF) - João Miguel Sautchuk (UnB), indicado em 2023.
- 4.4) Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COPAM) da Secretaria da Cultura e Turismo de Sobral/CE - Titular: Nilson Almino de Freitas e Suplente: Jorge Luan Rodrigues Teixeira, indicados em dezembro de 2022.
- 4.5) Câmara Temática do Patrimônio Imaterial, Secretaria de Estado da Cultura do RS Titular: Maria Helena Sant'Ana e Cornélia Eckert, indicadas em setembro de 2023.
- 4.6) Superintendência Municipal de Integração e Desenvolvimento Distrital de Porto Velho/RO - Estevão Rafael Fernandes (UNIR), indicado em 2021.
- 4.7) Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural - Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO), Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) (até 31/7/2024), Geslline Giovana Braga (UFRN) (a partir de 1/8/2024), José do Nascimento Junior (Fiocruz/Brasília), Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Patricia Silva Osorio (UFMT), Flávia Carolina da Costa (UFMT), Heloisa Afonso Ariano (UFMT), Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB), Luciana de Oliveira Chianca (UFPB), Luiz Antônio de Oliveira (UFPI), Helder Ferreira de Sousa (UFDPAr), Julie Antoinette Cavignac (UFRN), Flávio Ferreira (IFRN), Lúcia Hussak Van Velthem (MPEG), Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) (até 31/7/2024), Luciana França (Ufopa), Joana Ramalho Ortigão Corrêa (IFNMG), Rubens Alves da Silva (UFMG), Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO), Simone Pondé Vassallo (UFF), Maria Helena Sant'Ana (Museu Antropológico).

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Introdução

As atividades realizadas pelo comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, durante os anos de 2023-2024, reflete o trabalho e a dedicação de um coletivo de antropólogas(os), que buscaram contribuir antropologicamente às demandas endereçadas a este comitê e às temáticas que se fazem presente no nome do mesmo.

A dinâmica de produção de conhecimento e de posicionamento público de seus membros se materializou através da produção de documentos técnicos-científicos como moções, notas, manifestos, pareceres, relatórios e entrevistas. Assim como pela sua presença em diferentes espaços da sociedade como reuniões com o judiciário, legislativo, órgãos do poder executivo, movimentos sociais e comunidades tradicionais. Tais atividades incluíram, também, a promoção e a participação em eventos científicos, através de mesas, webinários, seminários, Oficinas, Grupos de Trabalho e outras atividades que se constituíram em torno do debate sobre conflitos, grandes empreendimentos, violação de direitos e seus efeitos sociais, ambientais e territoriais em todo país.

Durante este período, cabe destacar a reconfiguração das estratégias de apropriação territorial que envolvem grandes cadeias produtivas neo extrativistas e a violação persistente do direito à consulta livre, prévia e informada a povos e comunidades tradicionais. A temática da violação do direito à consulta no Brasil e às tentativas de regulamentação da mesma pelo governo do estado de Minas Gerais, contribuiu para um diálogo profícuo entre os membros do comitê e o Observatório de Protocolos de Consulta Autônomo. Parceria que se concretizou pela realização de oficinas, mesas em eventos científicos do campo antropológico e pela publicação de notas técnicas conjuntas.

Destacamos, também, a participação ativa do comitê, na organização da 34 Reunião Brasileira de Antropologia, a qual foi presidida por dois membros do mesmo. E a publicação do livro “Terra Arrasada: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil”, com textos de seus membros e de pesquisadores(as) que apresentaram trabalhos científicos em espaços organizados pelo comitê.

Abaixo, segue uma lista contendo a síntese das atividades realizadas pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, durante a Gestão ABA 2023-2024.

ANO 2023

EVENTOS

- 1) **Protocolos de Consulta: Seminário, Oficina e Campo.**
Data: 6 a 10 de fevereiro de 2023.
Local: UNIMONTES-MG em Montes Claros e Quilombo da Lapinha em Matias Cardoso-MG.
Membros do Comitê: Felisa Anaya e Vânia Fialho.
Presidente e vice-presidente da ABA: Andréa Zhouri e Sônia Magalhães.



UNIMONTES, 06 DE MARÇO DE 2023.

- 2) **Mês do Meio Ambiente - TV ABA**



Webinário 1:

Data: 14 de junho de 2023.
Local: TV ABA.
Membros do Comitê: Rumi Kubo.
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=TezveR4MNkc>

Webinário 2:



Data: 21 de junho de 2023. Local:

TV ABA.

Membros do Comitê: Ana Flávia e Voyner Canete. Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=h9reJ1dHpM8&t=7408s>

Webinário 3:



Data: 30 de junho de 2023.

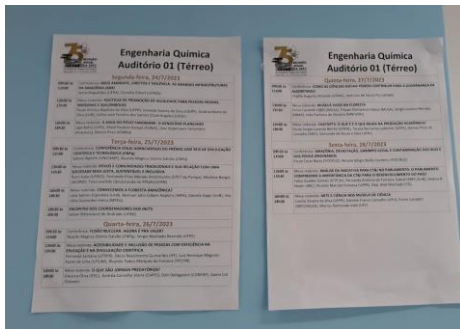
Local: TV ABA.

Membros do Comitê: Pedro Silveira. Link:

https://www.youtube.com/watch?v=EO2Av0_EHAY

3) Mesa redonda SBPC - (SBPC Afro e Indígena)

Título: Povos e Comunidades Tradicionais e sua Relação com uma Sociedade Mais Justa, Sustentável e Inclusiva



Data: Terça-feira, 25/7/2023 Hora: 13h00 - 15h30

Local: 75ª Reunião Anual, em Curitiba, no Paraná, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Membro do Comitê e coordenadora da mesa: Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Expositores: Fernando Pires Moraes Aristimunho (CPCT do Pampa) e Taisa Lewitzki (doutoranda no PPGAS/UFRN)

Resumo da proposta da mesa: Considerando a realização do Congresso na Região Sul do Brasil e a diversidade e relevância dos temas propostos pelo Comissão de Programação Científica (CPC) que relacionam-se a questões socioambientais, segurança hídrica, energética, alimentar e justiça social, pretende-se cotejar essas temáticas a partir das vozes de segmentos sociais que, embora pouco reconhecidos, com as suas lutas pela manutenção de seus modos de vida, provocam e desafiam a academia e a ciência na busca de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida. Esta mesa propõe a participação de representantes e acadêmicos e acadêmicas relacionados a povos e comunidades tradicionais da Região Sul que, a partir de suas categorias sociais específicas, refletirão sobre os principais desafios, conflitos e questões relacionados à pauta ambiental e de busca por justiça social.

Link: <https://eventos.galoa.com.br/sbpc-2023/calendar/activity/8128>

- 4) Oficina 05: Desafios no processo de implementação dos Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informado



Dias e horário: 01/08/2023 das 11:00 às 16:00 e 02/08/2023 das 08:00 às 09:00 Local:

ICHF, bloco N - Sala 203. UFF/Gragoatá- Niterói- RJ.

Membros do Comitê e coordenadoras da oficina: Rumi Regina Kubo (UFRGS) e Felisa Anaya (UNIMONTES – Brasil).

Parceria: Comitê PT, MA e GP e Observatório de Protocolos Autônomos Ministrantes:

Liana Amin Lima da Silva-Observatório Protocolos/ UFGD.

Maíra de Souza Moreira (PUC-RJ) e Observatório de Protocolos

Ivone de Matos Bernardo – Associação Quilombola do Estado do Rio de Janeiro - AQLERJ

Renato de Andrade Kinupa - Associação Quilombola do Estado do Rio de Janeiro - AQLERJ

Aderval Costa Filho- UFMG e membro do comitê PT, MA e GP-ABA.

Proposta da oficina: Os protocolos comunitários de consulta e consentimento prévio, livre e informado, amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) e, no contexto brasileiro, pelo Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs, são documentos elaborados pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que estabelecem os procedimentos para a consulta prévia, livre, informada e de boa fé, para que sejam respeitadas as especificidades culturais, as formas de organização social, as formas de tomada de decisão coletiva e as instituições próprias de cada coletividade. Num processo de crescente ameaça à autonomia e segurança das diferentes coletividades, têm se constituído em uma importante ferramenta de reconhecimento e defesa dos territórios tradicionais. Mas tem também suscitado diferentes formas de interpretação e condução. Dessa forma, o Comitê ABA Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, juntamente com o Observatório de Protocolos Autônomos e Sociedade Latinoamericana de Etnobiologia propõem uma oficina para troca de experiências sobre os processos de elaboração desses protocolos, as metodologias, os principais desafios, dificuldades e limites e, sobretudo, as formas pelas quais antropólogos e pesquisadorxs têm se inserido ou poderiam, de forma efetiva, contribuir nesses processos.

5) Mesa RAM: MR60 - Povos e Comunidades Tradicionais: extrativismo predatório e estratégias de resistência."





Dia: 04 de agosto de 2023 Hora:

09h - 11h

Local: ICHF, bloco N - Sala 304. UFF/Gragoatá-Niterói-RJ.

Membro do Comitê e coordenadora da mesa: Felisa Anaya (UNIMONTES – Brasil). Membro do Comitê e debatedora: Vânia Fialho (UFPE- Brasil).

Expositores:

- Ana Flávia Santos (UFMG- Comitê PT, MA e BP).
- Sebastián Valverde (CONICET/ICA-FFyL-UBA/UNLu – Argentina).
- Stephen Baines (UnB- Comitê PT, MA e BP).

Resumo da proposta da mesa: O enfoque em povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos encontra muitas interseções com outros comitês e comissões fazendo com que boa parte do que se planeja precisa ser feita, em colaboração com outros comitês e comissões (sobretudo a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI e o Comitê Quilombos). As ênfases principais são a atuação do Comitê como observatório dentro da ABA, no monitoramento e na divulgação de notícias, e na produção de estudos que remetem às questões de organização de grandes projetos, impactos sobre povos tradicionais e comunidades locais, a relação com o meio ambiente, e formas de resistência e de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Isto inclui trabalhos em reuniões científicas, livros e periódicos, além da participação em congressos acadêmicos na organização de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas. Na América Latina, a dinâmica de expansão capitalista via o avanço do extrativismo predatório sobre terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, vem gerando graves violações, mas também diferentes mobilizações e estratégias de resistência. O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, da Associação Brasileira de Antropologia, propõe um debate que reflita sobre a complexidade destas dinâmicas, suas configurações políticas e as distintas formas de mobilizações sociais decorrentes de situações intersocietárias de conflitos que envolvem projetos de mineração, agronegócio, empreendimentos imobiliários, de infraestrutura, etc. Os participantes da mesa apresentarão pesquisas etnográficas de longa duração realizadas no Brasil e na Argentina, dialogando sobre a forma como os governos lidam com as legislações internacionais a respeito dos direitos dos povos tradicionais, sobre as pressões por parte do capital transnacional para acelerar licenciamentos e implantação de grandes projetos e sobre o exercício da antropologia nesses

contextos.

- 6) Homenagem do comitê PT, MA e GP ao prof. Stephan Baines, por sua aposentadoria da UnB, no final da mesa MR60 - Povos e Comunidades Tradicionais: extrativismo predatório e estratégias de resistência."



Vídeo de agradecimento: <https://youtu.be/OSivDVYOviM>

- 7) Mesa Especial do VI Encontro de Ciências Sociais do Norte de Minas - RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais



Dia: 17 de agosto de 2023

Hora: 09h -11h

Local: Museu Regional do Norte de Minas- Montes Claros/MG.

Membro do Comitê e coordenadora da mesa: Felisa Anaya (UNIMONTES – Brasil). Debatedora: Andréa Zhouri (presidente da ABA)

Expositores: João Batista de Almeida Costa – UNIMONTES; Cláudia Luz de Oliveira – UNIMONTES; Carlos Caixeta – UNIMONTES; Giancarlo Machado - UNIMONTES. Proposta da mesa: A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais. A primeira Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) ocorreu em 1953, no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Em junho de 1961, Darcy Ribeiro, mineiro de Montes Claros, presidiu a ABA e sediou em Belo Horizonte

a V RBA, que retornou à capital mineira em 1992, em sua XVIII edição, sob a presidência do também mineiro, de Pouso Alegre, Roque Laraia. Em 2024, Belo Horizonte sediará novamente a RBA em sua XXXIV edição, sob a presidência de Andréa Zhouri, mineira de Aiuruoca. Neste ano de 2023, a ABA celebra 70 anos com legado científico de destaque conectado às questões públicas de importância para o país, vinculadas às áreas da educação, do meio ambiente e da defesa dos direitos humanos. Neste percurso histórico, antropólogos(as) e pesquisadores(as) dos Gerais, têm contribuído ativamente na produção de conhecimento e na defesa de grupos étnicos e sociais subalternizados, a exemplo de pesquisas realizadas com povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, pescadores, catingueiros, entre outros. Assim como produzindo etnografias com temáticas urbanas, com novos desafios para se pensar a cidade, seu habitar e uma outra forma de se fazer antropologia na região. O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e a diretoria da ABA propõem um debate que tem por objetivo revisitar a história e o fazer antropológico no sertão norte mineiro e o exercício de uma ciência engajada. Para tal, reunirá pesquisadores/as que têm contribuído ao longo do exercício de suas práticas antropológicas para a construção desse conhecimento junto aos grupos que pesquisam e assessoram, evidenciado esse fazer na relação com as RBAs realizadas em momentos críticos da história do país.

- 8) ANPOCS - Colóquio ABA - Povos indígenas e tradicionais no contexto político contemporâneo: ameaças aos direitos e desafios para a antropologia no Brasil**
Sessão 2. Povos Tradicionais em face aos Grandes Projetos



Dia: 20 de outubro de 2023

Hora: 09h -10:30 h Local:

Campinas-SP.

Membro do Comitê e coordenador da mesa: Aderval C. Filho (GESTA/UFMG). Debatedora:

Julie Cavignac (UFRN)

Expositores: Emmanuel Farias (UEMA e Comitê Quilombos/ABA); Joana Corrêa (Movimento pelas Águas do Serro e de Santo Antônio do Itambé – MG) e Voyner Ravena Cañete (UFPA e Comitê PT, MA e GP/ABA.)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=1NHoG7-hsto>

Participação em Reuniões:

1) Reunião com o Grupo “Direito Consulta MG”.

Data: 15 de fevereiro de 2023

Tema: Regularização da CLPI em MG. Planejamento de atividades.

Membro do comitê participante: Ana Flávia Santos

Síntese: Reunião para discutir formas de atuação contrárias à iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, de regulamentar, via Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 01, de 04 de abril de 2022, a consulta livre, prévia e informada prevista na Convenção 169 da OIT. Estiveram presentes lideranças de povos e comunidades tradicionais, pesquisadores e organizações da sociedade civil.

2) Reunião dos Movimentos de Enfrentamento da mineração no Serro com a Superintendência do IPHAN-MG.

Data: 08 de março de 2023.

Tema: Projeto Herculano/Conemp Mineração.

Síntese: Análise da conformidade do projeto Serro junto ao MPF. Tratamento do IPHAN às demandas de estudos técnicos sobre o patrimônio histórico e arquitetônico do Serro ameaçados pelo uso de explosivos. Análise das inconsistências do RAIPI elaborado pela mineradora.

Membro do comitê participante: Ana Flávia Santos

3) Reunião virtual com a IV e VI Câmara do MPF.

Data: 08 de maio de 2023

Tema: “Ação Coordenada - Desestatização de Parques Nacionais”.

Síntese: A reunião foi convocada pelo procurador da IV câmara (Leandro Metidieri) e teve a participação do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio, do Grupo de Trabalho de Quilombos e do Grupo de Trabalho de Comunidades Tradicionais, ambos da 6a CCR do MPF e ABA. Esta reunião se deu em decorrência à provocação da nota técnica da ABA¹ sobre concessão da gestão privada de UCs realizada no ano de 2022 e a partir de então o MPF tomou a decisão de tratá-lo como “Ação Coordenada”. O ICmbio disse falou da mudança de contexto político e sobre estudos realizados para retirar do plano de desestatização UCs que não tenham perfil para tal e que, as que tiverem viabilidade serão voltadas para o primeiro e terceiro setor. Abrindo a possibilidade de outros tipos de parceria público-privado. Membro do comitê participante: Deborah Bronz e Felisa Anaya.

4) Reunião virtual com novo superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Data: 19 de maio de 2023

Tema: “Demarcação das terras da União na bacia média do rio São Francisco”.

Síntese: A reunião foi convocada pela Comissão Pastoral da Terra e contou com a participação da universidade, lideranças vazanteiras e pesqueiras do São Francisco. O objetivo era retomar o diálogo para a demarcação das terras da União, iniciada na bacia média do rio São Francisco em favor dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, vazanteiros, pescadores artesanais e ribeirinhos)

em um contexto de intensificação dos conflitos e violência envolvendo empresários rurais e milícias armadas na região. as demandas gerais foram o aumento do orçamento da SPU para: a) contratação de recursos humanos e especialistas para demarcação e caracterização das terras da união dos rios federais, priorizando onde há conflitos agrários coletivos, nas regiões norte MG e Vale do Jequitinhonha; b) realizar parcerias, termos de cooperação e convênios entra SPU-MG com as universidades e institutos federais para a demarcação e gestão das terras/patrimônio da união; c) que a advocacia geral da união (AGU) da SPU, análise e atue nos processos judiciais litigiosos onde há propriedade da união; e d) que a SPU realize as audiências no norte MG. além de demandas específicas para as comunidades tradicionais quilombolas, vazanteiras e pesqueiras do médio São Francisco.

Membro do comitê participante: Felisa Anaya.

5) Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Plataforma Territórios Tradicionais

Data: 19 de junho de 2023

Tema: avaliação e retomada da Plataforma Territórios Tradicionais

Síntese: o Projeto Plataforma Território Tradicionais teve início em 2017 com seu lançamento oficial em 2019. A intenção atual, com sua retomada, é de que o projeto funcione como uma política do governo. A Plataforma de Territórios Tradicionais é resultado de projeto finalístico do Ministério Público Federal, desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e apoiado por diversas entidades governamentais e não governamentais. A Plataforma pode criar um alerta em casos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) que incidem sobre territórios tradicionais.

Membro do comitê participante: Stephen G. Baines

6) Reunião DPU.

Data: junho de 2023.

Membro do comitê participante: Aderval Filho.

7) Participação em Reunião na Funai.

Data: 12 de setembro de 2023.

Solicitada pela FUNAI em reação ao Ofício nº 044/2023/ABA, que encaminha a Nota Técnica “O processo de licenciamento ambiental de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Rio das Mortes e afluente (MT) que afetam diretamente os povos Xavante e Bororo”.

Membro do comitê participante: Deborah Bronz.

Notas Técnicas e Manifestações

1) Nota Técnica da ABA em apoio aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Bacia do Rio Juruena.

Data: 03 de fevereiro de 2023

Link:

<https://portal.abant.org.br/nota-da-aba-em-apoio-aos-povos-indigenas-e-comunidades-tradicio-nais-da->

bacia-do-rio-juruena/

- 2) Nota Técnica: Prosseguem as investidas contra direitos dos Povos Tradicionais em Belo Monte
Data: 06 de março de 2023. Link:
[http://www.portal.abant.org.br/2023/03/06/nota-tecnica-prosseguem-as-investidas-contra-direitos-](http://www.portal.abant.org.br/2023/03/06/nota-tecnica-prosseguem-as-investidas-contra-direitos-dos-povos-tradicionais-em-belo-monte/)



[dos-povos-tradicionais-em-belo-monte/](#)

- 3) Nota Técnica em apoio à comunidade de pescadores artesanais Cova da Onça e às comunidades quilombolas da Ilha de Boipeba/Cairu – Baixo Sul da Bahia
Data: 22 de março de 2023
Link: <http://www.portal.abant.org.br/2023/03/23/nota-tecnica-em-apoio-a-comunidade-de-pescadores-artesanais-cova-da-onca-e-as-comunidades-quilombolas-da-ilha-de-boipeba-cairu-baixo-sul-da-bahia/>



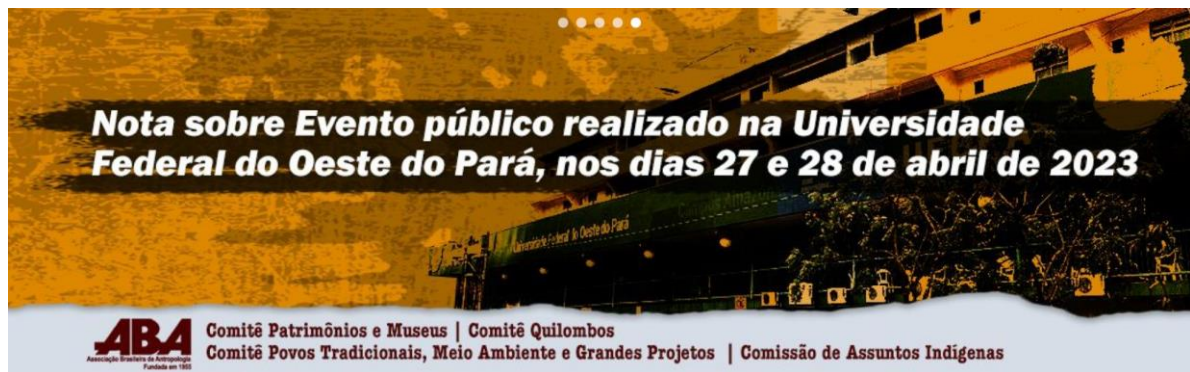
- 4) Nota de apoio e solidariedade à Comunidade de Quilombo Queimadas, município de Serro (MG) - Comitê Patrimônio e Museus, Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos.
Data: 26 de abril de 2023.
Link: https://www.abant.org.br/files/20230427_644a7164e7d87.pdf



- 5) Nota sobre Evento público realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará, nos dias 27 e 28 de abril de 2023 - Comissão de Assuntos Indígenas, Comitê Patrimônio e Museus, Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, Comitê Quilombos.

Data: 05 de maio de 2023.

Link: http://www.abant.org.br/files/20230505_64555e0099d08.pdf



- 6) Nota ABA em defesa dos direitos dos Povos Indígenas, do Meio Ambiente e da Vida - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Comissão de Assuntos Indígenas.

Data: 26 de maio de 2023.

Link: http://www.abant.org.br/files/20230529_6474af556c698.pdf



- 7) Nota Técnica: "Projeto Potássio Autazes" - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Comissão de Assuntos Indígenas.

Data: 05 de junho de 2023.

Link: http://www.abant.org.br/files/20230605_647dea9136c94.pdf



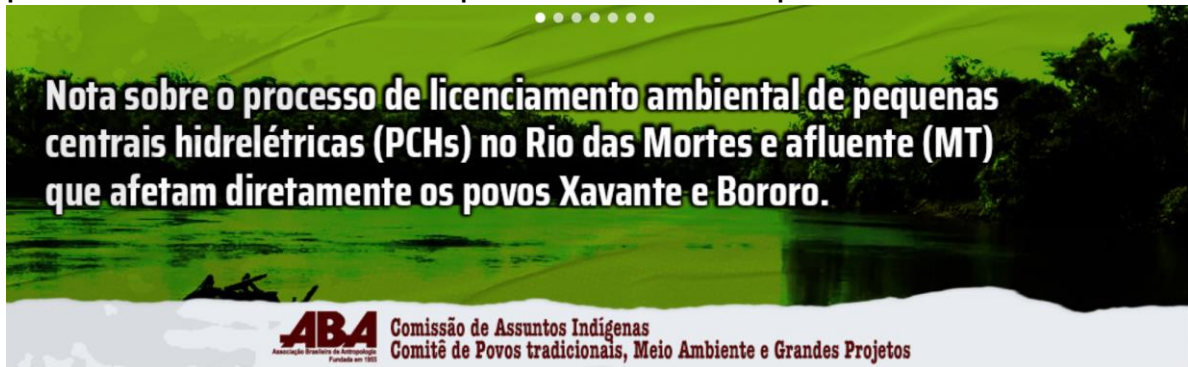
- 8) Apoio à “Nota em Defesa dos Direitos da Comunidade Tradicional Carroceira”, da Comunidade Tradicional Carroceira de Belo Horizonte e Região Metropolitana
Data: 29 de junho de 2023

Link: https://www.abant.org.br/files/20230707_64a8271f3a0d9.pdf

- 9) Nota sobre o "Processo de licenciamento PCHs em MT" - Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Comissão de Assuntos Indígenas.
Data: 24 de julho de 2023.

Link:

<https://portal.abant.org.br/o-processo-de-licenciamento-ambiental-de-pequenas-centrais-hidreletricas-pchs-no-rio-das-mortes-e-afluente-mt-que-afetam-diretamente-os-povos-xavante-e-bororo/>



- 10) “Nota em defesa do direito territorial do Quilombo da Lapinha” Data: 03 de outubro de 2023.

Link:

<https://gilvander.org.br/site/wp-content/uploads/2023/10/NOTA-APOIO-Quilombo-LAPINHA-em-Matias-Cardoso-norte-de-MG-07-10-23.pdf>

- 11) Adesão ao “Manifesto conjunto da Comunidade Científica e Movimentos Interessados sobre o maior desastre e crime socioambiental provocados pela Mineradora Braskem em Maceió/AL”.
Data: 06 de dezembro de 2023

Link: https://www.abant.org.br/files/20231206_6570c8c584008.pdf

Repercussões das Notas Técnicas

1) Projeto de Resolução 173/2022

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: proposição das deputadas estaduais Beatriz Cerqueira (PT) e Andréia de Jesus (PT).

O projeto de resolução susta os efeitos da Resolução Conjunta Sedese/Semad nº 01, de 4 de abril de 2022, que regulamenta a Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI, promovida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Na justificativa utilizam a NOTA TÉCNICA SOBRE A RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDESE/SEMAD No 01, DE 04 DE

ABRIL DE 2022, publicada pelo comitê PT, MA e GP da ABA. Situação: aguardando parecer. Data da consulta: 17 de abril de 2023.

Link:

<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PRE&num=173&ano=2022>

2) "Ação Coordenada Desestatização de Parques Nacionais" - IV câmara MPF

O Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, determina a instauração de Procedimento Administrativo, através da PORTARIA 4a CCR No 4, DE 22 DE MARÇO DE 2023, que determina a instauração de procedimento administrativo eletrônico para acompanhar a "Ação Coordenada Desestatização de Parques Nacionais". Link: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/253908/PT_4CCR_2023_4.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Algumas repercussões na mídia:

1) Jornal do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas.

Data: 16 de janeiro de 2023.

Membro do comitê entrevistado: Felisa Anaya. Tema: Concessão de Unidades de Conservação.

Link: <https://cbhvelhas.org.br/noticias/processo-de-concessao-de-unidades-de-conservacao-avanca-e-gera-polemica/>

2) Jornal A-CRÍTICA

Data: 09-06-2023

Mineração em Autazes: Associação diz que UFAM ignora riscos: na publicação, a ABA lista impactos

negativos causados pela mineração na Amazônia e se diz surpresa com o apoio da Universidade Federal do Amazonas ao projeto em Autazes. Link: <https://www.acritica.com/opiniao/minerac-o-em-autazes-associac-o-diz-que-ufam-ignora-risc-os-1.307327>

- 3) American Anthropological Association endossa nota da ABA, construída pelo comitê PT, MA e GP e a CAI, que se manifesta contrária à votação do PL 490 no Congresso Nacional brasileiro, com destaque na



primeira página.

Data: 08 de junho de 2023.

Link:

<https://americananthro.org/news/aaa-supports-the-association-of-brazilian-anthropology-in-defense-of-the-rights-of-indigenous-peoples-and-the-environment/>

ANO 2024

Eventos



- 1) Grupo de Trabalho - GT 083: Patrimônios culturais e meio ambiente: pensando a proteção de modos de vida e territórios de povos e comunidades tradicionais

Data: 24 a 26 de julho de 2024 Local:

UFMG - Belo Horizonte

Coordenação: Ana Flávia Santos (UFMG) e Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA) Debatedores: Joana Ortigão Corrêa (TLTL/Columbia University), Ana Carolina Nascimento (CNFCP/Iphan) e Aderval Costa Filho (UFMG)

Parceria: Comitê PT, MA e GP e Comitê Patrimônio e Museus

Resumo: A CF 1988 consagrou entre seus princípios o reconhecimento da pluralidade étnica, social, racial e cultural, estabelecendo o direito à permanência e salvaguarda dos modos de ser, viver, fazer e expressar dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, bem como o direito de grupos específicos às terras tradicionalmente ocupadas. Contudo, entre avanços, recuos e desmanches, as políticas e rotinas administrativas voltadas para a instituição formal de territórios étnicos, para a salvaguarda de bens culturais e para a garantia de acesso ao meio ambiente equilibrado não alcançaram a proteção efetiva das práticas territorializadas que entrelaçam pessoas, culturas e ambientes.

O GT coloca em diálogo pesquisas sobre direitos de povos e comunidades tradicionais, buscando refletir acerca das possíveis confluências - mas também dos limites e contradições - entre políticas identitárias, patrimoniais e ambientais. Procuraremos evidenciar essas interfaces nas estratégias de resistência aos modos de apropriação hegemônica do espaço, que esvaziam sentidos, práticas e o lastro histórico dos territórios. Serão bem-vindos trabalhos de caráter etnográfico sobre processos de reconhecimento de identidades e territórios, patrimonialização, conflitos ambientais, biodiversidade, que mostrem o tensionamento entre instrumentos normativos, a aplicação de políticas de salvaguarda, e a efetiva proteção aos territórios, aos saberes e às estratégias de vida de povos e comunidades tradicionais.

2) Oficina 10: Protocolos de Consulta e Consentimento, Livre, prévio e informado.

Data: 24 a 26 de julho de 2024. **Local:**

UFMG - Belo Horizonte.

Coordenação: Rumi Regina Kubo (UFRGS); Felisa Anaya (UNIMONTES) e Liana Amin (OPCCLPI).

Parceria: Comitê PT, MA e GP e Observatório de Protocolos Autônomos

Resumo: Os protocolos autônomos de consulta e consentimento prévio, livre e informado são instrumentos jurídicos e políticos elaborados pelos povos e comunidades tradicionais que objetivam a defesa de seus territórios e a manutenção de seus modos de vida, para que sejam respeitadas suas especificidades culturais e formas de organização social. São elaborados através do exercício da autodeterminação que exige respeito à temporalidade e organização social de cada grupo. O avanço de grandes empreendimentos sobre os territórios tradicionais tem colocado esse instrumento em disputa, com vistas a viabilização de licenciamentos ambientais e a implementação de projetos desenvolvimentistas. Diante deste contexto, observa-se a tentativa do Estado de trazer a regulamentação deste processo para si. Frente a estes impasses e desafios colocados para os povos e para a prática antropológica, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, juntamente com o Observatório de Protocolos Autônomos Comunitários propõem esta atividade, em continuidade às discussões realizadas na oficina. Desafios no processo de implementação dos Protocolos Comunitários de CCPLI", ministrada na XIV RAM 2023. Esta edição busca aprofundar as reflexões em torno das experiências de elaboração e implementação desses protocolos, as tentativas

de regulamentação do direito à consulta prévia e sobretudo, as formas pelas quais pesquisadores têm se inserido nesses processos na América Latina.



Sessão 1 - Mapeamento dos Conflitos Socioambientais e Violações do Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado. Ministrante: Liana Amin Lima da Silva (UFGD) *Sessão 2* - Protocolos Autônomos como estratégias de resistência dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ministrante: Maira de Souza Moreira (MDA)

Sessão 3 - Incidências no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Ministrante: Diego Antonio Saavedra Celestino (Derecho, ambiente y recursos naturales - Perú).

3) **Simpósio Especial 22: Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: entre margens, fissuras e reconstruções.**

Coordenação: Voyner Ravena Cañete (UFPA) e Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba).

Resumo: As grandes corporações vêm pressionando, por meio de movimentos neo extrativistas, as diferentes regiões do Brasil. Essa pressão sobre os recursos naturais, e consequente adoecimento do território, se consolida por meio das atividades minerárias, exploração da biodiversidade e mesmo pelo agronegócio, dentre outras atividades de alto impacto socioambiental, tecendo paralelos entre si por meio da desconsideração da ocupação ancestral de povos e comunidades tradicionais sobre esses territórios e suas relações simbióticas com a natureza. No entanto, os silêncios, os sussurros, gritos e resistências daqueles que são o centro do sistema, dado que garantem a proteção dos territórios, ainda que tratados como periferia, figuram como tema a ser fortemente e continuamente tratado. Esse contexto tem se constituído principal objeto de reflexões teóricas e ações políticas do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos no interior da ABA. O posicionamento institucional deste comitê é constituído por um modo peculiar de produzir conhecimento público e na intensa interação com a dinâmica da conjuntura. O objetivo deste Simpósio Especial é discutir sobre tais contextos no âmbito da RBA, de modo a refletir sobre as interfaces entre o fazer antropológico e a violação de direitos dos povos e do meio ambiente. Para tanto, articula suas sessões em 3 eixos: ameaças, estratégias de defesa e formas de resistência



Sessão 1 - Ser o centro, estar na margem: ameaças aos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Participantes: Jesus Rosário Araújo (UNIFEI); Joana Sirley da Costa Porto (UFG); Rafael Paiva de Oliveira Diaz (UFPA). Debatedor(a): Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG).

Sessão 2 - Construções e estratégias para a defesa dos povos. Participante(s): Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PUCPR); Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA); Neirevane Nunes Ferreira de Souza (UNIMA AFYA). Debatedor(a): Henyo Trindade Barretto Filho (UNB).

Sessão 3 - Roda de Conversa: Entre silêncios, sussurros, gritos e resistências. Participante(s): Adair Pereira de Almeida (Conselheiro); Ana Flávia Moreira Santos (UFMG); Célia Nunes Corrêa Xakriabá (Câmara Federal); Liana Amin Lima da Silva (UFGD).

4) Simpósio Especial 24: Territórios, etnocídio e criminalização indígena.

Sessão 1 - Encarceramento e adoção indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica. Participante(s): Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS); Felipe Kamaroski (Governo do Paraná); Stephen Grant Baines (UNB). Debatedor(a): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB).

Apresentação do trabalho: “O encarceramento de indígenas nas penitenciárias de Roraima, e a criação de regimentos internos pelo Conselho Indígena de Roraima para construir sistemas de justiça indígena”. Stephen Grant Baines (comitê PT, MA e GP-ABA).

5) Mesa Redonda 04: A configuração política atual para os povos e comunidades tradicionais - ameaças e resistências.

Coordenação: Stephen Grant Baines (UNB), Pedro Castelo Branco Silveira (Fundação Joaquim Nabuco), Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba), Stephen Grant Baines (UNB), Aderval Costa Filho (UFMG)

Resumo: Esta Mesa Redonda é constituída de membros do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA, que refletem sobre a configuração política no governo Lula e os esforços do governo atual para cumprir suas expectativas eleitorais de demarcar as Terras Indígenas, as Terras de Quilombolas e as Comunidades Tradicionais frente às fortes pressões da bancada ruralista, o setor de mineração, e empresas de infraestrutura, no Congresso Nacional. Discutem-se temas como o "marco

temporal" e o embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional que ameaça desestabilizar a democracia e reverter as conquistas consolidadas na decisão do STF contra o "marco temporal", e os vetos do presidente da República. Examinam-se as novas configurações do agronegócio dirigidas por grandes corporações e interesses transnacionais, a ameaça de instalar uma usina nuclear em Itacuruba, PE, o avanço dos setores hidrelétrico e de mineração na Amazônia, e os parques eólicos no Nordeste com seu conjunto severo de impactos junto às comunidades pesqueiras e rurais. Com a inauguração do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a reestruturação da FUNAI com presidenta indígena, e a presença de indígenas políticas(os) no governo atual, investiga-se a resistência contra essas novas ameaças para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Apresentação do trabalho, "Os Povos Indígenas, as tentativas de sabotar os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, e Resistências do Movimento Indígena". Stephen Grant Baines (comitê PT, MA e GP-ABA).



- 1) Oficina 01: J diversidade dos Protocolos Autônomos de Consulta e Consentimento. Data: 10 de setembro de 2023.

Local: UNIMONTES/MG. Montes Claros.

Coordenação: Carlos Marés (OPCLPI) e Comitê PT, MA e GP.



- 2) Espaço de Diálogo 11: Os Descaminhos da Resolução Negociada de Conflitos: Povos Tradicionais, Violação de Direitos e Contra-Estratégias das Margens

Data: 10 de setembro de 2023.

Local: UNIMONTES/MG. Montes Claros.

Coordenação: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos-ABA: Aderval Costa Filho;

(UFMG); Ana Flavia Santos (Ufmg); Deborah Bronz (UFF); Felisa Anaya (Unimontes); Raquel Oliveira (UFMG); Simone Silva (Atingida De Barra Longa-MG); Damiana (Quilombo da Lapinha); Zilah Mattos (CPT-NMG).



Resumo:

As abordagens atuais sobre conflitos ambientais e práticas de poder, no âmbito do comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, da Associação Brasileira de Antropologia, têm ganhado relevância com a temática dos mecanismos alternativos de resolução de disputas, tendo em vista a intensificação da desregulação no campo ambiental, a multiplicação dos grandes projetos - extrativos, de infraestrutura, agroindustriais – a intensificação da violência contra povos tradicionais e a produção de desigualdades territoriais. Observa-se, neste contexto, a proliferação de procedimentos de negociação/mediação/arbitragem/facilitação e conciliação no campo ambiental e agrário, sob o pretexto de aderirem às formas democráticas de "consenso" e pacificação de conflitos, mas que na realidade deslocam o foco da defesa dos direitos para o campo dos interesses transigíveis. Tais procedimentos, têm se tornando parte da rotina administrativa no campo jurídico de forma acelerada e atualmente vem se impondo como método voltado para conflitos fundiários urbanos e rurais e em confronto com os direitos étnicos e as lógicas territoriais, não facilmente reduzidos à comensurabilidade exigida pelas transações de mitigação ou compensatórias. Por um lado, observa-se essa dimensão política e administrativa do direito através das práticas de Estado, institucionais e empresariais associadas aos grandes projetos, vide a proliferação das chamadas visitas técnicas, mesas de diálogos, acordos e termos de ajustamento de conduta, entre outros. Por outro lado, multiplicam-se também as interpelações que os grupos atingidos fazem a esse modelo, a partir de iniciativas voltadas à reafirmação dos direitos. Destacam-se as contra estratégias baseadas em suas visões de futuro, seja pela construção de seus protocolos de consulta, ou reivindicando o reconhecimento de seus patrimônios em âmbito nacional e internacional. Convidamos estudantes, povos e pesquisadores interessados no tema a participarem, refletindo sobre os processos de violação de direitos, via tecnologias de "pacificação" de conflitos, e sobre as iniciativas e estratégias políticas de enfrentamento mobilizadas pelos povos envolvidos nestas situações.

- 3) SBPC: Democracia E Direitos Territoriais No Brasil: Impasses. Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Webinário: ABA/ SBPC



Webinário: Democracia e Direitos Territoriais no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=aEp8tOHM Xs>

Mediadora: Andréa Zhouri (Presidência da ABA).

Expositores: Felisa Anaya (Unimontes/comitê PT, MA e GP-ABA), Juliene Pereira dos Santos (Quilombola de Cachoeira Porteira, UFOPA/ABA), Rosário Carvalho (UFBA/ABA) e Wilson Rocha (MPF)

Resumo: Em 2023, o dia 5 de outubro foi declarado Dia de Luta pela Democracia por mais de cem associações acadêmicas e da sociedade civil do país. Em 2024, em função das eleições municipais, o dia será lembrado no dia 7 de outubro. Atendendo a um chamado da SBPC, a Associação Brasileira de Antropologia promoverá um webinar visando debater os desafios para o reconhecimento dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil contemporâneo.

Participação em reuniões

- 1) Reunião com Dr. Wilson Rocha (MPF), Diretor Executivo do Projeto Territórios Vivos.
Data: 1º de abril de 2024
Tema: Revisão da composição do Comitê técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais (Ofício 009/2024/ABA).
Síntese: Discussão sobre participação da ABA como membro do Comitê Técnico da Plataforma e o tratamento dos dados encaminhados pelas comunidades para a inserção de territórios na Plataforma.
Membro do comitê participante: Felisa Anaya e Stephen Baines.
- 2) Reunião com Movimentos Sociais no Serro e Presidência do IPHAN
Data: 22 de abril de 2024
Tema: Projetos minerários no Serro e impactos a comunidades tradicionais e ao patrimônio cultural
Síntese: Reunião solicitada pela Federação N'Golo, Movimento pelas Águas do Serro e Santo Antônio do Itambé, MAM e Comunidade de Queimadas, para discutir o tratamento a ser dado, pelo IPHAN, à análise relativa aos impactos dos projetos minerários "Serro" e "Céu Aberto", sobre o patrimônio histórico e cultural do Serro (MG).
Membro do comitê participante: Ana Flávia Santos

- 3) **Reunião com Comitê Patrimônio e Museus e Comitê Quilombos** Data: 24 de maio de 2024
Tema: Criação de Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho do Patrimônio (IPHAN), com o objetivo de estudar o impacto de grandes projetos nos territórios, com um estudo piloto no caso do Serro, MG. O objetivo da reunião consistiu em traçar uma estratégia conjunta dos diferentes comitês da ABA para subsidiar a instalação e a pauta da primeira reunião do referido GT.
Membro do comitê participante: Ana Flávia Santos
- 4) **Reunião de Trabalho com as peritas e os peritos em Antropologia do Ministério Público Federal.**
Data: 21 de junho de 2024
Tema: Perícia em Antropologia no MPF
Membro do comitê participante: Ana Flávia Santos, Felisa Anaya, Deborah Bronz e Aderval Costa Filho.
- 5) **Reunião com Federação N'Golo e Movimentos Sociais críticos à mineração no Serro (MG)**
Data: 19 de setembro de 2024
Tema: Discutir a possibilidade de apresentação de denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro em virtude de sua omissão em assegurar o respeito dos direitos à vida e à integridade física e moral das lideranças quilombolas.
Membro do comitê participante: Voyner Cantanhede.
- 6) **Reunião do Comitê Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais**
Data: 22 de outubro de 2024 (online) Coordenação: Anna Júlia do Valle Costa (PGR). Membro do comitê participante: Stephen Baines
- 7) **Reunião Plenária do “Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas”.**
Data: 5 de novembro de 2024. Hora: 14h às 18h. Local: sala de reuniões da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, 3º andar, Brasília.
Membro do comitê participante: Stephen Baines.
- 8) **Reunião plenária do “Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas”.**
Data: 10 de dezembro de 2024, das 14h às 17h, na sala de reuniões na sede da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), no endereço SCS Q. 2 Bloco C, Edifício Jamel Cecílio 6 ANDAR - Asa Sul, em Brasília.
Membro do comitê participante: Stephen Baines.
- 9) **Curso de Aperfeiçoamento 'Territórios Tradicionais não demarcados: o que fazer?' do projeto territórios vivos (MPF-GIZ-CNPCT) e ESMPU.**

Data: 17 a 19 de setembro de 2024, das 09:00 às 18:00 horas, na ESMPU, Brasília. Membro do comitê participante: Stephen Baines.

- 10) Oficina do Conselho Técnico da Plataforma de Territórios Tradicionais - MPF. Data: 16 de setembro de 2024. Local: ESMPU, das 09:00 às 18:00 horas.
Membro do comitê participante: Stephen Baines.

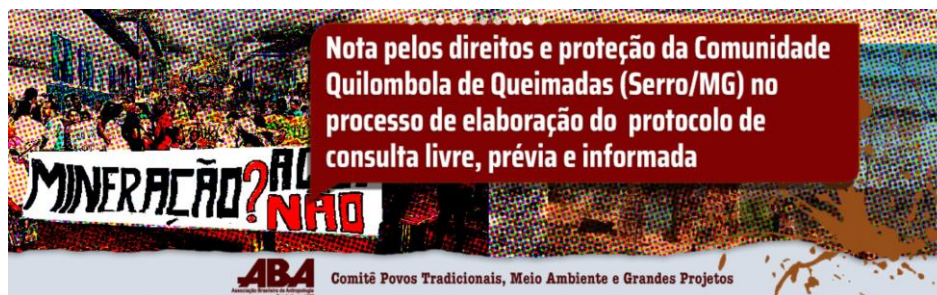
Notas técnicas e manifestações

- 1) Nota de repúdio às intervenções ambientais para realização da Stock Car em Belo Horizonte
Data: 06 de março de 2024



Link: <https://portal.abant.org.br/nota-de-repudio-as-intervencoes-ambientais-para-realizacao-da-stock-car-em-belo-horizonte/>

- 2) Nota pelos direitos e proteção da Comunidade Quilombola de Queimadas (Serro/MG) no processo de elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada
Data: 06 de março de 2024



Link: https://www.abant.org.br/files/20240321_65fc2c03e3412.pdf

- 3) Nota em solidariedade à população do Rio Grande do Sul frente aos atuais desastres ambientais no estado Data: 09 de maio de 2024.



**NOTA EM SOLIDARIEDADE À POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
FRENTA AOS ATUAIS DESASTRES DE ALAGAMENTOS NO ESTADO**

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1957

Link: <https://portal.abant.org.br/nota-em-solidariedade-a-populacao-do-rio-grande-do-sul-frente-aos-atuais-desastres-ambientais-no-estado/>

- 4) Nota sobre Violações dos direitos de povos e comunidades tradicionais, promovidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ao regulamentar a consulta e consentimento livre, prévio e informado através do Decreto 48.893 de 11 de setembro de 2024.



**Violações dos direitos de povos e comunidades tradicionais,
promovidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais,
ao regulamentar a consulta e consentimento livre,
prévio e informado através do Decreto 48.893 de 11 de setembro de 2024**

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1957

Data: 18 de setembro de 2024.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240918_66eb07ef8c9cc.pdf

Moções na 34 RBA

- 1) Reconhecendo a excelência da atuação das antropólogas e antropólogos do MPF, a ABA defende a contratação de 19 peritos em antropologia pelo Ministério Público Federal em seu próximo concurso de provimento.

Remetentes: Comitê Inserção Profissional; Comitê Laudos Antropológicos; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Comitê Patrimônio e Museus; Comitê Quilombos. Destinatários: Paulo Gonet Branco (Procurador Geral Da República); Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho (Vice Procurador Geral Da República); Eliana Péres Torelly De Carvalho (Secretária-Geral Do Mpu); Daniel Azevedo Lobo (Secretário De Perícia, Pesquisa E Análise); Isaac Anderson Oliveira Almeida (Chefe Do Centro Nacional De Perícia); Membros Representantes Da 4 E 6 Ccr Nos Estados.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240802_66ad157f834db.pdf

- 2) Realocação da Escola de Sargentos do Exército da APA Aldeia/Beberibe (PE).

Remetentes: Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; GT 43 - Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Destinatários: Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Ministro da Defesa,

José Múcio Monteiro; Presidente do Ibama, Rodrigo Antônio de Augusto Mendonça; Comandante Militar do Nordeste, Maurílio Miranda Netto Ribeiro; Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra; Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Ana Luiza Ferreira; Superintendente do Ibama em Pernambuco, Daniel Brandt Galvão.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240802_66ad163205f9c.pdf

3) Contra o desvirtuamento do direito à consulta prévia, livre e informada.

Remetentes: Observatório de Protocolos Comunitários e comitês Povos tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Quilombos da ABA. Destinatários: DPU; 6ª câmara do MPF; INCRA; OAB; TJ; MIR; MDH; PREFEITURAS; GOVERNOS DO ESTADO; SECRETARIAS DO MEIO AMBIENTE; FUNAI; CNPCT; CEPCTs.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240802_66ad17f00184d.pdf

4) Moção de repúdio à ação do ICMBio de demolição do Terreiro de Jarê Peji da Pedra Branca de Oxóssi, em Lençóis, Bahia.

Remetente: Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. Destinatários: Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski; Ministra da Cultura, Margareth Menezes; Fundação Cultural Palmares; Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida.

Link: https://www.abant.org.br/files/20240802_66ad18445ba6c.pdf

Audiências Públicas

1) Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Comissão de Direitos Humanos - 9ª Reunião Extraordinária

Data: 06/06/2024

Hora: 10:00 Local: BH

Membros do comitê participante: Felisa Anaya.

Finalidade da audiência pública: Debater as políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais e os 10 anos da aprovação da Lei nº 21.147, de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.



Link da audiência:

<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=8&idTipo=2&dia=06&mes=06&ano=2024&hr=10:00>

- 2) Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (4ª Reunião Extraordinária) e do Congresso Nacional

Data: 11/09/2024

Hora: 14:00 Local: UNIMONTES - MONTES CLAROS/MG

Membro do comitê participante: Felisa Anaya.



Link da audiência: <https://www.youtube.com/live/EJTStEefr1k>

- 3) Seminário Legislativo Sobre o Estatuto da Igualdade Racial em MG

Data: de 11/09/2024. Hora: 14:00

Local: ALEMG-BH

Membro do comitê participante: Felisa Anaya.

Síntese: etapa final do evento que teve como objetivo subsidiar o processo legislativo e ampliar o debate sobre a temática a partir da tramitação do Projeto de Lei 817/23, que institui o Estatuto da Igualdade Racial para o Estado. O comitê foi convidado para falar sobre "Racismo Ambiental", no Painel 1 sobre "Direito à Vida Digna, Acesso ao Meio Ambiente Saudável e ao Trabalho - Igualdade racial e racismo ambiental", bem como contribuir nos grupos de trabalhos constituídos no evento.



Link do Seminário: <https://www.almg.gov.br/painel/14572>

Lançamento de livro

ANAYA, Felisa; BRONZ, Deborah, MAGALHAES, Sônia Magalhães (ORG). ***Terra Arrasada: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil***. ABA Publicações e Editora Unimonte: Montes Claros,

MG. 1. ed. 2024.

As temáticas e situações aqui apresentadas foram abordadas nas atividades promovidas pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia, no período compreendido entre 2022 e 2024. O livro registra os efeitos de um processo sucessivo de crises e devastação das políticas e dos direitos socioambientais no país e reúne pesquisas etnográficas, relatos de experiências e depoimentos que fizeram parte das atividades promovidas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores do Comitê, em seus diálogos interculturais. A maior parte dos textos foram apresentados durante a 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no ano de 2022, que teve como título “Defender direitos e fazer antropologia em tempos extremos”. Neste contexto, os artigos compilam análises sobre o processo de dismantelamento político e legal iniciado no Brasil, sobretudo a partir de 2016, com o golpe parlamentar que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, e intensificado a partir de 2018, com a ascensão da extrema direita e a eleição de Jair Bolsonaro. Seus autores exploram os efeitos sociais do desmonte ambiental, destacando a violência institucional e as diferentes formas de violação dos direitos de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Apresentam, também, trabalhos etnográficos e testemunhos sobre resistências e movimentos sociais, contrabalanceando a aridez dessa “terra arrasada”, a partir das margens enquanto espaços de criatividade e de poder contra-hegemônico, de onde é possível desafiar as circunstâncias hostis com visões alternativas de futuro.



34ª RBA
(25-07-24) UFMG.



VII Colóquio Internacional de PCT
(11-09-24) UNIMONTES.

Representação institucional da ABA

Stephen Grant Baines (UNB) - **Comitê Técnico, Plataforma de Territórios Tradicionais** (2023 – 2024). Renomeado para representar a Associação Brasileira de Antropologia no Comitê Técnico Plataforma de Territórios Tradicionais, Ministério Público Federal - MPF.

Comitê Quilombos

Através do presente relatório, objetivamos apresentar um resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no período da gestão 2023/2024, destacando as principais questões enfrentadas pelas comunidades quilombolas no lastro das lutas pelos direitos em face aos atos de estado. Apresentaremos também sugestões a serem discutidas como desdobramento para as ações da próxima gestão.

Em consonância com as orientações da gestão da diretoria da ABA, o Comitê Quilombos atuou em estreita relação com as Assessorias Especiais de Apoio à Presidência da ABA, mantendo a articulação com outros comitês, notadamente com o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, Comitê de Antropólogas e Antropólogos (as) Negros (as), Comitê de Patrimônio Cultural, Comitê Laudos Antropológicos e Comissão de Assuntos Indígenas – CAI. A produção de notas técnicas, pareceres, manifestações, assim como reuniões voltadas para a afirmação dos direitos das comunidades tradicionais constituíram-se em ações conjuntas voltadas a subsidiar a ação de diferentes órgãos públicos à garantia dos direitos dos povos tradicionais, como sensibilizar a sociedade civil sobre o tema.

Destaca-se que a gestão (2023/2024) e as atividades do Comitê Quilombos foi marcada pela retomada das atividades presenciais e o reestabelecimento das relações institucionais democráticas desestabilizadas pelos efeitos da pandemia da COVID -19 na “realidade social” experimentada pelas comunidades quilombolas. Notadamente a necropolítica instituída pelo Estado brasileiro no período da pandemia da COVID 19, intensificou os conflitos territoriais, assassinatos e ameaças de remanejamento, detalhadamente relatadas no relatório do Comitê Quilombos na gestão 2021-2022.¹

Atualmente, o Comitê Quilombos está composto com 19 professores, pertencentes a diferentes universidades, sendo que três professores têm atuado como consultores do Comitê. Destacamos que houveram três novas inserções no Comitê, a pesquisadora e doutora Juliene dos Santos, quilombola de Oriximá, que tem trabalhado com o tema do licenciamento ambiental quilombola em sua comunidade; a professora doutora Arydimar Gaios, da UEMA, que tem trabalhado com processos de regularização de terras quilombola no estado do Maranhão, e mais recentemente passou integrar a professora doutora Samara Freire da UFSC, que tem atuado com educação escolar quilombola em Santa Catarina. Estas inserções foram aprovadas em reunião de trabalho do comitê quilombos realizado na RBA em Niterói e RBA em Minas Gerais.

Este relatório está organizado em três partes. Na primeira parte do relatório, no tópico apresentação, destacamos algumas das situações acompanhadas durante a gestão 2003/2024 que consideramos importante dar continuidade, tais como as ações e monitoramento científico e jurídico pela ABA. Na segunda parte, apresentamos uma relação das atividades realizadas pelos integrantes do comitê. Na

terceira parte, constam as sugestões e solicitações para a nova diretoria.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer imensamente o apoio recebido da diretoria da ABA/Gestão 2023/2024, em todas as ações do Comitê Quilombos, na confiança depositada em nosso trabalho e pela oportunidade de novos aprendizados diante dos inúmeros desafios das situações demandadas que permanecem desafiadoras, desde o fazer antropológico e as interlocuções com o campo jurídico, às relações de pesquisa instituídas com diferentes grupos sociais que demandam o reconhecimento dos direitos constitucionais. Ademais, cabe destacar os esforços desta gestão à intensificação da interlocução com representações e lideranças de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e pesquisadores, de forma a reafirmar o papel da ABA no que diz respeito ao seu compromisso com a cidadania, direitos humanos e diversidade cultural.

Apresentação

Ao longo da gestão da ABA (2023/2024), o Comitê Quilombos, registrou inúmeras situações de violação de direitos das comunidades quilombolas. Elas têm enfrentado intensivamente o avanço de obras de infraestrutura, portos, mineração, energia eólicas, monoculturas, barragens, corredores logísticos, linhas de transmissão que têm avançado sobre os territórios, desconsiderando o arcabouço jurídico de proteção aos direitos resguardados pelos dispositivos jurídicos nacionais e internacionais. De fato, tais impactos advém da morosidade dos processos de regularização fundiária quilombola e a ausência de orçamento para este fim, que tem favorecido a implementação destes empreendimentos em detrimento da garantir dos direitos quilombolas. Neste quadro, somam-se algumas ações de contestações administrativas e jurídica questionando a implementação do Decreto 4.887/2003 ou a Convenção 169 da OIT, visando obliterar os procedimentos de regularização fundiária quilombola. Este quadro de relativização dos direitos, sobretudo no contexto de licenciamento ambiental quilombola, tem contribuído significativamente para o aumento dos conflitos, mas sobretudo gerado inseguranças, ameaças e mortes de lideranças que estão à frente dos movimentos de luta pelo direito ao acesso à terra. Há várias lideranças ameaçadas e o número de assassinatos de quilombolas cresce no país. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no documento “Territórios desprotegidos, corpos violentados: apontamentos sobre assassinatos de quilombolas no Maranhão” registra que o Maranhão (1º lugar) e a Bahia (2º) são os estados que mais tiveram quilombolas assassinados nos últimos 18 anos (2005 a 2023) no Brasil em razão de conflitos fundiários no campo. Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2023, foram assassinados 50 (cinquenta) quilombolas no Brasil, dos quais 20 no Maranhão e 16 na Bahia, estados que concentram 72% dos assassinatos de quilombolas no país (36 dos 50). Diante das graves situações de violação de direitos e assassinatos, várias reuniões e manifestações técnicas científicas foram produzidas pelo comitê quilombo, junto aos órgãos públicos para a promoção de avaliações críticas dos instrumentos legais e dos marcos regulatórios que asseguram os direitos das comunidades quilombolas. A escada de violência nas comunidades quilombolas, principalmente da região Norte e Nordeste do país, estão diretamente vinculadas as lutas travadas pela regularização e titulação das

terras quilombolas. No Maranhão são aproximadamente 500 processos administrativos abertos no INCRA que aguardam pela sua execução, em mais de 20 anos do Decreto 4.887/2003 nenhum território quilombola titulado naquele estado.

Neste quadro, o Comitê Quilombos centrou suas ações na realização de eventos científicos, seminários temáticos específicos, reuniões e um conjunto produção de várias notas técnicas, manifestações e ofícios direcionados a órgãos públicos solicitando providências no que diz respeito a proteção dos direitos violados das comunidades quilombolas e tradicionais. Muitas destas ações foram organizadas em parceria com outros comitês da ABA, principalmente com o Comitê Povos e Comunidades Tradicionais, Patrimônio Cultural e Comitê de Antropólogas (os) negras (os). Para além de eventos acadêmicos, as ações do comitê quilombos se desenvolveram em sintonia com as diretrizes propostas da diretoria da ABA, no que diz respeito a constante interlocução com diferentes movimentos sociais e representantes das comunidades quilombolas quanto em relação com órgãos públicos responsáveis por assegurar os direitos quilombolas, entre estes MPF, DPU, MIR, FCP, Ministérios, Iphan, INCRA, Varas Agrárias, Instituto de Terras, entre outros.

Destacamos também que alguns integrantes do Comitê Quilombos desde 2023 integram o Grupo de Trabalho da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA)², Pueblos indígenas y comunidades afrodescendientes en procesos políticos y jurídicos ante el Estado y los emprendedores privados: miradas desde Latinoamérica y el Caribe, ampliando as relações de pesquisa sobre a temática na América Latina e Caribe.

Retomada das relações institucionais

A gestão da ABA (2023/2024) e do Comitê Quilombos foi marcada pela retomada e reconstrução das políticas públicas e dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas, paralisadas pelo governo anterior. Uma das primeiras ações do Comitê quilombos nesta nova gestão da diretoria da ABA³ foi acompanhar as visitas institucionais em Brasília com o objetivo de retomar as relações institucionais estabelecidas entre a ABA e estas instituições fragilizadas durante o período do governo Bolsonaro. Buscava-se retomar os diálogos e as articulações institucionais no novo contexto político de retomada democrática, sobretudo com o INCRA, FCP e MIR, órgãos responsáveis pela implementação da política quilombola. A primeira instituição visitada foi o INCRA, visando o interesse na renovação do Termo de Cooperação entre a ABA e INCRA, vencido no ano de 2019⁴ com o objetivo fortalecer os trabalhos de regularização dos territórios quilombolas desenvolvidos pelo INCRA a partir da colaboração de profissionais da área de antropologia. Embora a ABA tenha solicitado reunião com a superintendência Nacional, a reunião ocorreu na sede do INCRA em Brasília, como o diretor e técnicos do setor de regularização fundiária. Neste evento, a pauta da reunião centrou-se nas dificuldades advindas do desmonte institucional, o drástico corte de verbas e o volume acumulado de trabalho no setor de regularização fundiária das terras quilombolas. Somava-se nos relatos dos servidores do setor a questão

da judicialização dos processos administrativos contra o INCRA, aproximadamente 350 ações jurídicas cobrando a finalização dos processos de regularização. Apesar das tentativas posteriores pela ABA para tentar renovar o Termo de Cooperação entre a ABA e INCRA, não houve manifestação de interesse neste sentido pelo órgão. Como parte do itinerário institucional ocorreu também a visita à Fundação Cultural Palmares (FCP) e ao Ministério das Igualdade Racial (MIR). Nestas duas instituições foram abordados temas referentes a defesa do patrimônio cultural, conflitos socioambientais e gestão territorial relacionados as comunidades quilombolas. Destacou-se em todas as instituições a questão do processo de Licenciamento Ambiental Quilombola, especificamente a edição da Instrução Normativa 111/2021, e a posição do Comitê quilombos e da ABA no que diz respeito à inconstitucionalidade da referida normativa e os efeitos perversos de sua implementação nos territórios quilombolas, já que emitida em um contexto em total consonância com o sistemático desmanche e revisionismo da legislação ambiental⁵. Entretanto, o debate em torno da temática do licenciamento ambiental quilombola não ganhou proeminência esperada junto aos representantes institucionais, em meio a um contexto de reconstrução e retomada das políticas públicas para as comunidades quilombolas no país. Este tema – a questão o licenciamento quilombola - permanece sem debate crítico pelos órgãos, orientando os estudos de impacto ambiental, quanto a condução do INCRA neste processo.

Assiste-se a uma situação na qual tanto os territórios reconhecidos pela FCP, quanto aqueles que ainda não possuem reconhecimento, vêm sofrendo intrusões de agentes externos. Isso demonstra a necessidade de discutir as contradições presentes nas políticas institucionais que, por vezes, acabam gerando graves conflitos sociais. Os representantes dos territórios quilombolas reconhecidos estão sendo constrangidos, em muitas situações, a venderem a terra reconhecida pelo próprio Estado. Essa situação é recorrente em diferentes unidades da federação, incluindo aquelas impactadas por grandes empreendimentos. No Maranhão, nos municípios de Icatu, Itapecuru e Codó essa situação vem causando conflitos com ameaças de morte àqueles que se recusam a vender e, até mesmo têm resultado na efetivação de assassinatos.

Termo de Cooperação entre ABA e CONAQ

A partir do segundo semestre de 2023, um termo de cooperação entre a ABA e a CONAQ passa a ser delineado com o objetivo de acelerar os processos de regularização fundiária quilombola. Um conjunto de reuniões foi organizada entre a ABA, o Comitê Quilombos e a CONAQ para a elaboração de um Termo de Cooperação Técnica com a CONAQ⁶ com o propósito de promover e defender os direitos das comunidades quilombolas, bem como garantir o pleno acesso e gestão de seus territórios. Os eixos principais desta cooperação estão centrados no fortalecimento da identidade e cultura quilombola, a promoção da pesquisa científica e produção de conhecimento sobre as comunidades quilombolas, a atuação em prol dos direitos territoriais das comunidades, a capacitação e formação de lideranças quilombolas e por fim, a sensibilização da sociedade civil e órgãos governamentais sobre as questões quilombolas⁷. No evento da Mesa Quilombola realizada em maio de 2024 em Brasília, o termo

foi assinado, fortalecendo a interlocução entre a ABA, CONAQ, e as comunidades quilombolas, tornando-se mais um importante instrumento para o avanço dos processos de regularização fundiária das terras quilombola. Espera-se que para este ano a execução deste termo seja implementado no novo cenário que se desenha onde universidade vem firmando convênios e parcerias com o INCRA e outras instituições governamentais, ongs para realizar estudos antropológicos, históricos, ambientais e cartográficos, necessários aos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID).

Seminários “O Fazer Antropológico e Atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais” e “Povos Tradicionais e Mineração: direitos e desafios”

Neste tópico destaca-se a organização de três seminários em parceria com a ABA, que tiveram reflexões antropológicas importante quanto repercussões e desdobramentos no que diz respeito ao próprio fazer antropológico em territórios tradicionais impactados pelos megaprojetos de desenvolvimento, quanto o papel dos poderes públicos na defesa dos direitos dos povos tradicionais. Trata-se dos seminários: “O fazer antropológico e Atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais”⁸ e o seminário “Povos Tradicionais e Mineração: direitos e desafios”. O primeiro deles foi realizado em dois períodos no Maranhão, o primeiro nos dias 24 e 25 de novembro de 2023 e o segundo nos dias 3 a 5 de abril de 2024. Estes seminários ocorreram no estado com maior concentração de comunidades quilombolas com o objetivo de conhecer, debater e promover a articulação entre pesquisadores/as, lideranças quilombolas e representantes do poder público em torno da realidade das comunidades quilombolas contemporâneas das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Neste seminário, a ABA resolveu incluir na programação, a visita institucional da ABA, à família do Sr. José Alberto Moreno Moraes, conhecido por Seu Doka, importante liderança da Comunidade de Jaibara dos Rodrigues do território Quilombola Monge Belo que havia sido assassino. Esta visita foi acompanhada pelo seu Elias Belford, representante da UNIQUITA. Ao término da visita, a ABA reuniu-se com oito às 8 comunidades que constituem a UNIQUITA (União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim)⁹, na comunidade de Santa Rosa dos Pretos. Na ocasião, um conjunto de situações violentas passaram a ser relatadas pelos representantes das comunidades, todas relacionadas a ameaças à vida no contexto de regularização fundiária dos seus territórios. As graves situações relatadas foram sistematizadas em um documento produzido pela ABA denominado **“Informe etnográfico sobre situações sociais de violações de direitos e ameaças à vida: Comunidades Quilombolas de Itapecuru- Miriam (MA)”**¹⁰ solicitando aos poderes públicos especial atenção à pauta de reivindicações reunidas em documentos que foram entregues à ABA pela UNIQUITA. Entre as reivindicações constavam os pedidos de andamento dos movimentos sociais negros e conclusão de procedimentos administrativos, titulação de territórios, mediação dos conflitos, acesso a políticas públicas, proteção aos territórios, fiscalização ambiental, entre outros. A ABA avalia que o atendimento às reivindicações das comunidades de quilombolas de Itapecuru-Miriam constitui uma ação fundamental e imediata para conter a escalada de violência, insegurança e os conflitos agrários na região.

No segundo momento deste seminário, na continuidade dos debates, em abril de 2024, a atividade contou com a participação ativa no evento de pesquisadores do campo de estudos de quilombos como representantes de comunidades quilombolas do Maranhão, Manaus, Pará, Bahia, Goiás, Natal, e lideranças originários das comunidades quilombolas. O evento contou também com a participação de representante da Defensoria Pública da União do Maranhão e servidores do INCRA, possibilitando ampliar as reflexões entre a antropologia e o direito ao abordarem temas relacionados aos direitos humanos, direitos coletivos e políticas de acesso e o reconhecimento do direito à terra quilombola. Neste sentido, a interlocução sobre os rumos da pesquisa antropológica sobre quilombos e junto com lideranças, pesquisadores e estudantes quilombolas se revelou fundamental à ampliação dos conhecimentos sobre as especificidades regionais e também, a identificação dos aspectos comuns em seus processos históricos de lutas por reconhecimento étnico, titularidade das terras. Destaca-se, o debate em torno do papel da comunidade científica para subsidiar à implementação de políticas públicas para melhoria das condições de vida e o fortalecimento identitários das famílias quilombolas. O evento possibilitou ainda refletir criticamente sobre o acúmulo acadêmico sobre os estudos antropológicos nesse campo, que contemplem a nova realidade da universidade pública brasileira pós-políticas de ação afirmativa, que passou a incluir nas últimas duas décadas a participação crescente de estudantes negros, indígenas e quilombolas, inclusive na pós-graduação. Ao longo dos debates travados evidenciou-se o fortalecimento das redes de pesquisa e organizações sociais em torno da temática quilombola, como a necessidade de amplos esclarecimentos sobre o acumulado da produção de relatórios antropológicos e dos documentos de referência para atuação neste campo, como Carta das Pontas das Canas, Protocolo de Brasília, entre outras publicações que refletem e subsidiam o fazer antropológico nestes contextos de reconhecimento de direitos. Algumas das questões discutidas nesses Seminários, transformadas em artigos, publicados no livro 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023), organizado por Candice Vidal e Souza e Cornelia Eckert.

O terceiro seminário “Povos Tradicionais e Mineração: direitos e desafios”, foi organizado pela ABA na UFMG e resultou em uma potente reflexão interdisciplinar com o objetivo de subsidiar ações políticas, administrativas e jurídicas referentes ao tema. A participação de representação de vários movimentos sociais, lideranças indígenas, quilombolas trouxe diversos relatos sobre os impactos dos projetos de mineração em seus territórios e para a vida de muitas famílias nestas comunidades tradicionais. A relação entre o Estado e as estratégias no contexto no contexto de licenciamento ambiental de megaprojetos de mineração. Destaca-se que o seminário foi organizado a partir de demanda do Ministério Público Federal/Amazonas, com a participação do Ministério Público Federal/Altamira-PA e visou a articulação de pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, que desenvolvem estudos e pesquisas sobre Mineração e Violação de Direitos dos Povos Tradicionais, no Brasil, intensificando a interlocução entre a Antropologia e o Direito.

Interlocução com os Peritos do MPF

No contexto da 34 RBA foi organizado uma reunião de trabalho entre a ABA e os peritos de antropologia do MPF visando a produção de reflexões sobre o fazer antropológico fora da academia. Buscou-se refletir sobre possíveis colaborações entre a ABA e os peritos, no que diz respeito às condições da atuação profissional, sobretudo situações envolvendo profissionais/peritos atuando sem a devida qualificação neste campo. Buscou-se compartilhar estratégias de ação e de atores envolvidos nestas situações para assegurar a proteção dos direitos das comunidades quilombolas e tradicionais e o fazer antropológico nestes contextos.

Ação Conjunta – Caso Serro (MG)

O Comitê quilombos tem acompanhado cientificamente desde 2022, juntamente com o Comitê Povos Tradicionais e Grandes Empreendimentos e do Patrimônio Cultural, a situação do Serro (MG) - região reconhecida pelo patrimônio histórico em 1938 e onde encontram-se diversas manifestações culturais ameaçadas pelos projetos predatórios de extração de minério de ferro. No âmbito dos referidos Comitês foram produzidos documentos, pareceres, notas técnicas e realizadas reuniões com órgãos públicos e articulação com movimentos sociais com o objetivo de apontar vícios e irregularidades no processo do licenciamento ambiental em curso dos projetos de mineração na região do Serro. Os documentos produzidos reiteraram ou incompletudes de informações apresentadas pelo empreendedor para diferentes questões técnicas identificadas. Várias reuniões foram realizadas com representantes de movimentos sociais e lideranças das comunidades quilombolas possivelmente afetados pelo empreendimento minerário sequer foram adequadamente ouvidos e sequer ocorreu qualquer evento de Consulta Prévia Livre e Informada conforme prevê a Convenção 169 da OIT. Em mais de 20 anos de implementação do Decreto 4.887/2003, somente 2 comunidades quilombolas foram tituladas em Minas Gerais. A ausência de regularização pelo INCRA é um fato grave enfrentado pelas comunidades quilombolas de Minas Gerais, pois sabe-se que a titulação dos territórios é o instrumento eficaz à proteção dos direitos humanos desses grupos sociais. O agravamento das situações de violência tem levado várias lideranças a integrarem o programa de proteção aos defensores de direitos humanos. O caso Serro insere-se nesse contexto de violação de direitos, que se registra em várias comunidades quilombolas de Minas Gerais. No caso da comunidade quilombola Queimadas, há questões locais, relacionadas ao próprio interesse minerário sobre a região, que explicam porque o Incra não está implementando a política de regularização fundiária, contribuindo para a vulnerabilização social, política e econômica da comunidade.

Ação conjunta no caso Tembé e Quilombola x Agropalma, no Alto Rio Acará – Pará

Desde 2018 a ABA vem produzindo diversas manifestações junto ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Varas Agrárias do Pará denunciando os sucessivos eventos de violência

contra indígenas e quilombolas na região do Alto Rio Acará, Pará. Entretanto, nenhuma resposta ou reação dos poderes públicos federal e estadual até o momento foi produzida para tentar apaziguar o conflito fundiário que tem produzido vítimas (assassinatos, prisões, difamação, estigmatizações, perseguições) de integrantes de movimentos indígenas, quilombolas e ribeirinhos na região, que resistem à ação de grileiros, de segurança patrimonial das empresas da agroindústria do óleo de palma no estado do Pará. Ao longo do ano de 2023 houve a continuidade de várias ações de apoio a quilombolas e indígenas na região do Rio Alto Acará, com produção de documentos e reuniões com órgãos públicos para abordar questões de violências tais como interdições, faccionalismos, além de discutir a proteção das lideranças ameaçadas, apuração dos crimes praticados, regularização do território etnicamente configurado; crimes ambientais e Contrato crédito de carbono Agropalma x Biofílica Ambipar. Houve a solicitação para que houvesse para uma *inspeção in loco* a ser conduzida pelo MPF diretamente nas comunidades que tem sido vítimas de violência¹¹, entretanto até o presente momento isto não se efetivou apesar do acirramento da situação de conflito na região, inclusive com a prisão da liderança indígena Miriam Tembé. A ABA sugere a necessidade de uma inspeção técnica *in loco* a ser conduzida pelo MPF, para que as questões sejam tratadas diretamente com as comunidades que têm sido vítimas das violências.

Abaixo destacamos as ações em que o Comitê esteve diretamente envolvido e que, segundo avaliamos, exigem ainda acompanhamento:

- 1) A **interlocução da ABA com o INCRA** diante da profusão de produção de relatórios antropológicos sendo produzidos no país para fins de regularização fundiária quilombola;
- 2) A implementação do **Termo de Cooperação entre a ABA e a CONAQ**, assinado em 2024, com o objetivo de promover e defender os direitos das comunidades, fortalecer a identidade e cultura, produção científica, e capacitação de lideranças no contexto de produção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID)
- 3) A retomada da **interlocução com o MPF**, sobretudo com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para amplificar os canais de comunicação e potencializar as formas de intervenção nas situações de maior gravidade de violação dos direitos humanos, ambientais e territoriais;
- 4) A continuidade da interlocução **com os analistas periciais do MPF** para possíveis colaborações ou parcerias sobre o fazer antropológico no campo da perícia, quanto publicações e eventos científicos, conforme iniciado com a reunião em 21 de julho de 2024, como parte das atividades pré-RBA realizada em Minas Gerais;
- 5) A continuidade de acompanhamento **da situação do Serro (MG)**, com a permanência do grupo de trabalho denominado Ação Conjunta, sob a coordenação do comitê Grandes projetos e povos tradicionais, diante do avanço dos projetos de mineração nesta região e os efeitos perversos destes megaempreendimento para as comunidades quilombolas- sobretudo à comunidade de Queimadas;
- 6) Acompanhamento da situação dos **Tembé e dos Quilombolas da região do Alto Vale Rio Acará x Agropalma**, no estado do Pará. Desde 2018, o comitê quilombos com o apoio da ABA vem produzindo

diversas manifestações junto ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Varas Agrárias do Pará denunciando os sucessivos eventos de violência contra indígenas e quilombolas na região. Esta situação permanece se agravando, com prisões, criminalizações e mortes de lideranças;

- 7) Acompanhamento dos desdobramentos das denúncias realizadas a partir do **documento Informe Etnográfico sobre violação de direitos e ameaça à vida: Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim(MA)**, de 5 dezembro de 2023. Este documento foi produzido no contexto do seminário “O fazer antropológico e Atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais, realizado no Maranhão. O documento solicita aos poderes públicos, especial atenção à pauta de reivindicações reunidas em documentos que foram entregues à ABA pela UNIQUITA, que tratam de pedidos de andamento e conclusão de vários dos procedimentos administrativos, titulação de territórios, mediação dos conflitos, acesso à políticas públicas, proteção aos territórios, fiscalização ambiental, ente outros.

Relação das atividades

1) Eventos Científicos

O comitê quilombos organizou várias atividades em diferentes eventos científicos, entre estes, na 45º Encontro Anual da ANPOCS/2021; A VII REA/2022 e a 34º Reunião Brasileira de Antropologia, RBA/2024. As atividades propostas visavam divulgar as pesquisas sobre a temática quilombos desenvolvidas em diferentes instituições universitárias quanto aquelas desenvolvidas em instituições acadêmicas internacionais. Neste sentido destaca-se o trabalho realizado no âmbito do GT da ALA, que resultou na publicação de um livro em versão e-book (ver tópico publicações científicas)

47º ANPOCS – Campinas/ UNINCAMP, 18 a 21 de outubro de 2023.

A pedido da Diretoria da ABA, o comitê quilombos articulou a proposta com o Comitê Grandes Projetos e Povos Tradicionais:

Sessão 2. Povos Tradicionais em face aos Grandes Projetos, ocorrida em 20/10/2023

| 09h00 – 10h30, com a Coordenação de Aderval Costa Filho (UFMG) e os Expositores/as: Emmanuel Farias (UEMA); Joana Corrêa (Movimento pelas Águas do Serro e de Santo Antônio do Itambé – MG); Voyner Ravena Cañete (UFPA). Debate: Julie Cavignac (UFRN).

Acesso em: https://www.encontro2023.anpocs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1501

XIV RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul: Reconexões e desafios a partir do sul Global (1 a 4 de agosto de 2023 – Niterói – Rio de Janeiro- UFF)

GT115: Quilombos: mobilizações, resistências e retomada dos direitos

Resumo: A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que têm comprometido a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas previstos na Constituição Federal de 1988. Propõe-se analisar a reedição das engenharias políticas conservadoras, a gravidade dos conflitos advindos do desmanche da política de regularização dos territórios, os conflitos socioambientais advindos da afetação de territórios por Unidades de Conservação de Proteção Integral, concomitante ao avanço de projetos de desenvolvimento sobre comunidades e territórios. Pretende-se ainda promover avaliações críticas dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos, bem como sobre os processos de mobilização e resistências das comunidades quilombolas na luta pela proteção dos seus territórios, do seu patrimônio cultural e acesso às políticas públicas, em meio ao processo de redemocratização do país.

Coordenação: Aderval Costa Filho (UFMG), Raquel Mombelli (UFSC). **Debatedor/a** Cynthia Carvalho Martins (UEMA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Mesa Redonda 68 – Resistências negras nas Américas e Caribe

Diferentes formas de resistência a escravidão negra são registradas nas Américas e Caribe, que atualmente constituem uma multiplicidade de realidades empiricamente observáveis. Seja os garífunas do Caribe, os palenques do Equador ou os quilombos no Brasil, todas essas situações pleiteiam atualmente o reconhecimento de territórios coletivos autônomos. No entanto, podemos registrar ainda situações históricas como o caso de San Lorenzo de los Negros, província de Veracruz, de Gaspar Yanga e a guerra contra os espanhóis no México. A população afrodescendente nas américas e caribe têm enfrentado diferentes antagonistas que têm expropriados seus territórios, dessa forma, podemos nos referir aos projetos turísticos no pacífico mexicano, os projetos de infraestrutura, hidrelétricos e econômicos como o extrativismo mineral no Brasil, Colômbia e Suriname. Esta mesa de trabalho pretende refletir sobre essas diferentes situações sociais, sejam realidades empiricamente observáveis ou situações históricas.

Coordenação: Raquel Mombelli; **Debatedor:** Osvaldo Oliveira; Davi Pedreira Júnior (BRA); Andres Garcia (COL); Juliene Pereira (BRA)

Seminário A Antropologia e os Territórios tradicionais (Norte, Nordeste e Centro- Oeste)

Local: Auditório Setorial do CCH/UFMA. **Data:** 03 a 05 de abril de 2024

Objetivo do evento: Promover a articulação entre pesquisadores/as, lideranças quilombolas e representantes do poder público, para debates e proposições sobre a realidade das comunidades quilombolas contemporâneas das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com vistas ao fortalecimento do ensino pós-graduado nesse campo, incluindo-se o debate sobre os rumos da pesquisa antropológica sobre quilombos e junto com lideranças, pesquisadores e estudantes quilombolas.

Organização: Carlos Benedito Rodrigo da Silva (UFMA) Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB/ABA), Raquel Mombelli (ABA), Edna Balbina dos Anjos dos Santos (UFRB), Cíndia Brustolin (UFMA), Cynthia Martins (UEMA), Davi Pereira (UEMA), Emmanuel Farias (UEMA)

34ª RBA Belo Horizonte- Relatório Vivos, Corpos Plurais: antropologia e saberes críticos (23 a 26 de junho de 2024)

Organização do Pré-evento na 34ª RBA

Seminário Povos Tradicionais e Mineração: direitos e desafios (22 de julho de 2024).

A atividade foi proposta pela diretora da ABA, Sônia Magalhães para integrar a programação da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia e contou com o apoio do comitê quilombos. O encontro resulta da articulação entre a ABA e o Ministério Público Federal/Amazonas, Ministério Público Federal/Altamira-PA e pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, que desenvolvem estudos e pesquisas sobre mineração e violação de direitos dos povos tradicionais no Brasil. O evento propiciou uma reflexão interdisciplinar que contribuiu para refletir sobre as ações políticas, administrativas e jurídicas referentes ao tema. Três mesas-redondas temáticas conduziram as reflexões, sendo eles: a indústria minerária e o regime da governança ambiental global: cadeias de suprimentos sustentáveis, participação e tendências neocolonialistas; Estado e estratégias empresariais no contexto do licenciamento ambiental, debates e encaminhamentos. Destaca-se neste evento a importante participação de lideranças tradicionais que enfrentam no cotidiano os efeitos perversos decorrentes da mineração em seus territórios. Entre estes destaca-se: o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)ABIP, Alexandre Borges de Jesus, Tuxáua Filipe Gabriel Mura, representante da Comunidade Indígena Mura de Soares (Autazes), Milena Mura – Presidenta da Organização das Mulheres Indígenas Mura (OMIM), Maria Helena / Sineca - Comunidade Quilombola Quartel do Indaiá, Diamantina (MG), Makota Kidoiale da Serra do Curral (MG) e Joana Correa - Movimento pelas Águas de Serro e Santo Antônio do Itambé (MG)

Grupo de Trabalho 089: Quilombos: processos de territorialização, movimentos sociais e conflitos
Coordenação:

Cynthia Carvalho Martins, Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira, Alfredo Wagner Berno de Almeida

Resumo: O Comitê Quilombos da ABA propõe neste espaço reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre os processos de territorialização e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos de carbono, mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, criação ou privatização de unidades de conservação, barragens, energia eólica, entre outros, nos territórios quilombolas. Busca-se também analisar os processos de retomada de regularização fundiárias e as políticas públicas em curso nos territórios. As implicações

relacionadas aos processos de licenciamento ambiental e a ausência de aplicação de dispositivos constitucionais ou internacionais, como o que estabelece a Convenção 169 da OIT quanto à consulta prévia, livre e Informada. Trabalhos que abordem movimentos de resistência e mobilização social em torno da valorização de memória dos guardiões, saberes e formas de transmissão, tecnologias tradicionais, afirmação da identidade, patrimônio cultural e educação escolar quilombola. Serão também de interesse a problematização as diversas estratégias de resistência e mobilização social criada pelas comunidades quilombolas diante da aceleração das mudanças climáticas.

Mesa Redonda 63: Povos Quilombolas e Violações de Direitos no Brasil

Coordenação: Cintia Beatriz Muller (UFBA), Juliene Pereira dos Santos (UFOPA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Davi Pereira Junior (UEMA)

Povos e Comunidades Quilombolas são encontrados em todo o país onde empreendem lutas por reconhecimento identitário, efetivação de direitos e pela segurança física de suas lideranças e comunitários. Apesar disto os Povos Quilombolas enfrentam múltiplas violações de direitos que se sucedem ao longo do tempo ou que se manifestam na contemporaneidade de forma concomitante. No Brasil, comunidades quilombolas convivem com impactos de grandes projetos que lhes afeta tanto o uso de seus recursos naturais quanto lhes coloca em risco seus meios de subsistência; a expansão do agronegócio lhes insula em seu próprio território e lhes toma os marcos de memória e da história do grupo; a criminalização e morte de lideranças comunitárias; e as mudanças climáticas, que poderão inviabilizar sua permanência em seus territórios ancestrais e aprofundar desigualdades socioculturais já existentes. O objetivo desta Mesa proposta pelo Comitê Quilombos é reunir antropólogos de diferentes regiões do Brasil para confeccionar uma síntese dos principais conflitos enfrentados pelos povos quilombolas no país e a contribuição da antropologia, hoje e em relação a projetos futuro de enfrentamento a violações de direitos.

Simpósio Especial 23 - Territórios quilombolas, reconexões e reconstrução dos modos de vida

Coordenação: Aderval Costa Filho (UFMG), Raquel Mombelli (aba)

O Simpósio Especial pretende refletir sobre as formas de resistência produzidas pelas diferentes comunidades quilombolas do país diante da perspectiva modernizadora e desenvolvimentista adotada pelo Estado brasileiro que tem resultado em diferentes impactos sobre os territórios e comprometido as possibilidades de reprodução de modos de vida nestes lugares. Apesar do processo de redemocratização em curso no atual governo, o cenário ainda é marcado por retrocessos no campo dos direitos, desmonte de órgãos e políticas de proteção e paralisação dos processos de regularização fundiária. Soma-se a isso os efeitos causados pelo acelerado processo de mudanças climáticas, que tem potencializado a desigualdade social, a injustiça fundiária, o racismo ambiental, a precarização dos modos tradicionais de vida, entre outros. Ademais, registra-se o enfrentamento de diferentes ordens de conflitos socioterritoriais decorrentes da implementação de projetos de desenvolvimento nos territórios, desastres sociotécnicos e medidas administrativas que tem desconsiderado e desrespeitado direitos constitucionais assegurados. Pretende-se neste espaço promover o diálogo entre a produção

antropológica, diferentes ativismos, movimentos sociais e estratégias de proteção de modos de vida e permanência nos territórios, além de identificar ações de enfrentamento às mudanças climáticas e aos movimentos pelo fortalecimento, defesa, reconstrução de modos de vida e reconexões com os territórios.

Sessão 1 -Participante(s):Edna Correia de Oliveira (Presidenta da Federação N'Golo") Juliene Pereira dos Santos (UFOPA),Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal)Debatedor(a):Aderval Costa Filho (UFMG)

Sessão 2- Participante(s):Luzinete Serafim Blandino (ES),Osvaldo Martins de Oliveira (UFES),Simony Jesus (Pitagoras).Debatedor(a): Emmanuel de Almeida Farias Junior (UEMA)

Sessão 3 - Roda de Conversa-Participante(s): Aderval Costa Filho (UFMG)Edna Correia de Oliveira (Presidenta da Federação N'Golo"), Luzinete Serafim Blandino (ES),Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal). Simony Jesus (Pitagoras). Debatedor(a):Raquel Mombelli (ABA)

Reunião do Comitê Quilombos -Realização no dia 24/07 - 12:30 às 14:00, na Sala 411 – CAD/UFMG, com a seguinte pauta: Informes; Balanço das atividades; Estratégias de fortalecimento do Comitê e de adesão de novos integrantes; Acompanhamento das situações sociais; indicação de nova coordenação.

13ª FAZENDO GÊNERO. Contra o fim do mundo. 30 anos/UFSC.

Simpósio Temático 101: Mulheres quilombolas e etnodesenvolvimento: sementes para adiar o fim do mundo (29/07/2024 das 14:00 às 17:00 - CFH 322)

Coordenação: Raquel Mombelli (UFSC), Luciana de Freitas Silveira (UFSC), Vanda de Oliveira Gomes Pinedo (MNU)

A proposta é reunir um espaço de interlocução horizontal e de troca de experiências entre as mulheres de comunidades quilombolas, pesquisadores, ativistas e o movimentos sociais negros, em torno da produção de projetos de empoderamento feminino e autonomia das comunidades quilombolas. Trata-se de reunir relatos sobre as diferentes experiências protagonizadas pelas mulheres em suas respectivas comunidades no que diz respeito as formas específicas de organização social e política que possibilitam ampliar as perspectivas de resistências face a desconsideração pelo Estado brasileiro de proteção de seus territórios. De diferentes formas estas mulheres negras e quilombolas se movimentam valorizando a sua capacidade ancestral e histórica potencializada no processo de luta pelo reconhecimento legal de seus territórios. Os projetos de autonomia construídos por estas mulheres compreendem processos indissociáveis a autoafirmação identitária quilombola, valorização e resgate dos modos de vida ancestrais, cuidado da natureza à produção de alimentos e artesanatos. Perspectivas de produção que se associam à construção de um projeto de agência coletiva do território, entrelaçando histórias, saberes e ancestralidades. Mulheres negras quilombadas que geram práticas de manejo e saberes para assegurar a proteção da biodiversidade e os recursos naturais locais lançando sementes de resistências e possibilidades alternativas para adiar o fim do mundo.

Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/atividade/programacao>

Seminário Democracia e Direitos Territoriais no Brasil

ABA Evento TV ABA em 07/10/2024 Rosário Carvalho (UFBA/ABA)

Juliane Pereira dos Santos (Quilombola do Comitê Quilombos)

Publicações Científicas

O comitê quilombos durante a gestão da ABA (2023/2024) organizou e participou das seguintes publicações:

- 1) Organização do livro da ABA (versão e-book): **Quilombos: direitos e conflitos em tempos de Pandemia**, organizado por Ana Paula Comim, Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli. O livro reúne um conjunto de artigos que abordam temas que tratam do histórico de criação do Comitê quilombos, sua linhas de pesquisa, como apresenta pesquisas realizadas por pesquisadores vinculados a diversas instituições do país sobre a autoidentificação, acesso as políticas públicas e os conflitos relacionados aos direitos territoriais vivenciados historicamente pelas comunidades quilombolas, sobretudo no contexto dos efeitos da Covid-19 e das políticas públicas voltadas para estes grupos sociais. (2023)
- 2) Publicação de artigo no livro da ALA Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA), **Quilombos: resistências negras e projetos desenvolvimentistas no Brasil**, por Raquel Mombelli, Maria Balen Fernandes, Emmanuel Farias e Davi Pereira Junior. Fruto das interlocuções feitas no interior da Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA) a partir de um grupo de pesquisadores do Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai, Venezuela, Equador e Colômbia, esse artigo propõe, inicialmente, apresentar situações envolvendo comunidades negras no Brasil e os processos de expropriação ocorridos em seus territórios tradicionalmente ocupados. Diferentes formas de resistência à escravidão negra são registradas nas américas e caribe, e atualmente constituem uma multiplicidade de realidade observáveis. Sejam os *garifunas* do Caribe, os *palenques* no Equador ou os *quilombos* no Brasil, todas essas situações pleiteiam atualmente o reconhecimento de territórios coletivos autônomos no âmbito internacional. A população afrodescendente nas américas e no caribe enfrentam diferentes antagonistas que têm expropriado seus territórios. Considerando as identidades negras no contexto latino-americano, trataremos dos quilombos e apontaremos projetos vinculados à lógica desenvolvimentista voltados a obras de infraestrutura, hidrelétricas, especulação imobiliária na costa brasileira e extrativismo mineral que atingem territórios tradicionalmente ocupados em variadas regiões do Brasil. Em suma, esse artigo traz reflexões acerca de conflitos territoriais envolvendo a relação entre comunidades quilombolas, empresas e Estado a partir de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais. (2023) Alexandra Barbosa da Silva / Emmanuel de Almeida Farias Jr. (Compiladores) Povos Indígenas e comunidades afrodescendentes em processos políticos e jurídicos ante o Estado e empreendedores privados: olhares sobre a América Latina hoje Pueblos indígenas y comunidades afrodescendientes en procesos políticos y

jurídicos ante el Estado y emprendedores privados: miradas sobre América Latina hoy 1ra. Edición en español. Asociación Latinoamericana de Antropología, 2024

Disponível em

<https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/wp-content/uploads/2024/03/CUADERNOS-DE-TRABAJO-6-FINAL-WEB-Def.pdf>

- 3) Publicação do artigo “Os atos de Estado em relação às comunidades quilombolas: incompletude e contradições das políticas institucionais”, por Cynthia Carvalho Martins e Raquel Mombelli. No livro “70 anos da ABA 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)”. O artigo reflete sobre os atos de estado e suas implicações nas unidades sociais autodesignadas como quilombos com destaque para a incompletude e as contradições das políticas, especialmente no que diz respeito à falta de regularização dos territórios quilombolas.
- 4) Publicação do artigo Quilombo as the place for Black People to reimagine theis subjectivities, de Davi Pereira Junior. No livro “70 anos da ABA 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)”.
- 5) Publicação do artigo Etnografia e violência no campo: descrição de processos de conflitos, ameaças e assassinatos em territórios quilombolas no Maranhão, Emmanuel de Almeida Farias Júnior e Racilvan Silva Alves. No livro “70 anos da ABA 70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)”

Reuniões e audiências

- 1) Reunião por videoconferência com o Procurador da República Hilton Melo, realizada reunião com a presença do MPF e da União das Organizações Quilombolas (Uniquis) na ocasião representadas pela CONAQ, ACONERUQ e UNICQUITA, com vistas a tratar sobre as violências cometidas contra territórios e lideranças quilombolas. dia 05 de agosto de 2024, às 15H.
- 2) Reunião com as Entidades: CONAQ, ACONERUQ, UNICQUITA e todas as Organizações Municipais do Maranhão, no INCRA-MA e Diretor de Governança Fundiária-INCRA/DF, na sede do INCRA-MA, no dia 05/12/2023, às 09:00h, para tratar sobre a pauta de reivindicações dos territórios quilombolas do Maranhão e com recorte ao município de Itapecuru Mirim. O comitê quilombos foi representado pelos professores Emmanuel Farias e Cunthia Martins;
- 3) Reunião virtual com o Presidente do Iphan, Leandro Grass, no dia 22 de abril às 10h30, para tratar da questão do Serro(MG);
- 4) Reunião com o INCRA nacional em 18 de dezembro de 2023, às 10h, para tratar do Termo de Cooperação entre a ABA e o INCRA.
- 5) Reunião com o MPF com o objetivo de retomar as relações institucionais, dia 8 de novembro 2023, às 16h.

Ofícios/ Manifestações/ Notas Técnicas/ Informe etnográfico/ Moções

O comitê quilombos produziu durante a gestão 23/34 vários documentos (ofícios, manifestações, notas técnicas e informe etnográfico) destinados à diversos poderes públicos como MPF, INCRA, FCP, DPU, Varas Agrárias, Ministério dos Direitos Humanos, Conselho Nacional de Justiça, solicitando providências na defesa dos direitos das comunidades quilombolas e tradicionais. Segue abaixo alguns dos documentos produzidos:

Ofício: solicitação de verificação de conformidade de Sentença de Procedimento Comum Cível (Processo nº. 000285-69.2011.4.05.8103) de declaração de nulidade do Processo Administrativo para regularização fundiária pelo INCRA nº SR 02/CE 54.130.003559/2005-58 da comunidade remanescente de quilombos de Queimadas - Crateús/CE. De 12 de abril de 2024.

Ofício: Encaminha memória da reunião realizada entre representantes do MPF/PA, dos povos indígenas e quilombolas e a ABA de 30 de agosto de 2023.

Ofício: Solicitação de abertura de procedimentos para averiguar reiteradas violações de direitos étnicos, territoriais e humanos de povos indígenas Turiwara e Tembê do Alto rio Acará, no Estado do Pará. De 27 de setembro de 2023.

Solicitação de averiguação e providências urgentes diante da escalada de violência **Ofício:** Pedido de Providência extrema contra os indígenas Tembê e Turiwara e os quilombolas pelas empresas de dendê (Brasil Biofuels Reflorestamento Indústria e Comércio S/A (BBF) e Agropalma S.A) em situação de conflito agrário na região do Alto Acará – Pará. Abril de 2023.

Ofício: Solicitação de providências para resguardar os direitos indígenas no contexto de retomada do território Ita Pew pelos indígenas das etnias Turiwara e Tembê, noroeste do estado do Pará. De 28 de agosto de 2024.

Ofício: Reiterar pedido de solicitação de agendamento de reunião referente ao Procedimento Investigatório Criminal 1.23.000.002504/2022-28 - OFÍCIO PR/PA/GAB 12 Nº 2003/2023, diante do agravamento da violências. De 9 de agosto de 2023.

Ofício - Encaminhamento de documento e solicitação de providências diante das demandas produzidas pelas comunidades quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul afetadas pela crise climática Brasília-DF, 15 de agosto de 2024.

Ofício - Violação do Direito à Consulta Livre Prévia e Informada - resguardado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - da Comunidade Quilombola de São Roque, município de Arroio do Meio (RS), perante a proposta do poder público municipal de remoção das famílias do seu território ancestral afetadas pela crise climática que assolou o Rio Grande do Sul. Brasília-DF, 15 de agosto de 2024.

Ofício n. 046/2024/ABA/Brasília – DF, de 14 de agosto de 2024. Encaminhada o IPHAN Nacional e IPHAN/MG e Diretoria de Governança Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – DFQ/INCRA. Referente Nota Técnica sobre o EIA- RIMA do projeto Céu Aberto – Ônix Mineração S/A.

Manifestação de repúdio ao violento atentado contra a Comunidade Quilombola Baú, município de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha (MG). De 13 de novembro de 2024.

Manifestação sobre a ação truculenta e violenta de reintegração de posse movida pela AGU na comunidade quilombola de vista alegre (Alcântara – MA)

Nota Violações dos direitos de povos e comunidades tradicionais, promovidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ao regulamentar a consulta e consentimento livre, prévio e informado através do Decreto 48.893 de 11 de setembro de 2024. Em parceria com o Comitê Povos Tradicionais e o Observatório de Protocolos. De 18 de setembro de 2024.

Nota pelos direitos e proteção da Comunidade Quilombola de Queimadas (Serro/MG) no processo de elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada. De 21 de março de 2024. (https://www.abant.org.br/files/20240321_65fc2c03e3412.pdf)

Nota de apoio e solidariedade à Comunidade de Quilombo Queimadas, município de Serro (MG), de 26 de abril de 2023.

(https://www.abant.org.br/files/20230427_644a7164e7d87.pdf)

Informe etnográfico sobre violações de direitos e ameaças à vida: Comunidades Quilombolas de Itapecuru- Miriam (MA), documento produzido no contexto do seminário Atos de Estado seminário “O fazer antropológico e Atos de Estado em relação às Comunidades Tradicionais, realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 2023 no estado do Maranhão.

Moções

As Moções foram produzida na 34ª RBA, em julho de 2024 e estão disponíveis em <https://portal.abant.org.br/mocoos/>. Estas moções foram produzidas em parceria com outros comitês da ABA.

- 1) Moção Reconhecendo a excelência da atuação das antropólogas e antropólogos do MPF, a ABA defende a contratação de 19 peritos em antropologia pelo Ministério Público Federal em seu próximo concurso de provimento. Em conjunto com Comitê Inserção Profissional; Comitê Laudos Antropológicos; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Comitê Patrimônio e Museus
- 2) Moção Contra o desvirtuamento do direito à consulta prévia, livre e informada. Em conjunto com o Observatório de Protocolos Comunitários e comitês Povos tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos e Quilombos da ABA;
- 3) Moção Pela titulação dos Territórios Quilombolas, ações de prevenção às mudanças climáticas e pela implementação das recomendações da OIT, emitidas em 2024. Em conjunto com o Comitê de Antropólogos (as) Negros (as);
- 4) Moção Pela garantia do direito à vida, segurança e medidas protetivas adequadas aos quilombolas ameaçados nos contextos de regularização dos Territórios Quilombolas. Em conjunto com o Comitê de

Antropólogos (as) Negras (as);

- 5) Moção Pela suspensão imediata da Instrução Normativa 111/2021 do INCRA e revisão da Instrução Normativa 60/2015;
- 6) Moção de Apoio à Proteção dos Patrimônios Culturais, Conhecimentos, Práticas e Modos de Vida de Povos Comunidades Tradicionais e Quilombolas do Serro frente aos processos de violência do poder minerário sobre o território;

Considerações Finais

Diante do exposto, do acumulado das atividades do Comitê Quilombos no período da gestão 2023/2024, apresentamos algumas sugestões à nova diretoria da ABA:

- 1) Intensificar as relações institucionais com o Ministério Público Federal, principalmente com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, com o objetivo de agilizar a recepção de representações/denúncias de situações envolvendo grave de violação de direitos das comunidades quilombolas e tradicionais, tais como ameaças, criminalizações e assassinatos; Nesta esteira, as possibilidades de atuação *in loco da instituição*, vistorias de campo, diligências, reestabelecendo a aproximação com as realidades sociais das comunidades quilombolas;
- 2) Retomar a interlocução institucional com o INCRA com o objetivo de fortalecer a regularização fundiária das terras quilombolas;
- 3) Retomar a implementação do Termo de Cooperação Técnica entre CONAQ e ABA, firmado em maio de 2024, para o avanço dos processos dos processos de regularização fundiária quilombola no país, com o apoio para a realização de seminário no Maranhão;
- 4) Propor eventos científicos, debates, oficinas e seminários em torno do tema Licenciamento Ambiental Quilombola. Os processos de licenciamento estão ocorrendo em todo o país, com estudos de impacto ambiental simplificados, precários, incompletos e sob a condução do INCRA, órgão que tem a missão e a responsabilidade de promover a regularização e a titulação de terras quilombolas;
- 5) Propor eventos científicos para pesquisadores, profissionais da área de antropologia quanto para as comunidades quilombolas e sociedade civil sobre o tema Convenção 169 da OIT. Há várias distorções com relação a interpretação desta legislação e de sua aplicação por diferentes órgãos públicos, exigindo a amplificação deste debate;
- 6) Propor na interlocução com os movimentos sociais negros, atividades voltados à discussão sobre ameaças, criminalização e assassinatos de lideranças quilombolas, que tem sido sistematicamente abordados pelos órgãos competentes de forma desconjuntada ao contexto de ocorrência destes eventos, ou seja, da luta desses sujeitos pelo direito à terra quilombola. Esta perspectiva de abordagem tem prevalecido e tem gerado efeitos sobre as condições de segurança física sobre estes sujeitos, suas famílias e suas comunidades de pertencimento. Os registros sobre os assassinatos e ameaças enfrentadas hoje por lideranças no Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Pará, denúncia a omissão do estado brasileiro com relação a defesa dos direitos coletivos constitucionais;

Para finalizar, gostaríamos de contar com o apoio da ABA ao comitê para:

- 1) A criação de Revista do Comitê Quilombos. Esta é uma iniciativa do Comitê Quilombos, da Associação Brasileira de Antropologia e do PPG/UFBA que visa a publicação semestral de artigos inéditos, resenhas, ensaios, debates, dossiês temáticos e traduções sobre assuntos relacionados às Ciências Sociais, especificamente relacionados ao campo Quilombo e novas etnias. Pretendendo constituir-se em um espaço de debates e colaboração para pesquisadores de diversas universidades em diferentes países, objetivando a ampliação e divulgação científica no campo das Ciências Sociais no Brasil e exterior. Esta proposta foi apresentada a Chamada interna 001 ABA/2023 Apoio às ações de Comitês que promovam o "Fortalecimento da Antropologia no Brasil". A Revista está em processo de produção;
- 2) A publicação física do livro Quilombos: direitos e conflitos em tempos de Pandemia, organizado por Ana Paula Comim, Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli, que se encontra em versão E-book no site da ABA.



AB4
Associação Brasileira de Antropologia